

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

JÚLIA LEITE GREGORY

**TERRA, FORTUNA E FAMÍLIA:
A ATUAÇÃO DE ANTONIO FIALHO DE VARGAS NO MERCADO DA TERRA
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

**São Leopoldo
2019**

Júlia Leite Gregory

TERRA, FORTUNA E FAMÍLIA:

A atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maíra Ines Vendrame

São Leopoldo

2019

G822t Gregory, Júlia Leite.
Terra, fortuna e família : a atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX) / Júlia Leite Gregory. – 2019.
184 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.
“Orientadora: Prof.^a Dra. Maíra Ines Vendrame.”

1. Vargas, Antonio Fialho de. 2. Taquari, Rio, Vale (RS).
3. Mercado da terra. 4. Empresas de colonização. I. Título.

CDU 93

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Júlia Leite Gregory

TERRA, FORTUNA E FAMÍLIA:

A atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Aprovado em 02 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maíra Ines Vendrame – UNISINOS (Orientadora)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS

Prof. Dr. Juan Luis Martirén – Instituto Ravignani/UBA – Conicet

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino – UEPB

Prof.^a Dra. Márcia Solange Volkmer – UNIVATES

À Márcia Volkmer, por mostrar que um professor faz toda a diferença.

À minha mãe, por estimular em mim o gosto pela leitura.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui não teria sido possível sem o auxílio de muitas pessoas. Primeiramente, preciso agradecer à professora Márcia Volkmer, pois se não fosse ela, fazer um mestrado não teria sido uma possibilidade. Ter convivido com a Márcia durante a graduação e ser orientada por ela no TCC, fez com que me (re)encontrasse na História. Obrigada pelos conselhos, pela ajuda nos processos seletivos, com o projeto de pesquisa e também por ter me apresentado à Maíra. É uma honra ter você na banca de defesa.

À CAPES, pela bolsa integral que proporcionou dedicação exclusiva à pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, seus professores e secretárias, que me receberam de braços abertos e fizeram com que eu me sentisse em casa.

À minha orientadora, Maíra Vendrame, por ter feito do meu mestrado uma experiência incrível, dois anos de muito aprendizado. Obrigada pelo carinho, pela leitura atenciosa e pelas contribuições extremamente significativas.

Aos professores que aceitaram compor a banca, Paulo Moreira, Juan Martirén e Cristiano Christillino, pelas sugestões de fontes e referências e, sobretudo, por estarem sempre à disposição para tirar alguma dúvida.

A todos os colegas e amigos que fiz em São Leopoldo, pelos momentos de diversão e companhia, fundamentais para alguém que tem dificuldade em ficar longe de casa, como eu. Nesse sentido, também preciso agradecer à Cibele, colega desde a graduação, com quem pude dividir muitas vezes o caminho até a Unisinos ou aos arquivos. Obrigada pelas conversas, sugestões de documentos e autores. Agradeço à Jéssica, pelo apoio nas bancas e pelas discussões de textos.

Aos funcionários do AHRS e APERS, pela ajuda com as fontes e por abrirem exceções para que eu pudesse terminar a pesquisa.

Ao Jéferson, pela troca de informações e documentos. À Tuani, pela parceria nos arquivos e à Vanessa, pela ajuda com o *abstratc*.

Aos familiares e amigos, pelo apoio de sempre e por compreenderem minha ausência em alguns momentos. Obrigada pai, Dani, Fê, Adilson, tia Iza, vó Lúcia, Carol, Ana Paula, Sabrina, Paula e Fabrine! Aqui preciso fazer um agradecimento especial à minha mãe, Ana, por ter compartilhado junto comigo todos os sentimentos e por sempre tentar ajudar de alguma maneira, seja preparando o chima diariamente ou me acompanhando até a Unisinos.

Por fim, preciso agradecer à pessoa que além de mim, da Maíra e dos professores da banca, leu este trabalho. Ao Ernesto, meu amor, obrigada pelo carinho e apoio em todas as horas! Obrigada por me acompanhar nos arquivos (e pelos documentos encontrados que foram fundamentais para a pesquisa), pelas discussões de textos e por partilhar os momentos de escrita. Este trabalho também é pra ti!

“A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado” (POLANYI, 2000, p. 214).

RESUMO

O presente trabalho aborda a atuação de Antonio Fialho de Vargas no comércio de terras da região do Vale do Taquari, durante a segunda metade do século XIX, com o objetivo de compreender como ocorreu a participação de empresários no negócio da colonização e como funcionava o mercado da terra intensificado por esta. O Vale do Taquari recebeu um grande contingente de imigrantes e descendentes a partir da década de 1850, levando muitas empresas a adquirir vastas extensões para transformá-las em lotes coloniais. Interessado no comércio de terras, Fialho de Vargas, oriundo de Porto Alegre, inseriu-se na região com o estabelecimento da Colônia Conventos, criada pela Baptista Fialho & Cia., empresa gerenciada por ele. Esta realizou a contratação de imigrantes europeus e encerrou as atividades após oito anos de funcionamento, mas Fialho de Vargas continuou participando do comércio de terras até o fim da vida. A partir da análise de inventários *post-mortem*, escrituras de compra e venda, relatórios provinciais, processos judiciais, registros paroquiais, entre outras fontes, constatamos que o comércio de terras era um negócio lucrativo, mas de retorno a longo prazo. Por isso, era necessário diversificar as aplicações, investindo também em atividades mais dinâmicas, que proporcionassem rendimentos mais rápidos. Sendo assim, Antonio Fialho de Vargas potencializou os lucros ocupando o cargo de vereador, possuindo engenhos, moinhos, emprestando dinheiro a juros e comercializando terras e madeiras. Foi possível concluir também que o investimento feito com a instalação de imigrantes europeus, embora tenha sido bastante dispendioso, garantiu o deslocamento de pessoas das colônias antigas para Conventos, tendo em vista a lógica de migração das famílias camponesas, que incluía a não separação das redes parentais e de amizade. Isso acarretou uma demanda por terra que beneficiou os negócios de Fialho de Vargas.

Palavras-chave: Antonio Fialho de Vargas. Mercado da terra. Empresas de colonização. Vale do Taquari.

ABSTRACT

The present work addresses the Antonio Fialho de Vargas' action in the land market of the Taquari's Valley region during the second half of the 19th century, with the purpose to understand how occurred the participation of entrepreneurs in the colonization business and how operated the land market intensified by it. Taquari's Valley received a large contingent of immigrants and descendants from the 1850s, leading many companies to buy large pieces of land to turn them into colonial lots. Interested in the land's market, Fialho de Vargas, from Porto Alegre, inserted in the region with the establishment of Colônia Conventos, created by Baptista Fialho & Cia., a company managed by him. It contracted European immigrants and ended the activities after eight years of operation, but Fialho de Vargas continued to participate in the land market until the end of his life. From the analysis of *post-mortem* inventories, notarial deeds of purchase and sale, provincial reports, judicial proceedings, parish records, among other sources, we found that land market was a lucrative business but a long-term return. For this reason, it was necessary to diversify the applications, also investing in more dynamic activities, that provided faster yields. Therefore, Antonio Fialho de Vargas optimized the profits occupying the position of councilman, possessing mills, lending money to interest and commercializing lands and woods. It was also possible to conclude that the investment made with the installation of European immigrants, although it was quite expensive, ensured the displacement of people from the old colonies to Conventos, having the migration families point of view in mind, which included the non-separation parental networks and friendship. This caused a demand for land that benefited Fialho de Vargas' business.

Keywords: Antonio Fialho de Vargas. Land market. Colonization companies. Taquari's Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore genealógica do casal Manoel Fialho de Vargas e Maria Ignacia de Jesus	37
Figura 2 – Propriedades de Antonio Fialho de Vargas em 1881	43
Figura 3 – Propriedades de Antonio Fialho de Vargas em 1895	44
Figura 4 – Árvore genealógica do casal Antonio Fialho de Vargas e Maria Ignacia da Conceição	46
Figura 5 – Localização da Colônia Conventos	134
Figura 6 – Casamentos dos filhos de Antonio Fialho de Vargas	138
Figura 7 – Terras de Antonio Fialho de Vargas localizadas entre os Rios Guaporé e Carreiro	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de escrituras de venda e compra de terras realizadas por Antonio Fialho de Vargas	149
Gráfico 2 – Valores recebidos e investidos no comércio de terras em contos de réis	151
Gráfico 3 – Valores recebidos e investidos no comércio de terras em libras	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de compadrio de Antonio Fialho de Vargas	73
Tabela 2 – População e produção da Colônia Conventos	113
Tabela 3 – Quantidade de animais da Colônia Conventos	113
Tabela 4 – Relação plantação e colheita da Colônia Conventos	114
Tabela 5 – Dimensão das propriedades vendidas	153
Tabela 6 – Escrituras de compra e venda que apresentam informações completas sobre extensão e limites das propriedades	155
Tabela 7 – Preço médio do hectare	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCMPA	Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO.....	16
1 DO FAIAL PARA A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	33
1.1 A “honrada” e “ilustre” família Fialho de Vargas	33
1.2 “Sujeição e poder marital”: mulheres, religião e educação	48
1.2.1 Endogamia e consanguinidade	65
1.3 O “garoto das obras públicas de Porto Alegre” e o comendador da Ordem da Rosa.....	71
2 EMPRESAS PRIVADAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	86
2.1 “Grande fortuna não tem feito empresario algum de colonias”: A colonização privada nos relatórios provinciais	87
2.2 “Foi pessimo o negocio que fizemos”: A Baptista Fialho & Cia.	98
2.3 “As terras são da melhor qualidade para a agricultura”: a Colônia dos Conventos	112
3 O MERCADO DA TERRA NO VALE DO TAQUARI	123
3.1 A propriedade privada e o mercado da terra.....	123
3.2 As estratégias de Antonio Fialho de Vargas.....	133
3.3 As escrituras públicas de compra e venda	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

O que falta pois para que Porto Alegre se torne em pouco tempo uma das principaes Cidades da America? Um systema de colonização, que attrahindo a emigração europea não somente composta de proletários, á quem nos encarregamos de fazer proprietários, mas também de capitalistas; venha com seus braços e capitaes fecundar nossas terras desaproveitadas, e fazer desta Cidade o centro de todo esse universo.¹

O sistema de colonização europeia estabelecido pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul permitia que as iniciativas pública e privada atuassem em conjunto, buscando inserir os imigrantes nas regiões florestais, para que se tornassem pequenos proprietários e desenvolvessem a agricultura com mão-de-obra familiar. Entretanto, nem sempre os interesses da diligência particular iam ao encontro das regras impostas pela província. Como era frequente a mudança legislativa sobre a política de colonização, o que indica um sistema flexível e carente de uma organização mais objetiva, os agentes que atuavam no âmbito privado buscavam sempre atingir os seus objetivos em primeiro lugar.

Antonio Fialho de Vargas² foi um dos sujeitos que investiu no mercado imobiliário intensificado pela presença de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul. Proprietário e gerente da empresa Baptista Fialho & Cia., juntamente com o irmão, Manoel Fialho de Vargas Filho, e João Baptista Soares da Silveira e Souza, fundou a Colônia Conventos no município de Taquari em 1855. A atividade da empresa consistia na comercialização de terras a imigrantes e descendentes, e teve duração entre 1855 e 1863. Após este ano, Antonio Fialho de Vargas continuou atuando no mercado de terras, comprando e vendendo propriedades em Taquari, Estrela e São Luiz Gonzaga. Estudar sua trajetória permitiu a exploração de um contexto social, político e econômico bastante específico do período imperial brasileiro, auxiliando a compreender quais eram as possibilidades de ação de um indivíduo que interagira no mercado de terras durante o século XIX.

O século XIX foi marcado por um acirramento das disputas pela propriedade. Com a chegada de colonos imigrantes, alguns setores da população que já estavam estabelecidos no território da província se viram obrigados a deixar suas terras e procurar abrigo em outros

¹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1853, p. 20. Optamos por utilizar a grafia original das fontes.

² Decidimos empregar o nome dos indivíduos com a grafia que aparece nos documentos.

lugares. Já havia disputas de terra entre lavradores nacionais e indígenas, mas com a Lei de Terras de 1850, aqueles foram expulsos de suas posses para dar lugar às pequenas propriedades agrícolas impostas pela colonização. De acordo com Paulo Zarth,

A Lei de Terras de 1850, a primeira legislação efetiva das terras do Estado brasileiro, tinha mecanismos jurídicos tanto para impedir a posse de terras pela população pobre quanto para criar dificuldades a que os abastados se apossassem de grandes extensões. Mas não impediu, na prática, que grandes extensões fossem apropriadas de forma ilícita.³

A Lei de Terras instituiu a compra como o único meio de adquirir uma propriedade, assim como determinou a legitimação das terras apropriadas anteriormente à sua promulgação. No entanto, a maioria destas não tinha limites definidos, seja nas cartas de sesmaria ou nas escrituras de compra e venda, o que “[...] gerava uma situação onde o conflito agrário era um risco latente”⁴. Também havia pessoas, geralmente produtores rurais criadores de rebanhos e que também desenvolviam outras atividades para garantir a subsistência da família, que não possuíam qualquer título de propriedade sobre a terra que ocupavam. Isso porque até a Lei de Terras era possível se apossar de alguma área sem possuir um título legal para seu usufruto. Mas isso mudou com a nova legislação e com a valorização fundiária, levando muitos indivíduos até à justiça para garantir a posse da terra. No município de Alegrete, durante o século XIX, Graciela Garcia identificou uma grande concentração de rebanhos e terras por parte de ricos fazendeiros, que se utilizavam de práticas violentas de expropriação de pequenos posseiros e títulos fraudulentos de propriedade. Os conflitos judiciais analisados pela autora revelam que pequenos produtores tiveram suas terras absorvidas pela ampliação ilícita dos latifundiários, que venciam os litígios por serem detentores de poder local. Os expropriados foram impelidos a substituir a mão de obra cativa, que estava sendo reduzida, para poderem sobreviver⁵.

Os dispositivos da Lei de Terras restringiam as apropriações abusivas e irregulares de terras, porém, “[...] a legitimação das posses e a revalidação dos antigos títulos, uma vez passando pelas mãos dos presidentes provinciais, poderiam ser flexibilizadas de modo a

³ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 54.

⁴ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005, p. 107.

⁵ *Ibid.*

privilegiarem os interesses dos seus requerentes”⁶. Não era inteligente da parte do Império criar conflitos com as elites locais através da aplicação rígida da legislação, pois o apoio delas garantia a centralização e afirmação do poder monárquico. Na Província de São Pedro, por exemplo, muitos fazendeiros eram milicianos da Guarda Nacional⁷, e barganhavam a aprovação dos seus processos de legitimação em troca do apoio prestado nas campanhas militares do Império⁸.

Os presidentes de província, nomeados pelo Imperador, é que julgavam os processos de legitimação, fazendo com que aquele que tivesse maior ligação política com a presidência da província garantisse o título de propriedade. Assim, era necessário estabelecer sólidas redes de relações sociais em torno das estruturas políticas do Império para garantir o sucesso na afirmação das propriedades. A elite sul-rio-grandense forjava documentos e grilava terras, expropriando os lavradores nacionais⁹. No Vale do Taquari, recorte espacial desta pesquisa, não foi diferente. A elite local, composta por fazendeiros membros da Guarda Nacional, se apropriava ilegalmente da terra para alcançar diversos objetivos, sendo o principal deles a divisão de grandes propriedades em lotes coloniais. As apropriações de terras ocorridas nessa região foram amplamente estudadas pelo autor Cristiano Christillino¹⁰, que levantou uma série de questões a respeito da mercantilização da terra praticada tanto pelos fazendeiros que já viviam no Vale do Taquari quanto por empresas de colonização atraídas pela grande valorização fundiária.

Já havia um incipiente comércio de terras mesmo antes da promulgação da Lei de Terras de 1850, mas este foi impulsionado pela colonização e pela agricultura. Na segunda metade do século XVIII, quando ocorreu um segundo momento da apropriação de terras na província,

⁶ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 2010. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010, p. 214.

⁷ A Guarda Nacional foi criada em 1831, em todo território brasileiro, com o objetivo de resguardar a ordem e a tranquilidade pública, tendo em vista as revoltas populares que aconteciam em diferentes partes do Império. Era formada por proprietários de terras, artesãos urbanos, homens livres e pobres que fossem cidadãos políticos ativos, ou seja, era necessário ser homem entre 18 e 60 anos e ter uma renda anual mínima de 200 mil réis (100 mil réis após 1857). Era uma instituição militar essencialmente civil que estabeleceu relações entre os poderes locais e o governo central, sendo um espaço primordial de negociação e reivindicações para elites locais e provinciais. MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

⁸ CHRISTILLINO, *op. cit.*

⁹ *Ibid.*

¹⁰ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 374 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

pouco mais de um terço das terras ocupadas foram apossadas através de três formas de desembolso monetário: compra, arrematação ou arrendamento¹¹. Esse tipo de apropriação ocorria geralmente em espaços de fronteira fechada, onde as terras existentes eram monopolizadas por proprietários que haviam participado da grande distribuição inicial de terras e os novos interessados à posse precisavam fazer gastos monetários para comprar ou ocupar alguma propriedade, sob a forma de arrendamento. Osório explica que a fronteira aberta é um produto da ação humana. Ela se abre “para a apropriação após a conquista, após a eliminação do risco, do inimigo ou da transposição de barreiras físicas, geográficas”¹². No mesmo sentido, “a localização da fronteira ou, os limites de sua expansão, também são dados pelas qualidades do solo e meios de transporte. Ou seja, a delimitação da fronteira também ocorre em função do que se pode, ou se quer, cultivar ou criar, e comercializar”¹³.

Por conseguinte, alguns aspectos do movimento de apropriação de terras na província durante a segunda metade do século XVIII foram:

[...] uma precoce monopolização dos terrenos [normalmente por parte de militares], em várias freguesias; a preferência, por parte dos lavradores, de permanecer nas terras já ocupadas e certamente por eles já beneficiadas, e de não migrar, submetendo-se onerosamente ao arrendamento ou à compra e, por último, a especulação que tal concentração fundiária permitia.¹⁴

Uma importante discussão a respeito do mercado da terra foi feita por Giovanni Levi. Este inovou a historiografia ao identificar que na sociedade de Antigo Regime as trocas mercantis de terra não eram regidas por uma lógica capitalista, de oferta e procura. Em uma pesquisa micro analítica, o mencionado autor buscou reconhecer quais eram as regras formais das transações de terra ocorridas no vilarejo piemontês de Santena no século XVII¹⁵. Os atos notariais indicavam um mercado de terra intenso e com preços bastante dispersos, o que levou Levi a concluir que os preços não eram regulados pelo capitalismo, mas pela necessidade das famílias camponesas em um determinado momento de seu ciclo de vida.

¹¹ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹² *Ibid.*, p. 92.

¹³ *Ibid.*, p. 92.

¹⁴ OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AGRÁRIA, 14., 2013, Badajoz. *Anais eletrônicos...* Badajoz, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158285/001011022.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jul. 2018, p. 19.

¹⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

O autor também constatou que os preços diferiam se a transação ocorresse entre vizinhos, parentes ou estranhos, sendo que os valores mais altos foram encontrados entre parentes. Trabalhando com os conceitos de solidariedade e reciprocidade, Levi concluiu que o ato tabelional era apenas “[...] a sanção final de uma série de contratos silenciosos, de transações formalizadas ou verbais, de apoios ou de trocas que se concluíram com um ato de venda”¹⁶. “Na verdade, a comunidade de Santena parece ter sido protagonista de uma estratégia ativa de proteção contra a incerteza que a ampla imprevisibilidade do ciclo agrário e a dificuldade de controle do mundo político e social criaram continuamente”¹⁷. O papel do mercado era equilibrar as situações familiares de acordo com as fases do ciclo de vida¹⁸.

Investigando o comércio de terras estabelecido na Colônia Silveira Martins, localizada no Rio Grande do Sul, durante os primeiros anos da República, Maíra Vendrame também buscou identificar as normas que regiam a circulação da terra entre os imigrantes italianos¹⁹. A autora analisou a formação de uma elite de negociantes locais que se utilizava “das relações de crédito e mediação no mercado da terra como recurso para estabelecer as bases clientelares”²⁰. Estes comerciantes “conferiam crédito aos imigrantes para que pudessem expandir os limites das propriedades cultivadas e orientavam as transferências das terras herdadas para um ou mais indivíduos do grupo familiar”²¹.

Os comerciantes também mediavam as transações articulando as negociações entre pessoas e grupos afastados geograficamente. Indicavam terras que podiam ser compradas, tornando possível a participação no mercado da terra ao fornecer crédito aos envolvidos. Procedendo dessa maneira, procuravam manter os imigrantes ligados à sua casa de comércio, pois forneciam não só produtos e crédito financeiro, mas, também, informações privilegiadas sobre terras à venda.²²

Assim como Levi, Vendrame constatou que a circulação de terra empreendida pelos imigrantes objetivava criar um equilíbrio conforme as necessidades de cada família, como por exemplo, manter as terras de uma mesma família integradas para que a exploração agrícola fosse mais satisfatória. Muitas transferências de propriedade eram resultado de acordos internos

¹⁶ LEVI, 2000, p. 161.

¹⁷ *Ibid.*, p. 166-167.

¹⁸ LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 87-109.

¹⁹ VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honras familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

²⁰ *Ibid.*, p. 202.

²¹ *Ibid.*, p. 203.

²² *Ibid.*, p. 204.

entre membros da família e compromissos morais assumidos pelos herdeiros, evidenciando atitudes não reguladas pela lógica capitalista²³. Souza encontrou essa mesma lógica no mercado da terra de Juiz de Fora nas décadas de 1870 e 1920, onde as transações se revestiam de elementos que iam além do econômico, principalmente quando havia relação de parentesco entre os contratantes. Para estes camponeses, “[...] a terra assumia dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia camponesa e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldades”²⁴.

No período escravista, Souza identificou um comércio caracterizado, principalmente, pela compra e venda de extensões menores de terra. Era comum a venda de partes de uma propriedade maior, indicando uma fragmentação das unidades, principalmente em decorrência da diminuição da mão-de-obra nas lavouras de algumas fazendas. Um aspecto importante destacado pela autora é que diferentemente do contexto pesquisado por Levi (uma sociedade de Antigo Regime), Juiz de Fora, no final do século XIX e início do XX, estava inserido em um contexto de modernização, caracterizado por uma economia agroexportadora cafeeira.

A necessidade de expansão da atividade cafeeira conjugada à de ampliação da oferta de força de trabalho, em razão da crise do escravismo que marcou o período, tendia a reforçar o caráter mercantil da propriedade da terra, a fim de dificultar o seu acesso. Apesar disso, mecanismos extra-econômicos continuavam presentes e desempenharam um papel importante no mercado de terras do município, particularmente nas transações efetuadas entre os camponeses.²⁵

No período pós-abolição, entre 1888 e 1920, algumas características do comércio de terras se mantiveram, como a predominância de transações envolvendo pequenas parcelas de terra e apenas uma parte do imóvel. Porém, a autora percebeu que, com a abolição da escravidão, o acesso à terra pelo camponês se tornou ainda mais complicado, fazendo-o comprar extensões cada vez menores e por um preço mais alto. Por um lado, a busca por mão-de-obra após a abolição levou autoridades e fazendeiros a criarem dificuldades ao acesso à terra; por outro, a escassez de mão-de-obra provocava a fragmentação das propriedades. Apesar disso, foi constatado que os camponeses procuraram garantir a posse legal da terra, aparecendo na documentação um número significativo de camponeses que adquiriram propriedades²⁶.

²³ VENDRAME, 2016.

²⁴ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 76.

²⁵ *Ibid.*, p. 93-94.

²⁶ *Ibid.*

O processo de fragmentação de grandes áreas de terra também é visível no Vale do Taquari na segunda metade do século XIX. Fazendeiros loteavam suas propriedades e empresários adquiriam terras para o estabelecimento de colônias, linhas e picadas. A colonização imigrante fez com que as terras fossem valorizadas, sendo que entre 1850 e 1880, o preço médio do hectare no município de Taquari aumentou 1960%. Passou de 2\$690 réis (dois mil, seiscentos e noventa réis), em 1850, para 45\$876 réis (quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis réis), em 1880²⁷. O fluxo de imigrantes e descendentes em Taquari foi o mais alto da província durante as décadas de 1850 e 1860, principalmente em decorrência do interesse

[...] da elite local no lucrativo comércio de terras que também era uma importante alternativa à afirmação de propriedade sobre as áreas griladas e à ação das companhias de colonização. Estas empresas lotearam vastas extensões de terras, principalmente ao garantirem a abertura de estradas e o financiamento para a aquisição dos lotes pelos colonos. As companhias de colonização também criaram espaços para a reprodução da organização familiar dos imigrantes, aspecto importante na mudança desses para outras regiões. [...] A manutenção dos laços de parentesco e reciprocidade foi fundamental no deslocamento dos imigrantes para as novas colônias, de modo a permitir a continuidade das relações sociais e culturais estabelecidas nas primeiras colônias. O deslocamento de um número maior de famílias para uma mesma linha ou picada colonial permitia a preservação da unidade étnica e religiosa. Nesse sentido, a ação das companhias colonizadoras foi fundamental para a transferência dos filhos dos colonos de outras regiões para Taquari. Os agentes das companhias divulgavam as suas colônias em outros núcleos e proporcionavam a venda de lotes a integrantes de uma mesma família numa única picada ou linha colonial. Isso não só viabilizava um número maior de vendas, como também valorizava os lotes.²⁸

A entrada de muitos imigrantes no Vale do Taquari a partir da década de 1850 se deve ao deslocamento daqueles das colônias mais antigas em direção às novas frentes de ocupação. As famílias precisaram se deslocar dentro do Rio Grande do Sul devido ao esgotamento do solo, provocado pela agricultura intensiva dos imigrantes, e ao aumento populacional. Como as famílias aumentavam e os filhos continuavam com a profissão dos pais, era necessário vender a propriedade e migrar para garantir a reprodução social do grupo. Algumas vezes, só os filhos migravam. Jean Roche denominou o processo de migração interna de enxameamento e classificou-o em quatro fases. A primeira fase compreende o período entre 1824 e 1850 e corresponde à ocupação dos Vales dos Rios dos Sinos e Caí. Entre 1850 e 1890, as famílias chegaram nos vales dos últimos afluentes do Rio Caí, no Vale do Taquari, na Colônia de Santa Cruz, Silveira Martins e Santa Maria, constituindo a segunda fase. A partir de 1890, o movimento migratório se dirigiu em direção ao planalto, para as colônias de General Osório, Cerro Azul, Ijuí, e ao

²⁷ CHRISTILLINO, 2010.

²⁸ *Ibid.*, p. 205.

município de São Luiz Gonzaga, por exemplo. Era formado principalmente por filhos de imigrantes. A quarta fase se deu depois de 1914, quando muitas famílias se deslocaram para fora do Rio Grande do Sul, com destino para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso²⁹.

A atuação de companhias de colonização, tanto estrangeiras quanto nacionais, se deu em muitos lugares onde houve a chegada de imigrantes e descendentes. Um exemplo de empresa estrangeira que esteve em atividade no território nacional é a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que atuou na região Noroeste do Rio Grande do Sul no início do século XX. A empresa tinha sede na Alemanha e o seu proprietário era Herrmann Meyer. Uma das características diferenciais da empresa era a luta pela manutenção da germanidade nas colônias fundadas, oferecendo um trabalho cultural, centrado na educação e na assistência religiosa. O objetivo de Meyer era obter lucro com a colonização, porém, sua empresa foi um fracasso financeiro e Meyer nunca recuperou o capital investido³⁰.

Apesar do caráter capitalista da iniciativa privada, não se pode entender esse tipo de atividade como homogêneo. Os empresários empregaram estratégias diferentes para atingir seus objetivos e trabalharam com diversas pessoas em lugares distintos, produzindo espaços coloniais completamente heterogêneos. Ou seja, “[...] cada colônia particular é um micro-espaço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro-históricas”³¹. Como exemplo dessa afirmativa, temos os casos analisados por Juan Luis Martiren, que se dedica ao estudo das empresas e empresários que atuaram no comércio de terras da província de Santa Fé na segunda metade do século XIX. O autor busca romper com uma ideia simplista e uniforme de colonização privada, evidenciando empreendimentos complexos, repletos de detalhes em seus êxitos e fracassos³².

Na segunda metade do século XIX, inspirada na experiência de colonização do sul brasileiro e preocupada com o desenvolvimento da agricultura, a província de Santa Fé estabeleceu um processo de colonização agrícola em parceria com a iniciativa privada para a

²⁹ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

³⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. 2 v. 632 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2009.

³¹ *Ibid.*, p. 575, grifo original. Também é importante adicionar à essa lista os grupos indígenas, os quais foram intensamente afetados pela política de colonização.

³² MARTIRÉN, Juan Luis. En la antesala de la especialización triguera. Estrategias empresariales en el mercado de tierras de las colonias agrícolas santafesinas (1858-1884). *Anuario CEEED*, n. 4, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2012, p. 11 – 55.

instalação de imigrantes europeus. Durante a década de 1860, as colônias foram impulsionadas economicamente com a demanda de cereais provocada pela Guerra do Paraguai, ocorrendo a emergência de “[...] un activo mercado de tierras alimentado no sólo por la demanda producida por la inmigración extranjera, sino también a partir de una creciente oferta de nuevas tierras y de la aparición de un amplio espectro de empresarios que se dedicarían a negocios de colonización”³³. As estratégias empresariais foram variadas, como é possível identificar nas atuações da Beck & Herzog, fundadora da colônia San Carlos, e do empresário Guillermo Lehmann, que expandiu o núcleo de colonização até o oeste³⁴.

A Beck & Herzog apostou no planejamento detalhado da organização da colônia, preparando a infraestrutura e elaborando um regulamento interno com o auxílio de profissionais para fiscalizar os assuntos financeiros e administrativos e controlar a produção. No entanto, a colônia não alcançou, a curto prazo, os resultados financeiros previstos, sendo que a principal falha da empresa foi errar nas previsões de rentabilidade. Os colonos não conseguiram pagar suas dívidas e a empresa foi liquidada. Lehmann, por sua vez, foi um imigrante que conseguiu acumular capital e participar do comércio de terras. Dentre as suas estratégias estavam a inserção em redes de relacionamentos da elite provincial e nacional, a conquista de cargos públicos e a diversificação produtiva (trabalho com moagem de grãos e produção de aguardentes). Esta última permitiu uma circulação de capital mais dinâmica e diminuiu o risco da dependência de um só negócio, proporcionando um sistema de crédito mais vantajoso para os colonos e para o empresário, pois aqueles conseguiram pagar suas dívidas a longo prazo³⁵.

Nesse sentido, acreditamos que cada empresário e empresa que participou da colonização na província do Rio Grande do Sul se utilizou de diferentes estratégias para tentar obter sucesso no mercado da terra e nos outros negócios propiciados pela instalação desse grande contingente populacional. Para o Vale do Taquari, são poucos os estudos que tratam da atuação desses indivíduos, apesar da grande quantidade de empresas que efetuaram negócios em torno da terra³⁶. O principal autor a inferir sobre o comércio de terras no Vale do Taquari

³³ MARTIREN, Juan Luis. Lógica de planeamiento y mercado inmobiliario en las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe. Los casos de Esperanza y San Carlos (1856-1875). *Quinto Sol*, v. 16, n 1, 2012, p. 3.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.*

³⁶ A partir da leitura dos livros de notas dos Tabelionato de Taquari, Estrela e Lajeado, entre os anos de 1855 e 1895, foram identificadas as seguintes empresas: Bastos & Cia, Carlos Schilling, Lotar de La Rue, Jacob Reche, Guilherme Kopp e Cia., Koppe & Rich, Barreto & Rohenkohl, Barreto & Bukmann, Huch & Cia., Schiött, Py & Cia., Santa Emilia Colonizadora, Sociedade Nova Berlim, Porto, Irmãos e Cia., Patricio Antonio Rodrigues & Cia., José de Almeida Lopes & Cia., Mariante & Franklin, Junqueira & Irmão, Jaime Paradida & Filhos, Stractemann & Cia., Rabello & Fontoura, Jacob Arnt & Cia., Mustardeiro & Luchsinger, Lautert Filho & Vianna, José Porffrio & Irmão, Freitas & Cia., João Mayer Junior e Cia., Bastian & Meyer, José Buchmann & Cia., Castro

foi Christillino³⁷, que deu ênfase para as grilagens de terra realizadas pelos colonizadores e para as estratégias que os mesmos utilizaram para legitimar as posses depois da promulgação da Lei de Terras de 1850. Ele identificou que, tanto os fazendeiros locais quanto os empresários que possuíam companhias de colonização, praticavam atos fraudulentos para incorporar terras que já estavam ocupadas. Para garantir a propriedade da terra, buscavam fortalecer as relações que possuíam com o governo da província, tendo em vista que era este quem julgava os processos de legitimação. Christillino também mostrou que esses indivíduos investiam em atividades diferentes, para além do comércio de terras, como casas comerciais e empréstimos de dinheiro, que proporcionavam aplicações mais dinâmicas e de retorno mais rápido. A partir da análise de registros paroquiais de terra, o autor reconheceu Antonio Fialho de Vargas como o indivíduo que registrou a maior quantidade de terra, 15 mil hectares.

Fialho de Vargas é interpretado pelos historiadores locais, como José Schierholt³⁸, como o fundador do município de Lajeado, por ter criado uma colônia em 1855, no lugar onde futuramente seria o município. A Colônia Conventos foi estabelecida pela empresa Baptista Fialho & Cia., na qual Fialho de Vargas era gerente e os outros sócios eram o irmão, Manoel Fialho de Vargas Filho, e o amigo da família, João Baptista Soares da Silveira e Souza. Schierholt identificou a procedência da família Fialho de Vargas e expôs algumas informações a respeito da colônia, como o nome dos primeiros moradores, os produtos cultivados, os animais criados, o tamanho dos lotes e o número de habitantes³⁹. Antonio era filho de um imigrante açoriano, Manoel Fialho de Vargas, que se estabeleceu na Aldeia dos Anjos, atual município de Gravataí. A família fazia parte da elite local, possuindo inúmeras propriedades, e também teve um papel de destaque no campo religioso, pois cerca de vinte indivíduos seguiram a carreira religiosa⁴⁰.

& Irmão, Bello, Arnt & Cia., Jacobi & Cia., Companhia Alto Taquary, Julio Issler e Cia., Alexandre Götz e Cia., Carlos Arnt e Cia., Christiano Haesbaert e Cia., Grindlack e Cia., Kleuze & Cia., Teschner & Cia., Jaeger & Cia., Worm & Iahn. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

³⁷ CHRISTILLINO, 2004.

³⁸ SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

³⁹ Estas informações foram retiradas da documentação referente à Colônia Conventos, armazenadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ TRÄSEL, Padre Alberto. *Álbum Jubilar de Santa Clara do Sul* (100 anos de colonização: 1869 – 1969, e 40 anos de paróquia: 1929 – 1969), Impresso. Santa Clara do Sul, 1969.

Outra autora que escreveu sobre a empresa de Fialho de Vargas com base em fontes documentais foi Elaine Karam⁴¹, que chamou atenção para a propriedade que aquele adquiriu na povoação de Santa Bárbara, em 1867. A terra seria muito importante para os negócios, pois era rica em madeiras e possuía um porto com saída para o Rio Taquari. Fialho de Vargas empreenderia ali a extração e o comércio de madeiras, uma forma de diversificar os investimentos. Trombini, Laroque e Castoldi⁴² identificaram a atuação das empresas Bastos & Cia., Companhia Colonizadora Rio-Grandense e Teschner & Cia. no Vale do Taquari, durante o final do século XIX e início do XX. Os autores constataram que aquelas venderam terras principalmente para imigrantes italianos e descendentes, que migravam dos núcleos coloniais formados por estes, como Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias, Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé.

Entretanto, a historiografia deixou em aberto quem foram os empresários que investiram na colonização, as motivações que os levaram a fazer isso, as estratégias utilizadas por cada um, se o negócio teve sucesso e a dinâmica do funcionamento do mercado de terras. Os autores que escreveram a respeito, afirmaram que os indivíduos que venderam lotes coloniais para imigrantes lucraram muito devido à especulação fundiária, contudo, não avaliaram como realmente funcionava o negócio. Para fugir dessa visão homogênea, o presente trabalho busca preencher as lacunas elencadas acima a partir do estudo da trajetória de Antonio Fialho de Vargas. A escolha do indivíduo se justifica pelo universo social o qual a sua trajetória se insere e pela facilidade em encontrar o seu nome nas fontes, algo que auxilia o trabalho de pesquisa. A vida de Fialho de Vargas permite alcançar tanto a atuação de um agente empresarial da segunda metade do século XIX, como o funcionamento do mercado de terras e a realidade do negócio da colonização. Além disso, tendo em vista que o indivíduo possuiu uma empresa de colonização entre as décadas de 1850 e 1860, o estudo de caso possibilita analisar o período inicial em que a província esteve à frente do processo de colonização.

Entendemos Fialho de Vargas, assim como alguns de seus irmãos, como um empresário-negociante que, além de constituir uma empresa de colonização, comercializava madeiras, emprestava dinheiro a juros, teve uma casa de negócios e foi vereador. Ou seja, a colonização e o mercado de terras eram apenas alguns itens que compunham uma frente de investimento. O

⁴¹ KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização: em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: CORAG, 1992.

⁴² TROMBINI, Janaíne; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; CASTOLDI, Ana Paula. As companhias colonizadoras no processo da imigração italiana em territorialidades do Vale do Taquari/Rio Grande do Sul. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 35, v. 2, p.178-200, 2017.

próprio funcionamento do mercado, que gerava retorno financeiro somente a longo prazo, reivindicava a inversão em outras atividades, que propiciavam lucros mais rápidos. Essa característica de diversificação das aplicações também é comum aos outros indivíduos que investiram na colonização. Portanto, acreditamos que a expressão empresário-negociante ajuda a compreender a atividade profissional desses sujeitos que, na segunda metade do século XIX, precisavam estar atentos às possibilidades que potencializariam os lucros. O que pretendemos evidenciar é que a diversificação de investimentos e a constituição de redes de relações políticas foram fundamentais para os empresários da colonização, que precisavam de respaldo para legitimar posses. Sendo assim, os objetivos específicos elencados abaixo, buscaram orientar as respostas do seguinte problema: Como ocorreu a atuação destes empresários no negócio da colonização e como funcionava o mercado de terras?

- a) Constituir o contexto familiar de Antonio Fialho de Vargas para identificar a composição das fortunas e as atividades profissionais dos integrantes;
- b) Analisar o desempenho econômico da empresa Baptista Fialho & Cia. e as características econômicas e sociais dos imigrantes e descendentes que se estabeleceram na Colônia Conventos;
- c) Investigar a atuação de Antonio Fialho de Vargas no comércio de terras, identificando suas estratégias e alguns aspectos da dinâmica do mercado da terra.

O trabalho se apoia em alguns aspectos metodológicos da micro-história, como a redução da escala de análise, o cruzamento de fontes e a construção do contexto a partir das mesmas. Com a utilização deste método, busca-se corrigir simplificações feitas pelas grandes narrações, entendendo que a micro-história não é o estudo de coisas pequenas, acontecimentos, situações individuais, mas sim um método de análise histórica que busca a complexidade e a problematização “[...] de contextos temporais e espaciais diferentes, deixando às situações singulares a sua especificidade não repetível”⁴³.

A redução da escala sobre a vida de um indivíduo permite a reconstituição das redes de relações pessoais a partir do nome de um sujeito. Como sugere Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão

⁴³ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 25.

ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”⁴⁴. O método onomástico pode ser complementado ainda com o recorte horizontal, o qual visa eleger um ponto bem específico de análise, que pode ser um nome próprio ou um recorte temporal e espacial preciso, e investigar todo tipo de documento disponível, problematizando os sujeitos e inserindo-os em diferentes contextos e relações sociais.

[...] O recorte horizontal privilegia, num primeiro momento, a reconstrução dos contextos e suas interconexões; a seguir, busca entender como estes contextos condicionam as escolhas dos sujeitos; e, por fim, por que os indivíduos (ou grupos) agem de forma diferente quando estão diante do mesmo campo de possibilidades.⁴⁵

Acompanhar o nome de Antonio Fialho de Vargas em diversos tipos de fontes levou à reconstrução dos contextos em que o mesmo estava inserido, assim como foi possível visualizar os outros sujeitos que atuavam no mercado da terra, principalmente através da consulta nos registros de tabelionato, os quais disponibilizam as transações imobiliárias efetuadas. Investigar sujeitos que se encontram em condições semelhantes ao do biografado é imprescindível para se ter uma noção mais próxima do real. Todo indivíduo possui singularidade (e é por isso que a investigação se justifica), mas não se pode concluir que ele é excepcional. Assim como um único sujeito não pode ser representativo de um grupo e nem um grupo pode ser considerado homogêneo, pois todos os indivíduos atuam e pensam de modo distinto. Os indivíduos que se encontram no mesmo campo de possibilidades devem ser comparados justamente para evidenciar que não existem sujeitos típicos e nem excepcionais, na verdade a tarefa do historiador é situar o investigado dentro destes conceitos abstratos. Nenhum indivíduo está fora de seu tempo: a comparação entre eles acarreta a descoberta de diversas similitudes e diferenças, as quais iluminam a singularidade do sujeito em análise⁴⁶.

Assim como sugerido por Karsburg⁴⁷, entendemos trajetória como um período determinado de uma vida, diferente da biografia, que engloba toda a vida do indivíduo e exige mais tempo de pesquisa. O recorte temporal deste trabalho está definido pelos anos 1855 e 1895, buscando justamente dar ênfase para a atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado

⁴⁴ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 175.

⁴⁵ VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 93.

⁴⁶ KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

⁴⁷ *Ibid.*

da terra, pois em 1855 o mesmo inicia sua participação na colonização e em 1895⁴⁸ ele vem a falecer. A sua trajetória não pode ser encarada como uma sequência de acontecimentos que ocorre linearmente com um começo e um fim. Uma vida não é um conjunto coerente e orientado que, desde o início, indica um projeto de vida que alcança seu objetivo ao final da trajetória. Na verdade, a realidade é repleta de incoerência e aleatoriedade. Os sujeitos intervêm como agentes em diferentes campos, possibilitando a escrita de muitas histórias de vida possíveis⁴⁹. Fialho, por exemplo, apresenta uma série de posições que permitem alcançar diferentes contextos, como a de empresário, prestamista, colonizador, comerciante de terras, escravista, pai, filho de imigrante, irmão, etc.

Desse modo, o termo “trajetória” pode ser entendido como sendo essas várias posições continuamente ocupadas por um mesmo agente, ou um mesmo grupo, em um espaço em que ele próprio se encontra em constante mudança⁵⁰. Para Levi, o objetivo de uma biografia deve ser encontrar as falhas dos sistemas normativos que abrem espaço para a liberdade de escolha dos agentes. Este tipo de pesquisa permite a descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este o resultado “[...] de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas”⁵¹. As biografias não podem pressupor que todos os sujeitos reagem da mesma forma diante das mesmas possibilidades, pois os indivíduos não possuem as mesmas disposições cognitivas e nem as mesmas justificativas de ação. Sendo assim, não se pode fazer generalizações sobre os membros de um grupo, bem como é preciso investigar os mecanismos de solidariedade do mesmo: a influência que o grupo exerce sobre cada um dos membros e “[...] as margens de liberdade e de coação dentro das quais se constituem e funcionam as formas de solidariedade”⁵².

Sobre as fontes utilizadas no presente trabalho, os relatórios provinciais propiciaram identificar como se propunha o sistema de colonização e como ele estava funcionando. Através deles é possível perceber as incoerências e as falhas que abriam espaço para a ação dos sujeitos. Da mesma forma, o estudo de redes sociais também coloca em relevo mecanismos de comportamento social invisíveis aos modelos estruturais e mostra características do

⁴⁸ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895. APERS.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 180.

⁵² *Ibid.*, p. 182.

funcionamento social⁵³. A combinação de fontes, principalmente inventários e registros de batismo, permitiu alcançar as redes familiares, de compadrio e amizade estabelecidas por Antonio Fialho de Vargas. A partir de um método indutivo⁵⁴, de informações colhidas das próprias fontes, se observa como os sujeitos se articulam realmente e como se explica suas condutas e dinâmicas, sem esquecer a relação dialética que existe entre os atores e as normas⁵⁵.

Ao trabalhar com uma grande quantidade de fontes, buscamos levar em consideração que: “Toda fonte é mentirosa. Ela não visa informar sobre o passado, mas sim mentir sobre ele [...]. Devido a isso, é sempre necessário realizar críticas internas e externas ao documento e, principalmente, compará-lo a outras fontes”⁵⁶. Este aspecto foi importante para analisar as escrituras de compra e venda de terra, uma das fontes mais utilizadas na pesquisa. As escrituras, que têm o objetivo de formalizar a propriedade e a transmissão do patrimônio, deixam algumas lacunas em aberto e podem enganar o pesquisador se suas informações não forem cruzadas com outras fontes. As vendas de terra efetuadas por Antonio Fialho de Vargas não eram registradas no momento da venda, e sim no dia em que o pagamento fosse concluído, visto que este era feito a prazo. Este intervalo de tempo, do dia do acordo até a realização da escritura, implicava em combinações e acontecimentos que, muitas vezes, não ficavam registrados nos documentos, e que influenciavam no preço final da terra.

Outra fonte utilizada foram os inventários *post-mortem*, documentos produzidos por autoridades públicas após a morte dos indivíduos, mas que contêm informações sobre aspectos da vida das pessoas e da sociedade. Neles estão contidos os nomes dos herdeiros, os bens do inventariado, o valor de cada bem e o valor total do patrimônio, as dívidas ativas e passivas e o processo de partilha. Quando o morto deixava um testamento, ele também era transcrito nos inventários, sendo estes documentos bastante confiáveis para analisar patrimônios, perceber a concentração de fortunas e recursos “[...] porque envolvem interesses contraditórios dos

⁵³ MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: CEMLA, 1995, p. 23-34.

⁵⁴ GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-149.

⁵⁵ IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, v. 5, 2004, p. 115-140.

⁵⁶ FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, p. 239-278, 2001, p. 240.

herdeiros que, em tese, exerceriam uma fiscalização sobre as irregularidades do processo”⁵⁷. Quando se trabalha com inventários, é preciso sempre lembrar que a totalidade da população não está representada nestes documentos. Muitas partilhas eram realizadas de forma privada entre as famílias e, além disso, nos casos em que não havia bens a serem repartidos, ou se os bens fossem muito diminutos, ou se os gastos com o inventário fossem mais altos que o rendimento para os herdeiros, não era feito o inventário. Deste modo, o estudo de inventários privilegia as camadas mais abastadas de determinada sociedade⁵⁸.

No primeiro capítulo deste trabalho apresenta-se as redes de relações sustentadas por Fialho, utilizando sobretudo inventários e registros de batismo. Iniciamos explorando o núcleo familiar dos Fialho de Vargas na freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, para, em seguida, analisar as trajetórias de alguns irmãos de Fialho, os quais são figuras centrais nos negócios firmados por ele. Destaca-se o grande apreço da família pela educação e pela carreira religiosa, sendo que os pais de Fialho tiveram cerca de vinte netos que seguiram esta profissão. Nesta parte do trabalho também se investiga os sócios da empresa Baptista Fialho & Cia., Manoel e João, para compreendermos as origens da sociedade e o interesse em investir na colonização. Os relatórios de presidentes de província e o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também contribuíram muito para a construção deste capítulo, pois são fontes que contêm informações sobre os membros da família, nos mostrando a movimentação dos mesmos nos portos, a ocupação de cargos políticos e a arrematação de licitações, por exemplo.

No segundo capítulo, utilizamos os relatórios de presidentes de província para traçar um panorama geral a respeito da colonização privada empreendida no século XIX, partindo da ideia de que cada empresário e empresa atuou de maneira diferente no processo de instalação de imigrantes e descendentes. Em seguida, fazemos uma análise da empresa de colonização Baptista Fialho & Cia., gerenciada por Antonio Fialho de Vargas, e da Colônia Conventos, fundada pela mesma. Para isso, utilizamos principalmente a documentação referente à colônia que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, constituída por correspondências enviadas ao presidente da província. Nestas estão contidos mapas estatísticos e relatórios sobre Conventos, que apresentam informações a respeito da população.

⁵⁷ FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008, p. 68.

⁵⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

O terceiro capítulo investiga a participação de Fialho de Vargas no comércio de terras intensificado pela colonização. Como fontes, utiliza-se relatórios provinciais, correspondências da câmara de Taquari, registros de tabelionato e processos judiciais. Acompanhando as transações efetuadas no mercado da terra e combinando sua análise com os bens registrados nos inventários de Fialho e da esposa, examinamos as estratégias econômicas empregadas, bem como algumas características do mercado de terras. Neste capítulo, foi possível ainda averiguar as grilagens de terra realizadas pelo indivíduo sobre áreas já ocupadas e a diversidade dos investimentos do mesmo.

1 DO FAIAL PARA A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Abrilham as páginas do presente número de “Ásia” as biografias, que adiante se publicam, dos Revmos. Padres João Batista Fialho de Vargas (1831 a 1907), André Fialho de Vargas (1857 a 1912) e Pedro Fialho de Vargas (1860 a 1924). Um tio e dois sobrinhos, nascidos no Estado do Rio Grande do Sul e oriundos de honrada família que, em circunstâncias várias, inscreveu com lustre o seu nome na história de nossa Pátria.⁵⁹

De acordo com o padre Träsel, que foi pároco do município de Santa Clara do Sul, a família Fialho de Vargas encaminhou vinte e dois membros para a carreira religiosa, incluindo os três padres jesuítas mencionados acima. O direcionamento dos filhos para a vida religiosa foi uma estratégia bastante utilizada pela família, sendo que só Antonio Fialho de Vargas teve cinco filhos religiosos. Vindos do Arquipélago dos Açores, os Fialho de Vargas foram donos de fazendas e negociantes; efetuaram alianças matrimoniais favoráveis ao fortalecimento do patrimônio da família e também enviaram algumas filhas mulheres para a clausura. Registros paroquiais⁶⁰, inventários, habilitações matrimoniais, jornais e relatórios provinciais nos mostram um grupo amparado por alianças familiares importantes, seja no comparecimento à pia batismal seja na parceria em negócios, bem como indivíduos bastante próximos do governo provincial. O cruzamento das fontes permitiu olharmos os sujeitos a partir de diferentes ângulos, de uma forma mais complexa.

1.1 A “honrada” e “ilustre” família Fialho de Vargas

Manoel Fialho de Vargas, pai de Antonio Fialho de Vargas, nasceu na Ilha do Faial, nos Açores, e no Brasil se estabeleceu na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, município de Porto Alegre, atualmente município de Gravataí. Manoel possuía uma chácara em São Leopoldo e alguns terrenos na Fazenda do Pinhalzinho, situada na Aldeia dos Anjos⁶¹. No

⁵⁹ TRÄSEL, 1969, p. 4.

⁶⁰ Encontramos uma dificuldade ao trabalharmos com os registros paroquiais. Alguns registros não foram localizados devido à falta de atividade paroquial entre os anos de 1837 e 1841 na freguesia da Aldeia dos Anjos. O pároco Ignacio Soares Viana deixou a seguinte mensagem no livro de batismo: “Declaro que desde este anno [1837] não se fiserão assentos, por se achar a Freguesia invadida pelos rebeldes e eu ter imigrado para Porto Alegre, pela perseguição que me fiserão os mesmos rebeldes = Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. 6 de Janeiro de 1841”. Livro de batismo nº 6, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 31v.

⁶¹ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 330, de 1866. APERS.

seu inventário *post-mortem* consta que a chácara foi vendida a José Alves e os terrenos foram deixados para herança da esposa e dos filhos. Manoel e a família moravam na propriedade da Aldeia dos Anjos e constituíam uma família de boas condições financeiras. Manoel era produtor de farinha, possivelmente de mandioca, possuindo bois, éguas, uma atafona, um paiol para armazenamento e dez escravos para mão-de-obra.

A produção de farinha de mandioca era uma das principais atividades da Aldeia dos Anjos, gerando acúmulo de capital àqueles que a executavam. Wagner Pedroso⁶² estabelece uma relação entre a posse de atafona e escravos nessa região, de acordo com a análise de uma amostra de 89 inventários *post-mortem* da Aldeia dos Anjos das décadas de 1840 e 1860. Segundo os documentos, os inventariantes que possuíam atafona concentravam maior quantidade de escravos. A média de escravos por inventariante com atafona na década de 1860 foi de 8,6, número bem próximo à quantidade de cativos de Manoel. A posse de animais entre os donos de atafonas também era superior aos que não tinham atafona, sendo que os animais em maior quantidade destes proprietários eram *gado vacum* e equinos. Deste modo, os dados apontam que a posse de atafona era indicativo de poder econômico nesta localidade, permitindo acumulação de capital para investimento em escravos, animais e terras⁶³.

Manoel migrou para o Brasil com seus pais quando tinha 8 anos de idade, em 1798 ou 1799⁶⁴. Fizeram uma parada de poucos dias no Rio de Janeiro e em seguida se estabeleceram na Aldeia dos Anjos. Por terem participado de uma migração mais tardia vinda dos Açores, é provável que não tenham enfrentado as dificuldades que os primeiros imigrantes açorianos encararam no Rio Grande de São Pedro. Os primeiros casais não foram acomodados da maneira esperada: a distribuição das terras, instrumentos, ferramentas e sementes não foi satisfatória. Deste modo, “[...] os açorianos precisaram inventar e reinventar arranjos familiares e relações interpessoais no seu cotidiano, improvisando novas formas de viver, a fim de suportar melhor as situações de risco”⁶⁵. Presentes no sul do Brasil desde 1751, essas pessoas se estabeleceram

⁶² PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. 2013. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ Habilitação matrimonial nº 140, caixa 128, 1817. Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus. AHCMPA. Em 1799 houve uma saída da Ilha do Faial em direção ao Brasil financiada pelo governo. É provável que Manoel tenha emigrado com esse grupo. Ver: SOUSA, Paulo Silveira. Os Açores e os Movimentos Migratórios para o Brasil 1766-1834. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al* (Org.). *Gentes das Ilhas*. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 82-104.

⁶⁵ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 222.

em diversos lugares do Rio Grande de São Pedro, como nos Campos de Viamão, Mostardas, Rio Grande e São José do Norte⁶⁶.

Em 1781, algumas famílias de Porto Alegre (Porto do Ornelas), Viamão e Gravataí (Aldeia dos Anjos) já possuíam um capital econômico bastante favorável. Como exemplo, Cleusa Graebin cita João Pereira Fortes, que possuía 15 escravos, quatro mil animais vacuns e cavalares, duas fazendas e uma chácara⁶⁷. Sendo assim, é provável que Manoel Fialho de Vargas tenha vindo para o Brasil auxiliado por uma rede de relações que facilitou seu estabelecimento na Aldeia dos Anjos. Além disso, casando-se com Maria Ignacia, que já havia nascido na Aldeia dos Anjos, aumentou ainda mais sua rede de alianças. Tudo isso contribuiu para Manoel se tornar um homem bem-sucedido economicamente.

A fortuna de Manoel era equivalente a 23:158\$000 réis (vinte e três contos, cento e cinquenta e oito mil réis), ou cerca de 2.500 libras⁶⁸, sendo que os bens de raiz correspondiam a 75,56% deste valor, os animais a 1,12% e os escravos a 22,88%. Ele estava entre os proprietários mais abastados da Aldeia dos Anjos em meados do século XIX, de acordo com os dados levantados por Pedroso. Poucas fortunas da década de 1860 passaram das 2.000 libras, sendo que três estavam entre 5.001 e 10.000 e somente uma era superior a 10.000 libras. A composição da fortuna de Manoel também é muito semelhante às dos inventários de grandes proprietários analisados por Pedroso, que também se concentravam em bens de raiz, cativos e animais⁶⁹. É provável que a fortuna de Manoel seja proveniente das suas estratégias de acumulação ou do casamento com Maria Ignacia de Jesus, mas não da herança de seu pai. Os bens de Antonio Corrêa de Vargas, pai de Manoel, foram avaliados em apenas 650\$200 réis (seiscentos e cinquenta mil e duzentos réis), ou 118 libras, compostos, basicamente, por uma área de terra na Aldeia dos Anjos, uma casa, um escravo, quatro bois e seis reses⁷⁰. A herança de Manoel Fialho de Vargas, por sua vez, deixou uma legítima⁷¹ razoável aos filhos: 1:632\$277 réis⁷² (um conto, seiscentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta e sete réis) ou 174 libras.

⁶⁶ GRAEBIN, 2006.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ Realizamos a conversão do mil-réis para libra a partir das séries construídas por Heitor Pinto de Moura Filho. MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2010.

⁶⁹ PEDROSO, 2013.

⁷⁰ Inventário *post-mortem* do I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre. Nº 105, m. 5, e. 27 E/C, 1827. Inventariado: Antonio Corrêa de Vargas. Inventariante: Lauriana Rosa de Jesus.

⁷¹ Legítima era a parte destinada a cada herdeiro da herança do inventariado.

⁷² Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 330, de 1866. APERS.

Como Manoel faleceu bem antes dos filhos, em 1859, a legítima pode ter auxiliado os herdeiros nos negócios.

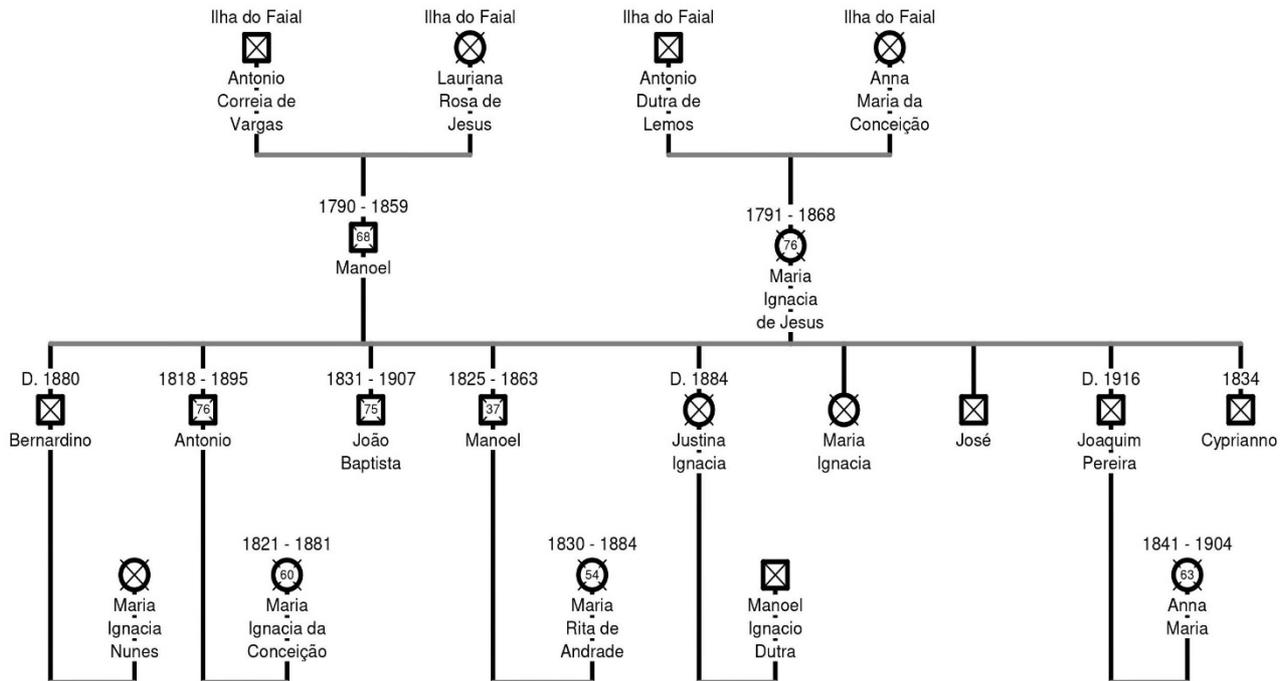
As fortunas da elite da Aldeia dos Anjos são bastante inferiores às fortunas de outras elites da província do mesmo período, como as de Alegrete e Pelotas, mas é importante destacar que o padrão de definição do que seria um membro da elite no Brasil Imperial é variável de acordo com a dinâmica de cada região. A elite agrária de Alegrete possuía fortunas acima das 10.000 libras⁷³ e entre a elite charqueadora de Pelotas é possível encontrar valores superiores de 50.000 libras⁷⁴.

Manoel Fialho de Vargas foi casado com Maria Ignacia de Jesus, filha de Antonio Dutra de Lemos e Anna Maria da Conceição. Maria Ignacia nasceu na Aldeia dos Anjos, mas seus pais eram oriundos da Ilha do Faial, nos Açores. O casal teve nove filhos (Figura 1), Bernardino Fialho de Vargas, Antonio Fialho de Vargas, João Baptista Fialho de Vargas, Joaquim Pereira Fialho de Vargas, Justina Ignacia de Jesus Fialho, Maria Ignacia de Jesus Fialho, Manoel Fialho de Vargas Filho, Cyprianno Fialho de Vargas e José Fialho de Vargas. Não foi possível localizar o inventário nem o registro de batismo de todos eles, no entanto, a partir da documentação encontrada, conseguimos obter informações que permitiram alcançar o espaço e os segmentos em que a família atuava.

⁷³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

⁷⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

Figura 1 – Árvore genealógica do casal Manoel Fialho de Vargas e Maria Ignacia de Jesus⁷⁵



Fonte: elaborado pela autora a partir do software GenoPro 2018.

Os documentos evidenciam que a família tinha inúmeras propriedades, tanto rurais como urbanas, e que os filhos de Manoel exerceram diferentes profissões. Bernardino Fialho de Vargas era casado com Maria Ignacia Nunes Fialho e o casal teve onze filhos: Francisco, Ouidio, Josefina, Maria Nuncia, Justina, Affonso, Paulina, Bernardina, Maria José, Maria Luiza e Manoel⁷⁶. Bernardino era fazendeiro, residia em São Leopoldo e tinha propriedades rurais em três lugares diferentes: no município de São Leopoldo, na freguesia dos Anjos da Aldeia e na freguesia Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria, tendo a ajuda dos filhos para administrar as fazendas. Sua fortuna era de 7.000 libras ou 74:973\$500 réis (setenta e quatro contos, novecentos e setenta e três mil e quinhentos réis), sendo os bens de raiz correspondentes à 73% do valor, enquanto os semoventes representavam cerca de 13%.

⁷⁵ A árvore só apresenta o ano de nascimento e óbito dos registros que foram localizados. Aqueles em que o local de nascimento não está indicado já nasceram no Brasil, com exceção de Manoel Fialho de Vargas, que também nasceu na Ilha do Faial. Os indivíduos que estão sem sobrenome são todos Fialho de Vargas.

⁷⁶ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo nº 104, de 1880. APERS.

O inventário de João Baptista Fialho de Vargas não foi localizado, possivelmente porque o mesmo se tornou jesuíta. Nasceu em 9 de fevereiro de 1831⁷⁷ e, de acordo com Träsel⁷⁸, foi o primeiro aluno brasileiro⁷⁹ do Pontifício Colégio Pio Latino-americano de Roma, instituição dirigida pela Companhia de Jesus, criada em 1858 e que tem o objetivo de instruir o clero latino-americano⁸⁰. João Baptista tornou-se sacerdote, doutor em filosofia e teologia, e voltou para o Brasil em 1865, sendo nomeado vigário de Taquari. Em exercício desta função, João Baptista foi demitido pelo bispo da província de São Pedro, Sebastião Dias Larangeira, por ter se negado a dar sepultura eclesiástica à Manoel Bizarro, falecido impenitente em Taquari⁸¹.

A 19 de julho de 1869 ingressou na Companhia de Jesus, em Roma. Terminado o noviciado, foi aplicado ao Colégio São Francisco Xavier, de Pernambuco, onde chegou [...] a 11 de outubro de 1871. [...] Em julho de 1874, foi aplicado ao Colégio São Luís de Itu, onde lecionou até sua partida para a 3ª provação, em Paray-le-Monial, na França, a 26 de outubro de 1878. Antes de [...] voltar à Pátria, foi repetidor de filosofia e professor de português no Colégio Pio Latino de Roma. Pronunciou seus últimos votos de religião a 2 de fevereiro de 1880. Passou parte do ano de 1882 em Porto Alegre, satisfazendo a certas incumbências. Nos anos de 1883, 84 e 85 levou vida de missionário, residindo em Nova Trento, Santa Catarina. Abrindo-se o Colégio Anchieta de Nova Friburgo em 12 de abril de 1886, foi na nova comunidade diretor espiritual da mesma e dos alunos. Transferido em 1887 a Itu, dali só se ausentou em 1893 para ir ao Rio Grande do Sul, a São Leopoldo, e voltar a 9 de maio do ano seguinte. Confessor dos alunos do Colégio São Luís e de grande número de pessoas, indo diariamente em visita a Santa Casa da Misericórdia, exerceu tais ministérios pelo espaço de doze anos, até que, em 1906, começaram a lhe faltar as forças. [...] Piorando sua saúde nos primeiros dias de 1907, recebeu o sacramento da extrema-unção a 19 de janeiro. Faleceu tranquilamente na manhã de 25, às 10 hs. 45, com 76 anos de idade e 38 de vida religiosa na Companhia de Jesus.⁸²

João Baptista foi o precursor da família na carreira religiosa e, possivelmente, um grande influenciador para os sobrinhos, afinal, foram 21 sobrinhos que seguiram este caminho⁸³. Três sobrinhas que se tornaram religiosas franciscanas eram filhas de seu irmão Joaquim Pereira

⁷⁷ Livro de Batismos nº 5, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 177v.

⁷⁸ TRÄSEL, 1969.

⁷⁹ João Baptista embarcou para a Europa em 2 de março de 1859 e se matriculou no Colégio em 14 de maio do mesmo ano. Possivelmente, uma viagem para a Europa naquele período durava em torno de dois meses. O registro de embarque consta no Correio Mercantil: REGISTRO do porto. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 62, 3 mar. 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=Jo%C3%A3o%20Baptista%20Fialho%20de%20Vargas&pasta=ano%20185>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁸⁰ PONTIFÍCIO COLLEGIO PIO LATINOAMERICANO. *Reseña histórica*. Roma. Disponível em: <<https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁸¹ O CATHOLICO. Sepultura eclesiastica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 48, n. 199, p. 1, 19 jul. 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=15817&Pesq=Jo%C3%A3o%20Baptista%20Fialho%20de%20Vargas>. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁸² Esta biografia foi publicada na Revista Ásia, revista de tradição e cultura, sob os auspícios da associação dos antigos alunos da Companhia de Jesus em São Paulo, ano 7, nº 2, p. 46-48, 1949. Na mesma edição também constam as biografias dos seus sobrinhos André e Pedro. TRÄSEL, 1969, p. 5.

⁸³ *Ibid.*

Fialho de Vargas, sendo elas Irmã Inácia (Maria Amalia), Irmã Emiliana (Lídia) e Irmã Rosa (Ernestina)⁸⁴. Joaquim foi casado com Anna Maria Fialho, sua sobrinha, filha de seu irmão Antonio Fialho de Vargas. Foi membro do primeiro conselho municipal do município de Lajeado pelo Partido Republicano⁸⁵, falecendo em 24 de agosto de 1916 em São Leopoldo, onde morou durante alguns anos⁸⁶. Joaquim e Anna tiveram mais três filhos, Antonio Fialho de Vargas Netto, Luiz Francisco Fialho de Vargas e Amelia Fialho de Vargas. Antes de falecer, Joaquim, que já estava viúvo e enfermo, recolheu-se ao Sanatório Santa Elisabeth⁸⁷, em São Leopoldo, reduzindo todos os seus bens em dinheiro e depositando-o nos Bancos da Província e do Commercio. Joaquim deixou uma fortuna de 2.000 libras ou 30:692\$300 réis (trinta contos, seiscentos e noventa e dois mil e trezentos réis). No inventário da esposa consta praticamente a mesma fortuna: 2.016 libras ou 30:574\$000 réis (trinta contos, quinhentos e setenta e quatro mil réis), composta por 90% de bens de raiz. O casal tinha uma casa de moradia em São Leopoldo e imóveis rurais em Lajeado e Guaporé⁸⁸.

Justina Ignacia de Jesus Fialho casou com Manoel Ignacio Dutra⁸⁹ e o casal teve dez filhos: Saturnino, José, Cecília, Maria Ignês, Justina, Anna Maria, João, Manuel Ignacio, Luis e Petronilla. Tinham residência em São Leopoldo, além de fazendas em Vacaria, Gravataí e Estrela. A atividade do casal estava vinculada à pecuária (possuíam 2380 animais, incluindo reses, cavalos, éguas, ovelhas e mulas) e à venda de lotes para colonos, bem como eram acionistas da Companhia Pastoril, Agrícola e Industrial⁹⁰. No inventário de Justina consta uma fortuna de 14.760 libras ou 171:069\$585 réis (cento e setenta e um contos, sessenta e nove mil,

⁸⁴ TRÄSEL, 1969.

⁸⁵ VILLA do Lajeado. *A Federação*, ano 8, n. 246, p. 2, 24 out. 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Joaquim%20Pereira%20Fialho%20de%20Vargas&pasta=ano%20188>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

⁸⁶ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo n° 440, de 1916. APERS.

⁸⁷ O Sanatório Santa Elisabeth foi fundado pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em 1903 e hoje funciona como uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, denominando-se Lar Santa Elisabeth. LAR SANTA ELISABETH. *Institucional*, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.larsantaelisabeth.com.br/institucional/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁸⁸ Inventário *post-mortem* do 2° Cartório Cível e Crime de São Leopoldo n° 70, 1905. APERS.

⁸⁹ Livro de matrimônio n° 2, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 86v.

⁹⁰ A companhia foi criada em 1873 e tinha sede no Rio de Janeiro. A companhia adquiriu as propriedades rurais e industriais do Banco Mauá no Uruguai e Argentina com o objetivo de fomentar nesses países trabalhos agrícolas, industriais e de pastoreio. A companhia teve auxílio financeiro do Banco Mauá e o próprio barão chegou a ser presidente da mesma. COMPANHIA pastoril, *Diário do Rio de Janeiro*, ano 56, n. 322, p. 2, 23 nov. 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=Companhia%20Pastoril%20Agricola%20e%20Industrial&pasta=ano%20187>. Acesso em: 24 out. 2018.

quinhentos e oitenta e cinco réis), composta por 50% de bens de raiz, 16,7% de animais, 15,4% de dívidas ativas e 14% de dinheiro⁹¹.

Manoel Fialho de Vargas Filho, possivelmente o irmão mais bem-sucedido da família em termos financeiros, nasceu na Aldeia dos Anjos em 28 de agosto de 1825⁹² e faleceu em 25 de julho de 1863, no Rio de Janeiro, vítima de paralisia⁹³. Em 38 anos de vida conseguiu acumular uma fortuna de 15.702 libras ou 153:888\$068 réis (cento e cinquenta e três contos, oitocentos e oitenta e oito mil, sessenta e oito réis). Foi casado com Maria Rita de Andrade e teve com ela quatro filhos, Ritta, Adeodato, João e Cecília. Manoel residia em Porto Alegre, tinha o cargo de Coronel da Guarda Nacional⁹⁴, foi acionista em várias empresas e sócio de seu irmão, Antonio, na companhia de colonização Baptista Fialho & Cia., fundadora da Colônia dos Conventos no município de Taquari. Como este sujeito é bastante importante para a análise da trajetória de Antonio Fialho de Vargas, principal indivíduo desta pesquisa, preferiu-se dedicar um item deste capítulo para ele e João Baptista Soares da Silveira e Souza, sócio dos irmãos, que será trabalhado mais adiante.

Antonio Fialho de Vargas nasceu em 15 de setembro de 1818 na freguesia da Aldeia dos Anjos⁹⁵ e faleceu em 18 de julho de 1895, em Taquari⁹⁶. Foi casado com Maria Ignacia da Conceição Dutra, natural da freguesia da Aldeia dos Anjos, e teve com ela doze filhos: Anna Maria Fialho, Antonio Fialho de Vargas Filho, Maria Clara Fialho, Francisca Fialho de Vargas, Porcínia Fialho de Vargas, José Fialho de Vargas, Justina Fialho de Vargas, Castorina Fialho de Vargas, Bernardina Fialho de Vargas, André Fialho de Vargas, Pedro Fialho de Vargas e Joaquim Fialho de Vargas. Antes do casamento com Maria Ignacia, Antonio teve uma filha com Joana Maria da Conceição, questão que será abordada ao longo deste capítulo.

⁹¹ Inventário *post-mortem* do 1º Cartório de Orfãos de São Leopoldo nº 786, 1884. APERS.

⁹² Livro de Batismos nº 5, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 50v.

⁹³ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orfãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875. APERS.

⁹⁴ Possivelmente Manoel estava no grupo de reservistas da Guarda Nacional, tendo em vista que as fontes não apontam em nenhum momento sua atuação em qualquer tipo de serviço militar. Havia dispositivos legais para dispensar guardas nacionais, bem como os responsáveis pelas qualificações podiam indicar indivíduos para o grupo de reserva. Como Manoel possuía contato com órgãos públicos da capital, é bem provável que tenha sido qualificado como reservista pelos responsáveis do processo. Ser da Guarda Nacional, mesmo do grupo de reserva, garantia status político e social, pois mostrava que o indivíduo era um cidadão participante da vida política do Império. Ver: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. 2001. 288 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001.

⁹⁵ Livro de Batismos nº 4, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 171.

⁹⁶ Livro de Óbitos nº 6, Paróquia São José de Taquary, Taquary, p. 37v.

Seguindo os registros paroquiais, é muito provável que a família de Antonio tenha residido em lugares diferentes ao longo do tempo. Os primeiros filhos do casal foram batizados na Aldeia dos Anjos e os que nasceram entre 1844 e 1850 foram batizados em Vacaria. Como o irmão de Antonio, Bernardino, possuía terras nesta freguesia, é possível que Antonio tenha se deslocado até a Vacaria para auxiliar na administração das fazendas. Depois desse período, a família retorna para a Aldeia dos Anjos e por volta de 1857 muda-se para a freguesia de Santo Amaro, município de Taquari, onde Antonio havia adquirido terras e instalado a Colônia de Conventos. Em alguns momentos, Antonio e alguns filhos moraram também na Vila de Taquari, onde Antonio faleceu e foi enterrado.

Antonio era sócio e gerente da empresa de colonização Baptista Fialho & Cia., juntamente com o irmão Manoel e João Baptista Soares da Silveira e Souza, amigo da família. Deste modo, Antonio se tornou um grande comerciante de terras da região do Vale do Taquari, declarando mais de 15 mil hectares de terra, a maior extensão encontrada nos registros paroquiais da região⁹⁷. Atuava em nome da empresa e por conta própria, realizando transações imobiliárias também em outras regiões, como São Luiz Gonzaga. Além disso, foi um dos principais prestamistas do Vale do Taquari, o que lhe permitia aplicações mais dinâmicas e de retornos mais rápidos⁹⁸.

No inventário de Antonio consta uma fortuna de 13.062 libras ou 174:381\$100 réis (cento e setenta e quatro contos, trezentos e oitenta e um mil e cem réis), composta por bens de raiz nas cidades de Lajeado, Taquari e São Luiz Gonzaga. Na relação de bens não foram listados outros tipos de bens, apenas terras. Talvez isso tenha ocorrido porque durante o século XIX, as propriedades imobiliárias passaram a ser o componente mais importante dos inventários, diminuindo o valor de móveis e semoventes, por exemplo⁹⁹. Essa mudança deve ter se intensificado após a abolição da escravidão, visto que os escravos deixaram de aparecer nos inventários. Acreditamos nisso porque em 1881, quando da realização do inventário da esposa de Antonio, foram listados outros bens, além dos bens de raiz. O monte mor do inventário de Maria Ignacia é de 13.360 libras ou 146:167\$839 réis (cento e quarenta e seis contos, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove réis)¹⁰⁰, composto por 79% de bens de raiz, 6% de escravos e 5% de semoventes. Móveis e pratas possuem valores insignificantes.

⁹⁷ CHRISTILLINO, 2010.

⁹⁸ *Id.*, 2004.

⁹⁹ NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰⁰ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 329, de 1881. APERS.

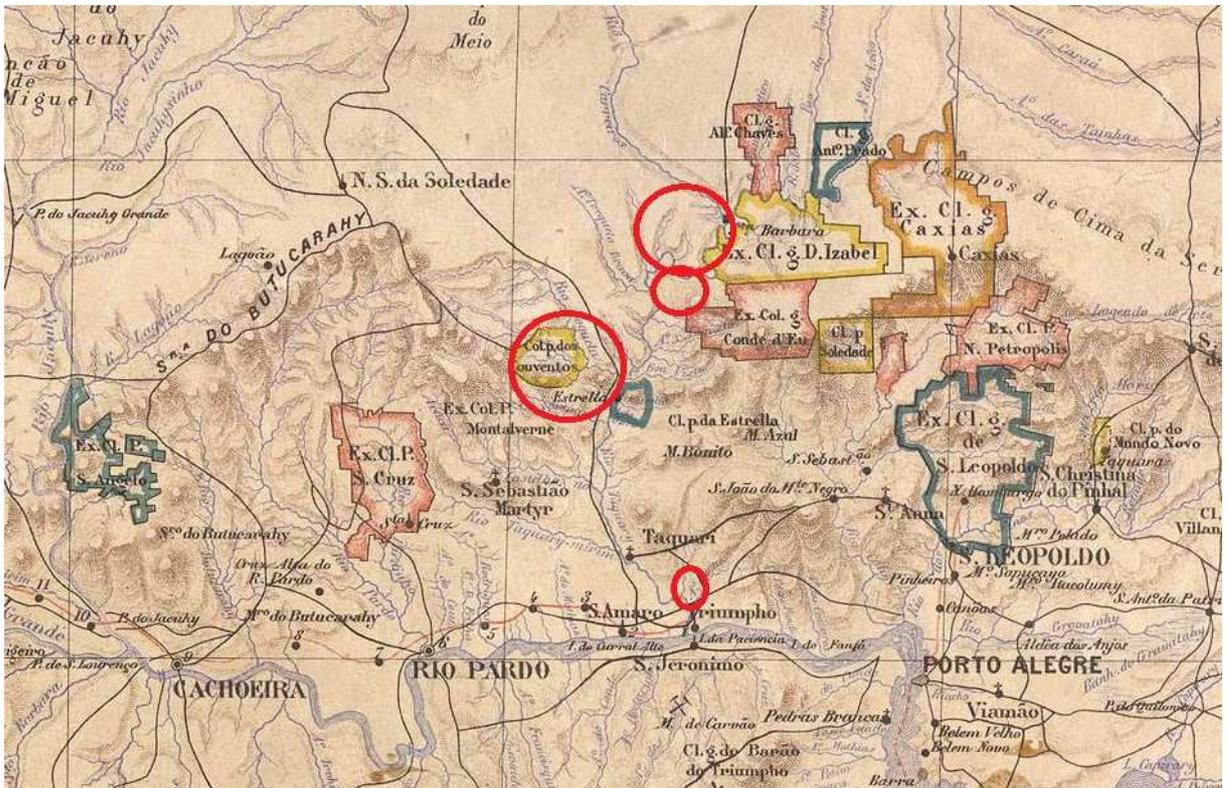
O inventário de Maria Ignacia, na verdade, apresenta o momento mais ativo economicamente do ciclo de vida de Antonio. Cruzando as informações do inventário com as escrituras públicas dos Livros de Notas¹⁰¹, fica evidente a atuação de Antonio em diferentes atividades econômicas. Além de comprar grandes extensões de terra e transformá-las em lotes coloniais destinados a imigrantes e descendentes, Antonio também investiu no comércio de madeiras, comprando terras ricas em matos. Ele possuía um engenho de serrar madeira e provavelmente fazia o transporte das madeiras pelo Rio Taquari com a lancha e as canoas que foram listadas no inventário de Maria Ignacia. Chegou a possuir também um engenho de moer cana de açúcar, possivelmente para a produção de aguardente, economia importante na região¹⁰². O sobrado que possuía na Colônia de Conventos funcionava como uma casa de negócios, onde eram efetuadas compras e vendas de terras, inclusive entre os próprios colonos.

No entanto, apesar da diversificação dos investimentos de Fialho de Vargas, característica comum aos empresários do período, em ambos os inventários o item mais representativo das fortunas são as terras, sendo inexistente até mesmo a presença de dívidas ativas. Por isso, acredita-se que a principal aplicação de Antonio estava no comércio de terras, mas para que este se tornasse viável, tendo em visto a sua lucratividade a longo prazo, era preciso investir em outros setores mais dinâmicos. As atividades econômicas listadas acima, além do cuidado de 222 animais, eram realizadas com a ajuda de 17 escravizados. Este número alterou-se ao longo do tempo, sendo que em 1872, quando foi realizada a matrícula de escravos, foram listados 19. Destes, apenas cinco tinham como profissão a agricultura. A maioria dedicava-se ao serviço da casa e à cozinha; havia três pedreiros, um sapateiro e um carpinteiro. O mapa abaixo representa a localização aproximada das propriedades listadas no inventário de Maria Ignacia.

¹⁰¹ As escrituras públicas serão analisadas no 3º capítulo.

¹⁰² Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 10 de agosto de 1854. Fundo Autoridades Municipais, maço 277, caixa 151, AHRS.

Figura 2 – Propriedades de Antonio Fialho de Vargas em 1881



Fonte: Adaptado pela autora a partir de: JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg>. Acesso em: 04 nov. 2018.¹⁰³

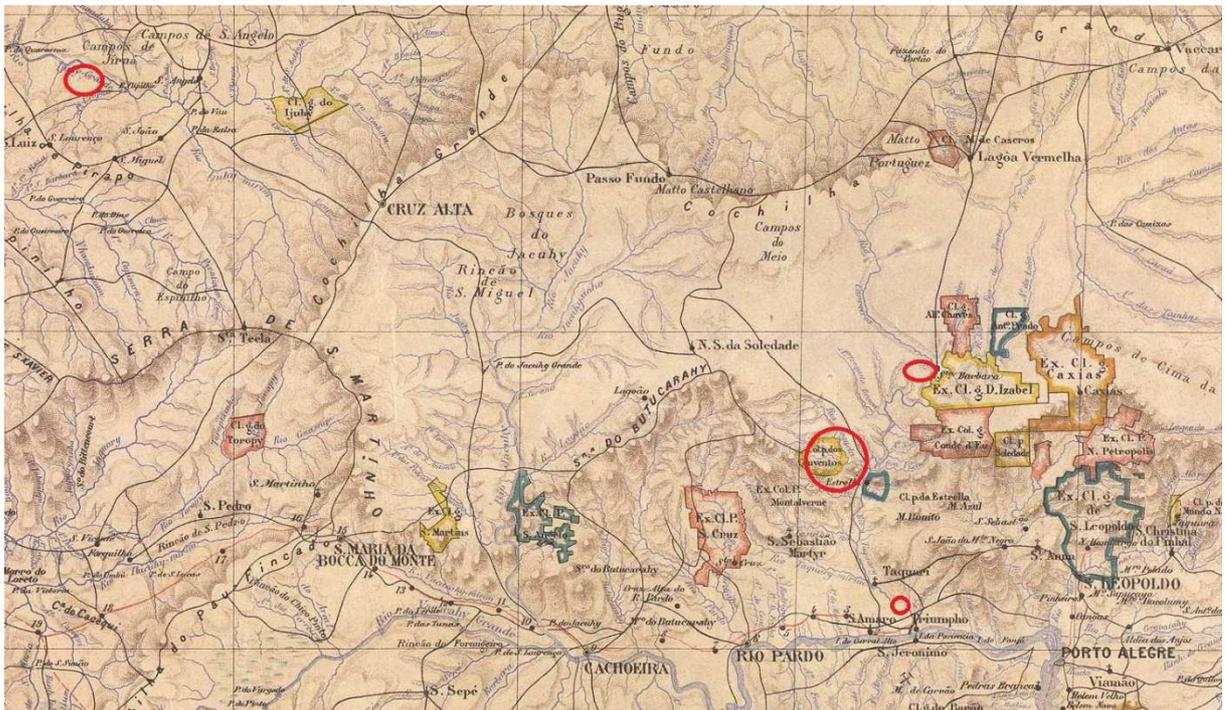
Antonio e a família possuíam duas casas de moradia. Uma na margem direita do rio Taquari, na povoação de Santo Ignacio, e outra na Vila de Taquari, margem esquerda do rio. Em ambos os lugares havia animais de criação. Dentre os móveis listados no inventário de Maria Ignacia, alguns se destacam, como um piano, uma mobília e duas camas de cedro, uma secretaria com estante, três espingardas e dois revólveres. Nota-se que do inventário de Maria Ignacia para o de Antonio, o valor do monte mor praticamente não sofreu alteração, mesmo ocorrendo a partilha dos bens entre os credores e herdeiros da herança de Maria Ignacia. No inventário desta constam vinte e três propriedades, divididas nos municípios de Taquari e Estrela; enquanto que no inventário de Antonio constam apenas sete, apontando para uma valorização fundiária ocorrida entre 1881 e 1895. A maioria destas propriedades eram grandes áreas que já estavam ou seriam repartidas em lotes, como na povoação de Santo Ignacio, em que havia cerca de 200 terrenos “próprios para edificação da Freguesia de S. Ignacio”¹⁰⁴, de

¹⁰³ Agradeço a minha orientadora pela sugestão do mapa.

¹⁰⁴ Esta área viria a se tornar a Vila de Lajeado alguns anos depois.

acordo com o inventário de Maria Ignacia, realizado em 1881. Na relação de bens do inventário de Antonio (1895) aparecem 35 destes terrenos com um preço bem mais elevado. Em 1881, cada terreno valia 50 mil réis ou 4,5 libras; em 1895, cada um valia 300 mil réis ou 22,47 libras. Isso apresenta uma valorização de 500%, em termos nominais.

Figura 3 – Propriedades de Antonio Fialho de Vargas em 1895



Fonte: Adaptado pela autora a partir de: JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg>. Acesso em: 04 nov. 2018.

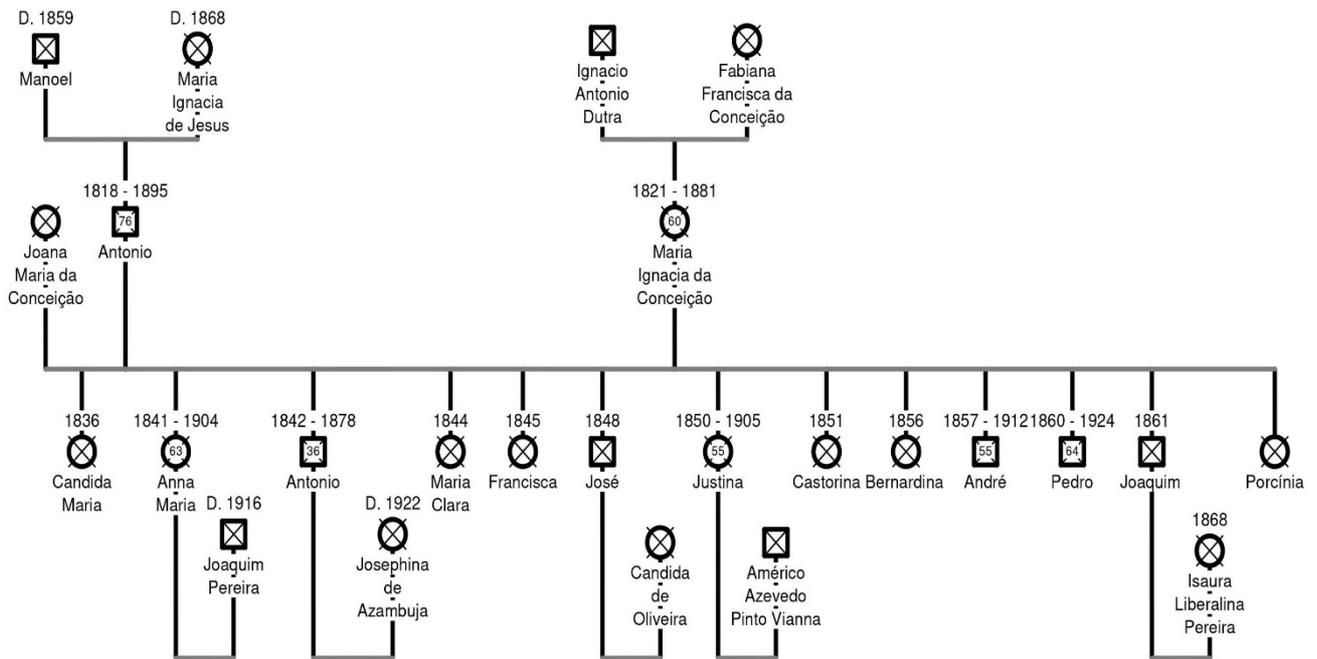
O mapa acima destaca onde estavam localizadas, aproximadamente, as propriedades de Antonio quando da realização do inventário. Eram propriedades bem mais reduzidas do que as listadas no inventário da esposa. Elas se encontravam justamente próximas aos núcleos coloniais, o que evidencia o interesse de Antonio em acompanhar o direcionamento dos imigrantes e descendentes. No início da segunda metade do século XIX, as frentes de expansão dos imigrantes de origem germânica saíram de São Leopoldo em direção ao Vale do Caí, Vale do Taquari, Santa Cruz e Santa Maria, ocupando toda a borda da Serra. A partir de 1890, se encaminharam para o planalto rio-grandense, estabelecendo moradia em lugares como Ijuí,

Carazinho, Erechim, Getúlio Vargas, Santa Rosa, Três Passos e São Luiz Gonzaga¹⁰⁵. Os imigrantes italianos foram estabelecidos primeiramente nas colônias Conde d'Eu e Dona Isabel e, com o aumento da população, foram se encaminhando para os lugares próximos, como Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé. Antonio adquiria terras que estavam no horizonte dessas migrações internas, ou, poderia até mesmo contribuir para a condução delas, propagando a venda de lotes de uma colônia para outra. É bem provável que essa tenha sido a intenção ao adquirir uma grande extensão de terra em São Luiz Gonzaga: levar o excedente populacional do Vale do Taquari até o planalto. Outra característica interessante de todas as áreas que ele adquiria para dividir em lotes é a proximidade de fontes de água, como rios ou arroios, aspecto importante para a sobrevivência da comunidade que seria estabelecida.

A respeito dos filhos do casal, sabemos que André, Pedro, Maria Clara, Bernardina e Porcínia seguiram a carreira religiosa e outros cinco filhos casaram-se com integrantes de famílias tradicionais de Taquari. Os matrimônios foram realizados após o estabelecimento da família no município, quando Antonio passou a gerenciar a Colônia Conventos. Os que casaram foram Anna Maria, Antonio Filho, José, Justina e Joaquim. As alianças podem indicar uma estratégia, pois representavam vínculos com proprietários de terra e/ou ocupantes de cargos públicos do município de Taquari. Poderia ser uma forma de facilitar a inserção no novo município de residência, pois antes de Antonio se estabelecer em Taquari, a família Fialho de Vargas não tinha nenhum vínculo com a região, a princípio. Levando em consideração a profissão de Antonio, criar redes com pessoas que exerciam algum tipo de poder em Taquari, como fazendeiros e tabeliães, lhe garantia benefícios e vantagens nos negócios.

¹⁰⁵ ROCHE, 1969.

Figura 4 – Árvore genealógica do casal Antonio Fialho de Vargas e Maria Ignacia da Conceição¹⁰⁶



Fonte: elaborado pela autora a partir do software GenoPro 2018.

O filho Joaquim casou com Isaura Liberalina Pereira¹⁰⁷, natural e residente na freguesia de Santo Antônio da Estrela, filha de Antonio Geraldo Pereira, 2º tabelião de notas e escrivão do cartório cível e crime do termo de Taquari¹⁰⁸ e posteriormente tabelião do termo de Santo Antônio da Estrela¹⁰⁹. O filho José se tornou um político do município de Taquari, sendo vice-presidente do Club Republicano¹¹⁰, vereador pelo Partido Republicano¹¹¹ e alferes da guarda

¹⁰⁶ A árvore só apresenta o ano de nascimento e óbito dos registros que foram localizados. Os indivíduos que estão sem sobrenome são Fialho de Vargas.

¹⁰⁷ Livro de matrimônios nº 1, Santo Antonio da Estrela, Estrela, p. 74.

¹⁰⁸ SERVIÇO telegráfico da Gazeta de Noticias. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 117, p. 2, 29 abr. 1879. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pesq=antonio%20gerald%20pereira&past a=ano%20187>. Acesso em: 23 out. 2018.

¹⁰⁹ LIMA, José Antonio de Souza. *Relatório com que S. Excia. o Snr. Conselheiro José Antonio de Souza Lima passou a administração da Provincia do Rio Grande do Sul em 1º de junho de 1883 ao Exmo. Snr. Dr. Meandro Rodrigues Fontes 1º Vice-presidente*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1883.

¹¹⁰ ADHESÕES republicanas. *A Federação*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 2, 7 jan. 1886. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas &pasta=ano%20188>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

¹¹¹ ELEIÇÕES municipais. *A Federação*, Porto Alegre, ano 3, n. 151, p. 2, 6 jul. 1886. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=2249&Pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

cívica¹¹². Casou com Candida Vianna de Oliveira¹¹³, natural de Taquari, com quem teve dois filhos: Algiza e José. Não temos informações familiares de Candida, no entanto, a irmã de José, Justina, também casou com um Vianna de Taquari, Americo de Azevedo Pinto Vianna¹¹⁴, possivelmente parente de Candida. Americo era filho de Americo de Azevedo Vianna, fazendeiro de Taquari. Justina e Americo tiveram dois filhos, Maria da Gloria Fialho Vianna e José Fialho Vianna¹¹⁵. De acordo com o inventário de Justina, o casal não teve muito sucesso financeiro. As propriedades deles estavam hipotecadas devido a empréstimos feitos junto a companhias de crédito, e tiveram que ser vendidas em praça pública para pagar as dívidas. Os arrematantes foram os próprios credores.

Antonio Filho casou com Josephina de Azambuja Fialho¹¹⁶, filha de João Xavier de Azambuja, proprietário da fazenda São Gabriel, na freguesia de Santo Amaro. Os membros da família Azambuja, além de terem muitas terras na região, também ocupavam alguns cargos públicos. Assim como Antonio Fialho de Vargas, os Azambuja também participaram ativamente do comércio de terras através da criação de colônias, picadas e linhas. Essas características com certeza fizeram do casamento um bom negócio. Antonio Filho e Josephina tiveram seis filhos: Maria Clara, Maria Antonia, Laura, Lucia, Gervasio e Adolphina. Antonio Filho continuou a profissão do pai, possuindo inúmeros imóveis rurais, incluindo sítios e lotes coloniais. Nesse sentido, a herança dos sogros contribuiu para seus negócios, pois ele acabou herdando propriedades junto com a esposa. Antonio Filho faleceu com 36 anos e acumulou uma fortuna de 4.300 libras ou 44:413\$353 réis (quarenta e quatro contos, quatrocentos e treze mil, trezentos e cinquenta e três réis), composta principalmente por bens de raiz (69,5%) e dívidas ativas (20,7%)¹¹⁷.

Como dito anteriormente, Anna Maria casou com o próprio tio, Joaquim¹¹⁸, o que pode indicar a falta de pretendentes fora do grupo parental que correspondessem às expectativas e/ou a preocupação de seu pai com os bens da família, pois casando uma filha com o irmão, não correria o risco de ter que dividir o patrimônio com outros indivíduos. Aliás, a partir da leitura das partilhas realizadas quando da feitura dos inventários da família, notou-se que, na maioria

¹¹² ACTOS officiaes. *A Federação*, Porto Alegre, ano 7, n. 144, p. 2, 26 jun. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=5800&Pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

¹¹³ Livro de Matrimônios nº 5, São José de Taquary, Taquary, p. 97.

¹¹⁴ Livro de Matrimônios nº 6, São José de Taquary, Taquary, p. 64v.

¹¹⁵ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo nº 298, de 1906. APERS.

¹¹⁶ Livro de Matrimônios nº 2, Igreja Católica de Santo Amaro do Sul, p. 20.

¹¹⁷ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 6, de 1879. APERS.

¹¹⁸ Livro de Matrimônios nº 4, São José de Taquari, p. 17v.

das vezes, um mesmo bem, geralmente os imóveis, era dividido entre todos os herdeiros, de modo a evitar a fragmentação das propriedades da família. Pois acabava sendo mais difícil vender alguma terra ou alguma casa com vários donos. Enfim, neste primeiro momento, optamos por fazer uma apresentação da família de Antonio Fialho de Vargas, indivíduo fio condutor da pesquisa, sendo que, ao longo da narrativa, os personagens aqui descritos voltarão a aparecer. No próximo item serão explorados alguns aspectos familiares que a trajetória Antonio permite alcançar sobre a sociedade da província de São Pedro, como o nível de instrução, a carreira religiosa e as práticas matrimoniais.

1.2 “Sujeição e poder marital”: mulheres, religião e educação

Ao longo do século XIX, foram ocorrendo algumas mudanças, bastante lentas, nos pactos matrimoniais e no papel que a mulher deveria desempenhar no casamento. A prática do dote estava diminuindo, mas podia ser oportuna em algumas situações, como no caso de uma das filhas de Antonio Fialho de Vargas, Candida Maria Fialho. Antonio teve uma filha com Joana Maria da Conceição antes de seu casamento com Maria Ignacia. Candida nasceu em maio de 1836, em Porto Alegre¹¹⁹. No entanto, Antonio só registrou sua filha em 17 de maio de 1856, por meio de escritura pública antes do casamento dela com Antonio Barbosa Granja. E isso só se fez necessário devido ao decreto nº 463 de 1847¹²⁰, que declarava terem os filhos naturais dos nobres os mesmos direitos hereditários dos filhos naturais dos plebeus, como consta no título 92 do livro IV das Ordenações Filipinas¹²¹. Este título garantia aos filhos naturais dos plebeus o mesmo direito à herança dos filhos legítimos. Sendo assim, a partir do decreto, Candida também tinha direito à herança de seu pai, visto que não havia nada que a impedisse de ser filha natural de Antonio.

Fialho prometeu Candida em casamento a Antonio Barbosa Granja e ofereceu um dote de dois contos de réis, os quais seriam descontados de sua legítima. Desta forma, as outras filhas

¹¹⁹ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895. APERS.

¹²⁰ BRASIL. Decreto 463, 2 de setembro de 1847. Declara que aos filhos naturais dos nobres ficção extensivos os mesmos direitos hereditarios, que, pela Ordenação livro quarto, titulo noventa e dous, competem aos filhos naturais dos plebeos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-463-2-setembro-1847-560199-publicacaooriginal-82833-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

¹²¹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV. Título XCII. Como o filho do peão, succede a seu pai. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p939.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

não saíam em desvantagem, visto que a única filha que recebeu dote foi Candida. Naquele período o dote já não era mais uma prática comum entre a população brasileira. Com o crescente individualismo e o afastamento entre família e negócios, a concessão do dote foi se tornando uma questão de escolha para as famílias, de modo que sua importância era cada vez menor e geralmente vinha à colação¹²². Como, por exemplo, o dote de Candida correspondia a cerca de 11% da sua legítima, o que não representava uma grande despesa para Antonio Fialho.

Muriel Nazzari¹²³, a partir de um estudo sobre o dote em São Paulo, conseguiu compreender as motivações do desaparecimento do dote com base em inventários dos séculos XVII, XVIII e XIX. Durante o período colonial, a ênfase estava nos casamentos em que os cônjuges tinham igualdade social (estimulada pela comunhão de bens) e a capacidade do marido de administrar os bens, que dependiam de a noiva contribuir com um grande dote. Através do dote, as mulheres estavam em peso de igualdade com os homens para o sustento da família. Mas, no século XIX, a condição essencial para o casamento era a capacidade do marido de sustentar a família, já que o dote estava em desuso. Deste modo, o poder do status dos pais estava se sobrepondo ao das mães, como indica a maior porcentagem de filhos com o sobrenome do pai e o aumento de mulheres que portavam o sobrenome do marido.

Aos poucos o dote composto por bens materiais passou a ser combatido e os homens que se casavam por dinheiro eram mal vistos. O número de casamentos arranjados diminuía e as mulheres eram mais valorizadas pelas suas qualidades pessoais, como o nível de instrução, do que pelo fato de contribuir com algum patrimônio para o casamento. O índice de educação das mulheres ricas aumentou no século XIX, pois mulheres mais educadas se tornavam mais atraentes para os futuros maridos. Acreditava-se que as mulheres educadas ajudariam na educação das filhas e ensinariam seus filhos a ler e escrever, contribuindo para o combate ao analfabetismo¹²⁴. Deste modo, o dote foi sendo ressignificado. Deixou de ter valor econômico e passou a ter valor simbólico. As famílias deviam legar às suas filhas uma educação pautada nos ensinamentos religiosos e nas prendas domésticas, formando o caráter de boa esposa e boa mãe¹²⁵.

¹²² Ir à colação era devolver o dote para a fortuna da família com o objetivo de que a partilha entre os herdeiros fosse justa.

¹²³ NAZZARI, 2001.

¹²⁴ *Ibid.*

¹²⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa. “*O dote é a moça educada*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 320 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

Durante o século XVIII, a prática do dote era bastante comum entre a elite local dos Campos de Viamão (região que depois viria a se tornar vários municípios, sendo um deles o de Porto Alegre), embora os valores dos bens dotados não fossem muito elevados. O maior valor encontrado na amostra de Fábio Kühn foi de 1:902\$133 réis (um conto, novecentos e dois mil, cento e trinta e três réis) ou 534 libras, valor despendido pelo capitão Francisco Pinto Bandeira a cada uma de suas filhas. No entanto, “[...] a importância do dote não se resumia à transferência patrimonial entre as gerações, devendo-se atentar também para as estratégias matrimoniais mais amplas, que vinculavam entre si famílias importantes ou indivíduos de projeção naquela sociedade”¹²⁶. Geralmente os dotes eram compostos por animais, escravos e terras, o que corrobora com os dados de Nazzari, indicando a preferência das famílias por bens de produção ao invés de bens de consumo, no período colonial. Mas, com a transformação do pacto matrimonial, a dotação em dinheiro foi se tornando mais comum. O dinheiro não trazia restrição alguma para o noivo, ele podia investir como achasse mais conveniente¹²⁷.

Embora se perceba mudanças no pacto matrimonial durante o século XIX, os costumes das famílias de elite continuavam bastante ligados às tradições coloniais. Para estas famílias, o casamento ainda “[...] funcionava como um sistema de ‘mercado matrimonial’ para preservar a pureza étnica e a manutenção da classe social, em que os cônjuges nem sempre tinham os seus sentimentos afetivos respeitados, a fim de resguardar os interesses das famílias envolvidas no consórcio”¹²⁸. Lendo o inventário de Antonio Barbosa Granja¹²⁹ não é possível saber sua profissão e nem se o mesmo representava uma aliança importante para Fialho. Granja nasceu em Portugal (isso pode ter influenciado a escolha de Fialho, tendo em vista a preferência de muitas famílias por cônjuges de origem portuguesa) e deixou uma herança de 13 contos de réis ou 960 libras, composta por três casas em Porto Alegre: uma na rua Duque de Caxias e duas na rua João Alfredo. Não sabemos em que período Antonio Granja chegou na província de São Pedro, mas talvez o casamento com uma mulher nascida na província pode ter sido uma estratégia para adentrar nas redes de reciprocidade no lugar de instalação.

Há algumas justificativas para este casamento e para a dotação. Arranjando um casamento para Candida, Fialho garantia que a filha não ficasse solteira (o que era visto com

¹²⁶ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. 479 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006, p. 161.

¹²⁷ NAZZARI, 2001.

¹²⁸ ABRANTES, 2010, p. 63.

¹²⁹ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orfãos e Ausentes de Porto Alegre nº 248, de 1896. APERS.

muito preconceito devido à representação do casamento como um acontecimento importante na vida das mulheres)¹³⁰ e tivesse um bom futuro, pois o matrimônio assegurava reconhecimento social, a legitimidade dos filhos e os direitos pecuniários¹³¹. Em relação ao dote, que aparece em poucos casamentos no espaço-temporal desta pesquisa, provavelmente Fialho quisesse deixar sua filha mais atraente para o noivo (tendo em vista que a moça não era filha legítima¹³²) ou talvez Antonio Granja tenha exigido um dote. O dote também compensaria Candida pela ausência e distância que havia entre ela e o pai (visto que Candida morou sempre com a mãe) e porque suas outras irmãs acabariam recebendo mais apoio durante a vida, como a permanência em terras da família depois de casadas e incentivo para os estudos.

Aparentemente, todos os filhos de Fialho receberam algum nível de instrução, sendo que dois filhos e três filhas seguiram a vida religiosa¹³³. Aliás, o apreço pela educação e, principalmente, pela carreira religiosa, é notável em toda a sua família. A partir da leitura dos documentos, só foram identificados dois casos de analfabetismo, sua esposa e sua mãe. Como dito anteriormente, um de seus irmãos teve um elevado grau de instrução para a época, se tornando padre jesuíta. A mãe de Fialho, encontrando-se enferma antes da morte, fez um testamento¹³⁴ deixando alguns valores para instituições religiosas e santos padroeiros, como o Asilo Providência, de Porto Alegre, dirigido pela congregação do Imaculado Coração de Maria; para cera do altar de Nossa Senhora do Carmo de Porto Alegre; e ao padroeiro da Matriz de Taquari, São José.

Maria Ignacia também mandou celebrar trinta missas pela alma dela, do marido e do filho José, que deveriam ser realizadas pelo seu filho reverendo João Baptista. Isso indica a admiração e a crença na religião católica, também expressa quando a mesma encomenda sua alma:

¹³⁰ AZAMBUJA, Cristina Spengler. *Os dois lados da janela: o público e o privado das mulheres porto-alegrenses entre 1774 e 1887, através dos processos de divórcio*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2006.

¹³¹ ABRANTES, 2010.

¹³² As filhas naturais, assim como as bastardas e ilegítimas, “não eram exatamente mulheres sem honra, mas, sob o olhar da sociedade, estabeleciam-se nas fronteiras entre a honra e a desonra: traziam em si a pecha do pecado, o signo da desonra. Sobre elas recaíam outros sentimentos intimamente ligados à desonra: a suspeita, o desconhecimento da origem e também a vergonha”. ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 124.

¹³³ No inventário da esposa de Antonio Fialho de Vargas foram registrados 100 livros sobre religião, além de 12 livros sobre medicina, o que confirma o interesse da família pela instrução e principalmente pelo conhecimento religioso. Infelizmente os títulos não foram listados. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquari nº 329, de 1881. APERS.

¹³⁴ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 390, de 1869. APERS.

Em primeiro lugar encomendo minha alma a Deos que a creou e a seu unigenito filho que a remio com seu precioso sangue, e como tal declaro que sou Christã, filha da Santa Igreja Catholica Romana, e que vivendo nesta fé, creio e confesso todos os misterios e dogmas délla, para salvação de minha alma¹³⁵.

Graebin esclarece que essa prática era bastante comum entre os imigrantes açorianos e seus descendentes, que buscavam deixar a vida arrumada antes de partir, “[...] acertando contas com os santos de sua devoção, parentes e amigos”¹³⁶. As missas requeridas pelo moribundo visavam assegurar o bem da alma, sendo que a quantidade dependia da consciência de cada um. A crença na fé católica parece ter sido bastante exaltada e cultuada pela família de Maria Ignacia e de Manoel. Seus filhos Bernardino e Joaquim também deixaram registrado em testamento o número de missas que deveria ser rezado por suas almas e doações para congregações religiosas. A nora Maria Rita de Andrade Fialho, já viúva, chegou a levar seus filhos Adeodato e Rita para uma celebração por ocasião do quinquagésimo aniversário da Sagração Episcopal do Papa Pio IX, em Roma¹³⁷.

De acordo com o padre Alberto Träsel, Manoel e Maria Ignacia tiveram vinte e um netos religiosos¹³⁸, além do filho João Baptista. No Álbum Jubilar de Santa Clara do Sul, escrito pelo padre Träsel, se encontram os nomes destes indivíduos e pequenas biografias dos padres João Baptista Fialho de Vargas, André Fialho de Vargas e Pedro Fialho de Vargas, os dois últimos filhos de Antonio Fialho de Vargas. Não foi possível identificar nas fontes se todos os nomes indicados por Träsel teriam realmente sido religiosos, no entanto, a maioria dos indivíduos assinalados por ele estão de acordo com a documentação. A família Fialho de Vargas foi composta por padres jesuítas, irmãs carmelitas, franciscanas, do Imaculado Coração de Maria e da Ordem de Visitação de Santa Maria, sendo o número de mulheres religiosas bastante superior ao número de homens¹³⁹. O trabalho destas ordens religiosas foi intensificado ao longo do século XIX, movimento resultante do ultramontanismo que, no século XIX,

[...] se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da

¹³⁵ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 390, de 1869, p. 4v. APERS.

¹³⁶ GRAEBIN, 2006, p. 219.

¹³⁷ PEREGRINAÇÃO a Roma. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano 12, n. 83, p. 3, 22 jul. 1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=maria%20rita%20andrade%20fialho&pa sta=ano%20187>>. Acesso em: 18 set. 2018.

¹³⁸ TRÄSEL, 1969.

¹³⁹ *Ibid.*

escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.¹⁴⁰

A centralização na autoridade papal levou a uma intervenção mais significativa das congregações romanas em cada diocese e uma maior uniformização da disciplina eclesiástica. No entanto, o movimento não ocorreu em um único sentido, de cima para baixo, pois a própria devoção religiosa reforçou essa tendência de modo espontâneo. Em diversos países, foram criadas novas Ordens Religiosas, “[...] que buscavam fortalecer a autoridade pontifícia e reformar a comunidade na qual se desenvolviam, no sentido de se alinharem ao catolicismo ortodoxo, que via em Roma o seu centro doutrinal e disciplinar”¹⁴¹. No Brasil, o ultramontanismo se estabeleceu lentamente, mas conseguiu o controle da Igreja em menos de um século. A corrente entrou no país por influência estrangeira, por meio de clérigos oriundos da Europa ou por clérigos brasileiros que se formavam no continente europeu, situação à qual o Colégio Pio-Latino-Americano se tornou fundamental¹⁴².

Esse processo de reestruturação do aparelho religioso católico, muitas vezes denominado de reforma ou romanização¹⁴³, combatia o catolicismo popular, vinculado ao sincretismo e às crenças mestiças, e pretendia implementar um catolicismo branco, puro e ortodoxo. A reforma foi realizada com discussões entre bispos, governo e Santa Sé “[...] sobre cada um dos aspectos da religiosidade no Brasil, exatamente com intuito de tomar decisões que fossem de acordo com as exigências e especificidades locais de cada diocese brasileira e também do Brasil como um todo”¹⁴⁴. A reorganização católica da província de São Pedro ocorreu na segunda metade do século XIX e enfrentou muitas dificuldades. As paróquias estavam “destituídas de meios paroquiais e carentes de meios materiais. O clero, em grande parte, atirado em curatos e paróquias paupérrimos da campanha ou do sertão”¹⁴⁵. No entanto, isso não significa que não houvesse devotos ou que o sentimento religioso dos fiéis estivesse

¹⁴⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2010, p. 24.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 25.

¹⁴² *Ibid.*

¹⁴³ Santirocchi afirma que o termo “romanização” é inadequado e simplista, apesar de ser bastante utilizado pela historiografia. Ele defende o uso do termo “reforma”. *Ibid.*

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 32.

¹⁴⁵ RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 161.

enfraquecido. A atuação de irmandades¹⁴⁶ ajudava a suprir as necessidades religiosas da população.

Em 27 de maio de 1848, foi criada pela Santa Sé a diocese da província, mas só em julho de 1853 foi instalada oficialmente com a posse do primeiro Bispo, D. Feliciano José Rodrigues Prates, fundador do Seminário S. Feliciano (1854). O Seminário foi criado para formar melhor os padres da nova diocese¹⁴⁷. Mas foi o segundo Bispo, Dom Sebastião Dias Laranjeira, que seguiu as diretrizes da “[...] Santa Sé Romana ao buscar moralizar os costumes de acordo com os mais novos padrões cristãos de vida religiosa, tomando distância dos movimentos de cunho liberal e se aproximando das determinações do Papa, de reordenamento da fé e centralização do poder em Roma”¹⁴⁸. No entanto, a relação do Bispo com o catolicismo tradicional foi caracterizada mais pela negociação que pelo autoritarismo, tanto que muitas práticas religiosas tradicionais foram mantidas enquanto outras ganharam novos significados. O Bispo “[...] buscou sacralizar o culto católico e reajustar o comportamento do clero sul-riograndense de acordo com os preceitos romanos”¹⁴⁹. Era uma tentativa da Igreja de modificar as expressões religiosas dos fiéis, as quais não eram comuns e uniformes.

A nova diocese procurou banir as *práticas supersticiosas e populares* para substituí-las por noções ortodoxas, vinculadas à Roma e de acordo com o Concílio de Trento. O clero da província era despreparado e, em alguns momentos, demonstrava resistência às novas regras. Isto porque, assim como o clero do resto do Brasil, o clero rio-grandense “[...] formou-se intelectualmente numa tradição visceralmente oposta aos ditames ultramontanos requeridos por Roma nesse período. Era um clero de formação regalista, no qual ainda ecoava a influência da reforma pombalina”¹⁵⁰. Inserir os ensinamentos ultramontanos nem sempre foi uma tarefa fácil. O padre João Baptista Fialho de Vargas enfrentou problemas neste sentido. João Baptista estudou no Seminário S. Feliciano e foi mandado à Roma pelo Bispo Dom Sebastião Dias

¹⁴⁶ “Como instituições sócio-religiosas importantes no Brasil desde a Colônia, as irmandades reuniam boa parcela da sociedade, entre homens, mulheres e crianças. Sustentavam o culto católico e a Igreja propriamente dita, conformando aquilo que muitos chamaram de catolicismo tradicional. Eram integradas por pessoas comuns, simples leigos, interessados em cultuar santos, viver a religião católica, buscar proteção diante das adversidades da vida – ou da morte – encontrar pessoas, estabelecer relações, praticar a caridade e o auxílio mútuo”. TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007, p. 14-15.

¹⁴⁷ RUBERT, 1998.

¹⁴⁸ TAVARES, *op. cit.*, p. 15-16.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 18.

¹⁵⁰ ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 36.

Laranjeira, possivelmente para suprir a carência de clérigos com instrução adequada. Ele recebeu uma formação ultramontana e quando se tornou vigário da paróquia de São José de Taquari, em 1866,

teve grandes divergências com os próceres do lugar, que o intrigaram também com o povo. O motivo foi a firmeza do pároco em pontos de disciplina eclesiástica. Houve polêmicas, recursos a instâncias superiores e alguma perplexidade por parte do bispo. Nenhuma das partes quis ceder. Tornando-se insustentável a situação, a 15/4/1868 o Pe. João Batista Fialho de Vargas pediu demissão da paróquia, que foi aceita pelo bispo. Depois retirou-se da diocese e ingressou na Companhia de Jesus a 19/7/1869 [...].¹⁵¹

Deste modo, podemos dizer que alguns integrantes da família Fialho de Vargas tiveram uma educação com base nos ensinamentos ultramontanos, influenciados, provavelmente, pelas instruções da nova diocese da província. As fontes ainda indicam que a família tinha uma relação bastante próxima com o Bispo Dom Sebastião, principal responsável pela implementação da reforma católica na província. Na conta corrente presente no inventário de Manoel Fialho de Vargas Filho, irmão do padre João Baptista, localizamos, junto à movimentação do crédito, depósitos de 200\$000 réis (duzentos mil réis) mensais referentes ao aluguel de uma casa pelo Bispo. Os depósitos foram efetuados entre novembro de 1863 e outubro de 1866. O documento não indica o nome do Bispo, mas, nesse período, o Bispo da província era Dom Sebastião Dias Laranjeira. Manoel Fialho de Vargas Filho possuía vários imóveis no centro da capital e alugava-os como uma forma de obter rendimentos¹⁵².

Sendo assim, os religiosos da família Fialho de Vargas também contribuíram para a realização da reforma católica, propagando os ensinamentos vindos de Roma. As mulheres através das congregações femininas e os homens por meio da Companhia de Jesus. As mulheres estiveram presentes em instituições que tinham uma boa reputação na província, como o Asilo Providência, administrado pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria, o colégio instalado em São Leopoldo pelas irmãs franciscanas e o Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo. Essa presença feminina no catolicismo brasileiro foi intensificada durante o século XIX, quando foram criadas várias organizações religiosas específicas para mulheres católicas. Além disso, o período presenciou o desenvolvimento significativo de escolas para meninas dirigidas por religiosas.

¹⁵¹ RUBERT, 1998, p. 31.

¹⁵² Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875. APERS.

[...] O interesse da Igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país. Na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio.¹⁵³

Durante o período colonial brasileiro, as instituições devocionais femininas educativas se restringiam aos conventos e recolhimentos,

[...] lugares que propunham uma educação com a intencionalidade de reclusão feminina, especialmente com o intento de alcançar uma perfeição de vida religiosa da reclusa. Constituíam-se em espaços para poucas mulheres e a educação era voltada para o aprendizado das virtudes cristãs e para a celebração de atividades devocionais.¹⁵⁴

Com a chegada das congregações religiosas no Brasil, durante o século XIX, estas instituições passaram a se preocupar com a educação feminina para o âmbito familiar, ensinando as mulheres a exercer funções de esposas e mães, além do aprendizado das virtudes cristãs e a celebração de atividades devocionais, mas se diferenciavam por desenvolvê-las para as famílias católicas¹⁵⁵. Ao que tudo indica, as religiosas da família Fialho de Vargas não eram direcionadas às escolas femininas para receberem uma educação católica, que valorizava o matrimônio e a maternidade, e retornarem à sociedade para constituírem suas famílias. Estas mulheres foram conduzidas (ou se conduziram por vontade própria) para uma vida religiosa enclausurada ou congreganista, regida por três pontos fundamentais: honra, educação e devoção¹⁵⁶.

Encaminhar uma filha para a carreira religiosa podia ser uma solução para vários medos e necessidades enfrentadas pelas famílias de elite. Dentre estes, a dificuldade em arranjar bons maridos, constituição de dotes matrimoniais, o risco de fragmentação do patrimônio dos bens e a necessidade de ampliação dos vínculos de apoio e prestígio através do matrimônio. As instituições religiosas, que nem sempre exigiam um dote, garantiam proteção, uma boa

¹⁵³ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 494.

¹⁵⁴ LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 03, 2016, p. 49.

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ ALGRANTI, 1993.

educação e honra para a família, podendo até mesmo representar um local de correção para punir mulheres cuja conduta deixava a desejar. Ter uma filha reclusa significava não correr o risco de ter uma desonrada na família, bem como poderia ser uma solução para as questões domésticas. A honra feminina estava vinculada à sexualidade da mulher, “[...] isto é, ao controle que ela desenvolvia sobre os impulsos e desejos do próprio corpo. Para a solteira, honra era sinônimo de castidade; para a casada, ela se apresentava revestida da fidelidade ao marido, presa às normas sexuais impostas à esposa pelo matrimônio”¹⁵⁷.

Contudo, a presença das mulheres em instituições religiosas não pode ser justificada apenas como uma alternativa para as famílias das mulheres em questão. A opção pelo celibato podia ser um desejo das próprias mulheres. O casamento não era um objetivo para todas elas e viver reclusa era uma forma de ser solteira e obter proteção. Sandra Graham chamou atenção para o celibato feminino desejado ao investigar a escrava Caetana, que se recusava a casar com o noivo que o patrão havia escolhido para ela. Não foi possível descobrir o motivo que fez com que Caetana rejeitasse o casamento, que acabou acontecendo, mas ficou evidente a sua vontade de não querer casar com ninguém¹⁵⁸. Deste modo, as religiosas da família Fialho de Vargas também podem ter ingressado na carreira por vontade própria.

Uma das preocupações com relação às mulheres “[...] era a conquista de um estado que lhes permitisse viver em segurança tanto física quanto econômica e moral”¹⁵⁹. Era necessário dispor às mulheres proteção masculina permanente, a qual geralmente era encarregada ao pai ou ao marido. Porém, na falta de ambos, a tarefa poderia ser confiada a um irmão, tio, tutor ou a uma instituição de clausura¹⁶⁰. No século XIX, o discurso acerca da necessidade da educação feminina também contribuiu para o encaminhamento de meninas para escolas administradas por freiras congreganistas. A sociedade oitocentista tinha apreço pelos colégios católicos e estava preocupada com a formação da mulher de elite, que além de ser boa mãe e esposa, deveria saber ler e escrever. As congregações religiosas tinham o objetivo de expandir as práticas religiosas no seio da sociedade, fortalecendo e propiciando legitimidade ao

¹⁵⁷ ALGRANTI, 1993, p. 110-111.

¹⁵⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁵⁹ ALGRANTI, *op. cit.*, p. 134.

¹⁶⁰ *Ibid.*

catolicismo¹⁶¹. Tinham um grande potencial de adaptação às necessidades sociais, respondendo à necessidade de educação feminina com a criação de escolas para este segmento¹⁶².

As religiosas congreganistas não viviam enclausuradas, pois exerciam atividades caritativas fora de suas casas e também eram encarregadas da escolarização de meninas. Uma das primeiras congregações a se instalar no Brasil foi a das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, congregação austríaca instalada em Porto Alegre em 1849¹⁶³. Essa congregação administrava o Asilo Providência, inaugurado em 1863 pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. O Asilo Providência era coordenado pela própria fundadora da congregação, a austríaca Bárbara Maix, e dedicado ao cuidado de meninas órfãs¹⁶⁴. Maria Clara Fialho, filha de Antonio Fialho de Vargas, iniciou sua carreira nessa instituição, tornando-se Madre Clara de Santo Estanislau e constituindo-se a 1ª Superiora Geral na Escola São Cristóvão no Rio de Janeiro, onde atuou como educadora de meninas¹⁶⁵.

A congregação holandesa das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegou a São Leopoldo em 1872 e instalou na cidade o Colégio São José. A vinda da congregação foi um pedido do padre jesuíta Guilherme Feldraus, que vivia em São Leopoldo e atendia a comunidade de imigrantes e descendentes de alemães. Feldraus solicitou à congregação, que já estava presente em outros países, como a Alemanha, que viesse ao município para se dedicar à educação da juventude feminina¹⁶⁶. As irmãs também se dedicaram à saúde e à assistência social e fundaram uma variedade de instituições, como asilos, orfanatos, hospitais e escolas¹⁶⁷. O Colégio São José foi, provavelmente, o local onde estudaram as irmãs

¹⁶¹ CARNEIRO, Elizabete Barbosa. As Irmãs do Sagrado Coração de Maria e a construção do ideal feminino em Montes Claros. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 23., 2005, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0319.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

¹⁶² LAGE, 2016.

¹⁶³ *Ibid.*

¹⁶⁴ INSTITUTO PROVIDÊNCIA, *Sobre a Unidade de Educação*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.redeicm.org.br/providencia/historico/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁶⁵ IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, *Madre Clara de Santo Estanislau*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.icm-sec.org.br/galeria-das-diretoras-gerais/madre-clara-de-santo-estanislau-1898-1922/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

¹⁶⁶ BRITO, Luciana Souza de. *Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)*. 256 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

¹⁶⁷ AMARO, Eliane Maria. *Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, Sul de Mato Grosso (1955-1975)*. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018.

franciscanas da família Fialho de Vargas, tendo em vista que muitos de seus integrantes moravam em São Leopoldo.

Os colégios administrados por ordens religiosas, tanto para meninas como para meninos, eram muito procurados pelas famílias de elite para educar os filhos. Eles garantiam uma instrução mais elevada do que as escolas públicas, bem como acabavam sendo um fator de distinção social para aqueles que os frequentavam. Lutterbeck afirma que o Colégio Conceição de São Leopoldo, fundado pelos jesuítas em 1869, foi o melhor colégio do Rio Grande do Sul, sendo procurado por fazendeiros gaúchos e catarinenses, bem como por elites de outros lugares do Brasil¹⁶⁸. Essas instituições conquistaram crédito e confiança dos grupos de elite e reforçaram os ensinamentos católicos ortodoxos. Deste modo, estudar em um colégio administrado por alguma congregação, bem como pertencer ao clero era uma posição de prestígio, pois nem todos os estudantes tinham vocação sacerdotal, era necessário fazer uma seleção¹⁶⁹.

Outra filha de Antonio Fialho de Vargas, Bernardina Fialho de Vargas, se tornou a irmã carmelita Bernardina da Imaculada Conceição, vivendo em clausura no Mosteiro Nossa Senhora do Carmo, em Porto Alegre. O Mosteiro foi fundado em 1839 pela Madre Joaquina de Jesus¹⁷⁰. A Ordem do Carmo está no Brasil desde o período colonial e foi originada no século XII, sendo uma das ordens religiosas mais antigas da cristandade. Abriga tanto frades e monges como freiras e monjas, que se dedicam a uma vida solitária e contemplativa¹⁷¹. Como o Carmelo de Porto Alegre se tornou insuficiente para atender todas as interessadas em seguir uma vida religiosa, em 1894, a irmã Bernardina embarcou em direção à Rio Grande para fundar o Mosteiro São José, onde viveu até o resto da vida¹⁷². André Fialho de Vargas (1857-1912) e Pedro Fialho de Vargas (1860-1924), irmãos de Bernardina, estudaram Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana, em Roma, e se tornaram padres jesuítas. Os dois nasceram na

¹⁶⁸ LUTTERBECK, Jorge Alfredo. *Jesuítas no sul do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1977.

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ IRMÃS CARMELITAS, *Carmelo Nossa Senhora do Carmo*. Disponível em: <http://www.irmascarmelitas.com.br/index.php?pr=conteudo&mn_codigo=14&ct_codigo=133>. Acesso em: 19 jun. 2019.

¹⁷¹ MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. *A pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo*. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2010.

¹⁷² MOSTEIRO SÃO JOSÉ, *Nosso Carmelo*. Rio Grande. Disponível em: <https://www.mosteirosaojose.com.br/index.php?p=nosso_carmelo#>. Acesso em: 23 ago. 2018.

Freguesia de Santo Amaro e lecionaram no Colégio São Luís, em Itu/SP, e no Colégio Anchieta, em Friburgo/RJ.

Apesar da Companhia de Jesus garantir subsídios aos jesuítas, as famílias precisavam suprir os seminaristas no período de estudo, o que acabava selecionando os estudantes das famílias mais abastadas. Além disso, a formação jesuítica se destaca das demais formações religiosas, como corrobora Haubert: “Por seu nascimento em famílias nobres ou pelo menos notáveis, pelo rigor de sua formação intelectual, pela extensão de seus conhecimentos, o conjunto dos jesuítas já se situa bem acima da maioria dos outros religiosos”¹⁷³. Nos registros de débito e crédito da conta corrente de Manoel Fialho de Vargas Filho, encontrados no seu inventário e administrados pela esposa após a sua morte, é possível localizar despesas com o irmão João Baptista Fialho de Vargas, enquanto este estava em Roma, estudando no Colégio Pio Latino-Americano. Provavelmente o irmão assumiu essa responsabilidade pelo fato do pai ter falecido poucos meses após João Baptista ir para a Europa. São débitos feitos em 1863, 1864 e 1865 que variam de 400 a 900 mil réis. No caso dos sobrinhos André e Pedro, tudo indica que o próprio pai, Antonio, tenha arcado com as despesas da educação dos filhos.

A educação sempre foi privilégio da elite e uma característica de distinção social. “Aspectos constitutivos da cidadania, tais como direito de voto, de participação política, de reconhecimento de direitos sociais e a própria definição entre os que detinham o poder e os que eram sujeitados ao mesmo, passavam pela condição de ser letrado ou analfabeto”¹⁷⁴. No entanto, é importante salientar que, no que se refere ao direito de votar, foi somente com a Lei Saraiva, de 1881, que o analfabetismo foi critério de exclusão eleitoral. Isso porque o analfabetismo estava presente mesmo entre as elites, afinal, cerca de 80% da população foi classificada como analfabeta no censo de 1872¹⁷⁵.

Durante o período colonial, a tarefa de educar foi delegada à Companhia de Jesus e a possibilidade de obter a alfabetização era restrita aos proprietários ou limitada ao poder patriarcal¹⁷⁶. No entanto,

¹⁷³ HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990, p. 44.

¹⁷⁴ JESUS, Wellington Ferreira de. Os jesuítas e o financiamento da educação na Colônia: os recursos de muitos para o privilégio de poucos (Séc. XVI-XVII). In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*. Brasília: Liber Livro, 2016, p. 72.

¹⁷⁵ LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos*, Porto Alegre, n. 11, v. 4, p. 602-615, 2012.

¹⁷⁶ JESUS, *op. cit.*

No século XIX, a consolidação dos Estados Nacionais e a substituição da Igreja como entidade de tutela do ensino fortalecem o papel da educação e da escola. A escola passa a ser vista como uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional, através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio.¹⁷⁷

Durante o período imperial, o Estado buscou normatizar a instrução pública por meio de preceitos legais, mas os investimentos financeiros não eram suficientes para garantir nem mesmo o ensino primário a todos, embora o artigo 179 da Constituição de 1824 assegurasse a todo cidadão brasileiro o direito à instrução primária gratuita¹⁷⁸. O Ato Adicional de 1834¹⁷⁹, por sua vez, transferiu às Assembleias Legislativas Provinciais o poder de deliberação sobre a instrução pública, o que acarretou em processos de escolarização diferentes em cada uma das províncias. Além do ensino público, também havia escolas particulares ou domésticas, que funcionavam em espaços improvisados das casas das famílias ou dos professores e ultrapassavam o número de escolas públicas; colégios masculinos e femininos e a escolarização pela preceptoria, os dois modelos mais utilizados pelas elites¹⁸⁰.

Durante todo o Império, apesar da insistência de alguns parlamentares e de alguns setores da sociedade na defesa constante da obrigatoriedade do ensino, não havia uma oferta significativa de escolas para as classes populares, a instrução primária permanecia como uma tarefa da família”.¹⁸¹

De acordo com Maria Celi Chaves Vasconcelos¹⁸², a educação doméstica era uma prática muito comum entre as elites, que entendiam a educação pública como inferior e limitada, diferente da realizada na casa dos aprendizes, que ocorria sob a escolha, a vigilância e a responsabilidade dos pais. A educação doméstica podia ser ministrada por padres, membros da

¹⁷⁷ BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 116.

¹⁷⁸ BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

¹⁷⁹ BRASIL. *Lei nº 16, 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e edições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

¹⁸⁰ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 135-150.

¹⁸¹ MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leônicio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 100.

¹⁸² VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Cryphus, 2005.

família ou mestres contratados para esse fim. Uma instrução de qualidade, pautada na habilidade de saber ler e escrever, ter conhecimentos de teologia, filosofia, retórica e línguas, dentre outros saberes, garantia um estatuto de distinção entre os sujeitos. Além disso, a escola pública permitia a mistura de indivíduos de classes sociais diversificadas, o que não era interessante para as camadas mais abastadas.

Muitas vezes, as crianças iniciavam seus estudos em casa com algum mestre e depois eram encaminhadas para um colégio particular, onde concluíam a formação secundária, ou iniciavam no colégio e depois aprimoravam o conhecimento em casa. “Desse modo, a grande maioria das crianças de elite no século XIX recebeu alguma forma de educação doméstica, ainda que posterior ou anteriormente à escola”¹⁸³. Esse costume estava presente na família Fialho de Vargas. No inventário de Manoel Fialho de Vargas Filho, sua esposa, Maria Rita, afirma que necessita de recursos para a educação dos filhos, visto que três deles estudam no colégio e a menor tem mestre em casa de primeiros estudos. Assim, possivelmente a prática da família era iniciar os estudos das crianças em casa e depois matriculá-las em um colégio particular.

Nos inventários dos integrantes da família a preocupação das mães com a educação dos filhos após a morte dos pais é bastante recorrente. Isso ocorria porque eram os homens os responsáveis pelo sustento da família e pela instrução dos filhos, tendo em vista que estes geralmente estudavam em colégios particulares ou tinham professores particulares. Verificamos um desses casos no inventário de Antonio Fialho de Vargas Filho, no qual sua esposa, Josefina de Azambuja Fialho, teve que tirar suas filhas da escola particular, após a morte do marido, por falta de dinheiro. Maria Clara e Laura estudavam no colégio Sagrado Coração de Jesus, em Santa Cruz, e Lucia estudava no colégio São José, em São Leopoldo, sendo que a família residia em Taquari¹⁸⁴.

A preocupação das viúvas com a educação dos filhos também pode ser identificada em um anúncio no jornal “O Constitucional”, de 1873, em que um grupo de doze senhoras, incluindo Maria Rita de Andrade Fialho, convidam para um concerto e um baile que têm o objetivo de angariar fundos para a criação de “[...] um collegio destinado principalmente á educação gratuita das orphãs, filhas legitimas dos officiaes do exercito, da armada e da guarda

¹⁸³ VASCONCELOS, 2005, p. 224.

¹⁸⁴ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 6, de 1879. APERS.

nacional [...]”¹⁸⁵. Entende-se que eram viúvas de militares, como Maria Rita, que não possuíam mais recursos para a educação das filhas e tinham receio de colocá-las em escolas públicas. A ênfase na instrução das filhas pode ser devido à atenção das famílias do século XIX com a educação das mulheres.

Nesse sentido, salienta-se a preocupação da família aqui analisada com a educação dos filhos, bem como o nível de instrução mais elevado do grupo, tendo em vista o alto índice de analfabetismo da população da província¹⁸⁶. Isso é um reflexo da precária infraestrutura educacional da mesma, que não conseguia garantir nem mesmo uma instrução inicial à população. Esse retrato parece não ter sofrido grandes alterações desde o início do século XIX. De acordo com o livro de memórias de Antônio Chaves, publicado pela primeira vez em 1822, até o ano de 1820, “[...] não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a província”¹⁸⁷. No mesmo período, havia somente três homens diplomados oriundos do Rio Grande do Sul.

Deste modo, entende-se que a família Fialho de Vargas se destacava no âmbito educacional, demonstrando um nível de instrução bastante alto para o período. Grande parte de seus integrantes estudou em instituições de ensino reconhecidas e alguns deles chegaram a estudar em Roma. O interesse pelos estudos não era uma característica comum nem mesmo entre a elite, o que faz dos Fialho de Vargas uma família excepcional neste sentido. A preocupação com o ensino também pode estar vinculada aos negócios da família, que exigiam determinado conhecimento jurídico. Por exemplo, vários integrantes investiram na comercialização de terras, uma atividade que requeria comparecimento ao tabelionato, contato com procuradores e consolidação de contratos. Garantir uma boa instrução poderia ser um meio de aprimorar o conhecimento sobre a legislação fundiária, tendo em vista que “[...] a marca da cultura brasileira era profundamente jurídica e porque os brasileiros se preocupavam em autenticar e registrar com cuidado todos os tipos de transação [...]. Até mesmo os brasileiros comuns sabiam da necessidade do selo de um tabelião [...]”¹⁸⁸.

¹⁸⁵ ANNUNCIOS. *O Constitucional*. Porto Alegre, ano 3, n. 19, p. 3, 25 abr. 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213519&PagFis=1427&Pesq=maria%20rita%20andrade%20fialho>>. Acesso em: 18/09/2018.

¹⁸⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

¹⁸⁷ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 258.

¹⁸⁸ GRAHAM, 2005, p. 12.

Em 1878, Antonio Fialho de Vargas, fundador e diretor da Colônia Conventos, no município de Taquari, enviou uma correspondência ao presidente da província. O presidente havia recomendado à Antonio que criasse os livros de registro civil dos imigrantes da colônia, tendo por base o decreto 5.604 de 1874, que regulamentava o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos do Império, e incumbia o diretor da colônia dos livros de registro civil, quando não houvesse empregados responsáveis por essa função, como o Escrivão e o Juiz de Paz¹⁸⁹. No entanto, demonstrando conhecimento sobre a legislação, Antonio esclarece que não é mais morador nem diretor da colônia e que a mesma estava sob a jurisdição do Juiz de Paz de Santo Amaro e pertencia ao município de Estrela. Eximindo-se da tarefa e alegando que não tinha direito algum sobre as terras da colônia, Antonio afirmou: “O direito, em regra, vem acompanhado de onus, e portanto o onus não deve prevalecer onde não ha direito”¹⁹⁰. Uma frase simples, mas que expressa domínio sobre o assunto.

Assim, a preocupação dos Fialho de Vargas com a educação dos membros da família pode indicar tanto um anseio de cunho social, por ser uma maneira de exibir o status, tendo em vista que a instrução elevada era uma condição possível apenas para os grupos de elite; como econômico, por beneficiar o desempenho nos negócios. A presença de um grande número de religiosos na família aponta também para a importância da religião católica no seio familiar e da contribuição dos membros para a reforma ultramontana, tendo em vista a influência que tiveram nas instituições em que atuaram. Observando mais atentamente o grupo familiar de Antonio Fialho de Vargas, percebe-se a atenção que o mesmo despendia com o futuro dos filhos e com a honra da família, seja promovendo bons casamentos ou encaminhando os filhos e filhas para a carreira religiosa. Nesse sentido, a seguir serão analisados alguns aspectos das práticas matrimoniais da família Fialho de Vargas, sendo eles a endogamia e a consanguinidade, identificados nas fontes.

¹⁸⁹ BRASIL. *Decreto nº 5604, 25 de abril de 1874*. Regulamenta o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

¹⁹⁰ Correspondência à Americo de M. Marcondes de Andrade, enviada por Antonio Fialho de Vargas. 20 de dezembro de 1878. Fundo Colônias. Caixa 31, Maço 57. AHRS.

1.2.1 Endogamia e consanguinidade

A partir do estudo dos matrimônios realizados pelos Fialho de Vargas, com base nos registros paroquiais, nas habilitações matrimoniais e nos inventários, notou-se uma preferência do grupo por cônjuges da mesma classe social ou oriundos do mesmo lugar de origem, caracterizando uma prática endogâmica; bem como o acontecimento de casamentos consanguíneos, inclusive. A endogamia era comum durante o período imperial e colonial, principalmente entre as famílias de elite. Isso ocorria porque

Na sociedade brasileira, especialmente no século XIX, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. [...] Por isso, é possível estabelecer uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social. Os matrimônios, que eram a opção de uma certa parcela da população, estiveram também preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. Esta, interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social, procurava limitar os casamentos mistos quanto a cor, assim como em desigualdade de nascimento, honra e riqueza.¹⁹¹

Deste modo, os casamentos endogâmicos estimulavam a preservação da fortuna, mantendo a linhagem e a pureza de sangue. Deste modo, os casamentos consanguíneos garantiam os mesmos benefícios, porém, eram proibidos pela política imperial e eclesiástica. A historiografia apresenta duas justificativas para os casamentos consanguíneos entre as famílias de elite: a falta de pretendentes externos ao grupo familiar que se encaixassem nas normas e padrões matrimoniais; e a busca pela conservação do patrimônio da família, evitando seu fracionamento com a entrada de outras pessoas no grupo. E, embora o século XIX apresente um paradigma cultural “[...] presidido pela livre escolha, o mutuo consentimento, a atração e amor entre os esposados”¹⁹², as relações incestuosas foram bastante comuns no período, tanto no Brasil como em Portugal. Para os Açores, especialmente a Ilha do Pico, Carlota Santos

¹⁹¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 42.

¹⁹² SCHETTINI, Vitória Fernanda; DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília Pereira. O casamento consanguíneo como uma estratégia matrimonial no século XIX: uma perspectiva comparada. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima. *Anais eletrônicos...* Lima, 2014, p. 2.

também encontrou números significativos de casamentos consanguíneos e entre pessoas oriundas da mesma região¹⁹³.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que estabeleciam as normas morais e sociais da Igreja Católica, prescreviam várias regras para os noivos e para o pároco, com o objetivo de evitar o incesto e a bigamia. As Constituições “[...] tinham por finalidade a propagação da espécie humana, a perseverança na fé e na lealdade e a inseparabilidade matrimonial”¹⁹⁴. As Ordenações Filipinas também proibiam as relações sexuais e matrimoniais entre parentes consanguíneos, encarando-as como crimes passíveis de punição¹⁹⁵. Mas apesar dessas condições, as famílias encontravam meios de prevalecer os seus interesses, tendo em vista que o casamento era um ritual social importantíssimo, considerado uma aliança entre famílias¹⁹⁶ ou uma estratégia de manutenção social.

Eram proibidos os casamentos entre parentes de até 4º grau, porém, era possível obter uma dispensa dependendo do motivo alegado pelos nubentes. Na pesquisa realizada por Schettini *et al*, foram analisadas solicitações de dispensas matrimoniais para a região do Minho, em Portugal, e para a Zona da Mata Mineira, no Brasil, no século XIX. As situações de dispensa encontradas foram mulheres viúvas que precisavam de um homem para auxiliar com mão-de-obra agrícola ou para ajudar na administração dos bens, mulheres com idade avançada, casos de cópula prévia e/ou reiterada (essa transgressão da norma religiosa da castidade prévia ao casamento podia ser corrigida com o matrimônio), quando algum membro do casal precisava migrar e, principalmente, a ausência de pretendentes em igualdade de idade e classe social. É importante salientar que as regiões analisadas não eram compostas por uma elite, mas por uma sociedade camponesa. Mesmo assim, “como forma de não dividir os bens familiares, os casamentos consanguíneos foram um dos meios utilizados para a sua permanência e uma das formas de manter acesa a harmonia e amizade entre as famílias”¹⁹⁷.

¹⁹³ SANTOS, Carlota. Endogamia e Consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (Séculos XVIII e XIX). In: COLÓQUIO O FAIAL E A PERIFERIA AÇORIANA NOS SÉCULOS XV A XX, 3., 2004, Ilha do Faial e Ilha das Flores. *Anais...Faial: Núcleo Cultural da Horta*, 2004, p. 207-226.

¹⁹⁴ ANDRADE, Maristela do Nascimento. *Poder e política no Brasil imperial: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850)*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2017, p. 86.

¹⁹⁵ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro V. Título XVII. Dos que dormem com suas parentas e afins. Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1166.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2018. As Ordenações Filipinas eram um código de leis aplicado em Portugal desde a União Ibérica, sendo que alguns de seus princípios estiveram presentes nas leis brasileiras do período imperial.

¹⁹⁶ SCHETTINI *et al*, 2014.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 19.

No Arquivo Histórico da Cúria de Porto Alegre, foram localizadas três habilitações matrimoniais envolvendo os Fialho de Vargas. São elas do pai Manoel Fialho de Vargas e dos filhos Bernardino e Manoel Filho. Devido à deterioração da habilitação de Manoel e Maria Ignacia de Jesus¹⁹⁸, não foi possível identificar o motivo do pedido de dispensa, mas sabemos que o avô materno de Maria Ignacia também se chamava Manoel Fialho, o que pode indicar o parentesco. Além disso, os nubentes tinham a mesma idade e Maria Ignacia era filha de açorianos, condições adequadas ao padrão desejado. Bernardino e Maria Ignacia Nunes tinham parentesco em 4º grau por linha colateral igual, sendo que seus avôs eram primo-irmãos. O motivo do pedido de dispensa foi o seguinte:

A oradora é filha de pais pobres, sendo o orador estabelecido com bom principio, deseja amparar a oradora por ser sua parenta; e ver que não havendo igual numero de mossos solteiros ao das mossas no lugar onde ella reside, pode ella ficar sem casar como tem ocorrido a outros em melhores circunstancias de fortuna.¹⁹⁹

Manoel Filho e Maria Rita de Andrade tinham parentesco em 2º grau igual, sendo os dois primo-irmãos. O pai de Manoel era irmão legítimo da mãe de Maria Rita. O motivo do pedido de dispensa é o fato da noiva ser

[...] órfã de pai e pobre; e havendo no distrito onde reside poucos homens relativamente ao numero de mulheres, e menos nas circunstancias de esposarem a oradora que é mossas bem educada e com precedentes em sua família que lhe garantem o direito de fazer hum casamento com igualdade; resolveo com o assentimento de sua Mae e irmãos aceitar a mão de esposo que lhe oferece o orador que reconhecidamente tem as qualidades de a fazer feliz casando-se com ella.²⁰⁰

O documento também aponta que “Manoel já goza de algum crédito na sociedade, e no comercio, e julga-se no caso de a poder sustentar com casa, decência e conforme a sua educação e seus princípios”. As justificações corroboram com o que é apresentado pela historiografia, evidenciando a falta de pretendentes em circunstâncias semelhantes fora do grupo familiar na Aldeia dos Anjos e a busca pelo equilíbrio e estabilidade social do grupo. As duas últimas fontes também apontam a condição vulnerável em que se encontravam as mulheres órfãs, mesmo as filhas de pais que tinham alguma posse, pois é muito provável que Maria Rita de Andrade só

¹⁹⁸ Habilitação matrimonial nº 140, caixa 128, 1817. Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus. AHCMPA.

¹⁹⁹ Habilitação matrimonial nº 11, caixa 238, 1852. Bernardino Fialho de Vargas e Maria Inácia Nunes. AHCMPA.

²⁰⁰ Habilitação matrimonial nº 58, caixa 240, 1853. Manuel Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade. AHCMPA.

se encontrasse na condição de pobreza devido à ausência do pai, tendo em vista que as mulheres geralmente estavam sob a tutela masculina e não possuíam meios para se sustentar.

O casamento consanguíneo foi uma prática adotada por muitos grupos de elite do Brasil imperial. Como alguns exemplos, temos as elites locais do Pará²⁰¹, de Minas Gerais²⁰² e do Piauí²⁰³. Porém, se em algumas situações o incesto representava uma solução ou estratégia familiar, em outras causava grandes problemas. Nas residências de famílias mais abastadas era comum a presença de outros familiares, como sobrinhos, o que ampliava as possibilidades de relações ilícitas entre os próprios parentes. Zanatta, em sua pesquisa de mestrado, lançou luz sobre divórcios causados por adultérios incestuosos, como o caso de Ludovina Jesus Maria de Carvalho, que conseguiu se divorciar de João Fialho²⁰⁴, por ele ter praticado incesto com sua própria sobrinha, Izabel de Gouvêa, que morava na residência do casal²⁰⁵.

O casamento entre Joaquim Pereira Fialho de Vargas com sua sobrinha, Anna Maria Fialho, também é configurado como um incesto. Entretanto, cabe ressaltar um detalhe importante: Joaquim é o único membro da família que carrega o sobrenome “Pereira”. Porém, em todos os inventários que fazem relação a Joaquim, o mesmo é tratado como filho legítimo de Manoel Fialho de Vargas e Maria Ignacia de Jesus. O seu registro de batismo não foi encontrado, mas no registro de matrimônio²⁰⁶ consta que os noivos foram dispensados do parentesco de 2º grau na linha transversal, apesar de não haver habilitação matrimonial no arquivo da Cúria. Deste modo, embora exista a possibilidade de Anna não ter parentesco consanguíneo com Joaquim, em todos os momentos ele é considerado seu tio, configurando a relação do casal como incestuosa.

A partir de um processo-crime²⁰⁷ envolvendo o irmão de Joaquim, Manoel Fialho de Vargas Filho, que será trabalhado mais adiante, também é possível constatar que relações incestuosas eram mal vistas pela sociedade quando iam a público. O processo envolve um crime

²⁰¹ CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 24-38, 2009.

²⁰² JULIO, Kelly Lislie; NOLASCO, Edriana Aparecida. Entre famílias – alianças matrimoniais vinculadas as relações de poder: padres e filhos, Minas Gerais (século XVIII e XIX). *Notandum*, São Paulo/Porto, ano 21, n. 47, p. 132-153, 2018.

²⁰³ SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano 7, nº 13, p. 1-15, 2016.

²⁰⁴ O sobrenome, neste caso, é mera coincidência.

²⁰⁵ ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

²⁰⁶ Livro de Matrimônios nº 4, Paróquia São José, Taquari, p. 17v.

²⁰⁷ Processo-crime nº 3553, 1ª vara criminal, Porto Alegre, 1861, maço 132, estante 1, APERS.

de injúria contra o editor do jornal *Correio do Sul*. Em matéria de 19 de abril de 1860 do referido jornal, Manoel foi injuriado anonimamente, acusado de ser integrante e defensor de uma quadrilha. O autor do texto também acusa um primo de Manoel e Joaquim de participar desta quadrilha. Seria ele Sezefredo Jose de Lemos, caracterizado da seguinte forma: “[...] Sezefredo Jose de Lemos, o incestuoso, que vivendo em amancebia com uma irmã tem com ella dois filhos, como tambem seo irmão com uma sobrinha, [...]”²⁰⁸. Isto indica que outros membros da família Fialho de Vargas também se relacionaram com parentes e que ter uma relação dessa exposta publicamente causava uma má impressão e atingia a honra familiar, inclusive porque o incesto era considerado crime. Assim, percebemos que os casamentos consanguíneos eram uma questão muito íntima dos grupos familiares e bastante complexa, pois ao mesmo tempo que eram uma estratégia, sendo aceito ou tolerado, ele também podia representar um problema social.

As fontes ainda revelam que a vida conjugal era repleta de desavenças, ainda mais quando os casamentos eram fruto de arranjos familiares e estes não respeitavam os interesses sentimentais individuais, prática comum das elites. As mulheres viviam tuteladas pelos homens, seja pelo pai, marido, irmão, padrinho, tio ou outro tutor. Entretanto, isso não significava que elas eram submissas e não faziam prevalecer os seus anseios. Como exemplo, temos o edital publicado no jornal “A Federação” em 22 de agosto de 1900, em que Joaquim Pereira Fialho de Vargas solicita ajuda do poder público para submeter a esposa ao seu controle:

Illustrissimo sr. Dr. Juiz districtal. – Joaquim Pereira Fialho de Vargas, casado com dona Anna Maria Fialho de Vargas, vem dizer a vossa senhoria que a referida sua mulher tem tido para com ele suplicante procedimento afrontoso e pouco conforme com os deveres de harmonia conjugal, já publicando pela imprensa que revogou procuração que ao suplicante havia passado, já recusando-se a acompanhá-lo e permanecendo na cidade de S. Leopoldo, com uma pretendida independência, que não se compadece com a sujeição e poder marital.

Nestas condições o suplicante pede a vossa senhoria se digne mandar autoar, notificar a sua referida mulher que nesta data resolveu ele suplicante fixar o domicilio conjugal na cidade de Porto Alegre, onde está residindo á rua Avahy, numero cento e trinta e dois (132), cumprindo assim á notificada recolher-se a esse domicilio. Outrosim protesta o suplicante não responsabilizar-se por dividas contraídas por sua mulher e pede a vossa senhoria mandar tomar por termo este protesto, intimal-o á protestada e publicar editalmente o respectivo termo pela imprensa.²⁰⁹

²⁰⁸ VERITAS, Padre. Os Luigi-Vampas da Vaccaria, os Fialhos, Lemos e Trindade. *Correio do Sul*, Porto Alegre, ano 9, n. 88, p. 1, 19 abr. 1860. In: Processo-crime nº 3553, 1ª vara criminal, Porto Alegre, 1861, maço 132, estante 1, p. 8, APERS.

²⁰⁹ EDITAES. *A Federação*, Porto Alegre, ano 17, n. 194, p. 3, 22 ago. 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=12054&Pesq=Joaquim%20Pereira%20Fialho%20de%20Vargas>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

Joaquim conseguiu interditar a esposa, deixando-a sem acesso aos bens do casal²¹⁰. Contudo, é impossível saber o que realmente se passava nessa relação conjugal. Talvez Anna nunca tenha aceitado se casar com o próprio tio; talvez a relação de consanguinidade não tenha sido um problema; talvez ela somente não quisesse morar em Porto Alegre; ou talvez o casal era incompatível. O leque de possibilidades é vasto, no entanto, pode-se inferir que buscar a ajuda da justiça e da imprensa era uma alternativa para tentar submeter as mulheres à tutela masculina. Provavelmente, expor publicamente uma atitude considerada inadequada de uma mulher podia alcançar resultados satisfatórios para aquele que o fizesse. Esta intervenção das autoridades nas desavenças entre casais ocorria desde o período colonial brasileiro, como constatou Maria Beatriz Nizza da Silva²¹¹. Ao mesmo tempo, percebemos que apesar da condição a qual a mulher estava sujeita legalmente, ela não deixava de impor sua vontade e interesses. O fato delas “[...] estarem sujeitas aos casamentos arranjados não garantia a manutenção da união”²¹².

Os casamentos realizados pela família Fialho de Vargas nos mostram que uma forma de manter a estabilidade do grupo parental, ascender socialmente e conquistar prestígio, era a estratégia matrimonial. Havia a preferência por alianças endogâmicas, sobretudo por cônjuges açorianos ou descendentes destes, sendo o casamento de Antonio Fialho de Vargas com Maria Ignacia da Conceição²¹³ mais um exemplo. Maria Ignacia era moradora da Aldeia dos Anjos, filha de imigrantes açorianos e tinha a mesma idade de Antonio. Essas alianças ainda podem expor uma ligação com a terra natal ou a manutenção de vínculos familiares estabelecidos nos Açores, importante para a sobrevivência e reprodução do grupo no Brasil. Como veremos a seguir, as escolhas de apadrinhamento da família assemelham-se às matrimoniais, revelando a prioridade por membros da própria família ou por amigos açorianos.

²¹⁰ Inventário *post-mortem* do 2º Cartório Cível e Crime de São Leopoldo nº 70, 1905. APERS.

²¹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

²¹² SAMARA, 1983, p. 57.

²¹³ O sogro e o avô materno de Antonio Fialho de Vargas era Dutra. Na Relação de Moradores de 1784 de Taquari, aparecem dois indivíduos denominados Antônio Dutra Fialho e José Dutra Fialho. Talvez as famílias Fialho e Dutra estivessem vinculadas desde o século XVIII. Esta informação foi cedida por Juan Luis Martirén na Banca de Qualificação.

1.3 O “garoto das obras públicas de Porto Alegre” e o comendador da Ordem da Rosa

Antonio Fialho de Vargas criou uma empresa de colonização em 1855, em sociedade com seu irmão Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Estes dois sujeitos são figuras importantes para entendermos como surgiu a colonizadora Baptista Fialho & Cia., tendo em vista a experiência deles no ramo imobiliário antes da parceria com Antonio. Manoel e João Baptista, além de sócios na empresa Baptista & Fialho, eram afillhado e padrinho, respectivamente. João Baptista e sua esposa, Maria Baptista Felicia da Silveira e Souza, ambos oriundos dos Açores, foram padrinhos de batismo de Manoel e de seu irmão, o padre João Baptista, o qual recebeu o nome do próprio padrinho²¹⁴. João Baptista também residia na Aldeia dos Anjos e fazia parte da rede de compadrio de Manoel Fialho de Vargas. Posteriormente, João Baptista batizou também Rita Amalia Fialho, filha de Manoel Filho.

Para Arantes,

O compadrio pode ser definido como uma instituição social constituída principalmente a partir dos ritos católicos de batismo e de crisma. No século IX, a Igreja Católica Romana definiu como “pais espirituais” de uma criança aqueles que patrocinassem tais cerimônias, ao mesmo tempo que proibiu formalmente que pais apadrinhassem seus próprios filhos. A forma atual do sistema de relações rituais que constituem o ponto de partida do compadrio, tal como definido pela Igreja, persiste desde o século XVI e prevê, como tarefa dos assim chamados “pais espirituais”, a formação moral e religiosa dos afillhados, ao mesmo tempo que proíbe o casamento e relações sexuais entre as pessoas ligadas ritualmente. Com base nesses laços, várias sociedades criaram sistemas de relações regulamentadas *pele costume*, ampliando e reinterpretando a concepção religiosa oficial.²¹⁵

Embora não seja objetivo central deste trabalho realizar um estudo aprofundado sobre a rede de compadrio estabelecida pelos Fialho de Vargas, as fontes consultadas permitem algumas inferências. Manoel Fialho de Vargas e João Baptista Soares da Silveira e Souza nasceram nos Açores e migraram ainda jovens para o Brasil. Manoel migrou com seus pais quando tinha 8 anos de idade, em 1798 ou 1799²¹⁶. Fizeram uma parada de poucos dias no Rio

²¹⁴ Entre as populações lusas era comum a transmissão aos novos membros das famílias os nomes e sobrenomes do repertório familiar. Essa prática pode ter inúmeros significados, como fazer uma aproximação entre pais e filhos ou padrinhos e afillhados, através do repasse do nome dos adultos para a criança. Ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 477 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006. Principalmente capítulo 2.

²¹⁵ ARANTES, Antonio Augusto. Pais, Padrinhos e o Espírito Santo. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al (Org.). *Colcha de retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 193-194.

²¹⁶ Habilitação matrimonial nº 140, caixa 128, 1817. Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus. AHCMPA.

de Janeiro e em seguida se estabeleceram na Aldeia dos Anjos. João Baptista nasceu em 1801, na Ilha de São Jorge, e chegou no Continente do Rio Grande em 1813, vindo da Europa²¹⁷. As famílias de ambos eram vizinhas na Aldeia dos Anjos e mantinham estreitas relações de amizade²¹⁸. As fontes mostram que em vários momentos os integrantes das duas famílias serviram como testemunha quando era preciso.

É consenso na historiografia que as redes de compadrio se davam entre pessoas do mesmo nível social ou pela escolha de padrinhos de classe superior, visando sempre algum tipo de favorecimento – honra, bens materiais, etc. Entretanto, sabemos que antes de tudo, os vínculos firmados na pia batismal objetivavam garantir laços de solidariedade e reciprocidade para os momentos de necessidade. Assim como constatado por Levi em Santena, indiferentemente se a aliança fosse estabelecida pelo batismo ou não, “as formas de associação entre famílias se tornaram significativas como um dos elementos estratégicos para a criação de uma certa segurança”²¹⁹. No caso de imigrantes, era ainda mais importante estar amparado por uma rede de alianças que garantisse segurança e a manutenção do grupo.

Percebemos, com a leitura dos registros de batismo, que havia uma preferência dos Fialho de Vargas por escolher padrinhos da própria família ou de núcleos familiares ligados pelo parentesco, como os Dutra, os Andrade, os Nunes e os Souza. Conseguimos localizar nove batismos dos filhos de Antonio Fialho de Vargas e Maria Ignacia da Conceição, que reforçam o costume da família, como é possível visualizar abaixo.

²¹⁷ DUARTE, Miguel A. de O. Um “empreiteiro de obras” açoriano em Porto Alegre. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 358-377.

²¹⁸ Habilitação matrimonial nº 32, caixa 228, 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus. AHCMPA.

²¹⁹ LEVI, 2000, p. 79.

Tabela 1 – Rede de compadrio de Antonio Fialho de Vargas

Criança	Padrinho	Madrinha
Anna Maria Fialho	Manoel Fialho de Vargas (avô paterno)	Maria Ignacia de Jesus (avó paterna)
Antonio Fialho de Vargas Filho	Manoel Fialho de Vargas Filho (tio)	Maria Ignacia da Conceição (mãe)
Castorina Fialho de Vargas	João Baptista Fialho de Vargas (tio)	Justina Ignacia de Jesus (tia)
Bernardina Fialho de Vargas	Manoel Fialho de Vargas Filho (tio)	Maria Rita de Andrade Fialho (tia)
Joaquim Fialho de Vargas	João Baptista Fialho de Vargas (tio)	Maria Ignacia Nunes (tia)
Maria Clara Fialho	Bernardino Fialho de Vargas (tio)	Maria José de Sousa
Francisca Fialho de Vargas	João de Souza	Francisca Angelina de Sousa
José Fialho de Vargas	Manoel Ignacio Dutra e Bernardino Fialho de Vargas (tios)	-
Justina Fialho de Vargas	Padre Candido Lucio de Almeida	Justina Ignacia de Jesus (tia)

Fonte: Livros de batismos 6 e 7 da Aldeia dos Anjos; Livro de batismo nº 2 de Vacaria; Livro de batismo nº 7 de Santo Amaro.

Embora não tenha sido possível encontrar todos os registros, a tabela apresenta uma presença bastante relevante dos irmãos, irmãs, cunhadas e cunhado de Antonio comparecendo à pia batismal para apadrinhar seus sobrinhos e sobrinhas. Talvez isso pode ser explicado pela tradição endogâmica e de casamentos consanguíneos da família, que preferia estabelecer e manter as alianças dentro do próprio grupo parental. Isso não significa que não houvesse tensões entre os parentes, porém, de um modo geral, o grupo parece bastante coeso, atuando em conjunto nos negócios da família e no apadrinhamento dos descendentes. Sabemos que havia uma série de prestações inerentes a essas alianças. As relações de reciprocidade que são estabelecidas pelos grupos humanos exigem uma contraprestação das partes envolvidas²²⁰. Trocar favores reforça os acordos e faz parte da interdependência do grupo.

Ser convidado para apadrinhar uma criança podia ser considerado uma dádiva. Uma dádiva que implicava algum tipo de retribuição. Analisando a relação entre os Fialho de Vargas e João Baptista Sores da Silveira e Souza podemos depreender algumas interpretações. Manoel Fialho de Vargas convidou João Baptista para ser padrinho de dois filhos. Posteriormente, João

²²⁰ O sistema de prestações totais foi estudado por Marcel Mauss em vários grupos. Ver: MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 183-314.

Baptista firmou uma sociedade com seu afilhado e com o irmão deste. Aqui podemos dizer que talvez João Baptista estivesse exercendo sua função de padrinho ao conduzir profissionalmente seu afilhado e, conseqüentemente, retribuindo uma graça que lhe havia sido concedida. Por sua vez, seu afilhado Manoel Filho lhe presenteou com mais uma dádiva, convidando-o para apadrinhar sua filha Rita. Por fim, encontramos no inventário de Manoel Filho um pagamento à filha Rita, devido à uma “dádiva” que o padrinho João Baptista havia lhe dado no valor de 1:800\$000 réis (um conto e oitocentos mil réis), mas que tinha ficado em poder do seu falecido pai. Percebemos uma série de trocas que alimentaram a aliança estabelecida na pia batismal e que acabou se estendendo ao longo da vida destes indivíduos.

A empresa criada por João Baptista e Manoel, Baptista & Fialho, foi responsável por algumas obras públicas da capital, como o Teatro São Pedro²²¹ e a Casa de Correção²²². As fontes ainda mostram Manoel arrematando várias outras licitações na capital, como os alicerces do prédio que servia às sessões da Assembleia Provincial, da Câmara Municipal, do Tribunal de Jurados, para audiências e para repartições fiscais²²³; a Igreja Matriz da freguesia da Aldeia dos Anjos²²⁴; duas pontes na mesma freguesia e uma no município de Santo Antônio da Patrulha²²⁵. Para estas últimas obras o nome de João Baptista não foi mencionado, mas acreditamos que ele estivesse envolvido nas construções como sócio de Manoel, afinal, em documento analisado por Duarte, consta que João Baptista foi responsável pela construção de uma estrada na serra do Mundo Novo (hoje município de Taquara); o aterro do Mercado Público de Porto Alegre; a ponte do Riacho, em Porto Alegre; a ponte de Botucaraí; as do município de Santo Antônio da Patrulha; uma ponte e uma igreja na Aldeia dos Anjos; a abertura da Doca; a casa da Bailante²²⁶; o Teatro São Pedro e a Casa de Correção²²⁷. João Baptista já atuava no setor

²²¹ Processo judicial de embargo nº 2829, Porto Alegre, 1862, m. 116, e. 1. Suplicantes: Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Suplicada: Associação Theatral Rio Grandense.

²²² BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Relatorio do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852*. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, 1852, p. 25.

²²³ BUENO, José Antonio Pimenta. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1851*. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850, p. 38.

²²⁴ MURITIBA, Barão de. *Relatorio do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1855*. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, 1855, p. 26.

²²⁵ *Ibid.*, p. 30.

²²⁶ A Bailante situava-se na praça da Matriz, onde hoje se encontra a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Era um salão de festas e espaço de sociabilidade dos porto-alegrenses. A vida social e artística de Porto Alegre estava vinculada à Bailante. Em 1846, quando o imperador D. Pedro II visitou a cidade, o presidente da província organizou um programa festivo para recebê-lo, que incluía um baile na Sociedade Bailante. DUARTE, 2002.

²²⁷ *Ibid.*

de obras públicas desde a década de 1840, tendo sido, provavelmente, o influenciador de Manoel, para que o mesmo trabalhasse em conjunto com o padrinho. Deste modo, percebemos a experiência e a estreita relação dos indivíduos com o setor público antes de entrarem nos negócios da colonização juntamente com Antonio Fialho de Vargas.

Além disso, Manoel Fialho de Vargas Filho investia seu capital em vários lugares ao mesmo tempo. Era sócio da casa comercial Dutra Valença & Cia., localizada em Porto Alegre; sócio da empresa de colonização Baptista Fialho & Cia.; tinha 30 ações do Banco da Província, 1 da Companhia de Navegação Jacuhy, 10 da Companhia de Seguros Esperança e 10 da Sociedade Bailante. No inventário constam também movimentos de débito e crédito de sua conta corrente com Dutra Valença & Cia., nos anos de 1863, 1864, 1865 e 1866. Como Manoel faleceu em 1863, entende-se que as movimentações financeiras posteriores foram efetuadas pela esposa, Maria Rita, a qual vendeu a parte que o marido tinha na sociedade aos demais sócios em 1866. Os registros mencionam débitos com advogado, procurações, letras de câmbio, missas, anúncios de aluguel de escravos²²⁸, compra de um camarote (possivelmente do Teatro São Pedro), medição de terras, passagem de um escravo para o Rio de Janeiro, condução de gado, roupas e tecidos, selos, pagamentos aos irmãos Bernardino, Joaquim, Antonio e João Baptista e ao cunhado Manoel Ignacio Dutra, além de outras pessoas. Os créditos são com alugueis de casas e da escrava Thereza (para um indivíduo chamado Portella), juros de apólices, dividendos de ações, dinheiro recebido de várias pessoas, entre elas irmãos e cunhado.

A conta corrente de Manoel²²⁹ nos permite perceber alguns aspectos das transações econômicas que ocorriam em meados do século XIX, quando o sistema bancário ainda era incipiente. Embora não se saiba quais eram os produtos comercializados na casa Dutra Valença & Cia.²³⁰ nem quais os negócios que seus sócios efetuavam a partir dela, verificamos que o empreendimento estava inserido na prática empresarial do período. Os vários pagamentos de letras de câmbio revelam que as trocas comerciais eram viabilizadas pelos instrumentos de crédito. “A letra de câmbio era utilizada para a realização de adiantamento de dinheiro,

²²⁸ Alugar um escravo permitia ao seu proprietário adquirir renda. O escravo de aluguel era o cativo “[...] emprestado por tempo determinado e mediante pagamento de um senhor para outro, podendo realizar variada gama de atividades”. SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 72.

²²⁹ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875.

²³⁰ A casa comercial recebeu medalha de bronze na II Exposição Nacional, em 1866, pela exposição de erva-mate. EXPOSIÇÃO Nacional. *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 47, n. 28, p. 2, 1 fev. 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=dutra%20valen%C3%A7a&pasta=ano%20186. Acesso em: 20 out. 2018.

garantida por uma transação comercial nela representada, envolvendo operações com duas ou mais moedas”²³¹. Localizamos, inclusive, pagamentos de letras na casa bancária do Barão de Mauá²³², um dos maiores empresários do período imperial e pioneiro do sistema bancário brasileiro. Na província de São Pedro, havia filiais de Mauá em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre²³³. É muito provável que a casa comercial funcionasse utilizando crédito dos estabelecimentos de Mauá. Acompanhando os registros da conta corrente e as movimentações de Manoel Filho nos portos, por meio da imprensa, deduzimos também que os negócios dos sócios não se restringiam à Porto Alegre, mas tinham vínculos com Montevideu e Rio de Janeiro.

No inventário de Manoel²³⁴ é possível localizar diversos tipos de imóveis em Taquari, na Aldeia dos Anjos e no centro de Porto Alegre. Em Taquari e na Aldeia dos Anjos predominavam propriedades rurais extensas, enquanto que em Porto Alegre sobressaíam casas e sobrados. 63,93% da sua fortuna era composta por bens de raiz, 30,75% por dívidas ativas e 4,15% de ações, sendo os valores para móveis e semoventes irrisórios. Manoel fazia parte da elite local da capital e os móveis listados no seu inventário corroboram com isso, sendo possível destacar vários deles feitos de madeira de jacarandá, como um piano, e mármore, além dos objetos de prata e das joias de ouro e brilhantes. Manoel tinha duas casas e dois terrenos na Rua do Arvoredo (atual Rua Fernando Machado), um sobrado na Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias) e um sobrado na Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), em frente à Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio). Ele e sua família residiam no sobrado da Rua da Igreja e os outros imóveis eram alugados para gerar rendimentos.

Estas ruas faziam parte do centro urbano de Porto Alegre, concentrando as atividades comerciais e os prédios públicos. Saint-Hilaire, em sua passagem pela capital em 1820, relatou:

A Rua da Praia, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando

²³¹ KUNIOCHI, Marcia Naomi. A letra de câmbio e a prática bancária no Brasil em meados do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba, 1999, p. 1.

²³² Mauá controlava as atividades bancárias do Rio de Janeiro, mantendo filiais em várias províncias brasileiras, no Uruguai, Argentina, Estados Unidos e Europa. KUNIOCHI, Marcia Naomi. A prática bancária do Barão e Visconde de Mauá. In: JORNADA DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 2003, Montevideu. *Anais eletrônicos...* Montevideu, 2003.

²³³ *Ibid.*

²³⁴ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orfãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875.

volumes diversos. É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões.²³⁵

Sobre a Rua da Igreja, a rua em que residiam Manoel e sua família, Sérgio da Costa Franco afirma que a rua era nobre, frequentada por famílias aristocráticas como os Barreto Pereira Pinto e os Corrêa Câmara, abrigando também a casa apalacetada do Visconde de São Leopoldo, a mais antiga e tradicional²³⁶. Saint-Hilaire descreve a rua como o local em que ficavam “[...] os três principais edifícios da cidade, o Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Justiça”²³⁷. No entanto, ele também ressalta que esses edifícios públicos eram simples, pequenos e mesquinhos para uma cidade como Porto Alegre: “A sede da Câmara não passa de uma casinha térrea, onde dificilmente se instalaria um particular medianamente abastado. Aqui a cadeia não faz parte da casa da Câmara, existindo duas muito pequenas, situadas à entrada da cidade”²³⁸.

O que podemos depreender é que durante a década de 1840 e 1850, a capital passou por um processo de modernização urbana, um dos lemas do século XIX, que incluía a construção de prédios públicos novos. A população estava aumentando e suas necessidades exigiam mais infraestrutura, como linhas de transporte coletivo, serviços de distribuição de água e órgãos públicos que satisfizessem seus anseios. Como vimos, a empresa Baptista & Fialho teve participação nesse processo. Os sócios faziam parte de uma elite esclarecida, que tinha um pé na tradição, na defesa dos costumes, e outro na modernidade, auxiliando no desenvolvimento urbano da capital. A respeito do teatro construído pela empresa, o viajante Johann Eduard Wappäus escreveu: “Entre os prédios oficiais, são dignos de menção o Teatro São Pedro que, não pelo tamanho, mas pela arquitetura, provavelmente seja o teatro mais belo do Brasil, e de qualquer forma, a casa mais suntuosa da cidade e particularmente fulgurante para uma cidade provinciana”²³⁹. Os viajantes que passaram pela cidade nas décadas de 1850 e 1860 deixaram relatos semelhantes, identificando a Rua da Praia como a principal rua da cidade, a rua do comércio. Os prédios públicos que mais chamavam a atenção, embora alguns afirmassem que eram prédios muito simples, foram os que ficavam na praça da Matriz (hoje Marechal Deodoro),

²³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 41.

²³⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

²³⁷ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 41.

²³⁸ *Ibid.*, p. 42.

²³⁹ WAPPÄUS, Johann Eduard. Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien. In: NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004, p. 150.

como a Igreja Matriz, o palácio da presidência, o teatro e a Assembleia. Outros prédios também mencionados foram o Hospital (Santa Casa de Misericórdia) e a Casa de Correção²⁴⁰. Esta considerada o maior prédio de todos, construída em estilo de castelo forte com granito cinza²⁴¹.

Manoel Filho também teve participação política na província, ainda que muito breve, pois faleceu bastante jovem. Foi deputado da Assembleia Provincial, eleito em 4 de março de 1862²⁴² e sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional²⁴³. José Murilo de Carvalho faz algumas considerações a nível nacional sobre essa Sociedade, criada em 1827 e substituída em 1904 pelo Centro Industrial do Brasil.

A *Sociedade* publicou desde 1833 o mensário *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Como se pode facilmente imaginar, não se tratava exatamente de indústria no sentido que lhe damos hoje. O termo na época se referia à atividade produtiva em geral e a principal indústria era a agrícola, dela cuidando principalmente a *Sociedade*. Não nos parece também que se tratava de um organismo de natureza política, capaz de pressionar o governo em favor de medidas de defesa da indústria, agrícola ou não. Em primeiro lugar, a *Sociedade* tinha cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros boa parte dos políticos mais importantes da época, alguns dos quais, como o marquês de Olinda, o marquês de Abrantes e o visconde do Rio Branco, a presidiram. Em segundo lugar, o tom das posições da *Sociedade* era dado pelos secretários-gerais e possuía uma conotação de natureza muito mais técnico-científica do que política. Um secretário típico foi, por exemplo, Frederico César Leopoldo Burlamaque, doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga Escola Militar, que renunciou secretaria para ser o redator de *O Auxiliador*, no qual colaborava assiduamente defendendo reformas técnicas e sociais na agricultura. A *Sociedade* era algo mais próximo de um centro de estudos ou sociedade literária. A participação dos políticos nela era mais simbólica e honorífica do que instrumental.²⁴⁴

Deste modo, mesmo não representando algo definitivo na vida profissional de Manoel, possivelmente a participação na Sociedade lhe oferecia contatos vantajosos para os negócios.

²⁴⁰ Durante a década de 1850, muitas cadeias foram construídas em toda a província, devido às prescrições correccionais do período. Era necessário criar novos espaços de acordo “[...] com os princípios correccionais-higiênicos-civilizatórios, o que significava também ocultar os presos das vistas e ouvidos dos transeuntes”. CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)*. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014, p. 46-47. A Casa de Correção de Porto Alegre foi construída na extremidade da cidade, com fundos ao Guaíba, entre as ruas da Igreja (Duque de Caxias) e da Ponte (Riachuelo).

²⁴¹ NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria: Anattera, 2004.

²⁴² NOTÍCIAS do interior. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, n. 73, 15 mar. 1862. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=6001&Pesq=manoel%20filho%20de%20vargas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

²⁴³ NOTICIÁRIO. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 41, n. 270, 3 out. 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=manoel%20filho%20de%20vargas&pasta=ano%20186>. Acesso em: 17 set. 2018.

²⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 44. Grifo original.

Como vimos, a vida profissional de Manoel era bastante dinâmica e mesmo sendo jovem, conseguiu alcançar um ótimo status e, talvez, alguns inimigos. Manoel chegou a ser chamado de “garoto das obras públicas de Porto Alegre” em uma matéria publicada no Jornal Correio do Sul em 19 de abril de 1860. Essa correspondência está anexada a um processo-crime que teve Manoel como vítima²⁴⁵. Ele processou o editor do jornal por injúria, devido à publicação da correspondência. Como o autor do texto utilizou o nome fictício “Padre Veritas”, a responsabilidade acabou sobre o editor João Gonçalves de Oliveira, que foi condenado pela justiça.

O texto acusa Manoel de fazer parte de uma quadrilha. O autor, inclusive, dá um nome para ela: os Luigi-Vampas²⁴⁶ da Vacaria, os Fialho, Lemos e Trindade. A publicação incrimina Manoel por subornar um delegado e por ter provocado a ilegalidade no processo de seu irmão, Bernardino, acusado de mandar assassinar Silvestre José Ribeiro. Alguns integrantes da quadrilha nomeados na correspondência são Agostinho Pereira de Almeida, Manoel Batalha, João de Barros e Francisco Henriques de Carvalho, indivíduos acusados de praticarem diversos crimes na região de Vacaria e Lagoa Vermelha. O autor do texto assim se refere ao grupo: “[...] na Vaccaria e Lagoa Vermelha a policia, pelas ultiores nomeações, estava a mercê da quadrilha Luigi-Vampa, e que alguns membros d’ella estavam feitos autoridades policiaes; isso é de incontestável verdade, e o Sr. Fialho não poderá negar”. O apoio e a defesa dos criminosos por parte de Manoel fez com que o autor proferisse o provérbio português “Disei-me com quem andas, dir-te-hei que ballas tens”.

Parece até mesmo que a profissão de Manoel não era muito bem vista pelo responsável da matéria, que indaga qual seria a razão pela qual Manoel teria acusado o sujeito João Mariano Pimentel²⁴⁷: “Será porque desviado das obras publicas, *donde tirava seos meios de vida*, tinha ódio implacável ás fortunas firmes e productivas?”²⁴⁸. A indagação sugere que, neste período, Manoel não estava mais envolvido com a construção de obras públicas, assim como indica que a atividade não era considerada uma profissão duradoura e que gerava bons resultados financeiros. Não sabemos em que medida a arrematação das licitações contribuiu para a fortuna de Manoel, mas compreendemos que o conjunto de atividades que este indivíduo desenvolvia

²⁴⁵ Processo-crime nº 3553, 1ª vara criminal, Porto Alegre, 1861, m. 132, e. 1. Réu: João Gonçalvez de Oliveira. Vítima: Manoel Fialho de Vargas Filho. APERS.

²⁴⁶ Luigi-Vampa é um personagem do romance “O Conde de Monte-Cristo” de Alexandre Dumas, escrito em 1844. Na história, Luigi Vampa é um ladrão.

²⁴⁷ Em correspondência anterior, Manoel fez acusações ao referido sujeito.

²⁴⁸ Grifo original.

gerou uma boa fortuna. Além disso, a correspondência faz uma série de insinuações a respeito da família de Manoel:

Mas o Sr. Fialho, tão cheio de mazellas, o caixeiro de botica que foi expulso por ladrão; o filho de um Fialho cujo pai foi duas vezes processado na freguesia da Aldeia dos Anjos por roubo a requerimento de um seo cunhado Paim, o primo de um incestuoso Sezefredo; o irmão de um estuprador de sua filha, e d'outro, mandante de assassinatos, pode e deve por ventura atirarse a uma estrada tão escabrosa como a que esta trilhando?

As fontes que analisamos não permitem comprovar estas afirmações, assim como não é nosso objetivo investigá-las tão detalhadamente, porém, o trecho acima não indica nada impossível. Sabemos que a família Fialho mantinha relações consanguíneas e com a família Paim, mas isso não necessariamente corrobora com a correspondência. O que fica claro neste trecho é a intenção do autor em manchar a imagem de Manoel proferindo um discurso negativo a respeito da sua família, induzindo o leitor a constatar que Manoel fosse mesmo um criminoso, tendo em vista as informações a respeito da família. Por fim, o texto é finalizado do seguinte modo:

A libertinagem tem seus sectários; por isso o Sr. Fialho defende-o [Manoel Batalha] com a energia do homem que vê sua causa perdida, e nós não o censuramos por esse facto, porque o Sr. Fialho não acharia melhores agentes para seus fins perniciosos.

Estes apontamentos vão já mui extensos, nós os vamos concluir assegurando ao Sr. Fialho, que o tomamos a nossa conta, e que revolvendo os alicerces da cadêa nova, e os da câmara municipal, somos hoje de quem S. S. tem mais a temer, além de que, com bastante material para processar por ladrões os Luigi Vampas da Lagoa Vermelha, iremos nosso caminho lendo-lhes a “buenadicha”.

Com o referido recado, fica claro que Manoel arranhou inimigos ao longo da vida e que o apoio a alguns indivíduos parece ter causado uma impressão negativa a seu respeito ou contribuído para reforçar a opinião pública contra Manoel. A respeito de seu sócio e padrinho, João Baptista Soares da Silveira e Souza, não temos tantas informações²⁴⁹, mas sabemos que era filho de Manuel Silveira Soares e Catarina de Jesus²⁵⁰, se casou duas vezes e investiu capital em diversos setores. A primeira esposa de João Baptista foi Maria Baptista Felicia da Silveira e Souza, filha do alferes Francisco Pereira Pinheiro e de Anna Felicia de Jesus. Maria Baptista nasceu na Ilha do Faial e faleceu em Porto Alegre em 1841²⁵¹. Ela e João Baptista não tiveram

²⁴⁹ Não localizamos seu inventário nem o registro de batismo.

²⁵⁰ DUARTE, 2002.

²⁵¹ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 151, de 1841. APERS.

filhos. No inventário de Maria Baptista consta uma fortuna de 16:233\$720 réis (dezesseis contos, duzentos e trinta e três mil, setecentos e vinte réis) ou 1.976 libras, composta por 40% de bens de raiz, principalmente imóveis rurais, e 30% de escravos. Em testamento, Maria Baptista deixou seus bens para o marido e o pai.

A segunda esposa de João Baptista foi Anna Joaquina de Jesus²⁵², filha de José de Vargas Corrêa e Antônia Jacinta de Jesus, e natural da Aldeia dos Anjos. João Baptista foi o terceiro marido de Anna Joaquina e os dois tinham parentesco em 4º e 3º grau, sendo que foi preciso solicitar dispensa para poderem se casar²⁵³. Anna Joaquina era prima irmã da mãe de Maria Baptista, falecida esposa de João, e foi casada com Manoel Ignacio Soares e Siprianno Ferreira Soares, ambos eram filhos de primos do avô de João Baptista. O motivo alegado pelo casal para conseguirem a dispensa matrimonial foi a idade avançada de Anna Joaquina, que estava com 52 anos, e a necessidade de ter alguém para administrar seus bens. João Baptista já tinha algumas posses e alegou ter “bastante capacidade e honradez para reunir as fortunas”. O casamento foi em 1844 e Anna Joaquina faleceu em 1857, não deixando descendência²⁵⁴.

João Baptista foi Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre²⁵⁵, eleito em 1852, Juiz de Paz na Freguesia da Aldeia dos Anjos e vereador em Porto Alegre entre 1853 e 1856. Em 1866 e 1867, ele aparece como proprietário de cerca de 20 prédios urbanos no centro de Porto Alegre, que possivelmente eram alugados para renderem lucros. Em 1867, João Baptista moveu uma ação de despejo contra Joaquim Rufino do Rego, que deixou de pagar o aluguel de uma casa na Rua do Chafariz do Riacho, de propriedade de João Baptista²⁵⁶. No mesmo ano, um surto de cólera invadiu a província, e João Baptista, residente na Aldeia dos

²⁵² Livro de Matrimônios nº 5 (1839-1848), Freguesia N. S. Madre de Deus, Porto Alegre, p. 120v.

²⁵³ Habilitação matrimonial nº 32, caixa 228, 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus. AHCMPA.

²⁵⁴ DUARTE, 2002.

²⁵⁵ As irmandades da Santa Casa de Misericórdia foram instituições criadas pelos ricos locais para prestar assistência social aos pobres e que recebiam apoio do Estado. Em documento de 1857, elaborado para estabelecer as atribuições necessárias para fazer parte da irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, constava que o candidato deveria ser católico, ter notória probidade e bons costumes, boa consciência, ser temente a Deus, modesto, caritativo e humilde, saber ler, escrever e contar, ser de boa inteligência, ter 21 anos se solteiro, ser abastado de bens, ou pelo menos tenha comércio, emprego ou ofício rendoso de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cair em necessidade. Além disso, deveria ser pago um valor ao entrar para a irmandade. 50.000 réis para os menores de 50 anos e 100.000 réis para os mais velhos. TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2014.

²⁵⁶ Processo judicial de despejo nº 3877, Porto Alegre, 1867, m. 128, e. 1. Réu: Joaquim Antonio do Rego. Autor: João Baptista Soares da Silveira e Souza, APERS.

Anjos, “pôz á disposição da presidencia os prédios de sua propriedade nesta capital, para serem aproveitados em benefício dos enfermos, como melhor conviesse”²⁵⁷.

Alguns indícios nos fazem crer que João Baptista, em termos políticos, esteve sempre ao lado do Império. Em 1841, quando da realização do inventário de sua primeira esposa, uma das propriedades do casal, situada na região de Vacaria, foi alvo de ataques dos rebeldes farroupilhas, que destruíram as benfeitorias existentes no local. Logo depois, em dezembro de 1845, João Baptista, assim como muitos outros habitantes de Porto Alegre, contribuiu com cem mil réis para a recepção da comitiva do imperador D. Pedro II na capital²⁵⁸. Em 1869, ele foi condecorado com o título de Comendador da Ordem da Rosa por serviços prestados na Guerra do Paraguai²⁵⁹. Provavelmente João Baptista recebeu o título porque dois anos antes havia contribuído com um conto de réis para as despesas com a guerra²⁶⁰ e não por ter combatido, pois não há pistas de que ele ocupasse algum posto militar. Um ano após a condecoração, João Baptista faleceu de hipertrofia do coração. Em testamento, mandou rezar 400 missas²⁶¹.

No período imperial, as ordens honoríficas foram utilizadas para condecorar pessoas que prestavam algum tipo de serviço ao Império, funcionando como uma moeda de troca entre os poderes locais e o poder central. A Ordem da Rosa foi criada por D. Pedro I em 1829, tendo como motivo o seu casamento com D. Amélia de Leuchtenberg. A Ordem da Rosa contava com seis graus hierárquicos: grão cruz, grande dignitário, dignitário, comendador, oficial e cavaleiro. As cores da ordem eram rosa e branco e as medalhas possuíam um círculo de rosas ao redor de uma estrela branca. No Primeiro Reinado, D. Pedro I condecorou 189 pessoas com a Ordem da Rosa. “O baixo número de condecorações pode ser explicado, contudo, pelo fato

²⁵⁷ MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1867, p. 31.

²⁵⁸ PORTO Alegre. *O Imparcial*. Porto Alegre, ano 2, n. 115, p. 2, 6 dez. 1845. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811483&PagFis=475&Pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

²⁵⁹ CAMPANHA do Paraguay. *Almanak*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 1324, 1869. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>>. Acesso em: 18 set. 2018.

²⁶⁰ INTERIOR, Notícias do Sul. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 205, p. 2, 26 jul. 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>>. Acesso em: 20 set. 2018.

²⁶¹ DUARTE, 2002.

desta ordem ter sido criada quase no final de seu reinado”²⁶². No Segundo Reinado, D. Pedro II condecorou 15.146 pessoas²⁶³.

O desempenho econômico dos sócios João Baptista e Manoel, principalmente de Manoel (que nos oferece dados mais concretos), assemelha-se, em partes, ao dos comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro. A elite analisada por João Fragoso, caracterizada por negociantes que conseguiam diversificar as atividades econômicas (tráfico de escravos, abastecimento interno, finanças coloniais), investia parte do excedente econômico em fortunas rentistas ou mantinha-o na condição de capital mercantil²⁶⁴. No total de riqueza inventariada, os prédios urbanos e os negócios do capital mercantil apresentam os maiores valores, equivalendo a mais da metade da fortuna arrolada. Para Fragoso, a aquisição de prédios urbanos era uma aplicação segura e estável diante do mercado pré-capitalista instável e o investimento em fortunas rentistas também trazia prestígio social, muito importante para a reprodução da hierarquia socioeconômica²⁶⁵.

Embora não tenhamos acesso à composição da fortuna de João Baptista, a partir das informações encontradas nas fontes podemos deduzir que ele, juntamente com seu afilhado, era um empresário que, apesar de possuir imóveis rurais (de acordo com o inventário da primeira esposa), concentrava suas atividades econômicas no aluguel de prédios urbanos e nos negócios do capital mercantil (comércio e dívidas ativas). Ainda que, aparentemente, João Baptista não possuísse uma casa comercial, a participação no comércio de terras por meio da empresa Baptista Fialho & Cia., garantia retorno econômico através da compra e venda de terras. A fortuna de Manoel, por exemplo, era composta por 38% de prédios urbanos e 30% de dívidas ativas, mais da metade do total²⁶⁶. Também percebemos a importância do prestígio social para ambos, seja no aluguel de suas casas e na aquisição de ações (atividades rentistas que estão acima do mundo do trabalho, já que não envolvem trabalho braçal), seja em títulos de alguma ordem honorífica.

²⁶² SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. 2014. 448 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2014, p. 225.

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ João Fragoso, amparado em Karl Marx, afirma que “[...] a existência do capital mercantil depende apenas da presença da mercadoria e de sua circulação, e não de um modo de produção historicamente definido”. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 357.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 319-369.

²⁶⁶ O sobrado em que Manoel vivia com sua família foi avaliado em 50 contos de réis, valor superior a todos os imóveis rurais juntos, o que evidencia a acelerada valorização das propriedades urbanas em detrimento das rurais.

Os números encontrados por Helen Osório em relação à composição dos negócios da elite mercantil do Rio Grande de São Pedro no final do período colonial²⁶⁷ também se aproximam dos nossos. O conjunto das fortunas arroladas apresentou índices médios de 27,4% de dívidas ativas e 22,4% de prédios urbanos. Partindo de uma lista de negociantes de 1808, Osório classificou o grupo em seis subgrupos, de acordo com a composição de suas fortunas. O subgrupo que mais se aproxima das condições de Manoel é o mais numeroso, o dos comerciantes, “[...] cujas fortunas se dividem entre os três ativos mais típicos do grupo mercantil: bens comerciais [18,8], dívidas ativas [19,6] e prédios urbanos [34,1]”²⁶⁸. No entanto, o patrimônio médio do grupo (6.021 libras) é bastante inferior ao de Manoel (15 mil libras). O subgrupo detentor das fortunas mais elevadas é o dos comerciantes-charqueadores que, além de possuírem charqueadas e estarem envolvidos em atividades comerciais, são pecuaristas e proprietários de escravos. O grupo possui um patrimônio médio de 14.546 libras²⁶⁹.

Nosso objetivo ao expor números encontrados por outros pesquisadores para distintos grupos de negociantes brasileiros não é o de tentar encaixar Manoel e João Baptista em algum deles, mas de fazer comparações que ajudem a iluminar e entender a atuação econômica destes negociantes. A partir do que foi exposto, conseguimos visualizar o desempenho econômico de padrinho e sobrinho na área urbana da capital da província, que estava concentrado na arrematação de licitações para a construção de obras públicas, no aluguel de imóveis urbanos, na atividade comercial e na aquisição de ações. Além disso, alguns indícios apontam para uma relação de reciprocidade entre o governo imperial/provincial e os sócios. As obras públicas assumidas por ambos; o auxílio prestado à província quando da epidemia de cólera, disponibilizando as casas da capital para os enfermos; a contribuição para as despesas com a Guerra do Paraguai; o recebimento de um título honorífico e outro da Guarda Nacional; apresentam uma relação de troca de favores, um auxílio-mútuo.

Essa proximidade de João Baptista e Manoel com a capital pode ter sido um impulso para a criação de uma companhia de colonização, afinal, além de já possuírem negócios no setor imobiliário, tinham contato com o governo da província, que era quem controlava a colonização. Investir no estabelecimento de imigrantes intensificaria a demanda por obras de

²⁶⁷ OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 99-134, 2000.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 116-117.

²⁶⁹ *Ibid.*

infraestrutura, possibilitando à Baptista & Fialho a arrematação de construções que já estava acostumada a efetuar, como pontes, estradas e igrejas. Os núcleos coloniais que estavam sendo criados na província necessitavam de vias de comunicação para exportar os gêneros alimentícios produzidos nas colônias. Provavelmente João Baptista e Manoel tenham percebido essa carência, ainda mais estando próximos de um exemplo como São Leopoldo. Desta forma, a criação da Colônia Conventos pode ter sido uma forma de diversificar os investimentos, característica típica dos empresários oitocentistas, com o objetivo de impulsionar a construção de obras públicas. Neste sentido, a relação com o governo provincial, aliada ao direcionamento dos descendentes de imigrantes dos Vales dos Sinos e do Caí para o do Taquari²⁷⁰, que ocorria exatamente durante a década de 1850 (período em que os sócios formaram a colonizadora), pode ter contribuído para a criação de uma colônia justamente em Taquari. Além disso, não podemos esquecer que havia membros da família Fialho de Vargas morando em São Leopoldo, o que também pode ter proporcionado informações privilegiadas aos empresários. Ou seja, os indivíduos residentes naquele município, como Bernardino, irmão de Antonio, poderiam divulgar as vendas de terras realizadas pela Baptista Fialho & Cia. em Taquari.

Na verdade, as fontes nos mostraram que a família tinha um relacionamento muito próximo nos negócios e também nas relações sociais, preferindo pessoas do círculo parental para apadrinhamentos e também para matrimônios. Os enlaces realizados confirmam que o casamento era uma estratégia que garantia estabilidade, ascensão social e prestígio. Este último também foi alcançado por meio da carreira religiosa seguida por inúmeros indivíduos, que contribuíram para o fortalecimento do catolicismo ortodoxo na província e fizeram com que a família Fialho de Vargas se tornasse conhecida e admirada no meio religioso. Deste modo, depois de conhecermos melhor estes sujeitos, o próximo passo será alcançar a atividade empresarial e especulativa no município de Taquari da sociedade Baptista Fialho & Cia e analisar alguns aspectos da colônia fundada pela empresa, a Colônia Conventos. Contudo, antes disso, traçaremos um panorama geral a respeito da colonização privada empreendida na província.

²⁷⁰ Esse processo foi denominado de “enxamagem” por Jean Roche. ROCHE, 1969.

2 EMPRESAS PRIVADAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Encarreada e consolidada a colonização, a grande propriedade territorial actualmente servida por numerosos braços escravos em proveito do proprietário, será em grande parte substituída pela pequena propriedade servida pelo braço do colono em seu proprio proveito.²⁷¹

O futuro da provincia, o desenvolvimento da sua lavoura e da sua industria repousão no desenvolvimento dos seus nucleos coloniaes existentes, e dos que ainda se houverem de fundar.²⁷²

Durante o período imperial brasileiro, a estrutura socioeconômica do Brasil passou a sofrer várias críticas. O latifúndio despovoado, a mão-de-obra escrava e a falta de abastecimento interno estavam entre os principais problemas, que precisavam ser resolvidos para que o Império se modernizasse. Nesse sentido, a colonização com famílias de imigrantes europeus passou a ser defendida e encarada como uma solução para essas questões. Para os seus defensores, a colonização europeia resolveria o problema da falta de gêneros alimentícios no mercado interno, aumentaria a densidade demográfica, necessária principalmente nas áreas de fronteira, forneceria mão-de-obra livre, e ainda, propiciaria o branqueamento da população.

É importante ressaltar que os sistemas de colonização praticados no Brasil não foram homogêneos, havendo diferenças entre a colonização do sudeste e a do sul, por exemplo. Na província do Rio Grande do Sul, além de abastecer o mercado interno brasileiro com gêneros alimentícios produzidos com mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, a colonização também aumentaria a população. Esse aspecto era bastante importante para uma região de fronteira, contudo, seria menos dispendioso instalar colônias nas áreas florestais devolutas do que comprar fazendas na fronteira com a Argentina e o Uruguai. Além disso, a instalação de colônias na campanha não agradaria os fazendeiros e provocaria desentendimentos entre o grupo e o governo imperial. Dessa forma, o latifúndio acabou resistindo e os imigrantes foram direcionados às áreas florestais. Em vista disso, a colonização na província do Rio Grande do Sul também foi uma forma de criar uma base de apoio alternativa aos latifundiários da campanha, que reduziam a liberdade de atuação política do Império²⁷³.

²⁷¹ COELHO, 1856, p. 89.

²⁷² LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859, p. 35.

²⁷³ CHRISTILLINO, 2010.

A colonização trouxe à província crescimento econômico e demográfico, além de provocar uma mudança no esquema produtivo imperante²⁷⁴, diminuindo o destaque da economia pecuária e expandindo a produção agrícola. No entanto, o sistema de colonização dirigido pelo governo da província foi sendo construído a passos lentos, com inúmeras divergências entre os representantes políticos. A colaboração com empresas e indivíduos que atuavam na iniciativa privada nem sempre foi proveitosa para o governo e, além disso, aqueles não tiveram sucesso em todas as etapas da colonização, chegando ao fracasso financeiro em muitos casos.

Nesse sentido, a redução da escala de análise permite ao historiador entender que as empresas e os indivíduos que atuaram na iniciativa privada não agiram do mesmo modo e não podem ser entendidos de maneira homogênea. Cada um se utilizou de estratégias diferentes, teve uma trajetória diferente, operou em lugares diversos. A Baptista Fialho & Cia., por exemplo, nos mostra o quanto o investimento na colonização tinha tudo a ver com o trabalho de uma empresa que já se dedicava ao ramo das obras públicas, muito embora fosse um investimento bastante arriscado a se fazer na década de 1850. Do mesmo modo, a documentação da Colônia de Conventos demonstrou ser uma ótima fonte para entender alguns aspectos das migrações internas ocorridas dentro da província, principalmente dos grupos que saíram de São Leopoldo, bem como para encontrar diferenças entre as famílias que migraram internamente e as que vinham direto da Europa.

2.1 “Grande fortuna não tem feito empresario algum de colonias”: A colonização privada nos relatórios provinciais

Antes de darmos seguimento à atuação empresarial dos irmãos Fialho de Vargas e de João Baptista Soares da Silveira e Souza na colonização da província, faz-se necessário uma breve introdução a respeito da participação da iniciativa privada nesse processo. Para isso, escolhemos como fonte principal os relatórios provinciais²⁷⁵, que apesar de serem uma fonte

²⁷⁴ MARTIRÉN, Juan Luis. “Historias paralelas”: un estudio comparado sobre los resultados económicos de las empresas de colonización a mediados del siglo XIX: el caso de San Carlos (Argentina) y Santa María da Soledade (Brasil). In: VARGAS, Jonas M. (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

²⁷⁵ Os relatórios de presidentes de província são bastante utilizados por pesquisadores que estudam o século XIX, justamente por abordarem assuntos diversos a respeito do período imperial. Marcio Both da Silva utilizou-os para

oficial e estarem repletos de parcialidade, apresentam um ótimo panorama sobre o que acontecia na província. Sabemos que o ideal seria analisar cada caso, partindo dos próprios indivíduos que se envolveram com a colonização, para se obter um estudo mais complexo sobre cada empresa. Porém, no presente capítulo, optamos por fazer uma análise mais geral, que auxilie na compreensão a respeito da empresa de Antonio Fialho de Vargas.

Os relatórios provinciais apresentam poucas informações a respeito das empresas e indivíduos que atuaram na colonização, uma vez que é um documento produzido por uma instituição pública, envolvida diretamente no projeto de ocupação das terras na província. Logo, não seria estranho que expusesse mais dados sobre o trabalho do próprio governo. Os documentos são ricos em informações sobre as colônias administradas pela província e as políticas de colonização sancionadas pela mesma. Entretanto, em relação às colônias particulares, são inúmeras as lacunas existentes. Frequentemente, o governo solicitava aos empresários esclarecimentos sobre as colônias que fundavam, porém, nem todos eles respondiam os pedidos de explicações. O próprio Antonio Fialho de Vargas deixou de enviar relatórios sobre a Colônia dos Conventos algumas vezes. Além disso, é provável que o governo provincial nem tivesse como tomar conhecimento a respeito de todas as colônias, linhas e picadas²⁷⁶ estabelecidas pela iniciativa privada, pois muitos desses empreendimentos coloniais eram criados não por empresas propriamente ditas, mas por latifundiários que transformavam suas fazendas em lotes coloniais. Os relatórios das décadas de 1870 e 1880 praticamente não apresentam informações sobre a colonização privada.

Em termos gerais, a mencionada fonte apresenta outras características que devem ser levadas em consideração no momento da análise, como por exemplo, o tratamento homogêneo que os relatores davam aos imigrantes, agrupando-os em grandes conjuntos denominados de alemães ou italianos, quando sabe-se que os imigrantes provinham de diversos lugares da Europa. Os relatórios também apresentam poucas informações a respeito da migração interna que ocorria na província, detendo-se apenas ao número de imigrantes europeus que entravam

analisar a relação entre imigrantes e caboclos no planalto gaúcho durante a segunda metade do século XIX. SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004. Paulo Zarth utilizou os relatórios por apresentarem características gerais e “sínteses globalizantes” sobre a questão agrária do Rio Grande do Sul, no entanto, sinalizou que a fonte omite fatos relevantes, sendo necessário o cruzamento com outros documentos. ZARTH, 2002.

²⁷⁶ Linhas e picadas eram a forma como os imigrantes penetravam na floresta e estabeleciam suas moradias. Muitas picadas e linhas formavam uma colônia.

no Brasil e às colônias as quais se destinavam, no entanto, sabemos que houve uma movimentação interna bem intensa²⁷⁷, embora a fonte não nos permita mensurá-la.

A partir dos relatórios provinciais é possível depreender o que o governo da província planejava alcançar com a colonização e quais eram os resultados que ela demonstrava com o passar do tempo. O objetivo, sem dúvida, era o de atrair imigrantes que quisessem emigrar por livre e espontânea vontade e que viessem com capital para investir, de preferência, na agricultura. De acordo com o governo, “essa classe de colonização traz consigo moralidade não contestada, ideias de ordem, intelligencia desenvolvida, e certa somma de capitaes, que muito importa”²⁷⁸. No entanto, durante a segunda metade do século XIX, a colonização foi praticamente efetuada às custas dos cofres públicos, que pretendiam, com isso, fomentar a imigração espontânea para a província. Com a Lei nº 229 de 1851, a província garantia passagens, terras e o que fosse preciso para a manutenção das famílias de imigrantes nos primeiros anos. Em contrapartida, os colonos deveriam, dentro do prazo de dois anos, cultivar pelo menos a oitava parte das terras concedidas. Caso contrário, perderiam o direito sobre as mesmas²⁷⁹.

O período inicial ao qual a província ficou responsável pela colonização foi caracterizado por várias mudanças na legislação e pela busca de um sistema de colonização ideal, que satisfizesse os objetivos do governo provincial e que solucionasse os problemas que apareciam. Com o passar dos anos e com a experiência, o governo ia construindo o sistema e alterando os direitos e deveres dos agentes envolvidos, sendo que “[...] as assembléas mudavão quasi annualmente as disposições relativas á colonisação [...]”²⁸⁰. Em termos financeiros, percebia-se que os gastos públicos com a colonização eram enormes, levando as autoridades à

²⁷⁷ Um dos autores que analisa o processo de migração interna é Jean Roche. Roche denominou-o enxamagem e definiu como suas causas o esgotamento do solo e o crescimento populacional. ROCHE, 1969.

²⁷⁸ BUENO, 1850, p. 23.

²⁷⁹ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 229, 04 de dezembro de 1851*. Autoriza o presidente da província a mandar medir, demarcar, levantar mapas e arbitrar o valor das colônias existentes, em que não tenha sido feito esse serviço, e das que de novo forem estabelecidas. In: IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

²⁸⁰ KOSERITZ, Carlos de. Relatório da Administração Central das Colônias da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, dignissimo presidente da mesma provincia pelo agente interprete da colonisação Carlos de Koseritz. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1867, p. 10-11. In: MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1867, p. 12.

conclusão de que eram as empresas particulares que deviam dar seguimento ao sistema, cabendo ao governo apenas a demarcação e medição de terras que seriam vendidas.

No entanto, havia muitas dificuldades a superar. Os indivíduos que possuíam empresas de colonização tinham pouco conhecimento a respeito do idioma, dos costumes e do trabalho agrícola dos colonos europeus, além de não conhecerem agentes que selecionassem os imigrantes na Europa²⁸¹. Para que tudo desse certo, era necessário um grande volume de capital para investir na colonização, o que limitava a atuação das empresas. Os próprios imigrantes também enfrentavam dificuldades para migrarem por conta própria. Era um investimento muito alto para realizar todo o transporte, a compra das terras e garantir a subsistência da família até a primeira colheita, além do que a província carecia de infraestrutura. Esse tipo de colono acabava migrando para os Estados Unidos, que oferecia melhores oportunidades²⁸².

Deste modo, o governo provincial sabia que precisava continuar arcando com as despesas da colonização para dar continuidade ao sistema, porém, a Lei nº 304 de 1854, estabeleceu que a colonização seria realizada sobre a base da venda de terras, sendo que os colonos teriam um prazo de cinco anos para o pagamento das terras e subsídios²⁸³. Esta lei foi uma adaptação local do que propunha a Lei de Terras de 1850, que regulamentava as terras devolutas do Império, definindo a compra como o único modo de adquirir uma propriedade. Essa legislação visava ao desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades, com produção voltada ao mercado interno, bem como a substituição do trabalho escravo por mão-de-obra livre. Nesse sentido, a instalação de colonos europeus que se tornassem proprietários de terra e se dedicassem à lavoura era ideal para a província²⁸⁴. Desejava-se também que a legislação contribuísse para a diminuição dos gastos públicos com a colonização e para o estabelecimento da emigração espontânea. Sendo assim, o conselheiro Leão sugeria à Assembleia Legislativa em 1859:

²⁸¹ Para vencer essa dificuldade, alguns empresários contavam com as redes de contato que se estabeleciam entre eles e outros empresários europeus, as agências de navegação, os agentes oficiais de imigrantes e uma rede de subagentes que nos locais de origem buscavam informar as pessoas sobre as vantagens que poderiam ser encontradas no sul do Brasil. VENDRAME, Máira Ines. Em busca da “República de Deus”: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). *Revista Tempo*, Niterói, v. 23, n. 1, 2017, p. 23-42.

²⁸² SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854.

²⁸³ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 304, 30 de novembro de 1854*. Determina o modo como será feita a colonização na província. In: IOTTI, 2001.

²⁸⁴ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Império*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2006, v. 2, p. 279-300.

Quanto aos favores, que tendes concedido aos colonos, desde que partem da Europa, até que são estabelecidos nos nossos districtos coloniaes, convem que os reconsideréis. A respeito dos subsidios, subvenções, premios, auxilios &c., precisamos de regras mais fixas, claras, e que prevejam todas as hypothesis, que se podem dar no curso da emigração. Simplificai o mais possível este serviço, para que na sua gestão administrativa não encontre tropeços e embaraços.²⁸⁵

Em meados da década de 1860, os governantes afirmam que a emigração espontânea teve um aumento, fazendo com que o governo provincial fosse diminuindo os gastos dispendidos nesse setor, suprimindo despesas com a introdução de colonos e extinguindo cargos públicos envolvidos com a colonização, por exemplo. No entanto, o número total de imigrantes que vinham para a província diminuía cada vez mais, sendo que em 1857 vieram 1.278 imigrantes e em 1866 apenas 105. Koseritz²⁸⁶ acreditava que a redução era decorrente da falta de subsídio provincial, pois eram poucas as famílias que podiam arcar com todas as despesas. Na sua opinião, o mais dispendioso era a passagem da Europa para o Brasil, a qual, portanto, deveria ser gratuita aos colonos²⁸⁷.

Além disso, alguns descontentamentos dos colonos com o serviço da província faziam o interesse de seus compatriotas em migrar para o Brasil diminuir. As insatisfações eram a falta de medição e demarcação dos prazos coloniais, a dificuldade em receber os títulos de propriedade e a atuação inadequada de alguns indivíduos da iniciativa privada, que revendiam terrenos situados entre lotes já demarcados, gerando especulação e prejuízo dos colonos²⁸⁸. Por conseguinte, a província tratou de intensificar a corrente de emigração espontânea melhorando o bem-estar dos colonos já estabelecidos, fazendo melhoramentos na infraestrutura das colônias e das vias de comunicação, bem como regularizando o título das propriedades dos imigrantes. O governo provincial também perdoou a dívida dos colonos devedores à Fazenda Provincial,

²⁸⁵ LEÃO, 1859, p. 36.

²⁸⁶ Karl von Koseritz (1830-1890) foi um imigrante alemão que veio ao Brasil como soldado. Na província do Rio Grande do Sul, atuou como professor e na imprensa. Em 1864, instalou-se em Porto Alegre, onde “transitou por diferentes ambientes, articulou engajamentos políticos e sociais, expressou um pensamento ligado às concepções do liberalismo, mobilizou pessoas para debates científicas, polemizou sobre pensamentos, exerceu, mesmo sem formação, a atividade de advogado, colocou-se a favor de projetos que pretendiam atender aos interesses dos imigrantes e descendentes alemães no Brasil, promoveu as artes, engajou-se na política, atuou expressivamente no âmbito da maçonaria, entre outros aspectos”. Foi deputado da Assembleia Provincial e agente intérprete da colonização da Administração Central das Colônias. WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 370 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015, p. 42-43.

²⁸⁷ KOSERITZ, 1867.

²⁸⁸ PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros, *Relatório apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre Typ. do Correio do Sul, 1864.

obrigando-os a pagar apenas o valor das terras e relevando os transportes, subsídios, acomodação e socorros prestados²⁸⁹. Com essas atitudes, almejava-se que os próprios colonos fizessem propaganda e convidassem seus conterrâneos a migrarem para o Brasil²⁹⁰. Contudo, é importante salientar que a província levou muitos anos para melhorar a infraestrutura das regiões coloniais e entregar os títulos de propriedade aos colonos.

Essa preocupação com a repercussão na Europa da organização da província com a imigração tinha suas origens nos contratos mal feitos no final da década de 1850. O governo teve problemas com indivíduos e empresas encarregados de contratar colonos europeus para a província. Os conflitos com os contratadores chegaram a causar restrições de alguns governos, como o da Prússia, à emigração para o Brasil. Porém, não impediram que os colonos emigrassem, apesar de provocarem dificuldades²⁹¹. Os conflitos ocorriam porque o número de imigrantes que devia ser contratado por remessa não podia exceder o limite estipulado pela província, que não tinha infraestrutura para receber mais pessoas que o determinado. Cada família precisava de subsídios suficientes e um lote já demarcado para poder se estabelecer, o que às vezes não era possível disponibilizar de prontidão. Isso afetava o andamento da colonização e gerava impressões negativas a respeito da organização da província. Além disso, o governo não buscava qualquer colono, o interesse era por aqueles que quisessem se dedicar à agricultura e à atividade industrial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico da província. No entanto, muitas vezes, havia negociantes que queriam enviar mais imigrantes que o solicitado, como em 1852, quando negociantes tinham a intenção de lucrar com a atividade de seus navios enviando grandes remessas de emigrantes sem distinção. Porém, o responsável do governo provincial pela contratação de imigrantes, Pedro Kleugden, fez tudo de acordo com o que foi ordenado pelo governo. Em resposta ao ocorrido, o vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello escreveu:

[...] parece-me que a colonisação n'esta Província deve ser submettida a um systema mais regular, e mais adequado ás circumstancias. Franquear indistinctamente a introducção de emigrados, antes de estarem dispostos os meios de os estabelecer convenientemente, é expor o Governo da Província a não poder satisfazer as vantajosas promessas da lei, é gravar sobre modo os cofres provinciaes, que tem de

²⁸⁹ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 669, 18 de agosto de 1869*. Releva aos colonos devedores à Fazenda Provincial do pagamento de sua dívida, proveniente de socorros, transportes, subsídios e acomodação, ficando obrigados unicamente pelo valor das terras, e dá outras providências. In: IOTTI, 2001.

²⁹⁰ RUE, Lothar de la. Relatório da Colonização. In: SERTORIO, João. *Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 20 de agosto de 1870*. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870.

²⁹¹ CUNHA, 2006.

acudir á despesas muito mais necessarias; é sujeitar-nos a receber por bons colonos alguns homens inuteis, e outros perigozos.²⁹²

Em relatório de 1859, novamente são relatados problemas na contratação de colonos europeus. Como a Lei nº 403 de 1857 definia que seria oferecido auxílio financeiro pela introdução de colonos a qualquer sociedade ou indivíduo na importância de 30\$000 réis (trinta mil réis) por cada um maior de 12 anos e 15\$000 réis (quinze mil réis) por cada um com idade entre 2 e 12 anos²⁹³, havia quem quisesse contratar o maior número de colonos possível, mesmo sem o consentimento do governo da província. Este último sabia que este tipo de subsídio ia de encontro com a proposta da emigração espontânea, levando à não realização de muitos contratos. O conselheiro Leão chegou a escrever o seguinte:

Os especuladores e contratadores de colonos não tem feito mais do que attender a seus lucros; os colonos que em muitas occasiões nos tem vindo são da peor qualidade. Os males e abusos, que nos provém desse systema, já são conhecidos, e pois convém estar em guarda, para que se não reproduzão.²⁹⁴

Até mesmo Robert Avé-Lallemant, médico alemão que esteve de passagem pela província em 1858, reparou na atuação da iniciativa privada e deixou um conselho aos conterrâneos que estivessem pensando em emigrar:

[...] com absoluta confiança e firme esperança, aceite tudo o que vier do governo do país e evite todo serviço de colonização dirigido por indivíduos, sociedades e companhias. Entre eles encontram-se homens capazes e algumas companhias podem repousar sobre princípios aceitáveis. Mas todos eles, digam-me o que quiserem, querem ganhar dinheiro com a imigração, tirar vantagens financeiras do trabalho da colonização, quando toda empresa de colonização está exposta, no começo, a sacrificios de dinheiro, o que só pode fazer e sem temor o governo do país para promover os interesses nacionais.²⁹⁵

Apesar dos contratemplos com a iniciativa privada, ao longo do período em que a província empreendeu a colonização, sempre houve contratos com empresários ou empresas que agiam por conta própria. Algumas custeavam o transporte de imigrantes desde a Europa até a instalação nas colônias, pretendendo restituir o que havia sido investido com o devido

²⁹² BELLO, 1852, p. 12.

²⁹³ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 403, 18 de dezembro de 1857*. Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1858. In: IOTTI, 2001.

²⁹⁴ LEÃO, 1859, p. 35.

²⁹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*, 1858. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 381.

pagamento a prazo das dívidas pelos colonos. Em alguns casos, os empresários solicitavam o auxílio do governo para efetuarem o negócio, devendo indenizar os cofres públicos em um período determinado. Tanto a iniciativa privada quanto a pública tinham muita dificuldade em recuperar os valores despendidos em benefício da colonização. As dívidas contraídas pelos colonos eram muito altas e o prazo oferecido para pagamento era pequeno.

As primeiras colônias particulares, que foram surgindo durante a década de 1850, não deram grandes resultados. As colônias fundadas em Pelotas, D. Pedro II e Monte Bonito, por exemplo, “desapareceram”, de acordo com o presidente da província Jeronymo Francisco Coelho²⁹⁶, no sentido de que possuíam uma população e uma produção ínfimas. Diferentemente das colônias públicas de Santa Cruz e São Leopoldo, que são sempre descritas como prósperas. Esta última cresceu tanto em número de população que muitas famílias tiveram que se direcionar para outras regiões.

O processo é conhecido. Os antigos colonos vendem suas terras já cultivadas aos recém-chegados, e vão comprar em outros lugares terrenos melhores, e ali se estabelecem. As colônias dos Conventos, da Estrella, e de Santa Maria da Boca do Monte forão ao principio habitadas com gente sahida de S. Leopoldo.²⁹⁷

Ao que parece, os empresários que investiram na colonização nas décadas de 1850 e 1860 não demonstravam experiência alguma no negócio, e possivelmente não faziam ideia do que os esperava. Mesmo que esse tipo de afirmação careça de uma análise específica de cada caso, observando-se os números apresentados nos relatórios provinciais, é claramente perceptível que as colônias particulares se desenvolveram a passos muitíssimo lentos. Karl von Koseritz, intérprete da colonização, assim descreve a atuação dos empresários no período:

Devemos aqui observar, que todos esses empresarios de colonias particulares, não adoptarão systemas especiaes; eles vendem as suas terras, divididas em prazos de dimensões maiores ou menores, ao preço que lhes convém, concedendo ordinariamente algum praso para o reembolso do valor das terras e dos adiantamentos que porventura tiverem feito aos colonos. Grande fortuna não tem feito empresario algum de colonias, porque os colonos em geral são relapsos no pagamento de suas dividas para com a empresa; o valor das terras, porém, tem sido espantosamente aumentado pelo trabalho dos colonos, e o paiz tem colhido reaes proveitos d'essas tentativas, devidas á iniciativa particular e feitas ás vezes á custa da fortuna dos empresarios.²⁹⁸

²⁹⁶ COELHO, Jeronymo Francisco. *Relatorio do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856.

²⁹⁷ FERRAZ, 1858, p. 17.

²⁹⁸ KOSERITZ, 1867.

Para Martirén, criar uma colônia, principalmente nesse período inicial, “[...] era un negocio con tan atractivo como riesgoso”²⁹⁹. O caso da colônia Santa Maria da Soledade, localizada no Vale do Rio Caí, analisado por ele, ilustra as dificuldades por que passavam as empresas ao participarem da colonização. A colônia foi criada pelo conde francês Felix de Montravel em parceria com o governo imperial. Em 1855, as partes firmaram um contrato estabelecendo que Montravel ficaria encarregado pela instalação de colonos europeus em uma área de quatro léguas quadradas de terras devolutas. O governo imperial pagaria um subsídio de 15\$000 réis (quinze mil réis) por cada colono de idade entre 10 e 45 anos e 10\$000 réis (dez mil réis) pelos menores. Este subsídio custearia a chegada de até 2880 colonos em um prazo de 5 anos. Um ano depois, Montravel criou a empresa de colonização Montravel, Silveiro & Cia. com outros sócios, cedendo à nova empresa as obrigações e direitos do contrato³⁰⁰.

A empresa teve problemas com os técnicos da Diretoria de Terras Públicas e com funcionários do governo imperial em relação à área escolhida e ao tamanho dos lotes, que não estavam de acordo com o contrato. O governo, por sua vez, afirmou que a empresa não conseguiu instalar os 1440 colonos em um ano, como acordado em 1858, quando o governo havia fornecido mais um subsídio de 57:000\$000 réis (cinquenta e sete contos de réis). A verdade era que a empresa tinha dificuldades para atrair o número solicitado de colonos e conseguir com que se adaptassem ao novo ambiente e lógica de trabalho. Essas circunstâncias somadas ao fracasso financeiro da empresa levaram à rescisão do contrato com o governo em 1866, que pagou uma indenização aos empresários e tomou posse da colônia. Apesar do apoio financeiro do governo e do aumento produtivo e demográfico, a colônia não conseguia produzir fundos para se auto sustentar financeiramente. Até 1866, a empresa conseguiu recuperar somente 11% do valor investido. Num prazo de 9 anos, os colonos só conseguiram pagar 1,5% da dívida³⁰¹.

Es decir, si bien en general la colonia continuaba un sendero de crecimiento, y mantenía su valor de inventario, ello no se trasladaba a los dividendos para la empresa desarrolladora. Esto se debía no sólo a la inexistencia de tasas de retorno prometidas o esperables inicialmente en torno al capital invertido, sino a la incapacidad de generar siquiera liquidez para costear cuestiones básicas de organización de la misma, como caminos, nuevas picadas, escuelas, médico, culto religioso.³⁰²

²⁹⁹ MARTIRÉN, 2017, p. 393.

³⁰⁰ *Ibid.*

³⁰¹ *Ibid.*

³⁰² *Ibid.*, p. 397.

Outro problema era a dificuldade em captar recursos particulares para o prazo requerido. A atividade que dominava a economia da província era a indústria de charqueadas, que funcionava com financiamento de muito curto prazo. “Eso aseguraba renta inmediata, variable, y capitalizable también a muy corto plazo. Ante esta situación, era prácticamente imposible que una colonia pudiera competir en términos de financiamento”³⁰³, pois por tratar-se de um empreendimento que almejava uma mudança estrutural na economia, necessitava de um financiamento que durasse mais tempo. No entanto, com a alta dos preços dos produtos agrícolas proporcionada pela Guerra do Paraguai, as empresas começaram a ter resultados mais animadores³⁰⁴.

[...] En general las nuevas colonias aprovecharon la demanda derivada de corrientes inmigratorias ajenas (o promovidas por organismos estatales) o de la propia reproducción demográfica de las colonias más antiguas. Fue justamente este nuevo modelo de colonización el que permitió el verdadero despegue de estos procesos. El último cuarto del siglo XIX la colonización agrícola tuvo un crecimiento exponencial, [...] aunque siguiendo otras bases.³⁰⁵

Acompanhando a sequência dos relatórios provinciais, igualmente se percebe que a partir de meados da década de 1870, algumas colônias particulares começaram a ganhar mais destaque devido à extensão e ao aumento da população, como era o caso da colônia São Lourenço, do empresário Rheingantz³⁰⁶, colônia Teutônia, de Huch & Cia., colônia Maratá, do Barão do Jacuhy, dentre outras³⁰⁷. O próprio presidente José Antonio de Souza Lima diria, em 1883, que “O mallogro das antigas empresas foi sobretudo devido á inexperiencia, e ás dificultades com que então luctavamos para attrahir immigrantes. Hoje as condições são diversas; não faltam pessoas habilitadas e competentes para dirigir empresas dessa ordem”³⁰⁸.

³⁰³ MARTIRÉN, 2017, p. 401.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 401.

³⁰⁶ A colônia São Lourenço foi criada em 1857 e, aparentemente, teve mais sucesso que suas contemporâneas. Foi fundada pelo imigrante Jacob Rheingantz, membro de uma rede de comércio internacional, que se utilizou dessa rede para construir o empreendimento colonial e ampliar seu espaço de atuação no comércio local e regional. Existem bons estudos sobre a colônia São Lourenço e a família Rheingantz: BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. 2017. 249 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

³⁰⁷ WALTER, Luiz Kraemer. *Relatorio da repartição de colonisação*. Porto Alegre, Typographia do Rio-Grandense, 1874. In: MORAES, João Pedro Carvalho de. *Falla dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em a segunda sessão da 12º legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1874.

³⁰⁸ LIMA, José Antonio de Souza. *Falla dirigida a assembléa legislativa pelo presidente conselheiro José Antonio de Souza Lima na 1ª sessão da 21ª legislatura*. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1883, p. 51.

O desenvolvimento da colonização privada na província parece ter sido muito semelhante ao da província de Santa Fé, na Argentina, analisada da seguinte forma por Martirén:

Tendremos así, en un primer momento, empresas pioneras que buscarían instalar colonias a partir de inversiones significativas que no sólo comprendían la tierra, sino también importantes erogaciones para sostener una demanda que estaba siendo creada artificialmente, a través de la captación, transporte, instalación y financiación productiva de familias de inmigrantes. Esta operatoria, típica de la etapa primigenia de la colonización, daría lugar a la emergencia de otro período diferente, marcado por la creación de colonias satélite e impulsada por operadores de menor dimensión que, en asociación con grandes propietarios de tierras, se animaban a insertarse en el negocio, capitalizando el *know-how* adquirido durante las difíciles etapas iniciales. Se trataba en general de funcionarios de las antiguas empresas de colonización o bien de colonos con cierto respaldo de capital (a menudo se trataba de comerciantes) y que conocían muy bien los componentes de la potencial demanda que podía surgir de las colonias primigenias, ya fuera por la formación de nuevos núcleos familiares que no contaban con espacio en aquéllas, o por fenómenos como el tendido de cadenas de llamada de parientes a través del Atlántico. Es decir, si bien no estaba ausente el interés por captar inmigrantes, ya se había descartado la costosa operatoria de contratarlos en Europa, trasladarlos, instalarlos y financiarlos.³⁰⁹

Sendo assim, durante o período em que a colonização foi uma reponsabilidade da província, muitas mudanças ocorreram no modo de organização da colonização. Os deputados divergiam sobre o que deveria ser feito: se a província deveria ou não subsidiar os imigrantes; o quanto e qual tipo de subsídio era necessário; que porcentagem do orçamento seria destinada à colonização, etc. E, apesar do governo sempre ter almejado a imigração espontânea, ela “[...] é quase um mito”³¹⁰. A província sempre precisou subvencionar as despesas dos imigrantes e melhorar a infraestrutura das zonas coloniais. Até alguns empresários precisaram da ajuda financeira do governo da província, seja fraudando prêmios ou entregando a colônia ao governo quando seus fundos acabavam. E, embora houvesse muitos problemas com a iniciativa privada, ela foi responsável pela criação da grande maioria das colônias da província, cada uma com sua particularidade. A seguir, analisaremos o caso da Baptista Fialho & Cia., empresa que atuou na primeira fase da colonização dirigida pela província.

³⁰⁹ MARTIRÉN, Juan Luis. *La mies madura: Colonización agrícola y crecimiento económico em Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX*. 2013. 330 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Buenos Aires, 2013, p. 145-146.

³¹⁰ SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 137.

2.2 “Foi pessimo o negocio que fizemos”: A Baptista Fialho & Cia.

A empresa Baptista Fialho & Cia. era um prolongamento da Baptista & Fialho, que atuava na construção de obras públicas na capital durante a década de 1850, mas com uma formação diferente. Havia um sócio a mais, Antonio Fialho de Vargas, que além de possuir metade da empresa, também era gerente da mesma³¹¹. Manoel Fialho de Vargas Filho (irmão de Antonio), João Baptista Soares da Silveira e Souza (padrinho de Manoel) e Antonio Fialho de Vargas adquiriram em sociedade duas fazendas localizadas na margem direita do rio Taquari, as fazendas Conventos e Carneiros (ou Lageado) em 1855. Não se sabe o motivo da escolha pelas duas fazendas, no entanto, em uma correspondência enviada em 1852 ao governo da província pela câmara de vereadores de Taquari, há a seguinte informação:

Cumprindo com o que V. Ex^a ordena em Portaria de 4 de Maio próximo passado sob nº 9, a Câmara Municipal desta Villa tem a informar a V. Ex^a que, na distancia de dose legoas, contadas do porto desta Villa, começam os terrenos devolutos, na margem esquerda do Rio Taquary, á cima da Fasenda =Beija Flor= e na direita acima da fasenda de Francisco Silvestre; estes terrenos são mui próprios para colônias agricolas, mas esta Câmara é de opinião que o transito, difficultado por quatorze catadupas ou cachoeiras, não fasendo menção de algumas pequenas, a que se chamão entaipavas, não deixará prosperar a colônia, que em tal altura se estabelecer, no entretanto que, se o Governo comprar a Fasenda dos Conventos e Lageado juntamente, terá um terreno de superior qualidade para a agricultura, onde há já a commodidade muito importante de campo para cercar animais vaccuns e cavallares em nº de 500 para cima, com mais as vantagens de limitar-se pelo rio Taquary, e arroio da Forqueta, e não ter pelos fundos se não terrenos devolutos ate cima da Serra: ate estas Fasendas há desta Villa dez legoas pelo rio, e oito catadupas, que não são tão difficeis, pois quanto mais sobe o rio, tanto mais ellas peorão.³¹²

A correspondência da câmara de Taquari foi uma resposta à solicitação do governo provincial, que estava interessado em instalar uma colônia na região de Taquari. Por isso, requisitou àquela câmara que informasse onde havia terras devolutas. Talvez a resposta da câmara tenha chegado até os empresários, principalmente Manoel e João Baptista, que tinham mais proximidade com o governo da província. As fazendas foram adquiridas da empresa Claussen e Companhia, de propriedade de Christiano Hermann Claussen e sua mulher, Joanna

³¹¹ Não sabemos em que momento Antonio se tornou sócio dos demais proprietários e com qual capital entrou em sociedade. O inventário de seu pai foi realizado somente em 1866, o que demonstra que a parcela que recebeu de herança não foi utilizada para participar da sociedade.

³¹² Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 13 de junho de 1852. Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

Manoela Rodrigues Claussen³¹³. A propriedade confrontava-se pelo Sul com a fazenda São Bento, sendo a divisa delimitada pelo Arroio Moinhos; pelo Norte com a Fazenda São Caetano e outras terras devolutas, tendo o arroio Forqueta como divisa; pelo Leste com o rio Taquari e pelo Oeste com terras devolutas.

No mesmo ano, a empresa fundou a Colônia dos Conventos³¹⁴ sobre o território das duas fazendas, que abrangia 22.275.000 braças quadradas, o equivalente à cerca de 10.781 hectares. Em 1859, a empresa informou ao governo provincial³¹⁵ que a área se encontrava quase toda dividida em lotes coloniais de 130.000 braças quadradas (63 ha), que eram vendidos a colonos nacionais e estrangeiros por um preço fixo estabelecido no ato da venda, à vista ou a prazo. Também podiam ser vendidos meios lotes de 45.000 braças quadradas (21 ha), de acordo com o interesse das partes³¹⁶. Em 1862, a empresa comprou mais quatro léguas quadradas (9.323 ha) do governo provincial e aumentou o território da colônia.

A empresa vendia lotes para colonos nacionais, principalmente vindos de São Leopoldo, e estrangeiros. Em 1858, inclusive, foram trazidos 70 imigrantes europeus, contratados em Hamburgo por Frederico Schmidt, encarregado por Manoel Fialho de Vargas Filho para contratar colonos naquela cidade para a sociedade Baptista Fialho & Cia³¹⁷. Os imigrantes vieram com os navios Johann e Neptun. Por este ocorrido, a empresa foi acusada de fraudar o prêmio que era garantido pela província aos particulares que trouxessem colonos europeus³¹⁸,

³¹³ As duas fazendas e mais um terreno na Vila de Taquari (localizado na margem esquerda do rio e que seria residência de Antonio Fialho de Vargas alguns anos depois) custaram 16:380\$000 réis (dezesesseis contos, trezentos e oitenta mil réis). No auto de medição é possível visualizar, desde o final do século XVIII, todos os indivíduos que foram proprietários das fazendas. Auto de Medição nº 390. Autor: Antonio Fialho de Vargas, 1872, Taquari. AHRS.

³¹⁴ Na obra “Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul”, há uma breve explicação a respeito do nome Conventos. O padre Amstad relata que no início do século XIX, um holandês teria adquirido uma grande extensão de terra na margem direita do rio Taquari, no local que seria Lajeado, com a intenção de fundar reduções para os índios, que *infestavam* as matas. Voltou para a Europa com o objetivo de angariar missionários, mas não conseguiu concluí-lo, pois, a época coincidiu com as guerras napoleônicas. Atribui-se a esse projeto a origem do nome Conventos. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul* (1824-1924). São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

³¹⁵ Todas as correspondências dos empresários enviadas ao governo provincial e que são utilizadas nesta pesquisa encontram-se no AHRS, Fundo Colônias, Colônia dos Conventos, caixa 31, maço 57.

³¹⁶ O mapa estatístico de 1861 apresenta lotes de tamanhos bem variados, sendo que nenhum deles mede 130.000 ou 45.000 braças quadradas. No mapa, uma colônia equivale a 150.000 braças quadradas e meia colônia corresponde a 75.000 braças quadradas.

³¹⁷ É provável que a imigração dos alemães que vinham direto da Alemanha, bem como daqueles que se deslocavam das antigas colônias se dava através de uma rede de intermediários. Além disso, ela também ocorria através do deslocamento de famílias que possuíam laços de amizade e afinidades entre eles. Frederico Schmidt é um exemplo, agindo como um mediador na Europa, que atraía imigrantes para irem ao Brasil.

³¹⁸ FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859*. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859.

no entanto, anos depois, essa suspeita foi revista e a empresa recebeu o prêmio de 2:115\$000 réis (dois contos, cento e quinze mil réis) do governo provincial pela contratação desses colonos, com base no subsídio estipulado pela Lei nº 403, de 1857. O valor foi recebido pela sociedade Dutra, Valença & Cia., cujos sócios eram procuradores da Baptista, Fialho & Cia. em Porto Alegre³¹⁹.

As fontes indicam que os sócios tinham funções específicas na empresa. Manoel ficou encarregado de contratar imigrantes europeus para se estabelecerem na colônia. João Baptista era o responsável por informar o governo da província sobre a situação da mesma, embora não residisse em Conventos. Antonio era o dirigente da colônia, uma vez que havia se mudado para Conventos com sua família. Além disso, como os outros sócios já tinham um envolvimento profissional com a empresa na capital, seria bastante oportuno que o novo sócio se deslocasse para a propriedade adquirida e gerenciasse o negócio. Era Antonio que informava João Baptista a respeito do estado da colônia. Parece, inclusive, que o gerente de Conventos era o menos capitalizado do grupo, quando do início do investimento, sendo o responsável por administrar o negócio enquanto João Baptista e Manoel disponibilizavam capital e davam continuidade ao trabalho da Baptista & Fialho em Porto Alegre. Mesmo Antonio possuindo metade da empresa de colonização, entendemos que a aplicação feita pelos outros sócios tenha sido fundamental, sem a qual o negócio não seria possível. Tudo indica que para João Baptista e Manoel, a inversão realizada na colônia tenha sido uma forma de diversificar os investimentos e auxiliar um membro da família. Deste modo também estariam contribuindo para intensificar a demanda por obras de infraestrutura, como pontes e estradas, necessárias para a exportação de alimentos produzidos pelos imigrantes, e interessantes para impulsionar o negócio dos sócios.

O trabalho que a empresa exercia na capital pode ter influenciado bastante na decisão de investir na criação de uma colônia. Afinal, a empresa solicitou ao governo da província, mais de uma vez, a construção de uma estrada de rodagem na margem direita do rio que, por apresentar onze cachoeiras, não podia ser utilizado para navegação em determinados períodos do ano. Isso prejudicava o escoamento da produção dos colonos, que às vezes não podiam mandar os gêneros ao mercado por falta de via terrestre. Em uma das solicitações, os empresários sugerem também a construção de pontes de madeira nos arroios Moinho, São Gabriel e Sampaio, e cinco pequenas estivas,

³¹⁹ BRASIL. *Lei nº 578, 12 de maio de 1864*. Orça a receita e fixa a despesa da Província no exercício de 1864-1865. In: IOTTI, 2001.

[...] pois que o terreno já se presta a uma boa estrada de rodagem e o que faltar p^a isso os moradores se obrigão a favelo conseguindo se um porto franco de embarque na barra do [arroyo] Castelhana que deverá ser p^a o futuro o deposito dos productos da fuctura e esperançosa Collonia de Monte Alverne, e da de S. Cruz, que já existe, quando se reconhecer a vantagem de communicar esta com aquella e com á dos Conventos. Dos fundos destas Collonias partindo uma estrada que deixando o Rio Taquary ou das Antas a direita vá sahir nos fundos do Districto da Freg^a da Lagoa Vermelha se conseguirá a vantagem de comunicar a Collonia Militar Monte Caseros, e o Aldeamento de S. Izabel com o Municipio de Taquary e esta Capital somente na distancia de 40 legoas, quando actualmente se tem de transitar quasi 70 legoas p^a da Capital ir a Lagoa Verm^a., tal será a vantagem destas communicações!³²⁰

Em 1862, os empresários novamente fazem as mesmas solicitações, lembrando o governo da província de que: “Esta necessidade já foi reconhecida pela Assembléa provincial em 1857; cujas obras forão arrematadas em praça, porem ficarão na pasta da Repartição respectiva, até o prezente”³²¹. Os pedidos realmente foram discutidos na Assembleia³²², mas não sabemos se todas as obras foram concluídas e quem foram os arrematantes. A estrada na margem direita do rio Taquari e mais oito pontes foram orçadas em 47:200\$000 réis (quarenta e sete mil e duzentos réis), porém, o presidente Ferraz indicou no relatório de 1858 que “por emquanto não me parecem estas obras das mais necessarias, com quanto possão aproveitar a recente colonia dos Conventos, e alguns outros moradores”³²³. É provável que as obras tenham demorado muitos anos para serem concluídas e que a Baptista & Fialho não tenha tido nenhuma colaboração. No entanto, tendo conhecimento a respeito da experiência da empresa na capital, estas solicitações de obras sugerem uma provável estratégia econômica dos empresários. Investindo na colonização, estariam contribuindo para a intensificação da demanda por infraestrutura que estava ocorrendo na província com a instalação de imigrantes. Para que os núcleos coloniais tivessem sucesso e conseguissem escoar a produção agrícola, era necessário que o governo investisse maciçamente na construção de estradas, pontes, portos e estradas de ferro. Os relatórios provinciais da segunda metade do século XIX confirmam essa necessidade, pois estão repletos de registros de construções de obras públicas em várias regiões da província.

O ideal de modernização buscado pela província, aliado ao aumento populacional e a necessidade de escoamento da produção contribuíram para que o governo empregasse capital

³²⁰ Correspondência enviada ao presidente da província em 27 de setembro de 1859, Porto Alegre. Colônia dos Conventos, Fundo Colônias, caixa 31, maço 57, AHRs.

³²¹ Observações feitas no mapa geral da colônia dos Conventos em 15 de maio de 1862, Porto Alegre. Colônia dos Conventos, Fundo Colônias, caixa 31, maço 57, AHRs.

³²² CAMARA, Patricio Correa da. *Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

³²³ FERRAZ, 1858, p. 102.

na edificação de obras públicas. A Baptista & Fialho colaborava com esses empreendimentos e viu na colonização uma maneira de potencializar seus negócios. Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza já haviam sido responsáveis pela construção de duas pontes na Aldeia dos Anjos e uma no Passo do Rio dos Sinos³²⁴, o que evidencia a experiência com obras desse tipo. Talvez a empresa nem estivesse tão interessada na criação de uma colônia e na contratação de imigrantes na Europa, mas essa era uma forma de diversificar os investimentos e criar mais demanda para o serviço que ofereciam, ainda mais em uma região onde a população só aumentava e que era carente de estradas e riquíssima em caminhos fluviais, os quais precisavam de aplicações para tornarem-se totalmente navegáveis.

Nesta pesquisa não é possível saber em que medida essa característica é representativa do conjunto de empresas e indivíduos que participaram do comércio de terras, mas era uma alternativa viável. Outro exemplo é o de Primórdio Centeno de Azambuja (cunhado de um dos filhos de Antonio Fialho de Vargas), grande proprietário de terras do Vale do Taquari do período, que também conciliava a venda de terras para colonos e a arrematação de licitações de obras públicas. Primórdio foi responsável pela construção de uma ponte sobre o arroio Sampaio³²⁵ (que havia sido solicitada pela Baptista Fialho & Cia.) e pela abertura de uma estrada que ligava o porto da fazenda São Gabriel à Colônia Santa Emilia³²⁶. Tanto a ponte como a estrada beneficiariam os negócios de Primórdio, pois foram construídas dentro de sua propriedade, valorizando-a e tornando-a muito mais atraente para os compradores dos lotes coloniais. A utilização de recursos públicos para benefícios pessoais foi bastante comum durante o século XIX, principalmente por integrantes das elites locais. Além disso, a ocupação de cargos públicos também garantia vantagens, como por exemplo, na hora de legitimar posses³²⁷.

A Baptista Fialho & Cia. foi desfeita amigavelmente no dia 13 de abril de 1863, após 8 anos de atuação, sendo que as terras que ainda não tinham sido vendidas foram divididas entre os sócios, assim como as dívidas que ainda precisavam ser cobradas. É provável que a sociedade

³²⁴ “[...] na Estrada Geral que de Santo Antonio segue para Cima da Serra”. CAMARA, 1857, p. 34.

³²⁵ SERTORIO, João. *Relatorio com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d’esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 20 de agosto de 1870*. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870.

³²⁶ MORAES, João Pedro Carvalho de. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16º legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1875.

³²⁷ O acionamento da elite local do Vale do Taquari dentro da burocracia imperial é possível ver em: CHRISTILLINO, 2004.

tenha sido desfeita devido à falta de sucesso que os empresários tiveram para cobrar as dívidas dos colonos, como relatou João Baptista em carta emitida ao presidente da província:

Fez-me tão bem ver o d. ex-socio Gerente que foi pessimo o negocio que fizemos com os colonos que mandámos vir à nossa custa da Europa, que são quazi todos desordeiros, pouco activos, intrigantes e maus pagadores, a ponto de mui pouco terem pago a maior parte delles por conta de suas dívidas, servindo-se ate da imprensa para as suas intrigas a fim de desacreditar o ex-socio Gerente para com as Autoridades, não obstante ser elle de toda a probidade desde a infancia, do que estou certo. Parece-me, em minha humilde opinião, que quem quer colonizar não deve mandar vir colonos, e principalmente dos que nada tem como nós fizemos, porque o resultado é vir-lhe a mais miseravel e viciosa parte da população, muitas vezes reos de policia que há em todos os paizes, e que aproveitão as occazioens que tem para se livrar delles, dando muito trabalho ao paiz que os recebe para os tornar morigerados.³²⁸

A correspondência faz parte do conjunto de relatórios enviados periodicamente ao governo da província com informações sobre o estado da Colônia Conventos. Mesmo após o encerramento da empresa, Antonio Fialho de Vargas continuou enviando relatórios ao governo da província a respeito da colônia. O trecho citado acima evidencia a insatisfação dos sócios com a falta de pagamento dos imigrantes que foram trazidos da Europa, contudo, omite o fato de que os imigrantes seriam obrigados a pagar a dívida, mesmo a longo prazo. Os sócios receberiam os valores de qualquer maneira, afinal, os imigrantes acabavam ficando dependentes dos empresários que administravam as colônias privadas, sendo muito difícil escapar das dívidas, que podiam até mesmo ser repassadas a outros indivíduos. O reembolso poderia demorar mais que o previsto, mas aconteceria.

A avaliação exageradamente negativa dos imigrantes trazidos da Europa pode indicar uma comparação com os grupos que migravam internamente. A empresa tinha mais gastos com aqueles, pois além da terra, eram fornecidos passagens e subsídios que garantissem a instalação das famílias. Já os que se deslocavam do Vale do Rio dos Sinos, por exemplo, já tinham mais capital para investir e apenas compravam a terra. Ou seja, em termos financeiros, era mais vantajoso vender os lotes para estes do que financiar o estabelecimento de imigrantes europeus. Esta constatação pode estar implícita na depreciação feita na correspondência. Além disso, informar o governo que o negócio havia sido um fracasso e criticar negativamente os imigrantes pode ter sido algum tipo de estratégia por parte dos empresários, como por exemplo, sugerir

³²⁸ Correspondência ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga, enviada por João Baptista Soares da Silveira e Souza. 27 de dezembro de 1864. Fundo Colônias. Caixa 31, Maço 57. AHRIS.

que os cofres públicos deveriam oferecer mais apoio às empresas que inserissem imigrantes europeus na província.

Assim como outras empresas que fundaram colônias particulares no período, a Baptista Fialho & Cia. teve dificuldade em resgatar os valores investidos. O próprio Karl von Koseritz, agente intérprete da colonização em 1867, afirmou que “os Srs. Vargas adiantarão a passagem da Europa aos colonos, derão-lhes subsidios e fizerão-lhes muitos adiantamentos, tornando-se assim credores de sommas consideraveis, cujo embolso tem sido extremamente demorado pela resistencia dos colonos no pagamento das suas dividas”³²⁹. A fala do agente intérprete vai ao encontro das informações contidas no contrato provisório firmado entre o imigrante Johann Kaspar Richter e a Baptista Fialho & Cia. em Hamburgo. No contrato ficou estabelecido que a empresa venderia um terreno e forneceria sementes e os víveres necessários até a primeira colheita, além de uma quantia em dinheiro (sessenta mil réis para cada pessoa maior de 10 anos e trinta mil réis para cada menor de 1 a 10 anos). A família ficava obrigada a devolver todos os adiantamentos, fornecimentos e o valor do terreno dentro de cinco anos³³⁰.

Os contratos foram assinados em 13 de junho e 8 de julho de 1858 na Europa. Cada colônia de 150.000 braças quadradas foi vendida por 1:500\$000 réis (um conto e quinhentos mil réis) e cada meia colônia de 75.000 braças quadradas por 750\$000 réis (setecentos e cinquenta mil réis). O prazo para o pagamento começava a contar no dia 8 de julho de 1858 e deveria ser efetuado em três prestações iguais e anuais, as quais venceriam, a primeira, em 8 de julho de 1861, a segunda, no mesmo dia de 1862 e a terceira, no mesmo dia de 1863, com juros de 1% ao mês. No total, as 18 famílias de imigrantes contraíram uma dívida de 24:363\$950 réis (vinte e quatro contos, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta réis) com a compra das terras e os adiantamentos realizados pela empresa³³¹. Na escritura de dissolução da Baptista, Fialho & Cia.³³², realizada em 13 de abril de 1863, consta que a empresa tinha a receber 21:726\$000 réis (vinte e um contos, setecentos e vinte e seis mil réis) em dívidas ativas provenientes dos contratos firmados com imigrantes europeus, ou seja, estes colonos pagaram somente cerca de 10% da dívida até 1863.

³²⁹ KOSERITZ, 1867, p. 11.

³³⁰ Cópia xerocada do contrato provisório do imigrante Johann Kaspar Richter, 1858. Fundo Arquivos Particulares. Arquivo Histórico de Lajeado.

³³¹ Traslado de escritura de venda de escritura e hipoteca realizado em 18/03/1859 na casa de Antonio Fialho de Vargas. Ação decendiária. Cartório Cível e Crime de Taquari. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Adão Pauner e sua mulher. Nº: 1013. M: 25. E: 102. A: 1865. APERS.

³³² Escritura de dissolução de sociedade de Baptista, Fialho & Cia, 13/04/1863, p. 35v. 2º Tabelionato de Porto Alegre. Livro 77. APERS.

No mesmo documento ainda consta que a sociedade empregou um capital de 22:140\$000³³³ réis (vinte e dois contos, cento e quarente mil réis) durante os 8 anos de atividade (1855-1863) com a compra de 157 colônias e outras despesas. Das 157 colônias, 9 colônias e meia foram adquiridas por 18 famílias provenientes da Europa; 38 colônias foram vendidas a diversos colonos espontâneos e 23 colônias foram vendidas também para colonos espontâneos, mas ainda estavam por serem pagas. Ficou restando ainda para dividir entre os sócios 90 colônias, no valor de 36:000\$000 réis (trinta e seis contos de réis), que foram divididos da seguinte maneira: Antonio Fialho de Vargas ficou com 45 colônias, por possuir metade da empresa; João Baptista Soares da Silveira e Souza e Manoel Fialho de Vargas Filho ficaram com 22 colônias e meia cada um. Os empresários ficaram por receber em dívidas ativas o valor de 34:426\$000 réis (trinta e quatro contos, quatrocentos e vinte e seis mil réis), sendo 21:726\$000 réis (vinte e um contos, setecentos e vinte e seis mil réis) proveniente da dívida e juros dos colonos mandados vir da Europa e 12:700\$000 réis (doze contos e setecentos mil réis) da dívida dos colonos voluntários. Os 34:426\$000 réis (trinta e quatro contos, quatrocentos e vinte e seis mil réis) ficaram divididos entre os sócios do seguinte modo: à Antonio Fialho de Vargas a quantia de 17:213\$000 réis (dezessete contos, duzentos e treze mil réis), à João Baptista Soares da Silveira e Souza e Manoel Fialho de Vargas Filho a quantia de 8:606\$500 réis (oito contos, seiscentos e seis mil e quinhentos réis) para cada um³³⁴.

Infelizmente, como não dispusemos dos valores que voltaram aos empresários ao longo do tempo, não temos como saber, quantitativamente, como foi realmente o desempenho econômico da empresa³³⁵, porém, podemos dizer que enquanto a empresa existiu, sua arrecadação foi baixíssima, principalmente em relação aos colonos que vieram da Europa em 1858. No inventário da esposa de Antonio Fialho de Vargas, realizado em 1881, ainda constavam dívidas de nove colonos na importância de 8:484\$000 réis (oito contos, quatrocentos e oitenta e quatro mil réis) no total. No mesmo documento também está registrado que os demais colonos devedores à antiga empresa Baptista Fialho & Cia. ficaram em débito com a credora Maria Rita de Andrade Fialho, viúva de Manoel Fialho de Vargas Filho, responsável por receber

³³³ Se cruzarmos os valores indicados nas duas escrituras, percebemos que há duas informações diferentes. Na escritura de dissolução, os empresários afirmam que o capital investido pela empresa foi de 22:140.000 réis, porém, na escritura de venda, os mesmos sócios informam que gastaram somente com os imigrantes europeus 24:363.950 réis. Optamos por apresentar ambos os valores, de acordo com o que aparece na documentação.

³³⁴ Escritura de dissolução de sociedade de Baptista, Fialho & Cia, 13/04/1863, p. 35v. 2º Tabelionato de Porto Alegre. Livro 77. APERS.

³³⁵ Esta situação também é recorrente em relação às outras empresas de colonização. É muito difícil realizar uma análise de desempenho econômico por falta de registros de entradas e saídas de capital.

a dívida de sete colonos³³⁶. Sendo assim, mesmo após dezoito anos do fechamento da empresa, ainda havia famílias inadimplentes³³⁷.

Por conseguinte, o negócio efetuado por Antonio, Manoel e João Baptista apresenta dois cenários. Por um lado, a previsão dos sócios para o pagamento das dívidas pelos imigrantes estava equivocada e contribuiu para o fracasso econômico da empresa, que não teve o reembolso dentro do prazo esperado. Por outro, isso não significa que tenha sido um investimento perdido, pois os imigrantes pagaram as dívidas a longo prazo e com juros. Um exemplo é o caso dos colonos Philipp Carl Immich e Philipp Peter Eckhard, que saldaram a dívida em 1868³³⁸, 10 anos após a chegada ao Brasil. Além disso, depois do fechamento da empresa, os sócios ainda continuaram investindo no comércio de terras, mesmo que não trouxessem imigrantes da Europa. Manoel Filho morreu logo após o encerramento da empresa e sua esposa e filhos continuaram a atuar no mercado de terras durante toda segunda metade do século XIX. João Baptista faleceu em 1870 e, como já estava viúvo e não tinha filhos, deixou a herança para os sobrinhos, que deram seguimento aos negócios. Antonio Fialho de Vargas, por sua vez, se tornou o maior comerciante de terras da região, atuando no mercado até o fim de sua vida, 40 anos após o início da Colônia Conventos. Talvez alguns sócios não puderam colher os frutos do negócio, porém, as famílias receberiam os saldos das dívidas. Assim, a empresa pode ter sido um fracasso na opinião dos sócios em termos de compensações financeiras em curto espaço de tempo, porém garantiu ganhos futuros para às famílias.

Maria Rita de Andrade Fialho deu continuidade aos negócios do marido após a sua morte. Seguiu investindo na compra de ações e de propriedades, algumas em conjunto com Antonio Fialho de Vargas, além de entrar com capital na sociedade Nova Berlim, empresa que fundou uma colônia de mesmo nome próximo à Colônia dos Conventos. Maria Rita entrou com um capital de 7:000\$000 réis (sete contos de réis), os quais garantiram rendimentos regulares

³³⁶ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 329, de 1881. APERS.

³³⁷ Antonio Fialho de Vargas foi 5 vezes à justiça para cobrar dívidas de colonos, como consta nos seguintes processos de ação decendária e de libelo cível: Cartório Cível e Crime de Taquari. Ordinarias. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réu: Christiano Gobel. Nº: 465. M: 14. E: 102. A: 1874. Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendária. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Adão Pauner e sua mulher. Nº: 1013. M: 25. E: 102. A: 1865. Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendária. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réus: Johann Gaspar Richter e sua mulher. Nº: 1022. M: 25. E: 102. A: 1874. Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendária. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réu: Felipe Daniel Arend. Nº: 1023. M: 25. E: 102. A: 1874. Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendária. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réu: Christiano Gobel e sua mulher. Nº: 1024. M: 25. E: 102. A: 1874. APERS.

³³⁸ Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 68. APERS.

às filhas após a sua morte, em 1884³³⁹. A colônia Nova Berlim foi fundada por Antonio Fialho de Vargas Filho e seu cunhado, Raphael Fortunato Xavier de Azambuja, na década de 1870³⁴⁰. A sociedade com Maria Rita³⁴¹ demonstra que ela continuou efetuando negócios com os Fialho de Vargas, depois da morte do marido, no ramo da colonização. Ou seja, mesmo com o fracasso econômico da colônia de Conventos, ela seguiu fazendo investimentos nesse setor, sugerindo, assim, que a ideia do insucesso dos negócios ligados a colonização deve ser relativizada. É provável que a falta de pagamento dos colonos não tenha afetado tanto assim o orçamento de Maria Rita, afinal, a venda de terras aos imigrantes era somente uma das atividades econômicas em que ela atuava, fazendo com que não ficasse dependente somente de um negócio. A colônia Nova Berlim foi estabelecida em um período otimista para a colonização, em que os empresários já tinham mais experiência e os núcleos coloniais já dispunham de melhores condições de subsistência e desenvolvimento. Os dividendos registrados regularmente nas contas correntes das filhas de Maria Rita confirmam isso.

Da mesma forma, os outros sócios também não tinham a empresa de colonização como único negócio. João Baptista tinha inúmeros prédios urbanos e propriedades rurais, operava na construção de obras públicas e possivelmente investia em ações. Antonio tinha uma casa de negócios, realizava empréstimos de dinheiro, investiu no comércio de madeira, foi vereador em Taquari e participou ativamente do comércio de terras da região até o fim de sua vida. O que significa que vender terras para colonos era uma atividade altamente lucrativa, pois como havia uma demanda muito grande por propriedades, a especulação enriquecia os comerciantes de terras. Antonio pode ter ficado insatisfeito com os resultados econômicos de Conventos, porém, isso não o fez desistir de continuar vendendo lotes para imigrantes e descendentes que já tinham conseguido acumular determinado capital para comprar um pedaço de terra. Além disso, a combinação de diferentes atividades econômicas proporcionava maior potencialização dos

³³⁹ Maria Rita e Manoel tiveram quatro filhos, dois homens e duas mulheres. As duas filhas, Rita e Cecília, “sofriam das faculdades mentais, devido a moléstias anteriores”, e, por isso, moravam com o irmão, João, que administrava os bens das irmãs. A partilha da fortuna de Maria Rita legou a elas os bens que proporcionavam rendimentos, como a parte na sociedade Nova Berlim, de acordo com o que previa a legislação. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 660, de 1884. APERS.

³⁴⁰ CHRISTILLINO, 2010.

³⁴¹ Maria Rita de Andrade Fialho carrega uma excepcionalidade se comparada às outras mulheres da família e até mesmo da elite proprietária de terras. Enquanto a maioria delas se desestruturou após a morte do marido, Maria Rita deu continuidade aos negócios e, inclusive, fez novos investimentos em ações, como na sociedade Nova Berlim e na Companhia Pastoral, Agrícola e Industrial. Devido a isso, aumentou o patrimônio de ações de 6 contos de réis, valor apresentado no inventário do marido, para 10 contos de réis. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 660, de 1884. APERS.

lucros, tendo em vista que o mercado de terras era um negócio a longo prazo, e garantia a sustentabilidade dos negócios.

É importante salientar que a maioria das famílias que adquiriram colônias em Conventos não vieram diretamente da Europa, e sim das regiões do Vale do Rio dos Sinos e de Petrópolis, no Rio de Janeiro³⁴². Isso nos leva a concluir que o problema dos empresários pode ter sido financiar, em 1858, toda a instalação de 18 famílias, desde a Europa até Conventos, sem ter a certeza de que seriam ressarcidos ou não. Essa foi a única vez em que a empresa se encarregou de trazer imigrantes europeus. Das 68 famílias estabelecidas em Conventos em 1861, sabe-se que 39 eram oriundas da Europa, mas não tiveram Conventos como primeira parada, e 8 eram descendentes de imigrantes que viviam no Vale do Rio dos Sinos³⁴³.

As famílias se deslocavam das colônias mais antigas por vários motivos. Estas já estavam bastante ocupadas e não tinham mais lotes disponíveis para novos moradores. Os moradores antigos vendiam suas terras aos imigrantes recém-chegados, que preferiam se instalar em uma zona já colonizada, com terras já cultivadas, e adquiriam lotes em áreas abertas à colonização, onde o preço das propriedades era mais acessível³⁴⁴. Além disso, os colonos tinham o costume de garantir terras para todos os filhos, mas quando isso não era possível, estes precisavam migrar. A natalidade nas colônias velhas era muito alta, e mesmo dividindo as propriedades em duas ou até quatro vezes, não havia propriedades para todos. Era preciso conquistar novas áreas de ocupação para garantir a reprodução das famílias camponesas³⁴⁵.

Outro fator que teria contribuído para a migração interna era o esgotamento do solo³⁴⁶. As terras de São Leopoldo, após trinta anos de produção agrícola, passaram a sofrer uma diminuição no rendimento, não sendo mais suficientes para alimentar todos os descendentes da família e não compensando nem o capital investido, nem o trabalho despendido. Como a maioria dos descendentes de imigrantes continuava com a mesma profissão dos pais, ou seja, a agricultura, era a própria continuidade da profissão e estrutura familiar camponesa que

³⁴² Esta informação foi obtida a partir do estudo genealógico realizado por Richter e Schmidt, que a partir do mapa estatístico da Colônia Conventos de 1861 investigaram a origem das famílias que moravam na colônia naquele ano. RICHTER, Waldemar L.; SCHMIDT, Heinz. *Pioneiros de Conventos: 1861*. Lajeado: Edição do Autor, 2018.

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ Os imigrantes mais antigos também tiravam vantagens com a chegada de parentes, conhecidos ou apenas conterrâneos alemães. Havia uma lógica que orientava essa busca por locais que ofereciam outras vantagens, vendendo assim seus primeiros lotes. É provável que essas transferências ocorressem por conta de uma rede de contatos e confiança.

³⁴⁵ ROCHE, 1969.

³⁴⁶ Os colonos utilizavam a técnica da coivara para preparar o solo, método que retira os sais minerais da terra, deixando-a exposta às radiações solares e causando um grande empobrecimento do solo. *Ibid.*

estimulavam a migração. Da mesma forma, a estrutura agrária, o regime de pequena propriedade, e a alta taxa de natalidade, não permitiam que todos os filhos permanecessem no lote, somente um ou dois. Deste modo, muitos indivíduos se deslocavam para a frente pioneira, onde havia terras férteis e mais baratas, como Conventos, na segunda metade do século XIX³⁴⁷.

Os imigrantes e filhos que conseguiam vender o seu lote e comprar um novo em outro lugar provavelmente tinham mais condições de se subsidiar e de pagar pela terra (mesmo que a prazo), bem como não gozavam de todos os auxílios garantidos pela empresa àqueles que firmavam contrato já na Europa. Era essa demanda que mais favorecia as empresas de colonização, embora em um primeiro momento fosse necessário trazer imigrantes europeus para criar uma procura pela terra. As etapas da colonização privada na província de São Pedro foram semelhantes às da província de Santa Fé, sendo possível encontrar similitudes entre a Baptista Fialho & Cia. e empresas que atuaram lá³⁴⁸. A Beck & Herzog, por exemplo, também participou da etapa inicial da colonização privada em Santa Fé, firmando uma parceria com o governo provincial e ficando responsável pela introdução de imigrantes em terras públicas. O principal sócio da empresa, Carlos Beck, fez um bom planejamento para a colônia San Carlos, fundada em 1858, porém, acabou se equivocando na previsão dos rendimentos. Em 1864, a média de amortização das dívidas dos colonos era apenas 18%. Isso exemplifica que, assim como no Brasil, o negócio da colonização nesse período era bastante arriscado, pois o retorno financeiro só ocorria a médio ou longo prazo³⁴⁹.

A empresa foi liquidada devido à falta de pagamento dos colonos, transferindo a Colônia San Carlos para a *Sociedad de Colonización Suiza de Santa Fe*. A Guerra do Paraguai, no entanto, acarretou uma demanda de alimentos muito grande, impulsionando a economia da colônia e intensificando o mercado de terras da região. A partir daí a empresa adotaria uma estratégia diferente: “Se trataba ahora de un negocio inmobiliario clásico, es decir, la empresa sólo se dedicaba a vender las parcelas, sin proveer a los colonos de pasajes ni de gastos o adelantos para alimentos o tareas de labranza”³⁵⁰. A nova sociedade passou a ter bons resultados financeiros, principalmente por dispor de terras prontas para serem colonizadas próximas de

³⁴⁷ ROCHE, 1969.

³⁴⁸ É importante ressaltar que as relações feitas entre as empresas são aproximadas, pois no caso da Baptista Fialho & Cia., não existem dados tão objetivos e exatos.

³⁴⁹ MARTIRÉN, 2013.

³⁵⁰ *Ibid.*, p. 148.

San Carlos e funcionários com experiência no negócio. Isso porque vários funcionários da Beck & Herzog continuaram na *Sociedad de Colonización Suiza de Santa Fe*³⁵¹.

Outro exemplo foi Guillermo Lehmann, imigrante alemão que conseguiu alcançar uma posição de destaque no negócio da colonização. Lehmann se instalou na Colônia Esperanza em meados da década de 1860 e se utilizou da combinação de diferentes estratégias para potencializar os seus lucros. Além de participar do mercado de terras, administrava a produção de aguardentes e trabalhava com moagem de grãos. Lehmann também se aproximou das famílias de elite de Santa Fé, conquistou cargos públicos e ganhou proeminência no cenário político local. Além disso, ele tinha conhecimento a respeito de questões técnicas sobre terras e agricultura e foi editor de uma publicação semanal que fazia propaganda de seus negócios no mercado de terras e de suas bebidas. Esses fatores contribuíram para que o empresário tivesse uma circulação de capital mais dinâmica e não dependesse só de um negócio, proporcionando um prazo de pagamento maior aos colonos³⁵².

Os indícios das fontes e estes dois exemplos nos permitem levantar algumas hipóteses a respeito da Baptista Fialho & Cia. Ela pode ter sido uma das empresas a fazer parte de um primeiro momento da colonização privada, em que os empresários não tinham experiência no negócio e investiram no transporte, instalação e no financiamento da produção agrícola de imigrantes europeus, correndo o risco de não serem reembolsados. No entanto, também há a possibilidade de que eles soubessem dos riscos, afinal, havia imigrantes na província desde 1824 e a falta de pagamento nos prazos determinados não era novidade. Investir na colonização pode ter sido uma maneira de beneficiar outros negócios que já eram executados pela empresa, como a construção de obras públicas, por exemplo. Contudo, talvez não esperassem que os colonos tivessem tanta dificuldade para quitar as dívidas. A produção dos colonos era basicamente para subsistência, sendo necessário um longo período para que conseguissem pagar as dívidas.

Os sócios da Baptista Fialho & Cia., assim como os proprietários da Beck & Herzog, continuaram participando do mercado de terras após a liquidação da empresa, porém, deixaram de financiar a vinda de imigrantes europeus e passaram a se dedicar somente à compra e venda de terras. Talvez investir na criação de uma colônia e na contratação de imigrantes europeus fosse o primeiro passo para entrar no comércio de terras, bem como tornar-se referência nessa

³⁵¹ MARTIRÉN, 2013.

³⁵² *Ibid.*

frente. A instalação de algumas famílias para criação de um núcleo populacional seria um atrativo para que outras famílias também migrassem para o local, ampliando o negócio com a venda de terras. Antonio Fialho de Vargas foi o sócio que mais atuou no mercado de terras e, assim como Lehmann, se utilizou de diversas estratégias para potencializar seus negócios. Além de não depender somente de um empreendimento, se aproximou dos fazendeiros locais para garantir vantagens e apoio político.

Os sócios Manoel e João Baptista não deram continuidade no negócio das obras públicas provavelmente porque Manoel faleceu logo após a dissolução da Baptista Fialho & Cia. e João Baptista não estava bem de saúde, de acordo com as correspondências que enviava ao governo da província, vindo a falecer em 1870. Após o fechamento da empresa, Antonio continuou residindo em Conventos, no entanto, como foi vereador de Taquari em dois mandatos, também morou na Vila de Taquari em alguns momentos. Na última correspondência enviada ao governo da província para informar sobre o estado da Colônia de Conventos, em 1878, Antonio relatou que as terras da colônia haviam sido todas vendidas para antigos colonos do município de São Leopoldo, estrangeiros e nacionais, e só havia 17 famílias imigrantes, que vieram em 1858. Alegou que não tinha mais direito algum sobre as terras da colônia³⁵³. Porém, de acordo com os registros cartoriais, o indivíduo realizou vendas de terras naquele local até o ano de 1895, quando veio a falecer.

Em suma, é provável que a motivação para investir na colonização, da parte de Manoel e João Baptista, tenha sido a possibilidade de diversificar as aplicações, uma característica comum dos empresários oitocentistas, e auxiliar os negócios de um membro da família, Antonio, que poderia estar precisando de mais capital para iniciar os trabalhos com a colonização e o mercado de terras. Esta inversão potencializaria a demanda por obras de infraestrutura necessárias a uma colônia, construções que poderiam ser efetuadas pela Baptista & Fialho. Porém, a empresa não chegou a arrematar nenhuma obra pública na região de Taquari e também não conseguiu reaver o investimento que havia feito na contratação de imigrantes europeus, pelo menos não enquanto a empresa existiu. A alegação dos sócios de que o negócio que fizeram foi um fracasso pode esconder a possibilidade de que eles soubessem dos riscos e que o retorno viria a longo prazo. A criação da colônia e a contratação de imigrantes europeus foram necessárias para a inserção dos sócios no comércio de terras, pois era preciso intensificar a demanda por terra na região, com a instalação de imigrantes, para atrair outras famílias.

³⁵³ Correspondência à Americo de M. Marcondes de Andrade, enviada por Antonio Fialho de Vargas. 20 de dezembro de 1878. Fundo Colônias. Caixa 31, Maço 57. AHRS.

Devido a esse investimento inicial, Antonio Fialho de Vargas acabou se tornando um expoente no comércio de terras, e, aos poucos, também conseguiu reembolsar a quantia que havia despendido com a instalação das famílias que vieram da Europa. A seguir, discutiremos alguns aspectos da Colônia Conventos, como o tamanho das propriedades, a procedência dos colonos e a produção agrícola.

2.3 “As terras são da melhor qualidade para a agricultura”: a Colônia dos Conventos

A colônia de Conventos estava localizada na margem direita do rio Taquari, tendo como divisas três cursos de água: o próprio rio Taquari, o arroio Moinhos e o rio Forqueta. A fertilidade de suas terras foi atestada inúmeras vezes, assim como todas as terras que margeiam o rio Taquari. O presidente da província José Antonio de Azevedo Castro chegou a dizer que “Os terrenos das margens do rio Taquary forão sempre considerados os mais ferteis da provincia, especialmente quando cobertos pelas mattas, cujos detricitos servem para dar á terra o humus vegetal de que tanto necessita a agricultura”³⁵⁴. Além de proporcionar uma ótima fertilidade à terra³⁵⁵, os cursos de água eram fundamentais no escoamento da produção e para o funcionamento dos maquinários movidos à água.

Conventos possuía engenhos de serrar, de extrair azeite, de moer grãos e atafona. A princípio, todas as famílias eram agricultoras, mas alguns colonos ainda ofereciam outros serviços para a comunidade, como o de ferreiro, sapateiro, marceneiro, alfaiate e armeiro. As famílias produziam alimentos para sua subsistência e o excedente era exportado, sendo que os principais produtos de exportação eram feijão, milho e batata. Além destes, a colônia produzia trigo, fava, cevada, centeio, amendoim, vinha, algodão, fumo, banha e toucinho. Como a colônia estava localizada em uma região de matas, também havia muita madeira disponível para construção. Nas duas tabelas abaixo, construídas a partir dos mapas estatísticos da colônia³⁵⁶, é possível visualizar a produção agrícola em números e a quantidade de animais:

³⁵⁴ CASTRO, José Antonio de Azevedo. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro em a segunda sessão da 16ª legislatura*. Porto Alegre, Typographia do Rio Grandense, 1876, p. 79.

³⁵⁵ As enchentes do rio Taquari sempre foram frequentes, garantindo às terras uma riqueza de nutrientes.

³⁵⁶ Os mapas estatísticos não apresentam as mesmas informações para todos os anos, só em alguns casos, o que dificulta a análise dos dados.

Tabela 2 – População e produção da Colônia Conventos

Ano	População	Produção (alqueires)						
		Feijão	Milho	Batata	Trigo	Favas	Cevada	Centeio
1858	168							
1859	188	1.600	3.850	650	200	180	60	
1860	231	3.000	4.500	1.200	300		120	
1861	309	5.457	11.765	2.170		442		
1862	332							
1863	386	2.714 (sacos)	4.530 (sacos)	950 (sacos)				
1864	408	1.159	13.184	1.119				480
1869	500	4.923	17.720	1.658				

Fonte: Mapas estatísticos. Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRS.

Tabela 3 – Quantidade de animais da Colônia Conventos

Ano	Cavalos	Gado vacum	Suínos
1861	123	57	700
1864	149	219	1.127

Fonte: Mapas estatísticos. Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRS.

O aumento da população aponta para o processo de migração interna que ocorria dentro da província e também para o aumento das famílias que viviam em Conventos. O passo inicial para a criação da colônia foi a instalação de imigrantes europeus, que intensificou a demanda por terra e foi um atrativo para que outras famílias migrassem espontaneamente para a região. Por conseguinte, o progressivo aumento populacional acompanhou o aumento da quantidade

de animais na colônia. Nesse aspecto, chama atenção o número elevado de suínos. Os porcos eram importantes para a população tanto na alimentação como para o comércio. A criação desse animal proporcionava banha, carne, toucinho, presunto e salame. No ano de 1869, foram produzidas, na colônia, 829 arrobas de banha e 119 arrobas de toucinho para exportação³⁵⁷.

A respeito da produção de alimentos, pode-se depreender um progressivo aumento, embora seja bastante lento. Infelizmente, os mapas estatísticos não indicam a quantidade produzida que era destinada ao consumo e a enviada para exportação, no entanto, sabemos que os números de 1869 são referentes somente à parte reservada à exportação. Neste mesmo ano, ainda foram exportados 973 alqueires de amendoim, além da banha e do toucinho, o que indica um aumento da produção para exportação bem como uma maior variedade de produtos exportados. Contudo, entre os anos de 1861 e 1864 nota-se uma diminuição na produção agrícola, principalmente em relação ao feijão e à batata. Se analisarmos os dados dos anos disponíveis, esse foi o único intervalo em que a produção não aumentou proporcionalmente à população. Poderíamos sugerir que no ano de 1864 uma área menor tivesse sido semeada, no entanto, o que ocorreu foi o contrário:

Tabela 4 – Relação plantação e colheita da Colônia Conventos

Ano	Quartas de sementes lançadas			Colheita (alqueires)		
	Milho	Feijão	Batata	Milho	Feijão	Batata
1861	263	157	732	11.765	5.457	2.170
1864	460	193	1.621	13.184	1.159	1.119

Fonte: Mapas estatísticos. Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRS.

A colheita de 1864 foi bastante inferior à de 1861, ainda mais se levarmos em consideração que naquele ano foi lançado ao solo uma quantidade maior de sementes. É provável que isso tenha ocorrido devido à estiagem que assolou muitos municípios da província em 1864. Em correspondência enviada ao governo nesse ano, os vereadores de Taquari afirmam

³⁵⁷ Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRS.

que a seca afetou muito as plantações, fazendo com que as colheitas de cereais fossem muito diminutas. Os agricultores tiveram perdas significativas e mal conseguiram alimentos para o consumo. Por conta disso, os vereadores enviaram a correspondência solicitando ajuda financeira do governo da província³⁵⁸.

A respeito do trabalho na lavoura, a bibliografia indica que os imigrantes europeus e seus descendentes trabalhavam a terra de maneira rudimentar. Leo Waibel relata do seguinte modo o trabalho dos colonos:

[...] a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras.³⁵⁹

Com esse sistema, a terra se esgota mais rápido e as safras vão diminuindo com o passar dos anos. Em pequenas propriedades, os agricultores não deixavam a terra descansando por muito tempo, o que potencializava o desgaste da mesma e fazia as famílias buscarem terras melhores. Observando o trabalho dos colonos, Waibel criou uma classificação dos sistemas agrícolas de rotação: o de terras primitiva e melhorada; e de culturas primitiva e melhorada. O primeiro diz respeito à citação acima, em que o agricultor utiliza somente como instrumentos a enxada e a cavadeira, cria alguns porcos e o trabalho é voltado principalmente à subsistência. No segundo, além dos produtos de subsistência, produz-se alimentos para o comércio; a família já possui algum gado e algumas empregam o uso do arado, no entanto, não utilizam adubo de origem animal, pois não possuem o suficiente para aplicar em todas as áreas cultiváveis. O aumento da produção agrícola e a criação de gado elevam o padrão econômico da família. No sistema de rotação de culturas primitiva, o solo é cultivado sem descanso, alternando a produção de cereais com culturas de raízes e plantas leguminosas. Há pouco gado e pouco adubo. A quarta classificação está baseada na combinação econômica e espacial da lavoura e da pecuária, em que é possível produzir uma quantidade de adubo suficiente para utilizar na lavoura. “[...] Aplicando-se um certo sistema de rotação de cultura em terras adubadas, é possível cultivar o solo permanentemente e numa pequena área obterem-se grandes colheitas”³⁶⁰.

³⁵⁸ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 11 de março de 1864. Fundo Autoridades Municipais. AHRs.

³⁵⁹ WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 245.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 320.

Para o geógrafo, o grande problema do uso da terra está na separação da agricultura e da pecuária, que acarreta a criação extensiva do gado e a produção extensiva da lavoura, sistemas que geram falta de alimentos, subnutrição e pobreza da população. Portanto, o sistema ideal era o de rotação de culturas melhorada, no entanto, esse sistema exige conhecimento e capital para investir em animais e instrumentos de trabalho. O colono que utiliza esse sistema também precisa vender um produto comercial para conseguir manter o seu negócio. Sendo assim, pouquíssimas famílias utilizavam esse sistema, pois, de acordo com Waibel, a maioria delas não tinha capital e nem conhecimento para desenvolvê-lo. O sistema mais utilizado pelos colonos era o segundo, rotação de terras melhorada³⁶¹.

Roche, por sua vez, elenca apenas dois sistemas de cultivo utilizados pelos imigrantes, a depredação e a exploração que reconstitui a fertilidade do solo pelo uso de adubo. O autor contesta a classificação de Waibel, enumerando níveis de desenvolvimento, dentro do sistema depredatório, que foram comuns em muitas colônias. Roche afirma que a criação de gado só ocorreu quando do declínio da agricultura, ou seja, nunca houve uma associação entre pecuária e lavoura, como descrito por Waibel. Enquanto a agricultura foi a principal atividade dos imigrantes, a pecuária era secundária: os porcos serviam para alimentação doméstica e os bois e cavalos, comprados na Campanha e não criados, eram empregados nos trabalhos agrícolas. Na primeira fase de desenvolvimento, que dura aproximadamente dez anos a partir da fundação da colônia, as famílias possuem, além da lavoura e dos porcos, um ou dois cavalos, para transporte e trabalho, e poucas vacas leiteiras para abastecimento doméstico. Na segunda fase, eleva-se o número de porcos e bovinos, porém, estes não são suficientes para produzir o adubo necessário. Na terceira e última fase ocorre a redução da quantidade de porcos concomitante com a regressão da agricultura e a substituição desta pela criação de bovinos, que aumenta rapidamente. A exploração que reconstitui a fertilidade do solo pelo uso de adubo, por sua vez, corresponde ao sistema de rotação de culturas melhorada de Waibel, e ocorreu em raríssimos casos³⁶².

Observando o mapa estatístico da colônia de Conventos de 1861, que apresenta informações muito interessantes a respeito dos fogos³⁶³, é possível visualizar as primeiras fases de desenvolvimento de uma colônia. Além de produzirem para subsistência, algumas famílias

³⁶¹ WAIBEL, 1979.

³⁶² ROCHE, 1969.

³⁶³ O mapa apresenta informações sobre as 68 famílias que moravam em Conventos naquele ano, como o nome do proprietário do lote, o número, sexo e idade dos integrantes de cada família, a nacionalidade, o tamanho do lote e a parte reservada para cultivo, sementes cultivadas, a colheita e os animais.

conseguiam comercializar uma parte da colheita e possuíam alguns animais, sobretudo suínos. Examinando o tamanho do lote de cada família e a parte destinada para cultivo, podemos analisar, aproximadamente, como funcionava o sistema de rotação de terras. Tomando como exemplo os lotes de 75.000 braças quadradas, ou 36 hectares (meia colônia), que eram a maioria, e a área total de cultivo desses lotes, que correspondia a 437.000 braças quadradas (211 ha), sabemos que eram cultivados, em média, 6,6 hectares por lote. Isso significa que, se a família não aumentasse seu terreno, só poderia deixar o terreno já cultivado descansar durante 5 anos. A média de pessoas, por lote, era de 4,5.

Nesse sentido, Waibel apresenta dois dados bem interessantes: o primeiro é que o tempo de descanso ideal para o solo cultivado é de 10 a 12 anos em terras boas e 15 a 20 anos em terras pobres; e o segundo é que “[...] nas terras florestais do Brasil meridional, uma família composta de cinco a sete pessoas precisa de cinco hectares efetivamente em cultivo para manter um nível de vida decente”³⁶⁴. Portanto, levando em consideração nossa amostragem, podemos inferir que as famílias de Conventos conseguiam produzir para seu sustento, mas não muito mais que isso, pois estavam em uma fase inicial de desenvolvimento, bem como possuíam um terreno pequeno para aplicar o sistema de rotação de terras. Provavelmente, com o passar dos anos, teriam que aumentar a propriedade ou as terras teriam a fertilidade afetada.

Agora, combinando os dados do mesmo mapa estatístico com a pesquisa genealógica realizada por Waldemar Richter e Heinz Schmidt³⁶⁵, podemos analisar a relação existente entre a trajetória das famílias e o estado de desenvolvimento de cada propriedade. No mapa estatístico é possível localizar lotes de diferentes tamanhos, que variam de 18 (um quarto de colônia) à 290 hectares (4 colônias)³⁶⁶, sendo que os lotes menores, que representam 72, 36 e 18 hectares, são a grande maioria. As propriedades maiores, que variam entre 109 e 290 hectares, foram adquiridas por pessoas que nasceram na Europa, mas que tiveram Conventos como segundo lugar de moradia. Elas migraram, principalmente, de São Leopoldo e de Petrópolis, com exceção de Jacob Scherer Júnior, que já nasceu em São Leopoldo e adquiriu duas colônias de terras em Conventos. Nenhuma delas migrou diretamente da Europa.

³⁶⁴ WAIBEL, 1979, p. 257.

³⁶⁵ Richter e Schmidt realizaram uma pesquisa genealógica de todas as famílias indicadas no mapa estatístico de 1861.

³⁶⁶ A maior propriedade de Conventos era a de Jacob Scherer. Nascido no Estado alemão de Rheinland-Pfalz, migrou com os pais para São Leopoldo em 1825 e em 1859 migrou para Conventos com sua esposa, Catharina Grub, e os filhos. RICHTER; SCHMIDT, 2018.

Mesmo que isso não signifique que famílias participantes de migração interna não tenham adquirido lotes menores, os dados nos permitem sugerir que essas famílias possuíam mais capital para investir na aquisição de propriedades com maiores dimensões e sabiam que propriedades com 36 hectares eram muito pequenas para garantir a subsistência da família e a reprodução social do grupo. Ou seja, quando tinham oportunidade e/ou necessidade de migrar pela segunda vez, compravam um lote maior para poder obter um tempo de descanso mais prolongado entre um cultivo e outro, garantindo a fertilidade do solo por mais tempo, e para oferecer terra aos filhos. Nesse sentido, o conceito de *gutes Land*, terra boa, trabalhado por Woortmann em sua pesquisa a respeito do significado da terra para os colonos alemães, vai ao encontro da afirmação que fizemos acima. Uma terra boa é uma terra que garanta uma boa produção e a reprodução social da família. Um dos colonos entrevistados por Woortmann explica como escolher uma *gutes Land*:

- Primeiro tem que saber ler o lugar, se não tem peraus, muita pedra, se passa um riacho, água, uma estrada. Também não adianta comprar um lote muito pequeno, senão como vai ser com teus filhos e netos? Onde eles vão plantar? Tem que se pensar não só no comer amanhã, tem que se pensar num telhado para teus filhos, num lugar para eles... Depois tem que ler bem a terra... Não precisa abrir buracos [referindo-se à retirada de amostras de solo para análise de laboratório]. A terra diz tudo pelo que cresce nela; pelas plantas que ela tem, a gente sabe. Se tem mato fechado, que tipo de árvores crescem lá, como é o tronco, a casca, se ele sobe direto, se as folhas são bem verdes. Mas ela também não pode ser muito cara, porque senão vira escravo, trabalha só para engordar o pessoal dos bancos, as dívidas. Agora, ela também não pode estar longe demais, senão o que adianta plantar e depois não conseguir levar para fora [vender os produtos], ou então deixar a tua gurizada sem escola, sem a igreja...³⁶⁷

Do mesmo modo, os colonos que aparecem possuindo gado vacum nasceram no Brasil ou migraram internamente, ou seja, provavelmente já estavam em um nível mais avançado de desenvolvimento do que as famílias que migraram diretamente da Europa, que ainda não possuíam gado vacum em 1861. Contudo, essas análises aproximadas não significam que, com o passar do tempo, as famílias não mudaram o tamanho do lote e o modo de utilizar a terra. Como não temos outro mapa estatístico para fazer comparações, nosso estudo fica limitado. No entanto, sabemos que a colônia dispunha de muitas terras para aqueles que quisessem aumentar o terreno, sendo este um dos aspectos que, provavelmente, era visto como um atrativo para aqueles que optavam por se estabelecer no lugar. Em 1861, os lotes das famílias compreendiam

³⁶⁷ WOORTMANN, Ellen F. *Ein Gutes Land*: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 40-41.

uma área de 7.262.500 braças quadradas (2.430 ha), enquanto toda a colônia possuía 20.104 hectares, ou seja, as famílias ocupavam cerca de 12% do total da colônia.

Outro dado que pode ser extraído do mapa estatístico é a quantidade de terra que um agricultor era capaz de cultivar. Relacionando o número de integrantes das famílias e a área de terra cultivada, encontramos um resultado bastante variado. A área cultivada por colono adulto, indiferente de ser homem ou mulher, variava de 1,5 a 9,5 hectares. Essa variação é decorrente dos vários fatores que influenciam nessa questão, como as características do lote, o número de integrantes da família, o número de crianças e adultos, a quantidade de animais, os instrumentos de trabalho utilizados e se o agricultor ainda exercia outra profissão. Portanto, só é possível chegar a uma aproximação da realidade. A média de área cultivada por família era de 6,8 hectares em 1861, e a área total cultivada na colônia correspondia a 13,25% da ocupada pelos colonos.

Esses números demonstram que as famílias não conseguiam produzir um grande volume de excedente, ainda mais aquelas que tinham migrado diretamente da Europa. Os casais ainda não possuíam muitos filhos nesse período para ajudar no trabalho e a maioria das famílias era composta por poucos membros em idade produtiva. A maior família era a de Friedrich Schneider, formada pela esposa e dez filhos; seguida por Wilhelm Matzenbacher, com esposa e nove filhos; Joseph Klein, com esposa e 8 filhos; e Johann Ludwig Krämer, primeiro colono a se instalar em Conventos³⁶⁸, que tinha esposa e sete filhos em 1861. Todos esses migraram de São Leopoldo, sendo que das famílias que migraram direto da Europa, só a de Philipp Peter Eckhardt era maior, constituída pela esposa e sete filhos. A maioria das famílias europeias subsidiadas pela Baptista Fialho & Cia., que migraram em 1858, e as famílias compostas por filhos de imigrantes eram menores por estarem em uma fase inicial do ciclo familiar. O que também pode indicar a escolha por propriedades menores, já que por falta de mão de obra, a família não conseguiria e também não seria necessário cultivar áreas maiores.

As circunstâncias em que se encontravam essas famílias não permitiam que elas tivessem uma produção excedente tão abundante, ainda mais nesse período inicial de desenvolvimento da colônia, quando essa ainda não dispunha vias de comunicação eficientes para exportar a produção dos colonos. Provavelmente este tenha sido um dos motivos que dificultaram o pagamento da dívida com a empresa dentro dos cinco anos estipulados para a

³⁶⁸ Transmissões/Notas, 1º Tabelionato de Taquari, Livro 2. APERS.

quitação. No entanto, os colonos que tinham um ofício³⁶⁹ também conseguiam abater a dívida prestando alguns serviços. Como foi o caso de Fellippe Arend, agricultor e marceneiro que chegou em Conventos em 1858. Em 1868, Arend trabalhou na construção da casa de Antonio Fialho de Vargas, diretor da colônia. O colono recorreu à justiça para cobrar 535\$461 réis (quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um réis) de Fialho de Vargas referente ao serviço, no entanto, este último alegou que Arend lhe devia uma quantia maior e que, portanto, não seria justo pagar o valor requerido. Arend apresentou um recibo de 55\$520 réis (cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte réis) como uma das provas da dívida de Fialho de Vargas. Porém, Fialho de Vargas afirmou que o valor havia sido recebido em Porto Alegre pelos procuradores Dutra, Valença & Cia. como prêmio do governo da província pela contratação de imigrantes. O empresário ainda declarou que a quantia foi utilizada como crédito para diminuir a dívida de Arend³⁷⁰.

Este acontecimento lança luz sobre um aspecto muito importante das sociedades rurais afastadas dos centros urbanos: a frequente utilização do crédito. A circulação de moeda era quase nula nesses lugares, sendo necessário trocar favores e serviços para obter e oferecer pagamentos. Provavelmente, a maioria das transações efetuadas por Antonio Fialho de Vargas, tanto em relação ao comércio de terras quanto aos negócios na sua casa de negócios, eram feitas à crédito, como no caso dos subsídios oferecidos aos colonos europeus. Isso lhe garantia prestígio e poder local, pois ao conceder crédito aos colonos, acabava tornando-os devedores e dependentes. Afinal, Fialho de Vargas, como responsável pela colônia, era o único capaz de garantir melhorias para a comunidade e, possivelmente, a pessoa mais indicada para resolver alguns problemas do cotidiano. O empresário chegou a disponibilizar o oratório particular de sua casa para batismo de vários filhos de imigrantes em 1863³⁷¹.

Contudo, há indícios de que Antonio Fialho de Vargas não tivesse um bom relacionamento com os colonos, como indica o próprio processo judicial iniciado contra ele. No documento, o autor comenta que tentou chegar a um acordo com o empresário diversas vezes, mas que não obteve sucesso, recorrendo à justiça para solucionar o problema. Geralmente, a justiça só era acionada em último caso. Em 1864, em correspondência à presidência da província, o sócio de Antonio, João Baptista, chegou a informar que os colonos

³⁶⁹ Os imigrantes traziam outras profissões (artesanato, carpintaria, marcenaria, etc.) que permitiam a realização de outros trabalhos para além da agricultura.

³⁷⁰ Processo judicial de Libelo Cível do Cartório Cível e Crime de Taquari nº 2771, m. 50, e. 102, 1874. Autor: Fellippe Arend. Réu: Antonio Fialho de Vargas. APERS.

³⁷¹ Livro de Batismos nº 9, Paróquia São José, Taquari, p. 219-222.

utilizaram a imprensa³⁷² para difamar o diretor da colônia³⁷³. Na década de 1870, Antonio se mudou de Conventos para a Vila de Taquari, abandonando a administração da colônia.

Tanto a análise da colônia de Conventos quanto da empresa Baptista Fialho & Cia. nos permitiram depreender algumas características dos primeiros anos em que a província comandou a colonização. Um período marcado por inexperiência, tanto do governo da província como da iniciativa privada, por uma grande deficiência em infraestrutura para receber um enorme contingente populacional, e uma relação marcada por tensões entre colonos, empresários e poder público. Por conseguinte, a maioria das empresas que atuou nesse período passou por complicações financeiras, principalmente em decorrência do atraso dos pagamentos dos colonos, que tinham dificuldades para pagar as dívidas dentro de cinco anos. Além disso, notou-se diferenças entre famílias que migraram diretamente da Europa e outras que migraram internamente. Para estas foram identificados um maior número de integrantes, a posse de gado vacum e maiores propriedades, visto que estavam em um outro momento do ciclo familiar. Quanto maior o número de integrantes na família, maior deveria ser a propriedade, para garantir a reprodução do grupo. Acredita-se ainda que essas famílias não tiveram tanta dificuldade para pagar o lote adquirido, pois tinham mais recursos para investir, já que estavam a mais tempo na província. Além disso, a migração interna se dava frente às demandas de reprodução das famílias e ampliação futura das áreas cultivadas, sem que com isso fosse necessário a separação dos grupos. Isso significa que havia uma lógica que fazia as famílias se deslocarem e que era respeitada pelo processo de colonização.

É provável que a motivação dos empresários em investir na colonização tenha sido a intensificação da demanda por obras públicas ao mesmo tempo em que diversificavam as aplicações. Como a empresa já atuava na capital arrematando licitações deste ramo, criar uma colônia geraria necessidade de pontes e estradas, contribuindo para os negócios. Por outro lado, a criação de uma colônia e a instalação de imigrantes europeus, mesmo sendo empreendimentos

³⁷² Provavelmente os colonos tenham se utilizado do periódico *Deutsche Zeitung*, que foi publicado a partir de 1861 e tinha como redator Karl von Koseritz. O periódico tratava de “[...] aspectos sobre a germanidade, em especial às reivindicações da população teuta e teuto-brasileira nas colônias da província, dedicou escritos à agricultura, ao modelo de colonização norte-americana envolvendo alemães, e abriu seções para descrever as condições das regiões coloniais, como a colônia de Santa Maria da Soledade, colônia de São Pedro d’Alcântara, colônia de São Leopoldo, colônia de Monte Alverne, colônia de Santa Fé, colônia de Conventos, colônia de São Lourenço, colônia de Santa Cruz, entre tantas outras. Ainda, redigiu artigos para tratar sobre política, em especial sobre o processo de naturalização dos imigrantes, os direitos aos não-católicos, a formação dos ministérios e as rixas partidárias”. WEIZENMANN, 2015, p. 74.

³⁷³ Os conflitos entre imigrantes e administradores de colônias foram muito comuns em todas as regiões de colonização da província. As maiores dissidências eram em relação à demarcação das terras e à entrega do título de propriedade.

muito dispendiosos, foram ações necessárias para a inserção no mercado de terras. O investimento realizado com a Colônia Conventos, na década de 1850, garantiu segurança financeira às famílias dos sócios, e uma demanda por terra que tornou o negócio lucrativo à longo prazo. Por conseguinte, era preciso investir em outros setores para tornar a circulação de capital mais dinâmica e não depender somente deste negócio. Cabia aos empresários a utilização de estratégias que tornassem o sistema de crédito mais vantajoso. A seguir, analisaremos as estratégias empreendidas por Antonio Fialho de Vargas no comércio de terras.

3 O MERCADO DA TERRA NO VALE DO TAQUARI

O mercado de terras existe no Rio Grande do Sul desde o período colonial, porém, o seu funcionamento e as suas características sofreram mudanças ao longo do tempo. A colonização europeia, iniciada na primeira metade do século XIX, e a Lei de Terras de 1850, dinamizaram a circulação da terra e facilitaram a comercialização da mesma. A intensificação deste mercado ofereceu mais uma possibilidade de investimento aos empresários do período, que puderam se utilizar também da especulação fundiária. Para estes indivíduos, era importante a inserção em redes de relações pessoais que fossem vinculadas à burocracia imperial e provincial, para facilitar as legitimações de propriedade, quando estas fossem ameaçadas pelos demais ocupantes do território, que também tinham direito à terra.

Eram adquiridas grandes áreas, geralmente próximas a cursos d'água, para facilitar o desenvolvimento da comunidade que se estabeleceria no local, que seriam divididas em lotes coloniais ou terrenos. A venda destes deveria vir acompanhada de estratégias por parte dos comerciantes, tendo em vista que a aplicação realizada com a compra de propriedades demoraria para ser reembolsada. O retorno financeiro não era imediato, pois os imigrantes, geralmente, compravam os lotes a prazo, o que levava os negociantes a investirem em outras atividades que proporcionavam aplicações mais dinâmicas, como o empréstimo de dinheiro e o comércio, por exemplo. Neste capítulo, através da análise da trajetória de Antonio Fialho de Vargas, foi possível perceber as possibilidades existentes a um indivíduo que se propunha a investir no comércio de terras para os imigrantes na região de colonização do Vale do Taquari.

3.1 A propriedade privada e o mercado da terra

Durante o período colonial brasileiro, a Coroa portuguesa se empenhou em ocupar efetivamente a fronteira meridional do Brasil no século XVIII, travando inúmeras disputas com a Coroa espanhola pelo domínio do território. Uma das estratégias utilizadas pelo Império português para ocupar a região foi apropriar-se do gado selvagem e das terras, concedendo sesmarias e datas de terras para diversos habitantes. Eram concedidas grandes extensões de terras principalmente a indivíduos que possuíam alguma patente militar ou que tinham algum

vínculo com a administração colonial e que, em troca, ofereciam segurança e apoio à Coroa portuguesa, sem deixar de exercer poder local e de reivindicar seus desejos. Estes indivíduos apropriavam-se de extensões muito superiores às suas possibilidades de aproveitamento, mas o interesse da Coroa em ocupar e defender o território sobrepunha-se aos critérios de possuir recursos e cultivar efetivamente as áreas concedidas³⁷⁴.

As primeiras sesmarias foram distribuídas a partir de 1732, sendo uma incumbência dos governadores e de capitães-generais para garantia da ocupação da fronteira meridional do Brasil em benefício da Coroa portuguesa. Havia algumas prerrogativas para obter a propriedade da sesmaria, como o efetivo cultivo das terras e a demarcação das mesmas, porém, o controle sobre esses requisitos era arbitrário. Como a legislação referente à posse da terra durante o período colonial era abundante e dispersa, muitas determinações eram descumpridas. Para conseguir uma concessão, os requerentes podiam apresentar testemunhas junto à Provedoria da Fazenda (órgão que recebia informações dos comandantes militares das fronteiras, freguesias e distritos e repassava-as aos setores superiores) e encaminhar um auto de justificação de sesmaria, que consistia numa declaração sobre sua posse e limites. Sendo assim, possuir relações com a hierarquia militar e ter meios econômicos para promover uma justificação eram condições que favoreciam o acesso às sesmarias³⁷⁵.

Outro modo de obter uma propriedade era recebendo uma data de terra, como no caso dos casais açorianos. “As datas eram as concessões de terras feitas pelos comandantes militares e que em geral não excediam a meia légua quadrada”³⁷⁶. Possuíam condições de cultivo, assim como as sesmarias, além de outras estabelecidas pela autoridade concedente. Para diferenciar os dois tipos de propriedade, denomina-se sesmaria “apenas aquela propriedade concedida pelos governadores da capitania e vice-reis do Brasil; as demais, são datas”³⁷⁷. Também havia pequenos posseiros e soldados de baixa patente que aproveitavam para registrar suas terras quando o governador percorria as localidades. No entanto, como geralmente as terras não eram demarcadas e não havia definição da extensão e dos limites, ocorriam muitos conflitos pela propriedade. Muitos fazendeiros se utilizavam da violência para desapropriar pequenos lavradores, o que dificultava o desenvolvimento da agricultura³⁷⁸.

³⁷⁴ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS), Porto Alegre, 1990.

³⁷⁵ OSÓRIO, 1990.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 59.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 60.

³⁷⁸ *Ibid.*

“Os conflitos ocorridos entre estancieiros e agricultores, e estancieiros e ‘pretendentes’ a criadores (soldados rasos), demonstram que não havia uma ‘abundância’ ou ‘oferta ilimitada’ de terras”³⁷⁹. Na verdade, o que existia era um grande monopólio fundiário por parte dos estancieiros-militares. “A monopolização da terra deu-se, nessa sociedade militarizada, através do exercício da coerção física e de mecanismos inerentes ao ordenamento jurídico – a legislação das sesmarias – e à organização do aparelho administrativo colonial”³⁸⁰. Os proprietários menos abastados não conseguiam legitimar sua terra por falta de recursos e, na falta de títulos de propriedade, estavam sujeitos ao desalojamento.

Em regiões de ocupação mais antiga, próximas a cursos d’água e de fácil acesso, onde a fronteira encontrava-se fechada, muitas pessoas tiveram que fazer desembolsos monetários para obter acesso à terra. Isso podia ocorrer pela compra, arrematação de terras confiscadas pela Coroa ou arrendamento. Este último foi identificado principalmente em regiões com forte presença açoriana, nas quais “[...] os que não dispunham a migrar, a correr riscos na fronteira, tinham que se submeter ao pagamento de renda”³⁸¹. A venda das terras era feita principalmente por estancieiros-militares que vendiam terras recebidas da Coroa. Por meio da análise da Relação de moradores realizada em 1784, Helen Osório identificou que em um segundo momento da apropriação da terra, posterior à apropriação primária original³⁸², cerca de um terço delas foi apossado através de dispêndios monetários, um número bastante elevado e que indica a existência de um mercado de terras já no período colonial³⁸³.

Em 1784, quase a metade das terras ainda estava sob a posse dos primeiros proprietários, seja por sesmarias, datas, despachos ou mera posse, e 18,2% representavam “[...] formas interpessoais, não-monetarizadas e geralmente parentais de acesso à terra”³⁸⁴, que poderiam ser por meio de doação, dote, herança, troca ou agregação³⁸⁵. O acesso à terra obtido por meio de formas monetárias foi representativo em todos os grupos de habitantes. A Relação de moradores também apresenta a ocupação dos indivíduos, que foram classificados por Osório em quatro grupos principais: lavrador, criador, lavrador/criador e mais lavoura que criação. A autora constatou que os proprietários que se dedicavam somente à agricultura representavam 52,2%,

³⁷⁹ OSÓRIO, 1990, p. 227.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 228.

³⁸¹ OSÓRIO, 2007, p. 94.

³⁸² Para esse momento, os números encontrados foram: 41% simples posse ou sem título; 29,6% data; 22,4% despacho do governador (concessões dadas por governadores principalmente para militares); 7,1% sesmaria; 0,1% arrematação. *Ibid.*

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 91.

³⁸⁵ Geralmente quando um parente morava a favor de outro de forma gratuita. *Ibid.*

os criadores 14,1%, lavradores/criadores 8,4% e os que se dedicavam mais à lavoura do que à criação 4,5%. Sendo assim, o número de agricultores era bem superior ao de criadores de gado. No entanto, “[...] a lógica econômica daquela sociedade era dada pela produção pecuária, mesmo sendo os lavradores a maioria entre os produtores rurais”³⁸⁶. Isso porque a classificação das ocupações era feita de acordo com o tamanho do rebanho do sujeito. Assim, os lavradores também possuíam rebanhos, porém, menores e menos diversificados³⁸⁷.

Os lavradores foram os que menos recorreram ao mercado de terras, enquanto os que se dedicavam mais à lavoura e os criadores e lavradores foram os grupos que mais utilizaram esta forma de aquisição. Estes grupos, que diversificavam a produção, eram os que detinham os maiores rebanhos, maiores até do que os que viviam somente da pecuária, sendo que ambos criavam todos os tipos de animais. Aqueles que possuíam uma produção diversificada apresentavam mais reses, bois e mulas, enquanto os criadores tinham o maior número de éguas³⁸⁸. Mas, se desde o período colonial a terra já era apropriada através da compra, o que mudou efetivamente com a Lei de Terras de 1850? A Lei de Terras instituiu a compra como único meio legítimo de obter uma propriedade, já durante o período colonial, o sistema jurídico português só oferecia três formas de acesso à terra: “[...] a concessão régia de sesmarias, de datas de terras ou a arrematação, em praça pública, de terras que a Coroa confiscasse”³⁸⁹. Sendo assim, embora ocorresse compra e venda de terras, esse tipo de apropriação não estava contido em nenhuma legislação e, provavelmente, as pessoas que compravam uma propriedade não possuíam um documento específico que comprovasse a transação.

Osório, apoiada no conceito de absolutização trabalhado por Roberto Smith³⁹⁰, afirma que os títulos de propriedades existentes durante o período colonial, como as cartas de sesmarias e de data de terras, não garantiam a posse absoluta, pois havia algumas obrigações a serem cumpridas e que, caso contrário, poderiam acarretar a desapropriação. “O pleno gozo da sesmaria estava condicionado a encargos, trâmites administrativos e demarcação. O seu não cumprimento, em tese, acarretava a devolução das terras ao patrimônio régio”³⁹¹. Nesse sentido,

³⁸⁶ OSÓRIO, 2007, p. 85.

³⁸⁷ *Ibid.*

³⁸⁸ *Ibid.*

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 87.

³⁹⁰ Smith explica que a expressão propriedade fundiária absoluta “[...] pode apresentar uma correlação com o fenômeno político do absolutismo. Corresponde à ruptura de relações de suserania e vassalagem adstritas à propriedade da terra. Reflete o processo de desenfeudamento, onde o Estado permanece feudal, numa ordem que se vai fazendo burguesa”. SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 21.

³⁹¹ OSÓRIO, 1990, p. 51.

o principal encargo era o cultivo da terra dentro do prazo de cinco anos e a demarcação devia ser feita no prazo de um ano de sua concessão. Além disso, “[...] o sesmeiro era obrigado a conservar certas árvores, como a peroba e o pau-brasil; no caso de se descobrir um rio nas terras, meia légua devia ser reservada na margem para serventia pública e no caso de minas de qualquer gênero de metal, perdia-se o terreno onde estavam localizadas”³⁹². A terra não possuía estatuto jurídico próprio, mas tinha as mesmas condições de cultivo da sesmaria, normalmente com o prazo de um ano, podendo a autoridade concedente estabelecer outras condições, como “[...] plantar árvores frutíferas, ou cavar a vala que deve ser cercada de espinhos, por exemplo”³⁹³. Sendo assim, a propriedade que estava sob o enquadramento jurídico do estatuto das sesmarias caracterizava-se como propriedade privada e alodial. “É possuída como coisa própria pelo sesmeiro e seus herdeiros, ‘sem pensão nem tributo algum’, livre, portanto, de laços de dependência pessoal. Não é, no entanto, nem plena nem absoluta”³⁹⁴, devido às condições de propriedade. Ao longo do período colonial, a propriedade privada “[...] será elemento de difícil legitimação privada a partir do Estado, como domínio definitivo, absoluto, passível de objetividade circunscrita a transações contratuais de compra e venda, e explicitação de preços, direitos sucessórios certos e, sobretudo, como garantia de dívidas”³⁹⁵.

O processo de absolutização da terra é bastante longo e considera-se que ele teve início na Inglaterra, durante o século XVI, com os *enclosures*, mais conhecidos como cercamento dos campos. Antes disso, os camponeses, dentro do território inglês, viviam em uma organização cooperativa:

[...] a propriedade de cada camponês tomava a forma de uma série de estreitas faixas, espalhadas confusamente entre as dos seus companheiros, em campos abertos ou sem vedações. Dado que o gado pastava nesses campos depois das colheitas, era necessário que estas fossem feitas ao mesmo tempo por todos, e as operações do ciclo agrícola tinham de ser mais ou menos coordenadas.³⁹⁶

No entanto, essa forma de organização passou a ser ameaçada e modificada com a apropriação das terras comuns por parte dos proprietários de terra, que não dependiam do ciclo agrícola da mesma forma que as famílias camponesas. O objetivo desse setor da população era

³⁹² OSÓRIO, 1990, p. 61.

³⁹³ *Ibid.*, p. 59-60.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 60-61.

³⁹⁵ SMITH, 1990, p. 163.

³⁹⁶ MOORE Jr. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 19-20.

umentar o lucro utilizando a terra de acordo com o interesse individual de cada proprietário. Esse processo afetou drasticamente a estrutura da sociedade camponesa da Inglaterra³⁹⁷.

Em se tratando de América Latina, uma dinâmica semelhante à acima mencionada irá ocorrer a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Osório, “a propriedade da terra só se absolutiza plenamente com o domínio de relações capitalistas de produção, momento em que também a terra torna-se uma mercadoria”³⁹⁸. No Brasil, mais especificamente, o processo irá ocorrer com a Lei de Terras, que regulamentou a legislação fundiária, enquanto que no período entre 1822 e 1850, caracterizado como período das posses, não havia nenhum ordenamento legal da apropriação de terras³⁹⁹. Apesar de ser utilizada como um marco específico, a Lei de Terras foi o resultado de um processo de discussões voltadas às modificações pelo qual passava o país, como as mudanças nas relações de trabalho. Essas alterações visavam transformar o Brasil em um país capitalista⁴⁰⁰. O combate ao tráfico de escravos, impulsionado pela pressão da Inglaterra industrial, fez com que o Brasil buscasse outras maneiras de suprir a mão de obra. Sendo assim, “a extinção do tráfico e a regulamentação da legitimidade da propriedade privada da terra foram dispositivos complementares, demarcatórios do rompimento da principal barreira na trajetória de transição do país, que asseguraria a mercantilização da terra e a colonização europeia”⁴⁰¹. O valor mercantil que antes estava sobre o escravo e os animais passou para a terra, valorizando-a em grande escala.

A Lei de Terras em planos gerais, proibia, a partir daquele momento, a obtenção de terras por meio de posse, somente permitindo a aquisição de terras devolutas pela compra feita ao Governo de lotes medidos e demarcados. Ela também obrigava os posseiros a legitimarem as suas posses dentro dos prazos marcados, as quais seriam acrescentadas com outra área igual à ocupada em terrenos devolutos, desde que não ultrapassasse o tamanho da maior sesmaria doada na freguesia na qual a mesma estava localizada. Também foram legitimadas as sesmarias ou outros títulos de concessões do Governo concedidos até aquela data.⁴⁰²

³⁹⁷ MOORE Jr. Barrington, 1983.

³⁹⁸ OSÓRIO, 1990, p. 62.

³⁹⁹ Embora tenhamos destacado o papel da legislação fundiária, não temos a intenção de julgá-la como único motor de mudança social. Como assinalado por Congost, que defende o uso da expressão “direitos de propriedade” ao invés de “propriedade”, aqueles estão envoltos e são constituídos por relações sociais, pois podem mudar mesmo que não mudem as leis. A autora defende uma renovação historiográfica, que passe a ver os direitos de propriedade como reflexo, produto, e fator das relações sociais existentes, e não apenas como resultado das decisões dos legisladores. CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “a gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007.

⁴⁰⁰ SMITH, 1990.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 350.

⁴⁰² CHRISTILLINO, 2004, p. 58.

Com a Lei de Terras, o Estado buscou modernizar a estrutura fundiária do Brasil, separando as esferas do público e do privado com a demarcação das terras devolutas. A partir daí as propriedades deveriam ter extensão e limites definidos, muito embora ocorressem inúmeros conflitos envolvendo divisas fundiárias no período. Como demonstrou Christillino⁴⁰³, a Lei de Terras foi utilizada pelo governo imperial como instrumento de barganha junto às elites locais, as quais, no momento em que precisavam legitimar suas propriedades, recorriam às redes de relações pessoais. Muitos fazendeiros da província de São Pedro do Rio Grande do Sul eram membros da Guarda Nacional e foram imprescindíveis ao Império em eventos como a Guerra do Paraguai, por exemplo, fazendo com que seus interesses não fossem ameaçados. Deste modo, os objetivos da Lei fracassaram, mas o modo como foi aplicada garantiu a centralização do poder monárquico a partir da aproximação entre latifundiários e poder imperial⁴⁰⁴.

Um dos interesses das elites locais em garantir a legitimidade das terras se dava frente a possibilidade de investir na criação de colônias particulares para imigrantes, as quais intensificaram o mercado de terras das regiões florestais da província. Muitos latifundiários transformaram suas fazendas em inúmeros lotes coloniais, que foram comprados, principalmente, por famílias de imigrantes e descendentes que se dedicavam à agricultura. Esses empreendimentos eram beneficiados pelas colônias oficiais administradas pelo governo imperial e provincial, pois “cada colônia oficial era uma espécie de polo, ao redor do qual eram instalados os empreendimentos privados utilizando-se da infraestrutura criada e do mercado gerado pela colônia estatal”⁴⁰⁵. A especulação imobiliária valorizou muito as propriedades próximas às regiões coloniais, especialmente algumas terras de campo, como as do Planalto gaúcho, onde a imigração de colonos europeus só iniciou em fins do século XIX. Zarth encontrou um aumento de quase 900% entre 1851 e 1901 no valor das terras dessa região⁴⁰⁶.

Assim como a colonização, a erva-mate também impulsionou o mercado de terras da província do Rio Grande do Sul, na medida em que as terras onde havia erva-mate, ou seja, as áreas florestais das regiões serranas e de planalto, foram rapidamente apropriadas por fazendeiros interessados nessa produção. Inicialmente, a erva-mate era utilizada e comercializada por grupos indígenas, mas no século XIX se constituiu em uma importante atividade econômica de homens pobres livres, também chamados de lavradores nacionais. “[...]”

⁴⁰³ CHRISTILLINO, 2010.

⁴⁰⁴ *Ibid.*

⁴⁰⁵ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 94.

⁴⁰⁶ *Ibid.*

O mate tinha grande importância econômica, empregando milhares de pessoas e, durante as décadas de 1850 e 1860, foi o principal produto de origem não pastoril exportado pela província⁴⁰⁷. O mate era colhido em meio às matas nativas, principalmente das serras de Cruz Alta, mas também das partes altas de Cachoeira, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. Após 1870, a produção caiu quase pela metade, por dois motivos: “por um lado, a expansão da colonização sobre as áreas serranas levou à destruição de ervais para a abertura de lavouras, como foi o caso do vale do rio Pardo e Taquari, por outro lado, a exploração acentuada dos ervais pelos trabalhadores e negociantes do mate”⁴⁰⁸. Nesse período, o mercado de terras da província estava em franca expansão.

As sucessivas fragmentações das primeiras concessões na Fronteira, o avanço da colonização e da agricultura nos municípios da região serrana e a expansão da ervamate no Planalto permitiram a ampliação do incipiente mercado de terras da província meridional. Um negócio anterior à promulgação da Lei de Terras de 1850.⁴⁰⁹

Pesquisas como as de Helen Osório e Hebe de Castro⁴¹⁰ contribuíram à historiografia, comprovando a existência de um comércio de terras antes da promulgação da Lei de Terras⁴¹¹. Castro, em estudo sobre o município de Capivary, na província do Rio de Janeiro, analisou 299 registros paroquiais de terra de 1855 a 1857. Em 122 destes, a forma de apropriação da terra foi a compra, uma proporção bastante expressiva para uma região que teve sua ocupação iniciada praticamente na primeira metade do século XIX. A autora concluiu que houve uma grande concentração e valorização fundiária no município na primeira metade do século XIX devido ao avanço das lavouras de café, que tiveram um crescimento expressivo na província no mesmo período⁴¹².

A maioria das pesquisas brasileiras produzidas mais recentemente e que analisaram o mercado de terras em várias regiões do país foram influenciadas pelo estudo de Giovanni Levi⁴¹³. Levi constatou que as famílias camponesas que viviam em Santena no século XVII participavam do mercado de terras de acordo com a necessidade do seu ciclo de vida, o que fez

⁴⁰⁷ ZASRTH, 2002, p. 221.

⁴⁰⁸ CHRISTILLINO, 2010, p. 181.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 195.

⁴¹⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁴¹¹ A ideia de que não havia comércio de terras antes da Lei de Terras foi reforçada pelos estudos de José de Souza Martins, que defendia que em um regime escravocrata a terra não tinha valor algum, pois o valor mercantil estava sobre o escravo. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

⁴¹² CASTRO, *op. cit.*

⁴¹³ LEVI, 2000.

o autor concluir que o mercado era imperfeito e não impessoal. Essa mesma lógica foi encontrada por Souza⁴¹⁴ e Vendrame⁴¹⁵, que buscaram compreender como famílias camponesas participaram do comércio de terras em Juiz de Fora e na região colonial de Silveira Martins, respectivamente, utilizando como fonte, principalmente, escrituras de compra e venda de terra. Já o estudo de Manoela Pedroza⁴¹⁶ identificou que mesmo entre famílias de elite do Rio de Janeiro, o mercado de terras e de engenhos de açúcar estava repleto de relações pessoais. Para garantir a condição de elite por várias gerações, essas famílias atuavam no comércio de engenhos e de terras auxiliando parentes e utilizando redes de crédito muito complexas. Essa estratégia foi muito importante no contexto de crise açucareira da segunda metade do século XVIII.

Para Edsiana Aita, o estado atual dos estudos no Brasil não permitiu que as discussões sobre o mercado de terras e sua influência nas dinâmicas agrárias avançassem. Deste modo, “os trabalhos produzidos no país têm se preocupado fundamentalmente em compreender a dinâmica das redes familiares e sociais *através* do mercado de terras”⁴¹⁷. Para a mencionada autora,

A ênfase dos estudos do mundo rural, especialmente os da década de 1980, foi direcionada pelo interesse de compreender a sociedade para além do latifúndio escravista, da *plantation agroexportadora*. De forma que, a maior parte dos trabalhos privilegiou a análise do perfil fundiário, da produção e das formas de apropriação das terras, negligenciando a problemática sobre a sua circulação e a formação de um mercado de terras.⁴¹⁸

Lacuna semelhante também foi apontada por Farinatti. Fazendo um balanço a respeito da produção historiográfica sobre a história agrária do Sul do Brasil, indicou alguns pontos que ainda não ganharam a atenção necessária:

“Uno de los más sustanciales es la adaptación de la metodología utilizada en las regiones pecuarias al estudio sobre las colonias agrícolas. A su vez, es necesario continuar y profundizar los análisis sobre mercados de tierras según regiones y cómo impactó sobre éstos la colonización y la instalación de inmigrantes europeos”.⁴¹⁹

⁴¹⁴ SOUZA, 2007.

⁴¹⁵ VENDRAME, 2016.

⁴¹⁶ PEDROZA, Manoela da Silva. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 241-266, 2010.

⁴¹⁷ AITA, Edsiana de Belgrado. “*Entre a lagoa e o mar*”: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858 – 1888). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014, p. 114-115, grifo da autora.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 105, grifo da autora.

⁴¹⁹ FARINATTI, Luís Augusto. La Historia Agraria em el sur de Brasil: un panorama sobre los últimos avances historiográficos. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, n. 48, 2018, p. 197.

Deste modo, com o estudo da trajetória de Antonio Fialho de Vargas, pretendemos contribuir tanto para as discussões no campo na história agrária quanto da história social. Fazendo uma análise quantitativa e qualitativa das escrituras de compra e venda de terra em que o mesmo foi vendedor ou comprador, buscamos identificar características do mercado de terras colonial. Já a pesquisa em fontes como inventários da família, registros de batismo e casamento e as correspondências da câmara de Taquari permitiu perceber as estratégias utilizadas pela família Fialho de Vargas, cujos seus membros tinham um nível de instrução elevado, para garantir o desenvolvimento dos negócios. As relações econômicas entre os parentes e os matrimônios aparecem como alguns dos recursos acionadas pelo grupo.

Para a presente pesquisa, selecionamos escrituras de compra e venda de terra realizadas por Antonio Fialho de Vargas nos municípios de Taquari, Estrela e Lajeado, entre 1856 e 1895. Taquari compreendia o território dos três municípios até 1876, ano de emancipação de Estrela. Lajeado se emancipou deste último em 1891. O mercado de terras que se constituiu nessa região na segunda metade do século XIX foi caracterizado por uma intensa fragmentação da estrutura fundiária. Como Taquari teve uma ocupação bastante antiga, tendo uma boa parte de suas terras concedidas em meados do século XVIII, principalmente a famílias que tinham cargos na Guarda Nacional, “as sucessões ou a venda dessas primeiras concessões dinamizaram o comércio de terras. [...] Outro fator que contribuiu para a intensificação dos negócios em torno de bens fundiários foi o próprio investimento na terra, enquanto uma forma de poupança”⁴²⁰. Uma reserva para momentos de incerteza. No mesmo sentido, algumas famílias da região vendiam partes da propriedade, geralmente não contíguas à unidade produtiva na qual residiam, em momentos de necessidade, como para subvencionar idosos⁴²¹. Possuir terras disponíveis para serem comercializadas era uma forma de garantia quando do surgimento de algum imprevisto, sendo também um bem que conferia *status*.

As terras de Taquari foram sendo mais valorizadas com o avanço da colonização, fazendo com que muitos fazendeiros buscassem obter grandes extensões de área. Nesse sentido, “o que movia esses fazendeiros a fim de acumularem o maior número possível de terras, no início da colonização, era a certeza de que essas propriedades poderiam proporcionar retornos econômico, político e social no futuro”⁴²². O hectare de terra em Taquari valorizou 1.960%

⁴²⁰ CHRISTILLINO, 2010, p. 197.

⁴²¹ *Ibid.*

⁴²² *Ibid.*, p. 199.

entre 1850 e 1880⁴²³. Um dos fatores que contribuiu para esse crescimento foi o processo de enxameamento dos imigrantes europeus e descendentes, que naquele momento se direcionavam de São Leopoldo para os Vales do Caí e Taquari. Esse processo também foi um atrativo para as companhias de colonização, que tiveram que disputar o espaço e a clientela com os fazendeiros locais.

Apesar de já existirem algumas pesquisas sobre os empresários da colonização, muito ainda está por ser feito. Como exemplo de trabalhos nesse sentido, temos as pesquisas realizadas por Neumann⁴²⁴, Bosenbecker⁴²⁵ e Martirén⁴²⁶, que tratam de empresas colonizadoras fundadas por europeus que estabeleceram colônias no Rio Grande do Sul. Contudo, ao pensarmos na enorme quantidade de colônias particulares criadas nos séculos XIX e XX, em comparação ao número de áreas destinadas a colonização pública, é possível perceber o destaque da iniciativa privada nesse processo de ocupação. Tratar os empresários de maneira homogênea, afirmando que foram indivíduos que se utilizaram da especulação imobiliária para enriquecer já não é mais o suficiente. Nesse sentido, este trabalho busca problematizar na sua complexidade a trajetória de Antonio Fialho de Vargas, com o intuito de compreender como o indivíduo atuava no mercado da terra, identificando quais foram as suas estratégias. Do mesmo modo, procuramos também ampliar o entendimento que há sobre o mercado da terra nas áreas de colonização, visto que o tema ainda carece de maior aprofundamento por parte da historiografia.

3.2 As estratégias de Antonio Fialho de Vargas

Quando empresários oriundos de diversos lugares, seja da capital Porto Alegre ou até da Europa, decidiram participar do mercado de terras do Vale do Taquari, na segunda metade do século XIX, tiveram que se adequar à um espaço onde já havia latifundiários que constituíam a elite local. Estes, alguns militares da Guarda Nacional, pertenciam a famílias tradicionais que compunham o aparelho burocrático imperial e utilizavam suas redes de relações pessoais para

⁴²³ CHRISTILLINO, 2010.

⁴²⁴ NEUMANN, 2009.

⁴²⁵ BOSENBECKER, 2017.

⁴²⁶ MARTIRÉN, 2017.

pública⁴²⁸ no porto particular da propriedade de Victorino José Ribeiro e outra na margem oposta do rio. Porém, a solicitação foi negada pela Câmara, que a caracterizou como “um acto de força e esbulho contra o proprietário Victorino José Ribeiro”⁴²⁹ e afirmou que essa servidão nunca havia existido. A Câmara ainda complementou:

A Fazenda da Estrella, a de S. Gabriel, e a dos Conventos forão originariamente de João Ignacio Teixeira, e José Ignacio Teixeira, Irmãos sócios; desde esse tempo (a mais de cincoenta anos) a servidão da Estrella para os Conventos é pela fazenda da Boa Vista de João Leonardo Cardoso, ate em frente aos Conventos, servidão que a ausência de gente nos Conventos deixou em mau estado pelo crescimento da vegetação. Entre as fazendas de S. Gabriel, e dos Conventos há outra dos herdeiros de José Ferreira Guimarães, esta segundo consta, tinha uma servidão acima da morada de Victorino José Ribeiro, mas hoje a custo se saberá onde foi, pelo não uso a muitos anos, por que José Ferreira Guimarães, e sua família ou viajavão pelo rio, ou pela margem direita, oposta á fazenda da Estrella. Conclue esta Camara habilitada a asseverar a V. Ex^a. que Baptista Fialho e C^a jamais poderão provar que na Estrella na casa de Victorino José Ribeiro houve servidão publica. Quando eles quiserem legalmente melhorar o caminho a que ate agora tem direito, a questão se porá no verdadeiro ponto de vista.⁴³⁰

As servidões públicas solicitadas pela Baptista Fialho & Cia. facilitariam o transporte fluvial dos produtos excedentes da região. Contudo, apesar da relutância da câmara em acatar o pedido da empresa com tanta veemência, dois passos⁴³¹ foram criados alguns anos depois por solicitação da própria câmara. O primeiro foi criado em 1866, na margem direita do rio, acima do arroio Moinhos, na colônia de Conventos⁴³², já o segundo foi erigido somente em 1872, na Fazenda Estrela⁴³³. A justificativa para a criação dos mesmos foi estabelecer a comunicação entre as colônias de Estrela e de Conventos. Foram autorizados por ambos os proprietários, “[...] interessados na colonização de suas fazendas”⁴³⁴. Naquele período, o Coronel Victorino

⁴²⁸ A servidão pública é um mecanismo jurídico que converte uma propriedade privada em imóvel de utilidade pública, mediante indenização ao proprietário. Com a servidão, o porto particular existente na propriedade de Victorino poderia ser utilizado por qualquer pessoa.

⁴²⁹ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 30 de novembro de 1855. Fundo Autoridades Municipais, maço 277A, caixa 152, AHRS.

⁴³⁰ *Ibid.*

⁴³¹ Passo era a passagem que existia sobre os rios e arroios, na falta de pontes. A escolha pelo controle dos passos era feita por meio de licitação, sendo que os licitantes deveriam possuir algum tipo de embarcação. O indivíduo que arrematasse deveria fazer a travessia de passageiros, animais e cargas, mediante pagamento, em determinado rio ou arroio.

⁴³² Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 07 de julho de 1866. Fundo Autoridades Municipais, maço 278, caixa 152, AHRS.

⁴³³ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 12 de junho de 1872. Fundo Autoridades Municipais, maço 279, caixa 150, AHRS.

⁴³⁴ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 07 de julho de 1866. Fundo Autoridades Municipais, maço 278, caixa 152, AHRS.

já havia morrido, passando a sua propriedade para administração da viúva Ana Emilia Sampaio e dos filhos.

O que pretendemos demonstrar com estas informações é o poder e a influência que fazendeiros com patente militar exerciam na província, assim como os obstáculos que empresários recém-chegados na região tiveram que enfrentar. A empresa de Antonio Fialho de Vargas provavelmente foi a primeira a negociar terras na região. Esse pioneirismo exigiu algumas estratégias por parte de seu gerente. É provável que diante de dificuldades como a imposta pela câmara de vereadores ao não autorizar a instalação de uma servidão pública no porto de Victorino e também para potencializar os seus negócios, Antonio tenha se dado conta de que era necessário se aproximar das famílias tradicionais de Taquari. Afinal, uma rede de relações vinculada à burocracia provincial, como era a desta elite local, garantia facilidades no alcance de objetivos, como nos processos de legitimação de posse.

Quatro filhos de Antonio casaram-se com filhos de homens influentes da região. Antonio Fialho de Vargas Filho se casou com Josefina Centeno de Azambuja, filha de João Xavier de Azambuja, em 16 de julho de 1865, na freguesia de Santo Amaro⁴³⁵. A família Azambuja era proprietária da fazenda São Gabriel, que fazia divisa com a propriedade de Fialho de Vargas, e João Xavier, assim como seus filhos Primórdio e Rafael, eram militares da Guarda Nacional. O casamento proporcionou a ampliação dos negócios de Antonio Fialho de Vargas Filho, que chegou a firmar uma sociedade com seu cunhado, Rafael Fortunato Xavier de Azambuja, no estabelecimento da colônia Nova Berlim, fazendo essa limites com a fazenda São Gabriel e nas proximidades das terras de Antonio Fialho de Vargas. Além de ser uma família proprietária de grandes extensões de terra, os Azambuja ocupavam cargos políticos importantes. Rafael Fortunato foi juiz municipal de Taquari; Primórdio foi vereador no mesmo município; e Rodrigo de Azambuja Vilanova, genro de Primórdio, chegou a ser presidente da província⁴³⁶.

A presença destes indivíduos na política imperial garantia à família benefícios no momento de legitimar posses. A colônia Nova Berlim, por exemplo, foi instalada sobre matos devolutos. No entanto,

Não foi enviado nenhum pedido de concessão ou de compra dessa área à Câmara Municipal de Taquari, que era o órgão que deveria ser consultado para verificar se a terra era pública e se estaria na condição de ser comercializada. É estranho o fato de

⁴³⁵ Livro de Matrimônios nº 2, Igreja Católica de Santo Amaro do Sul, p. 20.

⁴³⁶ CHRISTILLINO, 2010.

a consulta da “venda” da área, nos fundos da Fazenda São Gabriel, não constar na correspondência da Câmara de Taquari. Mesmo se as terras tivessem sido compradas da Repartição Especial de Terras Públicas, o cargo de juiz municipal [ocupado por Rafael Fortunato Xavier de Azambuja] seria importante na intermediação do negócio.⁴³⁷

Outro filho de Antonio Fialho de Vargas, Joaquim, casou-se com Isaura Liberalina Pereira, filha de Antonio Geraldo Pereira, tabelião e escrivão nos municípios de Taquari⁴³⁸ e Estrela⁴³⁹. Justina Fialho de Vargas uniu-se em matrimônio com Américo de Azevedo Pinto Vianna, filho de Américo de Azevedo Vianna, fazendeiro e vereador de Taquari⁴⁴⁰. José Fialho de Vargas casou-se com Candida Vianna de Oliveira. Não sabemos de quem Candida era filha, mas provavelmente era parente de Américo de Azevedo Vianna. Essa aproximação dos Fialho de Vargas com indivíduos envolvidos na política, com certeza contribuiu para que Antonio Fialho de Vargas fosse eleito vereador de Taquari duas vezes, uma entre 1873 e 1876 e outra entre 1881 e 1884. Nas duas eleições, ele foi o sexto mais votado. Na eleição de 1872⁴⁴¹, fez 733 votos e na eleição de 1880⁴⁴², 499 votos. José seguiu o exemplo do pai e foi vereador, também de Taquari, entre 1887 e 1891⁴⁴³.

⁴³⁷ CHRISTILLINO, 2010, p. 306.

⁴³⁸ SERVIÇO telegráfico da Gazeta de Noticias. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 117, p. 2, 29 abr. 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pesq=antonio%20gerald%20pereira&past a=ano%20187>. Acesso em: 23 out. 2018.

⁴³⁹ LIMA, 1883

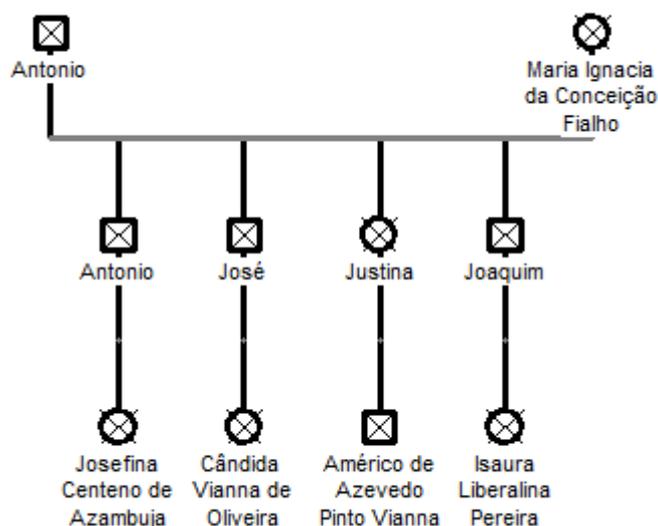
⁴⁴⁰ Correspondências da Câmara Municipal de Taquari, 1849. Fundo Autoridades Municipais, maço 277, caixa 151, AHRS.

⁴⁴¹ Cópia da ata da apuração da eleição para vereadores referente ao quadriênio de 1873 a 1876. Correspondências da Câmara Municipal de Taquari. Fundo Autoridades Municipais, maço 279, caixa 150, AHRS.

⁴⁴² Correspondências da Câmara Municipal de Taquari. Fundo Autoridades Municipais, maço 281, caixa 148, AHRS.

⁴⁴³ Relação nominal dos vereadores e Juizes de Paz e seus imediatos eleitos no município de Taquari para o quadriênio que decorre de 7 de janeiro de 1887 a 7 de janeiro de 1891. Correspondências da Câmara Municipal de Taquari. Fundo Autoridades Municipais, maço 281, caixa 148, AHRS.

Figura 6 – Casamentos dos filhos de Antonio Fialho de Vargas⁴⁴⁴



Fonte: elaborado pela autora a partir do software GenoPro 2018.

A ligação estabelecida por Antonio Fialho de Vargas com os Azambuja, os Pereira e os Vianna através da estratégia matrimonial, proporcionou aquele e seus filhos agregar mais terras e expandir os negócios na venda de lotes coloniais. Fialho de Vargas poderia ter casado os filhos com integrantes da elite da capital, visto que ele era natural do município de Porto Alegre e seu irmão, Manoel, tinha uma posição social de destaque naquela cidade. No entanto, optou por fortalecer os laços com a elite local de Taquari, apesar desta não possuir grandes fortunas, indicando assim que as intenções era garantir reforço das redes de relações e alianças com famílias proprietárias da região onde residia. Para dar um exemplo, os bens de João Xavier de Azambuja foram avaliados em 64:765\$000 réis (sessenta e quatro contos, setecentos e sessenta e cinco mil réis), cerca de 7.000 libras⁴⁴⁵; enquanto indivíduos como Manoel Fialho de Vargas Filho possuíam fortunas de 15.700 libras ou 153:888\$068 réis (cento e cinquenta e três contos, oitocentos e oitenta e oito mil, sessenta e oito réis)⁴⁴⁶. Sendo assim, as vantagens que uma aproximação com a elite de Taquari poderia proporcionar iam além de grandes fortunas.

⁴⁴⁴ Optamos por não mostrar o casamento da filha Anna Maria, pois não se insere neste contexto de explicação. Os indivíduos sem sobrenome são Fialho de Vargas.

⁴⁴⁵ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 1, de 1861. APERS.

⁴⁴⁶ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875. APERS.

O empecilho imposto pela câmara municipal de Taquari em 1855, ao dificultar os negócios da Baptista Fialho & Cia., foi retirado pela mesma anos depois. Com o crescente interesse dos proprietários de terra, que na maioria dos casos eram os próprios vereadores, no comércio de terras, era muito provável que houvesse melhoramentos na infraestrutura da região para o escoamento da produção dos colonos. Estabelecendo relações com políticos e funcionários públicos e inserindo-se em uma instituição como a câmara de vereadores, Antonio Fialho de Vargas poderia também se utilizar do poder público para beneficiamento próprio. A partir da leitura das correspondências enviadas ao governo da província pela câmara de Taquari, é possível perceber uma diferença no tratamento com Fialho de Vargas antes e depois deste ter se tornado vereador no município. Em 1855, a câmara negou o pedido da Baptista Fialho & Cia. utilizando expressões categóricas, quando a empresa solicitou uma servidão pública no porto da Fazenda Estrela. Já em 1879, Antonio Fialho e sua cunhada, Maria Rita de Andrade Fialho, solicitaram ao governo da província a compra de terras devolutas em Taquari, tendo a câmara assim declarado:

[...] esses peticionários, mais que ninguém, estão nos casos de colonizarem mattas virgens, atendendo que o primeiro já tem promovido colonização n'este município que muito tem concorrido para o seu engrandecimento comercial, havendo d'essas colônias uma grande exportação de produtos agrícolas anualmente.⁴⁴⁷

Parece que algo havia mudado, agora para melhor. O ingresso na política garantiu ainda mais legitimidade para ampliar as extensões de terras. Após a promulgação da Lei de Terras, o sucesso na afirmação das propriedades estava condicionado ao estabelecimento de sólidas redes de relações sociais em torno das estruturas políticas do Império. Quem julgava os processos de legitimação era o presidente da província, beneficiando assim os indivíduos que possuíam maior proximidade e ligação com as autoridades provinciais⁴⁴⁸. Portanto, a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854, que visavam organizar a estrutura fundiária imperial, impuseram um sistema que beneficiou as elites locais do Império, resignando a

[...] estrutura fundiária tal qual estava consolidada regionalmente, respeitando as estruturas locais de poder ao relegar a estas uma boa parte das decisões sobre os processos de legitimações. Estes foram utilizados, principalmente, para afirmarem o direito de propriedade frente a contestações de outros confrontantes, ou interessados nas mesmas áreas, quando estas não apresentavam resolução por meio dos jogos de forças das redes de alianças e clientelísticas locais.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 13 de outubro de 1879. Fundo Autoridades Municipais, maço 280, caixa 150, AHRs.

⁴⁴⁸ CHRISTILLINO, 2010.

⁴⁴⁹ CHRISTILLINO, 2004, p. 326.

A proximidade com o governo da província beneficiou as grilagens feitas pelas elites locais sobre terras já ocupadas por lavradores. Estes indivíduos possuíam, na maioria dos casos, direitos legais sobre as áreas que ocupavam, assegurados pela Lei de Terras de 1850. Entretanto, quando brigavam pelo direito de posse de suas terras na justiça, era a elite grileira que garantia o título de propriedade e expropriava a camada mais pobre da sociedade. Um exemplo desse processo foi evidenciado pela câmara municipal de Taquari em 1867:

[...] contra toda a expectativa dos habitantes, se estão procedendo medição de terrenos nas imediações da povoação de Santa Barbara, sita à margem direita do rio Taquary por forma a prejudicar os respectivos moradores do próprio logradouro publico e suas comodidades, vem esta Camara submeter a consideração de V. Ex^a a indeclinável necessidade que eles tem de uma área de terreno que fica entre o arroio – Cachoeira brava – e o arroio – S. Jeronymo – que terá uma légua mais ou menos de extensão, a fim de que tal território seja excetuado das medições que procedem Antonio Fialho de Vargas e outros, para servir de patrimônio, como reserva e recurso àquela população, composta de gente pobre e laboriosa, já no fabrico de herva matte, de que é abastecido o solo como em madeiras para construção, lenhas, etc. O terreno, segundo informações, é coberto de herva matte, por isso que, dos limites marcados para o centro, ainda poderá valer o triplo ou quadruplo de outro qualquer no mesmo lugar [...].⁴⁵⁰

Apesar da reclamação feita pelos lavradores, o presidente da província Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, através da Repartição Especial das Terras Públicas, concedeu o direito de propriedade à Antonio Fialho de Vargas e sua mulher em 10 de dezembro de 1867. Nos títulos concedidos há a indicação de que as terras devolutas foram compradas pelo requerente pelo valor de um real a braça quadrada⁴⁵¹. Também em outros momentos, Antonio Fialho de Vargas requereu o direito ou procedeu demarcação sobre terras já ocupadas. Em 19 de setembro de 1892, encarregou Bento Rodrigues da Rosa⁴⁵² para lhe representar e defender seu direito em terras compradas do irmão, Joaquim Pereira Fialho de Vargas, no ano de 1889 ou 1890, situadas na Fazenda São Caetano, no município de Lajeado, “[...] propondo

⁴⁵⁰ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 25 de maio de 1867. Fundo Autoridades Municipais, maço 279, caixa 150, AHRS.

⁴⁵¹ Título passado a favor de Antonio Fialho de Vargas. Título passado a favor de Maria Ignacia da Conceição Fialho. Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre, p. 23v-24. Fundo Imigração, Terras e Colonização. Códices. C356. AHRS.

⁴⁵² Bento Rodrigues da Rosa era um advogado da região. Atuou como procurador dos filhos de Antonio Fialho de Vargas quando da realização do inventário deste.

contra os invasores ou ocupantes delas, no Juízo competente, as precisas ações – como de reivindicação, força nova, expoliativa, embargos à primeira ou quaisquer outras [...]”⁴⁵³.

Já em 1878, foi aberto um processo de embargo⁴⁵⁴ contra Salustiano da Cunha Pacheco, Francisco Faustino Ferrão, Manoel Faustino Ferrão, Paulino Faustino Ferrão e Faustino Ferrão, no qual os mencionados indivíduos eram acusados de estar invadindo matos para fazer lenha e a vender. A propriedade se encontrava localizada em Taquari, nos lugares denominados Vargem e Santa Cruz, tendo sido ela adquirida por Antonio de diversas pessoas⁴⁵⁵. Contudo, os réus declararam que aquela propriedade era de Pedro Linhac e João Garcia de Azevedo, proprietários pro-indivisos⁴⁵⁶, e eles, como funcionários, estavam autorizados a tirar lenha⁴⁵⁷. O mesmo litígio gerou ainda um processo de protesto por parte de Antonio Fialho de Vargas contra João Garcia de Azevedo. Fialho de Vargas alegou que João Garcia autorizou Pedro Ferrão a reconstruir uma casa de capim para moradia do próprio Ferrão, estando também autorizado a retirar as madeiras que ali existiam. João Garcia afirmou que o território sobre o qual estava sendo reconstruída a casa de Ferrão era de sua propriedade e que ela já estava há muitos anos edificada no mesmo lugar. João ainda asseverou:

Os protestantes [Antonio Fialho de Vargas e sua mulher] desde que compraram alguns quinhões das terras dos campos denominados da “Vargem”, se julgaram senhores e ditadores das divisas dos mesmos quinhões, já designando elas a seu bel prazer, e já promovendo questões judiciais [...].⁴⁵⁸

Como prova do seu direito de propriedade, Antonio Fialho possuía três escrituras, registradas no tabelionato de Taquari, porém os registros não apresentavam com clareza as

⁴⁵³ Procuração bastante que faz Antonio Fialho de Vargas, 19 de setembro de 1892. Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro nº 06, p. 79. APERS.

⁴⁵⁴ “O processo de embargo, também conhecido como arresto, seguia o curso das ações sumárias, e era empregado nos casos em que houvesse alteração no estado do patrimônio, fosse ele imóvel ou semovente. Para recorrer ao processo de embargo, o autor deveria comprovar o seu direito de propriedade sobre os bens em disputa por meio de títulos ou outros documentos legais”. CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Processo de embargo. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011, p. 115.

⁴⁵⁵ Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 03, p. 38, p. 49v. Livro 04, p. 13v. APERS.

⁴⁵⁶ Pro-indiviso é um termo utilizado para uma área fruto de herança que ainda não foi dividida judicialmente. Fazer a medição judicial se tornava bastante caro, por isso, muitas vezes, os herdeiros dividiam a terra entre si. Além disso, para fazer a medição judicialmente, era necessário envolver a vizinhança, o que poderia levar algum vizinho a embargar a medição e requerer algum pedaço de terra.

⁴⁵⁷ Cartório Cível e Crime de Taquari, Possessoria, Embargo, 1878, nº 590, m. 17, e. 102. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Salustiano da Cunha Pacheco, Francisco Faustino Ferrão, Manoel Faustino Ferrão, Paulino Faustino Ferrão e Faustino Ferrão. APERS.

⁴⁵⁸ Cartório Cível e Crime de Taquari, Protesto. Suplicantes: Antonio Fialho de Vargas e sua mulher. Suplicados: João Garcia d’Azevedo e sua mulher. Nº: 822, m. 23, e. 102, 1879. APERS.

delimitações da propriedade, constando somente informações como “um quinhão de campo”⁴⁵⁹, “um pedaço de campo e mato”⁴⁶⁰ e “parte em uma chácara”⁴⁶¹. Os únicos confrontantes⁴⁶² mencionados foram o Coronel Albino José Pereira e herdeiros de Antonio de Sousa Ramos. Em nenhuma das escrituras consta o nome de João Garcia de Azevedo e Pedro Linhac como confrontantes, no entanto, o próprio procurador de Antonio Fialho de Vargas, lhe representando no processo de protesto, afirmou que João Garcia de Azevedo era proprietário de terras naquele lugar.

As incoerências e silêncios presentes nos documentos evidenciam a complexidade dos conflitos envolvendo a propriedade da terra que ocorreram no século XIX, principalmente após a Lei de Terras. Com o cruzamento de fontes, como processos judiciais e escrituras públicas, é possível perceber estratégias de apropriação e resistências de ocupação. Ao iniciar os processos de embargo e protesto, Fialho de Vargas sabia da sua vantagem em relação aos outros proprietários, pois além dele possuir as escrituras, tinha também respaldo político. Seria mais difícil para os outros moradores comprovar a propriedade, por isso a prerrogativa do embargo:

“[...] como deseja o suplicante [Antonio Fialho de Vargas] embargar a venda e embarque dessa lenha, vem requerer a V. S. que se sirva mandar expedir mandado imediatamente para se proceder ao embargo, até que o suplicante ou os suplicados [réus] exibam as provas de sua propriedade”.⁴⁶³

Fialho de Vargas, além de adquirir propriedades para assentar imigrantes, também se apropriava de áreas que possibilitavam a extração de madeira. De acordo com os dados disponíveis, até a década de 1850, a principal atividade industrial e comercial do município de Taquari estava relacionada à extração e venda de tábuas de pinho⁴⁶⁴. Em 1858, havia no município 14 engenhos de serra, sendo 13 deles movidos à água e um à vapor. A exportação

⁴⁵⁹ Escritura de venda que faz o Sr. Tristão d’Azevedo Vianna e sua mulher ao Sr. Antonio Fialho de Vargas. Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 03, p. 38. APERS.

⁴⁶⁰ Escritura de venda de campo e mato que faz Thomaz Gonçalves e sua mulher a Antonio Fialho de Vargas. Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 03, p. 49v. APERS.

⁴⁶¹ Escritura de venda de um quinhão de campo e parte de uma chácara que faz o Sr. José Luiz da Cunha e sua mulher ao Sr. Antonio Fialho de Vargas. Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 04, p. 13v. APERS.

⁴⁶² Confrontantes são os donos das propriedades que fazem divisa com a terra em questão.

⁴⁶³ Cartório Cível e Crime de Taquari, Possessoria, Embargo, 1878, nº 590, m. 17, e. 102. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Salustiano da Cunha Pacheco, Francisco Faustino Ferrão, Manoel Faustino Ferrão, Paulino Faustino Ferrão e Faustino Ferrão. APERS.

⁴⁶⁴ Nas correspondências da Câmara Municipal de Vereadores de Taquari as madeiras são mencionadas como “tabuado de pinho”. Provavelmente estavam se referindo à extração de araucárias, espécie abundante na região no período, mas que devido ao desmatamento sistemático que ocorreu desde o século XVIII, foi quase levada à extinção no Vale do Taquari.

era de “[...] cerca de nove mil dúzias de tábuas de pinho, inclusive trezentas de madeira de lei”⁴⁶⁵. A atividade madeireira foi intensa no município durante todo o século XIX, provocando a valorização das propriedades que abrigavam matas que podiam ser exploradas.

Em 1º de julho de 1881, Antonio Fialho de Vargas firmou uma sociedade⁴⁶⁶ com Jacob Feltens⁴⁶⁷, morador da Colônia Teutônia, em relação ao engenho de serrar que aquele possuía. A escritura não menciona onde o mesmo se encontrava, mas pelas descrições do local, é bem provável que estivesse situado na propriedade próxima da povoação de Santa Bárbara, nas terras adquiridas do governo da província e pertencente ao município de Estrela no período. Fialho de Vargas entrava na sociedade com o engenho de serrar movido à água, 24 bois mansos, um potreiro contíguo e uma parte dos pinhais de sua propriedade, enquanto Feltens serraria e armazenaria as tábuas no depósito. Porém, se Feltens tirasse qualquer madeira de lugar inadequado pagaria uma multa de 200 mil réis por cada pinheiro ou madeira de lei extraído. Feltens deveria arcar com qualquer despesa que tivesse no local, ficando Antonio encarregado de conduzir a madeira pelo rio até o porto da Vila de Taquari para ser vendida. E o valor da venda seria dividido em duas partes iguais. A sociedade duraria cinco anos, sendo o valor do contrato de 10 contos de réis de cada parte, correspondente aos cinco anos.

Cinco anos depois, em 1886, Antonio firmou outra sociedade⁴⁶⁸ envolvendo o mesmo tipo de negócio, agora com seu filho, Joaquim Fialho de Vargas. A sociedade ficou denominada “Fialho e Filho”. Joaquim possuía uma fazenda no município de Estrela com abundância de pinheiros, engenho de serrar movido à vapor, carretas, bois e demais utensílios. A contribuição do filho na sociedade seria o engenho, as madeiras e os acessórios (que representavam 16 contos de réis), bem como a “[...] administração tanto no serviço do engenho, como no do mato, arrasto das madeiras, condução, embalsamento e venda do tabuado [...]”⁴⁶⁹, enquanto seu pai entraria com 16 contos de réis em dinheiro e auxiliaria na venda e cobrança da mercadoria, seja em Porto Alegre ou qualquer outro lugar. Os lucros líquidos seriam divididos em três partes iguais, sendo duas de Joaquim e uma de Antonio. A sociedade duraria cinco anos, podendo ser

⁴⁶⁵ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 24 de setembro de 1858. Fundo Autoridades Municipais, maço 277A, caixa 152, AHRS.

⁴⁶⁶ Escritura de contrato de sociedade que Antonio Fialho de Vargas faz com Jacob Feltens, 1º de julho de 1881. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 36, p. 45. APERS.

⁴⁶⁷ Não sabemos se havia mais outro tipo de relação entre Antonio e Jacob Feltens. Feltens não adquiriu nenhuma propriedade de Antonio Fialho de Vargas.

⁴⁶⁸ Escritura de sociedade entre Antonio Fialho de Vargas e seu filho Joaquim Fialho de Vargas, 03 de novembro de 1886. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 14, p. 59. APERS.

⁴⁶⁹ Escritura de sociedade entre Antonio Fialho de Vargas e seu filho Joaquim Fialho de Vargas, 03 de novembro de 1886. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 14, p. 59. APERS.

dissolvida antes ou prorrogada. Quando a sociedade fosse dissolvida, cada sócio sairia com o capital que entrou e com os respectivos lucros na proporção de dois e um terço, se houvesse lucros. E no caso inesperado de haver prejuízo, este também seria dividido pelos sócios na mesma proporção de dois e um terço. A sociedade foi dissolvida⁴⁷⁰ um ano antes do previsto, em 1890:

Os sócios decidiram dissolver a sociedade que tinham no engenho de serrar madeiras, movido a vapor, pertencente a Joaquim Fialho de Vargas sob a firma social Fialho e Filho, com o capital de 32:000\$000 [trinta e dois contos de réis], ficando todo o ativo e passivo da sociedade à conta do sócio Joaquim Fialho de Vargas. Disse o sócio Antonio que tendo sido pago de seu capital e lucros por esta dá plena e geral quitação de pagamento e satisfeito a seu dito filho Joaquim Fialho, a quem continua a pertencer o engenho, terras, carretas, bois, bestas e tudo quanto pertencia a sociedade para que livre e desembaraçado possa gozar de sua propriedade.⁴⁷¹

Mesmo tendo sido breves, pelo fato das atividades de extração de madeira não perdurarem por muito tempo, as sociedades firmadas por Antonio, tanto com o filho como com Feltens, parecem ter sido necessárias para o desenvolvimento da atividade, uma vez que uniam forças e recursos. Antonio procurava explorar todos os recursos disponíveis de suas terras, seja vendendo-as, extraíndo madeira ou utilizando o Rio Taquari, principalmente para o comércio. Deste modo, tudo indica que Antonio Fialho de Vargas tenha sido um negociante, que investia capital em mais de um setor, para viabilizar e potencializar os rendimentos. Como trabalhava com um sistema de pagamentos a prazo e nem sempre em dinheiro, não podia depender somente de um negócio. A partir da leitura dos livros de registros de transmissões da região, é possível constatar que a casa do mesmo em Conventos, possivelmente foi um local de negócios onde se realizava diversas transações. Os próprios colonos iam até lá para comprar e vender terras entre si, sendo Fialho de Vargas testemunha dos contratos. Talvez ele atuasse também como uma espécie de mediador nesses negócios, indicando terras que podiam ser compradas ou vendidas, bem como apontasse indivíduos que estivessem interessados em adquirir ou se desfazer de um lote. Como Antonio tinha uma boa circulação na região, tendo residido não só na Colônia de Conventos, mas também na Vila de Taquari, possuindo propriedades em diversos lugares e se encontrar inserido também no âmbito político, acabava obtendo informações privilegiadas e recursos para fomentar seus negócios enquanto comerciante.

⁴⁷⁰ Não sabemos qual foi o motivo da dissolução.

⁴⁷¹ Escritura de dissolução de sociedade entre Antonio Fialho de Vargas e seu filho Joaquim Fialho de Vargas, 1º de julho de 1890. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 19, p. 36. APERS.

De acordo com Schierholt, a casa de Antonio tinha “[...] as mais variadas utilidades, como hotel, comércio, aulas, culto religioso, salão de festas, cartório distrital”⁴⁷², e foi vendida à João Zick em 1886⁴⁷³. O autor também afirma que Fialho de Vargas mandou construir um engenho de serra e um moinho de moer milho e fazer azeite em Conventos, no início da década de 1860. O engenho, o moinho e a meia colônia de terras foram vendidos para Felipe Hexsel, em 1874⁴⁷⁴. Além disso, Christillino declara que aquele teria sido um dos maiores prestamistas da região, no entanto, é muito difícil mensurar essa prática, pois os empréstimos não eram registrados nos livros dos tabelionatos. “[...] Os empréstimos eram realizados com base na ‘confiança’, sem serem registradas as ‘letras assinadas’ que permaneciam com o fornecedor dos recursos como uma garantia”⁴⁷⁵. Contudo, é possível encontrar recibos em inventários *post-mortem*, indicando que estas transações privadas eram firmadas em documentos que serviam para executar as dívidas. Essa característica de investir em atividades diversas não foi exclusividade de Antonio Fialho de Vargas. Outros negociantes também atuavam em vários setores. “Desta forma, os recursos obtidos com a comercialização fundiária eram reinvestidos em atividades mais lucrativas, como em casas comerciais, empréstimos de dinheiro, e outros, que permitiam aplicações mais dinâmicas e de retornos mais rápidos”⁴⁷⁶. Fica evidente a mescla entre investimentos de curto e longo prazo, bem como em atividades com maior e menor grau de insucessos ou prejuízos.

Foi a combinação de diferentes investimentos, aliada à entrada na política, que fizeram com que Antonio Fialho de Vargas garantisse sucesso econômico durante 40 anos de atuação no mercado da terra. Estabelecer alianças com famílias tradicionais, através de matrimônios, assegurou mais liberdade e legitimidade na realização dos negócios. Antonio adquiriu propriedades estratégicas, com grande potencial de valorização, que foram utilizadas tanto para a divisão em lotes coloniais como para extração de recursos naturais. Propriedades que tinham acesso a importantes cursos de água, geradores de energia hidráulica para rodas d’água e utilizadas como vias de transporte, além de serem repletas de pinhais, permitindo a exploração madeireira. Ele tinha capital para investir na construção de engenhos e moinhos, buscando explorar assim os recursos e vantagens em relação à posição estratégica das terras que possuía.

⁴⁷² SCHIERHOLT, 1992, p. 83.

⁴⁷³ Escritura de venda de um sobrado que faz Antonio Fialho de Vargas à João Zick por 2:800.000 réis. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Livro 12, p. 44v. APERS.

⁴⁷⁴ Escritura de venda de meia colônia de terras, moinho e mais benfeitorias que Antonio Fialho de Vargas e sua mulher faz a Felipe Hexsel por 7:500.000. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 24, p. 65v. APERS.

⁴⁷⁵ CHRISTILLINO, 2004, p. 255.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, p. 255.

A compra de grandes extensões de terra foi um investimento a longo prazo, que garantiu à Antonio um retorno financeiro fruto da especulação imobiliária. A seguir, analisaremos a sua atuação no mercado da terra.

3.3 As escrituras públicas de compra e venda

As escrituras públicas são documentos elaborados por tabeliães ou juízes de paz e que são registradas nos livros de notas dos tabelionatos. No século XIX, os livros deveriam ser numerados, rubricados e encerrados pelas autoridades responsáveis. “Para sua solenidade e validade teriam que conter: dia, mês e ano em que haviam sido feitas; declaração da cidade, vila, lugar e casa em que foram lavradas [...]”⁴⁷⁷. O tabelião ainda deveria declarar que conhecia as partes contratantes e as testemunhas que assinariam no fim do documento. Os livros contêm uma grande variedade de escrituras públicas, sendo que cada uma contém peculiaridades. Para este estudo, selecionamos, principalmente, escrituras de compra e venda, que tinham o objetivo de formalizar a propriedade e a transmissão do patrimônio.⁴⁷⁸

Acompanhamos o comparecimento de Antonio Fialho de Vargas ou de seus procuradores nos tabelionatos de Taquari, Estrela e Lajeado, entre 1855, ano de instalação da Colônia Conventos, e 1895, ano de falecimento do mesmo. Foi necessária a análise desses três tabelionatos porque entre 1855 e 1876 a maior parte da propriedade de Antonio estava localizada no município de Taquari; entre 1876 e 1891, pertencia à Estrela; e, entre 1891 e 1895, estava sob a jurisdição de Lajeado. O número total de livros de notas consultados foi de 159⁴⁷⁹. Fialho de Vargas assinou escrituras de compra e venda de terras e escravos, procurações, escrituras de troca ou permuta, contratos de sociedade, de arrendamento, de transferência de dívida, dívida e hipoteca.

⁴⁷⁷ LACERA, Antonio Henrique Duarte; GUIMARÃES, Elione. Escrituras públicas e Livros de Notas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011, p. 49.

⁴⁷⁸ *Ibid.*

⁴⁷⁹ Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

Embora saibamos que as escrituras não representam todos os negócios realizados por Antonio Fialho, pois muitos não foram registrados nas fontes, acreditamos que a análise destes documentos permite obter uma dimensão das transações que ele efetuava no mercado da terra. O tipo de negócio que ele mais realizou foi compra e venda de terra, totalizando 297 registros⁴⁸⁰. Em relação aos escravos, foram contabilizadas sete escrituras em que Antonio comprou escravos e uma em que ele vendeu. Também efetuou um contrato de arrendamento, em 1887, com Pedro José dos Santos Bilhar⁴⁸¹, arrendando este um terreno de campo e matos que Antonio possuía em Taquari, no lugar denominado Várzea, pelo período de quatro anos. O contrato não estabelecia nenhuma contrapartida por parte de Bilhar, ficando este apenas com o direito de tirar madeiras para consumo de cercados e casas. Em 1894, Pedro comprou a propriedade por 5:000\$000 de réis (cinco contos de réis)⁴⁸², sendo que Antonio Fialho de Vargas havia adquirido a mesma área de terras por 3:580\$000 réis (três contos, quinhentos e oitenta mil réis) em 1878. É provável que o valor cobrado de Pedro envolva outras negociações realizadas anteriormente, como por exemplo, o arrendamento, que na época pareceu ser “gratuito”. Situações como essa precisam ser analisadas com cuidado. Os livros de notas guardam armadilhas e é preciso saber de antemão que existem inúmeros acordos que não passam pelo registro documental, mas que podem aparecer de maneira indireta.

As escrituras de compra e venda de terra são documentos que podem envolver uma área de terra sem ou com benfeitorias, como casas, moinhos ou engenhos. Além das informações gerais mencionadas anteriormente, nelas constam os nomes dos contratantes, os cônjuges (se houver), o local de residência dos mesmos e o local de realização do contrato. Se o vendedor ou o comprador eram representados por procuradores, a procuração era transcrita no próprio documento ou era indicado o livro em que a mesma estava transcrita. Havia a descrição da propriedade, que nem sempre incluía a extensão, os limites naturais ou os confrontantes, que eram os proprietários vizinhos. No documento também constam o valor da terra e a forma de pagamento. Às vezes, há a informação se existe parentesco entre as partes ou se a transação é realizada entre vizinhos.

⁴⁸⁰ Seleccionamos tanto as transações de Antonio Fialho de Vargas quanto as da empresa Baptista Fialho & Cia., por entendermos que estas também fazem parte dos seus negócios, afinal, ele era o gerente, procurador e sócio majoritário.

⁴⁸¹ Escritura de contrato e arrendamento que Antonio Fialho de Vargas faz com Pedro José dos Santos Bilhar, 30 de outubro de 1887. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 43, p. 75v. APERS.

⁴⁸² Escritura de venda de umas terras que faz Antonio Fialho de Vargas a Pedro José dos Santos Bilhar por 5:000.000, 05 de setembro de 1894. Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 32, p. 39v. APERS.

A grande maioria das escrituras de compra e venda selecionadas tratam da venda de lotes coloniais e terrenos por parte de Antonio Fialho de Vargas e da empresa Baptista Fialho & Cia. para imigrantes europeus ou filhos destes. Ele adquiriu grandes extensões de terras tanto do governo da província quanto de particulares. Assim, existem três títulos de compra de terras devolutas em nome de Fialho de Vargas e outro em nome da esposa, todos na margem direita do Rio Taquari⁴⁸³. Duas áreas foram compradas em conjunto com outros proprietários e o documento não informa se cada um teria uma parte ou se eram coproprietários da área total.

As propriedades particulares adquiridas por Fialho de Vargas, além das Fazendas Lajeado e Conventos, eram grandes extensões, geralmente denominadas como “quinhões”, “data” ou “umas terras”, sem área e limites definidos, que eram vendidas quando um integrante da família falecia, normalmente o pai, marido ou sogro. Esse era um momento em que a família precisaria realizar o inventário, que envolvia custos, fazer a partilha entre os herdeiros ou pagar os credores da herança. Dispor de terras para vender em momento em que necessitavam de recursos financeiros para realizar as partilhas, certamente, era uma estratégia que famílias que possuíam posses buscavam utilizar. Como exemplo, há o caso de Maria Leocádia da Conceição, viúva de Manoel José Bernardino, que, juntamente com os filhos e genros, vendeu uma data de terras e matos localizados na margem esquerda do Arroio Forqueta, em 1856⁴⁸⁴. Antonio Fialho de Vargas adquiriu a área por 1:350\$000 réis (um conto, trezentos e cinquenta mil réis), um valor baixo para uma grande propriedade, ainda mais em uma região que estava passando por uma significativa valorização fundiária. Talvez a necessidade daquela família em vender a propriedade fez com que a comercializassem por um preço mais baixo.

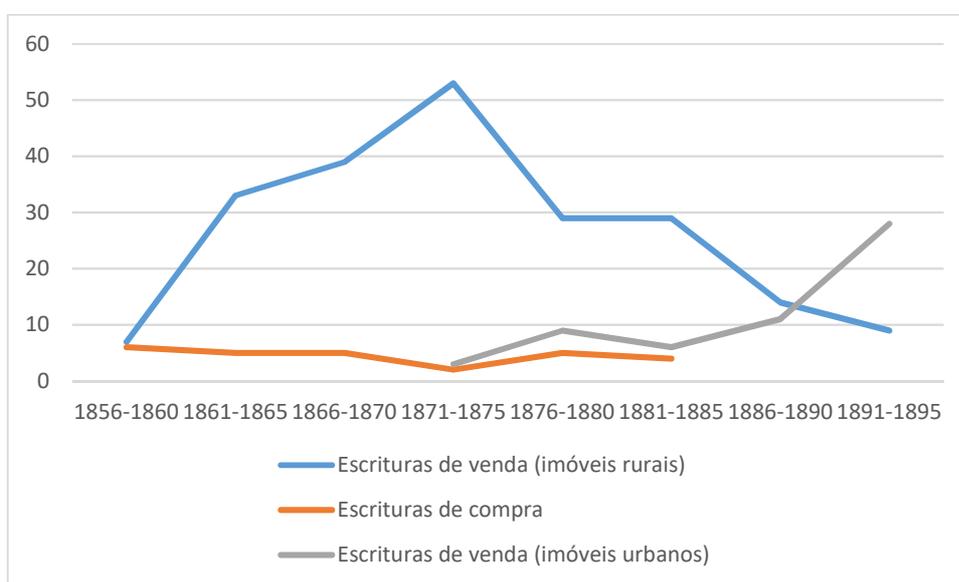
Antonio também aparece comprando pequenos lotes de colonos que resolveram se desfazer das mesmas terras que haviam adquirido de Fialho de Vargas, talvez por motivo de endividamento ou de deslocamento. Três famílias que vieram da Europa em 1858, contratadas pela empresa Baptista Fialho & Cia., devolveram as terras com as benfeitorias por não conseguirem pagar a dívida contraída com a empresa. Por outro lado, a maioria das famílias que firmaram contrato, conseguiram pagar pelos lotes e serviços prestados pela Baptista Fialho & Cia. Localizamos escrituras de compra e venda realizadas anos depois da instalação do grupo e escrituras de quitação de dívida que confirmam o pagamento. Os sócios demoraram para

⁴⁸³ Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códices, C356. AHRIS.

⁴⁸⁴ Escritura de venda que fazem Maria Leocadia da Conceição, seus filhos e genros, a Antonio Fialho de Vargas, 14 de junho de 1856. Tabelação de Taquari, 1º Tabelação, Transmissões/Notas, Livro 02, p. 19. APERS.

recuperar o investimento, mas este possibilitou a atração de outras famílias para a Colônia Conventos. No entanto, assim como muitas pessoas se deslocaram de São Leopoldo para Conventos, algumas também venderam as terras que possuíam em Conventos e migraram para outros lugares, provavelmente em direção ao planalto gaúcho⁴⁸⁵. Esta pode ser uma explicação para as escrituras que mostram Fialho de Vargas readquirindo lotes coloniais que havia vendido.

Gráfico 1 – Volume de escrituras de venda e compra de terras realizadas por Antonio Fialho de Vargas



Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

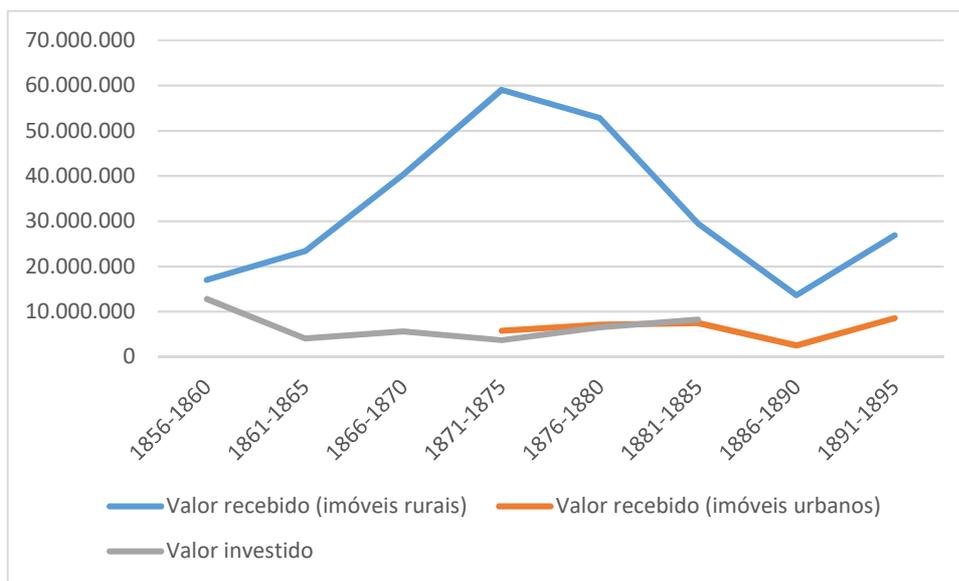
O Gráfico 1 apresenta a quantidade de escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como comprador e vendedor, nos três tabelionatos consultados, indicando a diferença entre o volume de vendas de imóveis rurais e urbanos. Decidimos fazer esta diferenciação por entendermos que se tratam de operações diferentes dentro da lógica do negócio. Os imóveis rurais são referentes a lotes coloniais e os urbanos representam terrenos que passaram a ser vendidos a partir da década de 1870 na povoação de Santo Ignacio dos Conventos, denominada

⁴⁸⁵ ROCHE, 1969.

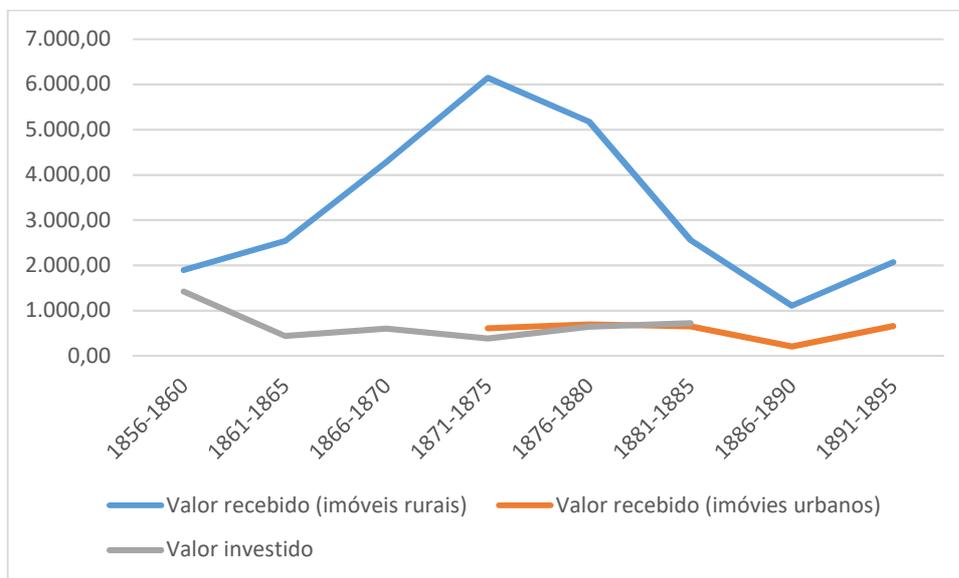
Vila de Lajeado após 1891. A povoação estava dividida em quadras numeradas e ruas nomeadas. Os terrenos tinham, em média, 50 palmos de frente e 150 de fundos, e, na descrição da venda, geralmente constava a quadra em que estavam localizados, as ruas e os vizinhos confrontantes. Um terreno custava, em média, 100 mil réis. Uma quadra inteira foi vendida duas vezes, sendo que nestas transações, foram indicados o número da quadra e as ruas que a limitavam. Os negócios na povoação de Santo Ignacio constituem 63 escrituras do total de terras vendidas, representando 23%. No gráfico é possível visualizar que entre o final de década de 1880 e 1895 o número de vendas de terrenos ultrapassou o de lotes coloniais, mostrando que, neste período, as operações urbanas dinamizavam mais o negócio que as rurais.

Do total de escrituras, 270 são referentes a vendas efetuadas por Fialho de Vargas, enquanto as outras 27 se tratam de compras, valores que representam 90% e 10%, respectivamente. Das 270 extensões de terras vendidas, 25 são referentes à empresa Baptista Fialho & Cia., gerenciada e representada nos cartórios por Antonio, e 10 são referentes à parte do mesmo na empresa Baptista Fialho & Cia, realizadas após a dissolução da sociedade. Essas transações correspondem à 13% do total de vendas. E das 27 propriedades adquiridas, somente uma diz respeito à empresa. Isso mostra que as transações em torno da empresa não ocuparam por muito tempo e nem tiveram destaque nos negócios de Antonio, apesar dela ter sido a porta de entrada no mercado da terra.

Os volumes de compra e venda de terra demonstram uma grande fragmentação das terras adquiridas por Antonio, assim como uma certa regularidade na venda de terras ao longo do tempo. Desconsiderando o primeiro intervalo temporal do gráfico, quando o movimento migratório para a região ainda estava iniciando, somente entre 1886 e 1890 registrou-se menos de trinta transações. Fialho de Vargas foi um dos maiores comerciantes de terras local do período, sendo o seu nome muito recorrente nos livros tabelionais. As propriedades adquiridas por ele garantiram a continuidade do negócio, fazendo com que ao longo de quarenta anos, o volume de venda de terras se mantivesse equilibrado. Para se ter uma ideia, ele efetuou vendas de lotes coloniais localizados em Conventos até 1895, ou seja, duas fazendas adquiridas em 1855 garantiram um comércio nos 40 anos seguintes. Durante esse tempo, os únicos anos em que não há registro de venda de terras por parte de Antonio são 1860 e 1867. O comércio de terras era um negócio que garantia certa estabilidade, pois o investimento era considerado seguro, ainda mais em uma região com alto índice de valorização fundiária. Esse equilíbrio deu margem para Fialho de Vargas investir em outros setores, como engenhos, moinho e no comércio de madeiras.

Gráfico 2 – Valores recebidos e investidos no comércio de terras em contos de réis

Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

Gráfico 3 – Valores recebidos e investidos no comércio de terras em libras

Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

Os Gráficos 2 e 3 ajudam a ilustrar a diferença entre os valores investidos e recebidos no comércio de terras, excluindo-se as compras das terras devolutas e das Fazendas Conventos e Lajeado⁴⁸⁶. Contudo, como já apontado pela historiografia, a análise do preço da terra envolve dois problemas principais. Um deles é a própria formação do preço, que pode não estar vinculada à uma lógica de mercado, e o outro é a possibilidade de as escrituras não apresentarem o valor real do imóvel, tendo em vista o imposto de 6% sobre a transmissão dos bens. Sendo assim, os negociantes buscavam registrar uma quantia inferior em relação à que estava sendo negociada para economizar no pagamento do tributo⁴⁸⁷. Neste sentido, também é preciso ressaltar que as escrituras só eram realizadas quando ocorria a quitação da transação e que o pagamento não era necessariamente em moeda corrente, uma vez que a circulação de dinheiro ainda era baixa nessas regiões. Diante destas questões, é preciso olhar com cuidado para os Gráficos 2 e 3, evitando cair em armadilhas. Ou seja, a taxa elevada de valor recebido durante a década de 1870 indica mais para a efetivação de pagamentos de dívidas por parte dos colonos do que para um período de maior lucratividade do negócio, por exemplo. É uma fase de amadurecimento do processo, em que muitas famílias conseguiram quitar os débitos criados anteriormente. Além disso, é possível depreender que, mesmo a venda de terrenos sendo mais dinâmica que a de lotes coloniais entre o final da década de 1880 e 1895 (Gráfico 1), parece que os valores arrecadados com os imóveis rurais ainda eram maiores.

As propriedades vendidas por Antonio Fialho de Vargas tinham tamanhos diversificados, variando entre terrenos (que tinham em média 390 metros quadrados), já em uma configuração urbana, e áreas rurais com mais de 500 hectares. Em algumas escrituras não foi possível identificar o tamanho da terra, constando apenas expressões como “um pedaço de terras”, “umas terras”, “uma chácara”, “um triângulo de terras” ou “um potreiro”. Também foram vendidas “colônias”, “meias colônias” ou “quartos de colônia” sem a indicação do espaço quadrado, que não tinha um padrão para os lotes coloniais. Das 214 escrituras de venda de imóveis rurais, 15 não apresentam a área do imóvel, o que equivale a 7% da amostra⁴⁸⁸.

⁴⁸⁶ É possível encontrar transações de terra envolvendo Fialho também em outros Tabelionatos, como o de Porto Alegre. Entretanto, o recorte desta pesquisa recaiu sobre os Tabelionatos de Taquari, Estrela e Lajeado, por ser a região em que ele mais vendeu terras.

⁴⁸⁷ CHRISTILLINO, 2010.

⁴⁸⁸ Neste cálculo não estão incluídas as transações envolvendo terrenos, pois consideramos que fazem parte de uma configuração territorial diferente da dos outros imóveis.

Tabela 5 – Dimensão das propriedades vendidas

	terrenos	Até 50 ha	50 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	500 ha ou mais
1856-1865		32	13	3		1
1866-1875	5 (3 escrituras)	59	22	6	1	1
1876-1885	88 (15 escrituras)	32	13	1	2	
1886-1895	81 (38 escrituras)	14			2	

Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

Na Tabela 5 é possível visualizar a quantidade e o tamanho das áreas vendidas ao longo do tempo. Algumas escrituras apresentam a venda de mais de um terreno, portanto, indicamos tanto o número de terrenos quanto o de escrituras. 137 escrituras, ou 50% das terras vendidas, foram constituídas por pequenos lotes coloniais de até 50 hectares, também denominados “quartos de colônia”. Isso indica que a maioria das famílias camponesas que compraram terra de Antonio Fialho de Vargas compraram pequenas extensões, talvez por falta de recursos econômicos no momento ou por optar por ampliar as dimensões de acordo com as demandas familiares de cada grupo. Adquirir inicialmente uma pequena dimensão num determinado local, não significa que não tinham intenções de ampliações futuras, muito pelo contrário, as aquisições poderiam estar ligadas ao fato de existir a possibilidade de alargamento das áreas com a compra futuras de novas contíguas ou próximas. Certamente, este era um dos atrativos que atraía os imigrantes que estabelecidos em outras áreas de colonização, como a colônia São Leopoldo, local de onde saiu parte significativa das famílias que adquiriram terras em Conventos. O total de 31 escrituras dizem respeito à compra de áreas adjacentes à propriedade do comprador, o que pode indicar uma ascensão econômica e um acúmulo de capital de algumas famílias⁴⁸⁹. Somente na última década de análise (1886-1895) é que o número de escrituras

⁴⁸⁹ Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas,

contendo a venda de terrenos ultrapassou o de lotes coloniais, apontando para um processo de urbanização local.

Em relação à declaração da extensão e dos limites das propriedades, as escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor contemplam muito mais estas informações do que as que ele aparece como comprador (Tabela 5). Isso se deve ao fato de que com o avanço do sistema capitalista, as propriedades foram se tornando cada vez mais absolutas, demonstrando características claras e reconhecidas por todos os indivíduos e instituições. Entre 1856 e 1865, período em que Antonio adquiriu as maiores áreas para colonização, foram poucas as declarações a respeito da extensão e dos limites destas propriedades. Era uma forma de grilar terras, avançando sobre territórios já ocupados, mas de difícil comprovação frente ao poder local de Fialho de Vargas, como nos casos analisados anteriormente. A maior parte das terras compradas por ele que apresentam informações sobre dimensão e fronteiras se tratam de lotes devolvidos por colonos que não conseguiram pagá-las, ou áreas vendidas por aqueles que resolviam se deslocar para outro lugar.

Nas escrituras de venda de lotes coloniais e terrenos essas informações são bem constantes, sendo que quanto mais moradores ocupassem determinado espaço, mais exatas eram as confrontações. Nas transações envolvendo lotes coloniais era mencionado o número da colônia⁴⁹⁰, a área, o número de braças de frente e de fundo e os limites a sul, norte, leste e oeste. Isso demonstra que, com a colonização, o mercado de terras e o próprio regime de propriedade privada foram se modernizando, com propriedades bem definidas o comércio de terras se tornou mais intenso e dinâmico. As escrituras públicas eram instrumentos jurídicos que tinham o objetivo de ser plenos e seguros, garantindo a propriedade da terra e diminuindo os conflitos em torno da mesma. Essa relação entre modernização e declaração de extensões territoriais também foi identificada por Edsiana Aita, ao analisar o comércio de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)⁴⁹¹ e na província de Santa Fé (1860-1895)⁴⁹², na Argentina, no mesmo período.

Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

⁴⁹⁰ Os lotes coloniais também eram chamados de colônias, que eram todas numeradas. As colônias ficavam do lado esquerdo ou direito de determinada picada ou linha, que também tinha um número. Assim, uma família poderia ser proprietária da meia colônia número quatro, da picada número um, por exemplo.

⁴⁹¹ AITA, 2014.

⁴⁹² MARTIRÉN, 2013.

Tabela 6 – Escrituras de compra e venda que apresentam informações completas sobre extensão e limites das propriedades

	Escrituras de venda		Escrituras de compra	
	Nº de escrituras	%	Nº de escrituras	%
1856-1865	22	55	2	18
1866-1875	85	89,4	5	71,4
1876-1885	58	79,4	5	55,5
1886-1895	62	100		

Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

É importante ressaltar que as escrituras de compra e venda só eram realizadas quando quitada a dívida com o negociante. Antonio Fialho de Vargas vendia as terras à vista e a prazo, no entanto, com exceção dos lotes vendidos aos imigrantes europeus que vieram à Conventos em 1858, as escrituras não informam detalhes dos pagamentos a prazo. Como exemplo, temos o caso de Carl Ernst Bechlin, nascido na Europa, que migrou de São Leopoldo para Conventos⁴⁹³. Bechlin aparece no mapa estatístico da colônia de 1861 como proprietário de meia colônia, ou 36,6 hectares⁴⁹⁴. No entanto, a escritura da propriedade só foi realizada no dia 09 de março de 1870, nove anos depois, na casa de Antonio Fialho de Vargas⁴⁹⁵. O lote custou 400\$000 réis (quatrocentos mil réis), que o vendedor já havia recebido do comprador, de acordo com o documento. Não há como saber de que forma este pagamento foi realizado nem em quantas vezes. Em 50% das escrituras em que Antonio aparece como vendedor consta que o pagamento foi realizado em moeda corrente, porém, dado a escassez de moeda em circulação do período, acreditamos que registrar o pagamento dessa maneira era apenas um padrão seguido

⁴⁹³ RICHTER; SCHMIDT, 2018.

⁴⁹⁴ Mapa estatístico da Colônia Conventos de 1861. Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRs.

⁴⁹⁵ Escritura de venda que fazem Antonio Fialho de Vargas e sua mulher a Carlos Ernesto Bechlin, 09 de março de 1870. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 15, p. 26v. APERS.

por alguns tabeliães. É mais provável que o pagamento tenha sido realizado de outras formas, através da venda de produtos agrícolas e da prestação de serviços.

O fato de as escrituras serem registradas posteriormente à ocupação das propriedades, implica na análise do processo de migração interna da província. Os documentos informam o local de moradia dos compradores e vendedores, mas como eram feitos anos depois do deslocamento dos compradores, consta nas fontes que estes eram moradores de Taquari, Estrela ou Lajeado, dependendo do tabelionato. Isso causa uma falsa impressão de que a grande maioria dos clientes de Antonio Fialho de Vargas já morava na região quando adquiriram terras dele, sendo que uma boa parte dessas famílias migraram de colônias mais antigas, como São Leopoldo. Contudo, a fonte apresenta o nome dos proprietários confrontantes do lote negociado. Em 13 escrituras notamos a presença de confrontantes com o mesmo sobrenome do comprador da área, indicando a preferência de algumas famílias em se estabelecer próximas à parentela. Não é possível saber através da documentação disponível se as famílias que vieram inicialmente de São Leopoldo mantinham entre elas laços parentais e de amizade. Porém, é provável que a existência de vínculos tenha sido um dos fatores que tenha levado um grupo amplo de famílias sair de um mesmo local para se fixar em outro, ficando próximos uns dos outros.

Com a leitura dos Livros de Notas, percebemos também que o ato de registrar uma escritura de compra e venda não era um ato cotidiano, que ocorria exatamente no dia da quitação da propriedade. As escrituras realizadas na casa de Antonio Fialho eram realizadas somente quando o tabelião se deslocava até lá. Isso ocorria poucas vezes por ano, nas quais eram inscritas no livro de notas as escrituras das vendas realizadas até aquele momento. No ano de 1870, por exemplo, foram registradas escrituras nos dias 08 e 10 de janeiro, 11 de fevereiro e 09 de março⁴⁹⁶. As próximas escrituras só seriam registradas no dia 10 de fevereiro de 1871, quase um ano depois⁴⁹⁷. Muitas escrituras eram registradas no mesmo dia, como em 11 de fevereiro de 1870, que foram registradas dez.

A análise do preço das terras negociadas por Antonio Fialho de Vargas se torna bastante complexa e difícil por não conseguirmos identificar as relações que ele estabelecia com os compradores e os eventos que ocorriam da data do negócio até o dia de realização da escritura

⁴⁹⁶ Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 15. APERS.

⁴⁹⁷ Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 12. APERS.

que, com certeza, influenciavam no preço da terra. A partir da Tabela 7⁴⁹⁸, pode-se depreender que o preço médio do hectare das terras negociadas teve um aumento considerável ao longo da segunda metade do século XIX, devido ao avanço da colonização sobre o território e a especulação fundiária aplicada por empresários, como o fez Antonio Fialho de Vargas. Embora tenhamos analisado todas as propriedades que apresentaram área, percebemos uma diferença no preço das terras de acordo com a localização das mesmas. As colônias que faziam divisa com algum curso de água, principalmente com o Rio Taquari, ou com estradas, tinham um valor bem mais elevado. Isso se deve à importância do rio e das estradas para deslocamento e exportação de produtos comerciais, como gêneros alimentícios e madeira. Acreditamos que a queda no preço do hectare verificada no período entre 1881 e 1885 esteja relacionada ao fato de nesse período não terem sido vendidos os lotes mais caros, como no período anterior, por exemplo.

⁴⁹⁸ Para a realização da Tabela, consideramos apenas as escrituras que apresentavam a área do imóvel e as que não possuíam nenhum tipo de benfeitoria. Os terrenos não foram considerados. A amostra é composta por 189 escrituras, ou 63% do total de escrituras.

Tabela 7 – Preço médio do hectare

Período	Mil-réis	Libras
1856-1860	8\$287,42	0,9
1861-1865	10\$937,35	1,18
1866-1870	14\$056,37	1,22
1871-1875	19\$974,69	2,13
1876-1880	34\$148,33	3,3
1881-1885	20\$943,86	1,81
1886-1890	52\$548,47	5,05
1891-1895	54\$020,31	2,63

Fonte: Elaboração da autora a partir das escrituras em que Antonio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

Deste modo, apesar do valor de mercado atribuído à terra na segunda metade do século XIX, foi possível identificar alterações no preço de algumas negociações, que podem estar relacionadas ao tipo de vínculo entre comprador e vendedor. Em 1868, Antonio Fialho de Vargas vendeu uma área de 2.250 hectares, na margem direita do Rio Taquari, ao lado da Fazenda São Caetano, ao seu irmão, Bernardino Fialho de Vargas, por sete contos de réis⁴⁹⁹. Isso equivale a 3\$110 réis (três mil, cento e dez réis) por hectare. Uma quantia bem abaixo do valor médio das terras da região. Além disso, Antonio Fialho de Vargas realizou algumas permutas com familiares, como seus irmãos, Bernardino e Joaquim, sua cunhada, Maria Rita de Andrade Fialho e seu filho, Antonio Fialho de Vargas Filho. As trocas eram referentes a lotes coloniais que eram permutados entre os parentes. Isso mostra que outros integrantes da

⁴⁹⁹ Escritura de compra e venda de 4.650.000 braças quadradas de terras de matos contíguas a Fazenda São Caetano, que fazem o Alferes Antonio Fialho de Vargas e sua mulher Dona Maria Ignacia da Conceição Fialho, a seu irmão e cunhado Bernardino Fialho de Vargas, 07 de janeiro de 1868. Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 57v. APERS.

família Fialho de Vargas estavam envolvidos com o comércio de terras local e que, possivelmente, havia uma cooperação entre eles, um auxílio mútuo que beneficiava o negócio de todos. O preço diminuto da propriedade vendida à Bernardino pode esconder outros negócios realizados entre os irmãos, além de indicar para a provável existência de projetos individuais, familiares e parentais compartilhados entre os integrantes do grupo familiar estendido.

A escritura da venda feita à Guilherme Pflugseder também parece encobrir acordos realizados anteriormente à constituição do documento. Guilherme Pflugseder nasceu em São Leopoldo em 1837⁵⁰⁰. Em 1861 aparece residindo na Colônia Conventos⁵⁰¹, mas a escritura de sua propriedade é efetuada somente em 1868, ainda em nome da extinta empresa Baptista Fialho & Cia., ativa em 1861⁵⁰². Um quarto de colônia, ou 18 hectares, foi vendido por 400\$000 réis, o que equivale a 22\$038,56 réis o hectare. Um valor muito elevado para o período, ainda mais para um lote que não fazia divisa com qualquer arroio ou rio. É provável que este valor esteja agregado a outras transações efetuadas entre Guilherme e Antonio Fialho de Vargas, como o empréstimo de dinheiro a juros, por exemplo. Os colonos acabavam ficando muito dependentes de Antonio, negociante que podia oferecer vários recursos e fazer a cobrança do modo que mais lhe interessasse.

Desta forma, a realização posterior da escritura de compra e venda abre um leque de possibilidades que implicam na formação do preço da terra. Mesmo que este seguisse um determinado padrão de valorização, de acordo com a localização das terras, o valor contido nos documentos pode compreender outros acordos firmados anteriormente, principalmente quando se tratava de uma compra a prazo. A própria relação estabelecida entre Antonio e alguns colonos pode ter tido alguma influência sobre o preço da terra. Somente uma pesquisa que investigasse mais a fundo o cotidiano e alguns moradores dessa região colonial poderia esclarecer questões como essa, mas sabemos que Antonio estabeleceu relações de confiança com alguns colonos que compraram terras suas. Um exemplo foi a escolha de Henrique Theodoro Rohenkohl⁵⁰³ e José Luiz Bard⁵⁰⁴ como procuradores responsáveis por vender lotes coloniais de sua

⁵⁰⁰ RICHTER; SCHMIDT, 2018.

⁵⁰¹ Mapa estatístico da Colônia Conventos de 1861. Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias. AHRs.

⁵⁰² Escritura de compra e venda de um quarto de colônia de terras de mato que fazem a extinta Sociedade Baptista Fialho & Cia. a Guilherme Pflugseder, 07 de janeiro de 1868. Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 63. APERS.

⁵⁰³ Procuração bastante que faz Antonio Fialho de Vargas, 15 de fevereiro de 1883. Tabelionato de Estrela, Transmissões/Notas, 1º Tabelionato, Livro nº 24, p. 24v. APERS.

⁵⁰⁴ Procuração bastante que faz Antonio Fialho de Vargas ao solicitador José Luiz Bard, 07 de outubro de 1890. Tabelionato de Estrela, Transmissões/Notas, 1º Tabelionato, Livro nº 20, p. 7. APERS.

propriedade e efetuar cobranças de dívidas. Ambos adquiriram terras de Antonio e Rohenkohl chegou a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Estrela⁵⁰⁵, o que evidencia que os imigrantes também se utilizaram de estratégias políticas para beneficiar os negócios. Além disso, a necessidade de ter procuradores aponta para a dimensão dos empreendimentos de Fialho de Vargas, que iam além da comercialização de propriedades, assim como a conveniência no estabelecimento de alianças com os próprios imigrantes, que podiam atuar como mediadores entre Antonio e a clientela.

O comércio de terras protagonizado por Antonio Fialho de Vargas demonstrou conter características de um mercado da terra permeado tanto por relações pessoais quanto impessoais. Ao mesmo tempo em que encontramos uma padronização no tamanho e no preço das propriedades comercializadas, foi possível perceber alterações em algumas transações. As permutas e vendas de terras realizadas entre membros da família Fialho de Vargas sugerem um amparo familiar que ultrapassava as relações de um mercado perfeito. Os valores contidos nesses negócios estavam imbricados em outros acordos e combinações. Da mesma forma, os preços presentes em algumas vendas de terras feitas a colonos também demonstraram ser resultados finais de convenções realizadas anteriormente.

Após a verificação da lucratividade do comércio de terras, poderíamos sugerir que, para Fialho de Vargas, a terra fosse apenas uma mercadoria. No entanto, a terra, antes de mais nada, “[...] é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. [...] A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja”⁵⁰⁶. A função econômica é apenas uma das funções da terra, que representa também estabilidade e moradia às pessoas. Polanyi afirma, inclusive, que a terra é uma mercadoria fictícia, assim como o trabalho e o dinheiro, pois não são produzidos para a venda. Em uma sociedade de mercado, onde os três elementos tiveram que ser incorporados ao mercado, os governos foram obrigados a proteger a natureza, os homens e o próprio sistema monetário por meio de legislações intervencionistas. “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade”⁵⁰⁷.

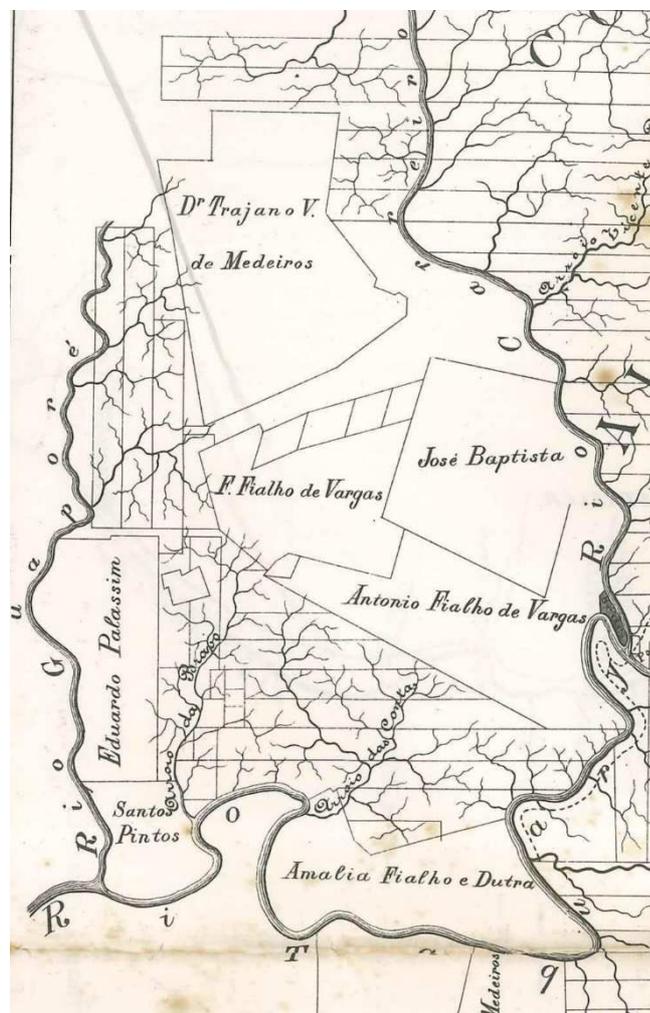
⁵⁰⁵ Correspondências da Câmara Municipal de Vereadores de Estrela. Caixa 33, Maço 73, Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

⁵⁰⁶ POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000, p. 214.

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 94.

Parece que nem todas as terras adquiridas por Fialho de Vargas eram destinadas à venda para imigrantes. A partir da análise das escrituras de compra e venda, nota-se que as áreas mais vendidas foram as da Colônia Conventos e territórios adjacentes. Já as propriedades localizadas mais ao norte, entre os Rios Guaporé e Carreiro, que também eram ricas em madeira, permaneceram com ele até o fim da vida. Estas últimas estão indicadas no mapa que segue.

Figura 7 – Terras de Antonio Fialho de Vargas localizadas entre os Rios Guaporé e Carreiro



Fonte: adaptado pela autora a partir de KARAM, 1992.

O mapa é do ano de 1897, dois anos após a morte de Fialho de Vargas. Portanto, as terras indicadas como suas, neste ano já pertenciam aos herdeiros. O mapa também apresenta terras de familiares e de José Baptista Soares da Silveira e Souza, sobrinho do sócio de Fialho

de Vargas, João Baptista. A propriedade de Fialho de Vargas indicada no mapa é descrita no inventário contendo três mil hectares⁵⁰⁸. Hoje esse território faz parte dos municípios de Muçum, Vespasiano Corrêa, Dois Lajeados e São Valentim do Sul. Neste último existe um distrito denominado Fazenda Fialho⁵⁰⁹. Os indivíduos que herdaram esta propriedade a dividiram em lotes coloniais anos depois e os venderam principalmente para imigrantes italianos. Na segunda metade do século XIX, ela estava localizada nas imediações da povoação de Santa Bárbara, mesmo local onde Fialho de Vargas havia feito demarcações sobre terras já ocupadas na década de 1860. Santa Bárbara era um ponto muito importante na região, pois além de possuir um porto, “a madeira e a erva-mate abundantes na região forneciam aos empresários (vendedores das terras) renda extra”⁵¹⁰. Certamente, Fialho de Vargas não vendia lotes coloniais ali porque extraía madeiras e as comercializava através do porto. Esta terra era diferente da terra da Colônia Conventos, pois tinha uma outra função.

Para atuar no comércio de terras, ele adquiriu grandes extensões públicas e privadas, e as transformou em inúmeros lotes coloniais e terrenos urbanos, caracterizando uma fragmentação do território. Uma das diferenças encontradas entre as transações de compra e venda foi a indicação ou não da extensão e limites territoriais. Estas informações aparecem muito mais nos contratos de venda, revelando o caráter modernizador da colonização em relação à propriedade privada e ao mercado da terra. Fialho vendeu terras muito mais do que comprou e o volume de vendas se manteve praticamente estável ao longo dos 40 anos, evidenciando que o investimento era seguro. Os lotes vendidos eram pagos a prazo e, com o passar do tempo, algumas famílias iam aumentando a propriedade adquirindo mais terras de Fialho. A partir da análise das escrituras ainda foi possível notar a preferência de alguns grupos em se instalar próximos aos familiares, caracterizando redes parentais que migravam das colônias velhas para novas frentes de ocupação. As terras vendidas acompanharam uma valorização regular, sendo algumas mais valorizadas que outras pelo fato de estarem próximas a vias de circulação, como rios e estradas. No entanto, apesar do equilíbrio aparente dos preços, transações entre membros da família Fialho de Vargas e entre Antonio Fialho de Vargas e imigrantes, apresentaram resultados derivados de acordos feitos anteriormente.

⁵⁰⁸ Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895.

⁵⁰⁹ GHENO, Rejane. *Os “colonos” da Fazenda Fialho: a construção do desenvolvimento a partir de pequenas propriedades rurais*. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 18.

Seguir a trajetória de Antonio Fialho de Vargas evidenciou o quanto era necessário estabelecer vínculos com a elite local para alcançar objetivos práticos, como a garantia da legitimidade das terras, mesmo daquelas que já estavam ocupadas por outros moradores. A aproximação com autoridades locais, através de alianças matrimoniais, levou o indivíduo aqui analisado a ocupar um lugar na Câmara de Vereadores de Taquari. O investimento no mercado da terra era um investimento seguro, de retorno a longo prazo, que necessitava de aplicações dinâmicas e de retorno mais rápido, como o empréstimo de dinheiro e a comercialização de madeiras. O sucesso econômico de Antonio foi um resultado da combinação desses diferentes investimentos, aliados à ocupação do cargo de vereador, que lhe garantiu prestígio e liberdade de atuação. A empresa Baptista Fialho & Cia. pode até ter sido um fracasso e não ter tido muito destaque nas atividades de Fialho de Vargas, mas foi a porta de entrada para um futuro exitoso em outras atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente nos últimos anos a historiografia passou a analisar os indivíduos que investiram no negócio da colonização com maior atenção, compreendendo cada iniciativa de maneira singular. O presente trabalho não pretendeu de modo algum esgotar o assunto, mas sim contribuir com a discussão através do estudo da trajetória de Antonio Fialho de Vargas. Buscamos acessar toda documentação que pudesse apresentar informações sobre o sujeito para entender os cenários nos quais ele estava envolvido e, em seguida, elaborar os contextos a partir das próprias fontes. Seguir o nome de Fialho de Vargas proporcionou o exame tanto da atuação de um agente empresarial quanto do funcionamento do mercado de terras e da realidade do negócio da colonização. A intenção foi problematizar e tornar mais complexa a análise da temática, percebendo o indivíduo como um empresário-negociante que tinha semelhanças e diferenças em comparação a outros na mesma situação.

A trajetória de Antonio Fialho de Vargas fez com que percorrêssemos lugares e períodos diferentes, mas que estavam conectados. Foi necessário voltar ao final do século XVIII, ao Arquipélago dos Açores, para compreender o deslocamento dos Fialho de Vargas para a Aldeia dos Anjos. Habitantes da Ilha do Faial, emigraram para o Brasil amparados por uma rede de relações que facilitou o estabelecimento do grupo. Eram uma família que, com certeza, não fazia parte das camadas mais pobres da população. Seus membros constituíram fazendas, empresas e uma casa de comércio; ocuparam postos na Guarda Nacional, cargos políticos e, principalmente, religiosos. Manoel Fialho de Vargas estava entre os proprietários mais ricos da Aldeia dos Anjos, sendo um grande produtor de farinha. Os filhos, no entanto, alcançaram fortunas maiores, através da diversificação dos investimentos.

Um grande número de membros optou ou foi encaminhado para a carreira religiosa, um âmbito no qual o sobrenome Fialho de Vargas ficou muito reconhecido. Em meio à reforma católica do século XIX, alguns foram estudar em Roma e outros em instituições que mal tinham se instalado em Porto Alegre e São Leopoldo. Receberam uma instrução vinculada aos preceitos ultramontanos e buscaram reproduzi-la nas Ordens e Congregações as quais pertenciam. A Companhia de Jesus, a Congregação do Imaculado Coração de Maria, das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e a Ordem do Carmo, abrigaram irmãos e irmãs da família que, em alguns casos, alcançaram altos cargos dentro das instituições. Conseqüentemente, o nível de instrução do grupo era bastante elevado, mesmo entre a elite. Nos inventários foram

registrados gastos regulares com a educação dos filhos, seja com escolas ou professores particulares. Era uma maneira de exibir a condição social, tendo em vista que os estudos eram algo possível somente às camadas mais abastadas, mas também podia ser um modo de se preparar para exercer os negócios. Ter instrução garantiria mais facilidade para dominar a legislação e a burocracia, tendo em vista que toda transação precisava ser registrada e autenticada por um tabelião.

A reprodução social do grupo incluía casamentos estratégicos que garantissem *status* e acumulação patrimonial. Além disso, havia a preferência por matrimônios endogâmicos e consanguíneos, que estimulavam a preservação da fortuna, mantendo a linhagem e a pureza de sangue. A estratégia matrimonial era uma forma de manter a estabilidade do grupo parental, ascender socialmente e conquistar prestígio. As alianças entre famílias açorianas sugerem uma ligação com a terra natal e a manutenção de vínculos familiares estabelecidos ainda nos Açores, importante para a sobrevivência e reprodução do grupo no Brasil. As escolhas de apadrinhamento também se assemelham às matrimoniais, revelando a prioridade por membros da própria família ou por amigos açorianos, o que confirma a preocupação em garantir laços de solidariedade e reciprocidade para os momentos de necessidade.

Um exemplo de vínculo estabelecido na pia batismal que gerou resultados significativos foi o de João Baptista Soares da Silveira e Souza e Manoel Fialho de Vargas Filho. O padrinho encaminhou o afilhado na carreira profissional e os dois formaram a Baptista & Fialho, empresa que ficou conhecida pela construção de diversas obras públicas da capital e arredores, como o Teatro São Pedro e a Casa de Correção. João Baptista e Manoel eram negociantes que diversificavam os investimentos: além de arrematarem licitações, comercializavam lotes coloniais a imigrantes, alugavam prédios urbanos e compravam ações. Tinham prestígio social e uma relação de reciprocidade com o governo da província, como apontam as obras assumidas por eles e o auxílio prestado quando ocorreu a epidemia de cólera, por exemplo. Com essas informações, concluímos que a família tinha um relacionamento próximo também nos negócios, além das relações sociais.

Em 1855, Manoel e João Baptista fundaram a Colônia Conventos junto com Antonio Fialho de Vargas, no município de Taquari, e firmaram contratos com imigrantes europeus que foram se estabelecer na colônia. O direcionamento das atividades empresariais para a colonização pode ter sido provocado pela demanda por obras de infraestrutura que os núcleos coloniais estavam criando na província. O investimento na colonização era uma forma de

diversificar as aplicações, característica comum aos empresários oitocentistas, e de intensificar o trabalho que eles já estavam acostumados a realizar na capital. No entanto, a empresa nunca chegou a arrematar uma obra em Taquari, embora muitas fossem solicitadas. A decisão de fundar uma colônia neste município possivelmente está relacionada ao processo de migração interna que, neste período, se direcionava dos vales dos rios dos Sinos e Caí para Taquari. Assim, poderiam comprar uma grande área e transformá-la em muitos lotes coloniais destinados aos imigrantes. Era um investimento seguro, que garantiria lucros a longo prazo para os empresários e suas famílias.

A empresa Baptista Fialho & Cia. durou somente 8 anos, sendo que a fala dos sócios nos faz crer, em um primeiro momento, que ela teria sido um fracasso e desfeita devido à falta de pagamento dos imigrantes que, em 1863, ano em que encerrou as atividades, só tinham pago cerca de 10% da dívida contraída. No entanto, existe a possibilidade de que os sócios soubessem como funcionava o negócio, pois havia imigrantes na província desde 1824 que também tiveram dificuldades para fazer os pagamentos dentro de cinco anos. Além disso, eles receberiam os valores de qualquer maneira, afinal, os colonos compradores acabavam ficando dependentes dos empresários que administravam as colônias privadas, sendo muito difícil escapar das dívidas. E foi o que aconteceu, a maioria conseguiu efetuar o pagamento anos depois.

Contratar imigrantes europeus certamente era mais dispendioso para as empresas de colonização do que vender lotes coloniais para grupos espontâneos que migravam internamente. Trazê-los da Europa envolvia um trabalho mais complexo, sendo necessário um mediador que atraísse as pessoas para ir ao sul do Brasil, adiantar as passagens, os subsídios e um pedaço de terra. Isso tornava a dívida dessas famílias bem mais alta do que a daquelas que se deslocavam espontaneamente dentro da província, porque para estas os empresários só precisavam vender um lote colonial a prazo. No entanto, investir na colonização na década de 1850 exigia a criação de núcleos populacionais que atraíssem outras famílias para o local, como foi o caso da Baptista Fialho & Cia. A fundação da Colônia Conventos nos moldes como aconteceu, ajudou a propiciar a vinda de imigrantes e descendentes de outras regiões que intensificaram o comércio de terras, ou seja, o investimento inicial foi necessário para participar deste mercado.

Uma evidência de que o negócio não foi um fracasso é o fato dos empresários e de suas famílias continuarem participando do comércio de terras mesmo depois do fechamento da empresa. Além disso, é provável que o atraso do pagamento dos imigrantes não tenha afetado

tanto assim o orçamento dos sócios, afinal, a venda de terras era somente uma das atividades econômicas em que eles investiam, fazendo com que não ficassem dependentes somente de um negócio. Sendo assim, a atividade efetuada por Antonio, Manoel e João Baptista apresentou dois cenários. Por um lado, a previsão para o pagamento das dívidas estava equivocada e pode ter contribuído para o fechamento da empresa, que não teve o reembolso dentro do prazo esperado. Por outro, isso não significa que tenha sido um investimento perdido, pois os imigrantes pagaram as dívidas a longo prazo e com juros.

A Colônia Conventos recebeu principalmente famílias que se deslocaram internamente, vindas de colônias mais antigas, como São Leopoldo. Estas já não tinham mais terras disponíveis para novos moradores e também sofriam com o esgotamento do solo, que perdia fertilidade. Como os recém-chegados preferiam se instalar em uma zona já colonizada, os moradores antigos, que já tinham mais capital para investir, vendiam as terras àqueles e migravam para novas áreas de ocupação. As famílias precisavam de propriedades maiores à medida que o número de filhos aumentava e também porque estes geralmente continuavam com a profissão dos pais. Sendo assim, a migração interna se dava frente às demandas de reprodução das famílias camponesas e ampliação futura das áreas cultivadas, sem que com isso fosse necessário a separação dos grupos. Isso significa que havia uma lógica que fazia as famílias se deslocarem e que era respeitada pelo processo de colonização.

O investimento no comércio de terras exigia aplicações mais dinâmicas, de retorno mais rápido, assim como o estabelecimento de sólidas redes de relações sociais em torno das estruturas políticas do Império para garantir a legitimação das posses. Nesse sentido, o casamento dos filhos de Antonio Fialho de Vargas com integrantes da elite local de Taquari proporcionou a ele e os filhos agregar mais terras e expandir os negócios na venda de lotes coloniais. Estas alianças e o ingresso na política como vereador garantiram mais legitimidade para ampliar as extensões de terras por meio de grilagens sobre áreas já ocupadas. Antonio adquiriu propriedades estratégicas, com grande potencial de valorização, que foram utilizadas tanto para a divisão em lotes coloniais como para extração de recursos naturais. Propriedades que tinham acesso a importantes cursos de água, geradores de energia hidráulica para rodas d'água e utilizadas como vias de transporte, além de serem repletas de pinhais, permitindo a exploração madeireira. Ele tinha capital para investir na construção de engenhos e moinhos, buscando explorar assim os recursos e vantagens em relação à posição estratégica das terras que possuía. Aliado a isso, também realizava empréstimo de dinheiro a juros, mesclando investimentos de curto e longo prazo.

Para atuar no comércio de terras, Fialho de Vargas adquiriu grandes extensões públicas e privadas, e as transformou em inúmeros lotes coloniais e terrenos urbanos, caracterizando uma fragmentação do território. A análise das escrituras de compra e venda de terra mostrou o caráter modernizador da colonização em relação à propriedade privada e ao mercado da terra; a estabilidade no volume das vendas ao longo de 40 anos; a ascensão social de algumas famílias camponesas e o estabelecimento de redes parentais que migravam das colônias velhas para Conventos e permaneciam próximas umas das outras. Notou-se também que o preço da terra acompanhou uma valorização regular, sendo influenciado pela proximidade ou não a vias de circulação, como rios e estradas. No entanto, apesar do equilíbrio aparente dos preços, transações entre membros da família Fialho de Vargas e entre Antonio Fialho de Vargas e imigrantes, apresentaram resultados derivados de acordos feitos anteriormente. Por fim, esperamos que o trabalho tenha contribuído na compreensão sobre as possibilidades de ação de um indivíduo que interagiu no mercado de terras intensificado pela colonização durante o século XIX.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventário *post-mortem* do I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre. Nº 105, m. 5, e. 27 E/C, 1827. Inventariado: Antonio Corrêa de Vargas. Inventariante: Lauriana Rosa de Jesus.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 151, de 1841.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 330, de 1866.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 390, de 1869.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 248, de 1896.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 660, de 1884.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 329, de 1881.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo nº 104, de 1880.

Inventário *post-mortem* do 1º Cartório de Orphãos de São Leopoldo nº 786, 1884.

Inventário *post-mortem* do 2º Cartório Cível e Crime de São Leopoldo nº 70, 1905.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo nº 298, de 1906.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de São Leopoldo nº 440, de 1916.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 1, de 1861.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 6, de 1879.

Inventário *post-mortem* do Cartório Cível de Lajeado nº 3144, de 1925.

Processo-crime nº 3553, 1ª vara criminal, Porto Alegre, 1861, m. 132, e. 1. Réu: João Gonçalves de Oliveira. Vítima: Manoel Fialho de Vargas Filho.

Processo judicial de despejo nº 3877, Porto Alegre, 1867, m. 128, e. 1. Réu: Joaquim Antonio do Rego. Autor: João Baptista Soares da Silveira e Souza.

Processo judicial de embargo nº 2829, Porto Alegre, 1862, m. 116, e. 1. Suplicantes: Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Suplicada: Associação Theatral Rio Grandense.

Processo judicial de Libelo Cível do Cartório Cível e Crime de Taquari nº 2771, m. 50, e. 102, 1874. Autor: Fellippe Arend. Réu: Antonio Fialho de Vargas.

Cartório Cível e Crime de Taquari. Ordinarias. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réu: Christiano Gobel. Nº: 465. M: 14. E: 102. A: 1874.

Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendiaria. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Adão Pauner e sua mulher. Nº: 1013. M: 25. E: 102. A: 1865.

Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendiaria. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réus: Johann Gaspar Richter e sua mulher. Nº: 1022. M: 25. E: 102. A: 1874.

Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendiaria. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réu: Felipe Daniel Arend. Nº: 1023. M: 25. E: 102. A: 1874.

Cartório Cível e Crime de Taquari. Decendiaria. Autor: Antonio Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade Fialho. Réu: Christiano Gobel e sua mulher. Nº: 1024. M: 25. E: 102. A: 1874.

Cartório Cível e Crime de Taquari, Possessoria, Embargo, 1878, nº 590, m. 17, e. 102. Autor: Antonio Fialho de Vargas. Réus: Salustiano da Cunha Pacheco, Francisco Faustino Ferrão, Manoel Faustino Ferrão, Paulino Faustino Ferrão e Faustino Ferrão.

Cartório Cível e Crime de Taquari, Protesto. Suplicantes: Antonio Fialho de Vargas e sua mulher. Suplicados: João Garcia d'Azevedo e sua mulher. Nº: 822, m. 23, e. 102, 1879.

Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895).

Tabelionato de Taquari, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895).

Tabelionato de Taquari, Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883).

Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895).

Tabelionato de Estrela, 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891).

Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895).

Tabelionato de Porto Alegre, 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 77, p. 35v. Escritura de dissolução de sociedade.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Auto de Medição nº 390. Autor: Antonio Fialho de Vargas, 1872, Taquari.

Colônia dos Conventos, maço 57, caixa 31. Fundo Colônias.

Correspondências da Câmara Municipal de Taquari, 1855-1889. Fundo Autoridades Municipais.

Correspondências da Câmara Municipal de Estrela. Caixa 33, Maço 73, Fundo Autoridades Municipais.

C356, Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códices.

Relatórios provinciais disponíveis no site <www-apps.crl.edu>

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Relatorio do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852*. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, 1852.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1851*. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850.

CAMARA, Patricio Correa da. *Relatorio do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

CASTRO, José Antonio de Azevedo. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro em a segunda sessão da 16ª legislatura*. Porto Alegre, Typographia do Rio Grandense, 1876.

COELHO, Jeronymo Francisco. *Relatorio do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. *Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858.

_____. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859*. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1859.

KOSERITZ, Carlos de. *Relatorio da Administração Central das Colonias da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, dignissimo presidente da mesma provincia pelo agente interprete da colonisação Carlos de Koseritz*. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1867. In: MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1867.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859.

_____. *Relatorio com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. vice-presidente commendador Patricio Correa da Camara*. Porto Alegre, Typographia do Jornal – A Ordem, 1861.

LIMA, José Antonio de Souza. *Relatório com que S. Excia. o Snr. Conselheiro José Antonio de Souza Lima passou a administração da Provincia do Rio Grande do Sul em 1º de junho de 1883 ao Exmo. Snr. Dr. Meandro Rodrigues Fontes 1º Vice-presidente*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1883.

_____. *Falla dirigida a assembléa legislativa pelo presidente conselheiro José Antonio de Souza Lima na 1ª sessão da 21ª legislatura*. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1883.

MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1867.

MORAES, João Pedro Carvalho de. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16º legislatura*. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1875.

MURITIBA, Barão de. *Relatorio do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1855*. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, 1855.

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros, *Relatório apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre Typ. do Correio do Sul, 1864.

RUE, Lothar de la. *Relatorio da Colonisação*. In: SERTORIO, João. *Relatorio com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d' esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 20 de agosto de 1870*. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870.

SERTORIO, João. *Relatorio com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d' esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 20 de agosto de 1870*. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1853.

_____. *Relatório do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854.

SOARES, Joaquim Pedro. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares 2º Vice-Presidente da Provincia, abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial non dia 7 de Março de 1881 e Relatorio com que lhe foi passada a administração pelo Exm. Sr. Dr. Henrique D'Avila a 4 do mesmo mez*. Porto Alegre, Typ. da Reforma, 1881.

WALTER, Luiz Kraemer. *Relatorio da repartição de colonisação*. Porto Alegre, Typographia do Rio-Grandense, 1874. In: MORAES, João Pedro Carvalho de. *Falla dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro*

Carvalho de Moraes em a segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1874.

Arquivo Histórico de Lajeado

Cópia xerocada do contrato provisório do imigrante Johann Kaspar Richter, 1858. Fundo Arquivos Particulares.

Mapa

JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg>
. Acesso em: 04 nov. 2018.

Microfilmes de registros de batismo, matrimônio e óbito do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre disponíveis no site Family Search

Livro de Batismos nº 4, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 171 e p. 256v.

Livro de Batismos nº 5, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 50v, 164v. e 177v.

Livro de Batismos nº 6, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 48, 80 e 122v.

Livro de Batismos nº 7, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, p. 39v. e p. 181.

Livro de Batismos nº 7, Igreja Católica de Santo Amaro do Sul, p. 16v.

Livro de Batismos nº 2, Freguesia Nossa Senhora da Oliveira, Vacaria.

Livro de Batismo nº 16, Freguesia Nossa Senhoras Madre de Deus, Porto Alegre, p. 71v. e 106v.

Livro de Batismos nº 9, Paróquia São José, Taquari p. 219-222.

Livro de Matrimônios nº 5, Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, Porto Alegre, p. 120v.

Livro de Matrimônios nº 1, Santo Antonio da Estrela, Estrela, p. 74.

Livro de Matrimônios nº 2, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Gravataí, p. 86v.

Livro de Matrimônios nº 2, Igreja Católica de Santo Amaro do Sul, p. 20.

Livro de Matrimônios nº 4, Paróquia São José, Taquari, p. 17v.

Livro de Matrimônios nº 5, Paróquia São José, Taquari, p. 97.

Livro de Matrimônios nº 6, Paróquia São José, Taquari, p. 64v.

Livro de Óbitos nº 5, Paróquia São José, Taquari, p. 33.

Livro de Óbitos nº 6, Paróquia São José, Taquari, p. 37v.

Livro de Óbitos nº 7, Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, Porto Alegre, p. 18.

Livro de Óbitos nº 20, Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, Porto Alegre, p. 87 e p. 87v.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Habilitação matrimonial nº 140, caixa 128, 1817. Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus.

Habilitação matrimonial nº 32, caixa 228, 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus.

Habilitação matrimonial nº 11, caixa 238, 1852. Bernardino Fialho de Vargas e Maria Inácia Nunes.

Habilitação matrimonial nº 58, caixa 240, 1853. Manuel Fialho de Vargas e Maria Rita de Andrade.

Sites

INSTITUTO PROVIDÊNCIA, *Sobre a Unidade de Educação*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.redeicm.org.br/providencia/historico/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

IRMÃS CARMELITAS, *Carmelo Nossa Senhora do Carmo*. Disponível em: <http://www.irmascarmelitas.com.br/index.php?pr=conteudo&mn_codigo=14&ct_codigo=133>. Acesso em: 19 jun. 2019.

IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, *Madre Clara de Santo Estanislau*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.icm-sec.org.br/galeria-das-diretoras-gerais/madre-clara-de-santo-estanislau-1898-1922/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

LAR SANTA ELISABETH. *Institucional*, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.larsantaelisabeth.com.br/institucional/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOSTEIRO SÃO JOSÉ, *Nosso Carmelo*. Rio Grande. Disponível em: <https://www.mosteirosojose.com.br/index.php?p=nosso_carmelo#>. Acesso em: 23 ago. 2018.

PONTIFICIO COLLEGIO PIO LATINOAMERICANO. *Reseña histórica*. Roma. Disponível em: <<https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

Jornais

ACTOS officiaes. *A Federação*, Porto Alegre, ano 7, n. 144, p. 2, 26 jun. 1890. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=5800&Pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ADHESÕES republicanas. *A Federação*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 2, 7 jan. 1886. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas&pasta=ano%20188>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ANNUNCIOS. *O Constitucional*. Porto Alegre, ano 3, n. 19, p. 3, 25 abr. 1873. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213519&PagFis=1427&Pesq=maria%20rita%20andrade%20fialho>>. Acesso em: 18/09/2018.

CAMPANHA do Paraguay. *Almanak*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 1324, 1869. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>>. Acesso em: 18 set. 2018.

COMPANHIA pastoril, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 56, n. 322, p. 2, 23 nov. 1873. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=Companhia%20Pastoril%20Agricola%20e%20Industrial&pasta=ano%20187>. Acesso em: 24 out. 2018.

EDITAES. *A Federação*, Porto Alegre, ano 17, n. 194, p. 3, 22 ago. 1900. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=12054&Pesq=Joaquim%20Pereira%20Fialho%20de%20Vargas>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ELEIÇÕES municipais. *A Federação*, Porto Alegre, ano 3, n. 151, p. 2, 6 jul. 1886. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=2249&Pesq=jos%C3%A9%20fialho%20de%20vargas>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

EXPOSIÇÃO Nacional. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 47, n. 28, p. 2, 1 fev. 1867. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=dutra%20valen%C3%A7a&pasta=ano%20186. Acesso em: 20 out. 2018.

INTERIOR, Noticias do Sul. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 205, p. 2, 26 jul. 1867. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>>. Acesso em: 20 set. 2018.

NOTICIARIO. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 41, n. 270, 3 out. 1861. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=manoel%20fialho%20de%20vargas&pasta=ano%20186>. Acesso em: 17 set. 2018.

NOTICIAS do interior. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, n. 73, 15 mar. 1862. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=6001&Pesq=manoeil%20fialho%20de%20vargas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

O CATHOLICO. Sepultura ecclesiastica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 48, n. 199, p. 1, 19 jul. 1869. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=15817&Pesq=Jo%C3%A3o%20Baptista%20Fialho%20de%20Vargas>. Acesso em: 26 ago. 2018.

PEREGRINAÇÃO a Roma. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano 12, n. 83, p. 3, 22 jul. 1877.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=maria%20rita%20andrade%20fialho&pasta=ano%20187>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PORTO Alegre. *O Imparcial*. Porto Alegre, ano 2, n. 115, p. 2, 6 dez. 1845. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811483&PagFis=475&Pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

REGISTRO do porto. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 62, 3 mar. 1859.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=Jo%C3%A3o%20Baptista%20Fialho%20de%20Vargas&pasta=ano%20185>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SERVIÇO telegráfico da Gazeta de Noticias. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 117, p. 2, 29 abr. 1879. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pesq=antonio%20geraldino%20pereira&pasta=ano%20187>. Acesso em: 23 out. 2018.

VILLA do Lageado. *A Federação*, ano 8, n. 246, p. 2, 24 out. 1891. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Joaquim%20Pereira%20Fialho%20de%20Vargas&pasta=ano%20188>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Legislação

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Imperio do Brazil*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. *Lei nº 16, 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e edições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. *Decreto nº 463, 2 de setembro de 1847*. Declara que aos filhos naturaes dos nobres ficção extensivos os mesmos direitos hereditarios, que, pela Ordenação livro quarto, titulo noventa e dous, competem aos filhos naturaes dos plebeos. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-463-2-setembro-1847-560199-publicacaooriginal-82833-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. *Decreto nº 5604, 25 de abril de 1874*. Regulamenta o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV. Título XCII. Como o filho do peão, sucede a seu pai. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p939.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Livro V. Título XVII. Dos que dormem com suas parentas e afins. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1166.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Obras de Viajantes e de Memórias

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*, 1858. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

WAPPÄUS, Johann Eduard. Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien. In: NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

Bibliográficas

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “*O dote é a moça educada*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 320 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

AHLERT, Lucildo. A colonização privada no Vale do Taquari em meados do século XIX e a vinda de westfalianos para a Colônia Teutônia. In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS*, julho de 2004. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 77-87.

AITA, Edsiana de Belgrado. “*Entre a lagoa e o mar*”: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858 – 1888). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

AMARO, Eliane Maria. *Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, Sul de Mato Grosso (1955-1975)*. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018.

ANDRADE, Maristela do Nascimento. *Poder e política no Brasil imperial: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850)*. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2017.

ARANTES, Antonio Augusto. Pais, Padrinhos e o Espírito Santo. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al (Org.). *Colcha de retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 193-204.

AZAMBUJA, Cristina Spengler. *Os dois lados da janela: o público e o privado das mulheres porto-alegrenses entre 1774 e 1887, através dos processos de divórcio*. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 116-131.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

BRITO, Luciana Souza de. *Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)*. 256 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 24-38, 2009.

CARNEIRO, Elizabete Barbosa. As Irmãs do Sagrado Coração de Maria e a construção do ideal feminino em Montes Claros. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 23., 2005, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0319.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924). São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)*. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 374 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

_____. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

_____. Processo de embargo. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011, p. 115-120.

CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “a gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul (Império)*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. p. 279- 300.

DUARTE, Miguel A. de O. Um “empreiteiro de obras” açoriano em Porto Alegre. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 358-377.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 135-150.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.

_____. La Historia Agraria em el sur de Brasil: un panorama sobre los últimos avances historiográficos. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, n. 48, 2018, p. 174-206.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, p. 239-278, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

- GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.
- GHENO, Rejane. *Os “colonos” da Fazenda Fialho: a construção do desenvolvimento a partir de pequenas propriedades rurais*. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 165-178.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-149.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 477 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.
- HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990.
- IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, v. 5, 2004, p. 115-140.
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- JESUS, Wellington Ferreira de. Os jesuítas e o financiamento da educação na Colônia: os recursos de muitos para o privilégio de poucos (Séc. XVI-XVII). In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*. Brasília: Liber Livro, 2016, p. 71-90.
- JULIO, Kelly Lislíe; NOLASCO, Edriana Aparecida. Entre famílias – alianças matrimoniais vinculadas as relações de poder: padres e filhos, Minas Gerais (século XVIII e XIX). *Notandum*, São Paulo/Porto, ano 21, n. 47, p. 132-153, 2018.
- KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização: em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: CORAG, 1992.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. 479 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. A letra de câmbio e a prática bancária no Brasil em meados do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba, 1999.

_____. A prática bancária do Barão e Visconde de Mauá. In: JORNADA DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 2003, Montevidéu. *Anais eletrônicos...* Montevidéu, 2003.

LACERA, Antonio Henrique Duarte; GUIMARÃES, Elione. Escrituras públicas e Livros de Notas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011, p. 49-55.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 03, p. 47-69, 2016.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos*, Porto Alegre, n. 11, v. 4, p. 602-615, 2012.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 167-182.

_____. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 87-109.

_____. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.

LUTTERBECK, Jorge Alfredo. *Jesuítas no sul do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1977.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 91-103.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTIRÉN, Juan Luis. En la antesala de la especialización triguera. Estrategias empresariales en el mercado de tierras de las colonias agrícolas santafesinas (1858-1884). *Anuario CEEED*, n. 4, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2012, p. 11 – 55.

_____. Lógica de planeamiento y mercado inmobiliario en las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe. Los casos de Esperanza y San Carlos (1856-1875). *Quinto Sol*, v. 16, n 1, 2012, p. 1-26.

_____. “Historias paralelas”: un estudio comparado sobre los resultados económicos de las empresas de colonización a mediados del siglo XIX: el caso de San Carlos (Argentina) y Santa Maria da Soledade (Brasil). In: VARGAS, Jonas M. (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 379-401.

_____. *La mies madura: Colonización agrícola y crecimiento económico em Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX*. 2013. 330 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Buenos Aires, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 183-314.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: CEMLA, 1995, p. 23-34.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2010.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. *A pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo*. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2010.

NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. 2 v. 632 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2009.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 482-509.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS), Porto Alegre, 1990.

_____. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000.

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA AGRARIA, 14., 2013, Badajoz. *Anais eletrônicos...* Badajoz, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158285/001011022.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. 2013. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

PEDROZA, Manoela da Silva. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 241-266, 2010.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. 2001. 288 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001.

RICHTER, Waldemar L.; SCHMIDT, Heinz. *Pioneiros de Conventos: 1861*. Lajeado: Edição do Autor, 2018.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2010, p. 24-33.

SANTOS, Carlota. Endogamia e Consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (Séculos XVIII e XIX). In: COLÓQUIO O FAIAL E A PERIFERIA AÇORIANA NOS SÉCULOS XV A XX, 3., 2004, Ilha do Faial e Ilha das Flores. *Anais...Faial: Núcleo Cultural da Horta*, 2004, p. 207-226.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SCHETTINI, Vitória Fernanda; DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília Pereira. O casamento consanguíneo como uma estratégia matrimonial no século XIX: uma perspectiva

comparada. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima. *Anais eletrônicos...* Lima, 2014.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 69-150.

SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. 2014. 448 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SOUSA, Paulo Silveira. Os Açores e os Movimentos Migratórios para o Brasil 1766-1834. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al* (Org.). *Gentes das Ilhas*. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 82-104.

SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano 7, nº 13, p. 1-15, 2016.

SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2014.

TRÄSEL, Padre Alberto. *Álbum Jubilar de Santa Clara do Sul (100 anos de colonização: 1869 – 1969, e 40 anos de paróquia: 1929 – 1969)*, Impresso. Santa Clara do Sul, 1969.

TROMBINI, Janaíne; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; CASTOLDI, Ana Paula. As companhias colonizadoras no processo da imigração italiana em territorialidades do Vale do Taquari/Rio Grande do Sul. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 35, v. 2, p.178-200, 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Cryphus, 2005.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honras familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

_____; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 86-113.

_____. Em busca da “República de Deus”: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). *Revista Tempo*, Niterói, v. 23, n. 1, 2017, p. 23-42.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 370 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)*. 428 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2008.

WOORTMANN, Ellen F. *Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro*. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 23-68.

ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.